

PORTVGALIA



# PORTUGALIA

NOVA SÉRIE, VOLUME XLII



DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS E TÉCNICAS DO PATRIMÓNIO  
FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DO PORTO  
2021



# MENIR DE FONTELO (ARMAMAR, VISEU). PRIMEIRA NOTÍCIA

**Mário Varela Gomes**

Instituto de Arqueologia e Paleociências, UNL  
mv.gomes@fesh.unl.pt

**Orlando Sousa**

Direcção Regional de Cultura do Norte  
orlandocfsousa@gmail.com

## ABSTRACT

We bring to light the discovery of a new tall menhir, currently laid on the ground, away from its primitive erection site, in Vale de Naçarães, southwest Fontelo village (Armamar, Viseu) allowing some considerations. It is a monolith sculpted with local granitic rock, subcylindrically shaped, but presenting pointed extremities, measuring 5.32 m long and 1.18 m in maximum width. The exposed surface shows three engraved cup-marks, one near the top and two paired on the mesial volume, as well as at the central area four large pecked concentric circles, containing on its inside a fifth circle, smaller and not centred with the larger ones. Other cup-marks were detected, but all the engravings are much eroded and were possibly made when the menhir was already down. This kind of monuments was probably built in the 5th millennium B.C., when the first passage graves appear in the region. The large dimensions of this monolith, when erected allowed his viewing from a far distance thus ordaining the surrounding space. The authors propose that this menhir to be re-erected and signalised through explanatory board on his historical and archaeological importance.

**Keywords:** Menhir; Cup-mark; Concentric circles; Neolithic.

## RESUMO

Dá-se a conhecer alto menir, actualmente derrubado e fora de seu primitivo local de implantação, situado no Vale de Naçarães, a sudoeste da povoação de Fontelo (Armamar, Viseu), permitindo fazer algumas considerações. Trata-se de monólito, talhado em rocha granítica da zona, com forma subcilíndrica, embora mostrando ambas extremidades apontadas, medindo 5,32 m de altura e 1,18 m de largura máxima. A superfície exposta mostra gravadas três covinhas, uma próxima do topo e duas a par, na zona mesial, assim como, ao centro, quatro grandes círculos concêntricos picotados, contendo círculo menor, mas excêntrico. A restante superfície contém outras covinhas, estando todas as gravuras muito erodidas. É possível que as gravuras tenham sido realizadas quando o menir se encontrava tombado. Este tipo de monumentos foi provavelmente erguido no V milénio A. C., quando surgem na região as primeiras sepulturas dolmênicas. As grandes dimensões do monólito, visto de muito longe quando erecto, por certo que constituiu elemento ordenador do espaço envolvente. Os autores propõem que ele seja reerguido e sinalizado, através de placa explicativa da sua importância histórica e arqueológica.

**Palavras chave:** Menir; Covinha; Círculos concêntricos; Neolítico.

## 1. IDENTIFICAÇÃO

Há cerca de uma década, um de nós (O.S.), a quando de visita de trabalho a Armamar, deslocou-se por solicitação do então Presidente da Junta de Fontelo, Sr. Gil Mendonça, ao Vale de Naçarães, próximo daquela povoação, onde observou longo monólito, junto a caminho rural, que logo identificou como menir.

Dada a necessidade de melhor caracterização do achado, pois tal tipo de megálito era até então completamente desconhecido na região, assim como ao desenvolvimento de acções que conduzissem à sua conservação, indicou à Vereadora com o Pelouro da Acção Social, Cultura, Juventude, Património, Turismo e Ciência, da Câmara Municipal de Armamar, Dr.<sup>a</sup> Cláudia de Jesus Damião, o primeiro signatário como investigador, com longa experiência no estudo de tais testemunhos pré-históricos, para elaborar parecer sobre a importância daquela ocorrência.

Contactos com a autarca mencionada permitiram que, dia 23 de Julho de 2018, depois de um Inverno e Primavera com meteorologia muito instável, Mário Varela Gomes se deslocasse, na companhia das arqueólogas Prof.<sup>a</sup> Rosa Varela Gomes e Mestre Joana Gonçalves, à povoação de Fontelo e ao local onde jaz o menir.

Fomos amavelmente conduzidos ao sítio onde se encontra o monólito pelo Sr. António Batista Carvalho dos Santos, tesoureiro da Junta de Freguesia de Fontelo.

## 2. LOCALIZAÇÃO E AMBIENTE NATURAL

O menir em apreço encontra-se deslocado do sítio onde primitivamente se erguia, na berma de caminho que sai da povoação de Fontelo, situada a 3,5 km para poente de Armamar, e se dirige para sudoeste.

O local integra o Vale de Naçarães, cerca de 1,8 km de Fontelo e a 1,5 Km a sul do Monte de São Domingos, assinalável relevo da paisagem da zona, distando cerca de 3,5 km da margem esquerda do rio Douro, que corre a norte.

Os terrenos daquela zona, pouco inclinados e férteis, nomeadamente os xistentos, são quase na totalidade utilizados com extensas vinhas, de castas generosas, integrando a “terra quente” e a região demarcada do Alto Douro Vinhateiro.

O substrato rochoso, perto da linha de contacto das rochas grauváquicas com os xistos, é constituído por filitos e metagrauvaques, existindo imediatamente a norte formações granitóides, nomeadamente de granito com grão fino a médio, moscovítico, contendo turmalina e fosfatos, do tipo denominado “granito de Tabuaço” (SOUSA e SEQUEIRA 1989: pp. 38, 39).

Na zona de São Domingos existem pedreiras que exploram granitos, ali ocorrendo filões de quartzo (SOUSA e SEQUEIRA 1989: p. 52).

O sítio onde jaz o menir apresenta as coordenadas decimais (DD) Lat. 41.109503, Long. -7.743565, pertence à freguesia de Fontelo, ao concelho de Armamar e ao distrito de Viseu.

## 3. O MONUMENTO

Trata-se de monólito, talvez de origem natural, depois afeiçoado, de granito, com grão médio e cor cinzenta clara, oferecendo forma subcônica nos volumes distal e proximal, sendo subcilíndrico no volume mesial. A forma da sua secção é variável, de subcircular no terço distal, a oval, no terço proximal, o que também ocorre em outros monólitos congêneres.

Mede 5,32 m de altura, 1,18 m de largura máxima, no terço proximal, e 0,75 m na maior espessura.

Encontra-se tombado, na direcção nascente-poente, paralelamente a caminho rural e na berma norte deste, com a superfície visível limpa, devido à acção dos agentes meteóricos.

Observam-se algumas fracturas e fissuras, devido à sua exposição ao longo dos milénios e a acção antrópica.

Junto ao menir detectaram-se alguns blocos, também de granito, que poderão ter feito parte da coroa lítica da sua estrutura de sustentação.

Quando erecto, pelo menos cerca de 1/5 do volume daquele, correspondendo ao chamado volume proximal, encontrar-se-ia soterrado, fixando-o firmemente ao solo.

As dimensões deste monumento permitiam, quando erecto, a sua visibilidade a grande distância, tornando-se em elemento ordenador do espaço envolvente, tanto em termos físicos como socio-religiosos.

Desconhecemos a data precisa do talhe, transporte e erecção deste menir, o que também acontece com a grande maioria deste tipo de monumentos encontrados em Portugal e na Europa. Igualmente, não sabemos tanto as causas porque foi derrubado e em que data tal aconteceu, assim como o momento em que foi removido para o local onde actualmente jaz.

#### **4. “DECORAÇÃO”**

A face patente do menir permitiu que aí reconhecêssemos várias covinhas, com localização, diâmetro e profundidades diferentes, assim como restos de quatro círculos concêntricos, gravados, com grandes dimensões, contendo um outro menor e excêntrico.

Uma das covinhas situa-se perto do topo do monólito e apresenta contorno circular, medindo 0,110 m de diâmetro e 0,025 m de profundidade.

Duas outras, na superfície mesial, encontram-se a par, medindo 0,080 m e 0,060 m de diâmetro, e possuem 0,015 m de profundidade. Perto, na superfície lateral, observam-se, tanto covinha, com dimensões semelhantes àquelas, como restos de duas outras, formando par, com contorno circular, medindo 0,120 m de diâmetro e 0,025 m de profundidade.

Os círculos gravados ocupam parte da zona mesial da face exposta do menir, apresentam picotagem com negativos, de contorno circular ou oval, possuindo pequenas e médias dimensões, para o que se utilizou artefacto lítico, encontrando-se muito alterados devido à erosão e, portanto, difíceis de visualizar. Eles oferecem a sensação de constituírem três coroas circulares em relevo.

Os quatro círculos concêntricos identificados, embora conforme dissemos muito erodidos, medem 0,300 m, 0,375 m, 0,450 m e 0,525 m de diâmetro, ou seja, apresentam entre si sucessão com 0,075 m de diferença em relação com o seu precedente. Aquela dimensão corresponde a medida de comprimento, muito antiga, conhecida por mão, possuindo quatro dedos e sendo equivalente a cerca de 0,074 m. Cada círculo apresenta, portanto, mais quatro dedos de diâmetro que o anterior, ou seja, dois dedos para cada lado. O círculo excêntrico mede apenas 0,090 m de diâmetro.

É possível que tanto o conjunto de círculos concêntricos, como as covinhas, tenham sido gravados quando o monólito se encontrava já derrubado, ulteriormente à sua utilização primária.

A técnica usada na gravação de tais imagens encontra paralelos em muitos menires e estelas-menires do Centro (Caparrosa) e Sul de Portugal, tanto do Alto Alentejo (Vale Sobral, Barrocal, Vidigueiras, Bulhoa, Cromeleque do Xarez, Cromeleque da Portela de Mogos, Cromeleque dos Almendres), como do Algarve (GOMES 1993; 1994; 1996; 1997a; 1997b; 1997c; 2000; 2002; 2007a; 2007b; 2008a; 2008b; 2010a; GOMES e MONTEIRO 1978; 1980).

Importa referir que a face do menir actualmente voltada para o solo é, tanto quanto nos foi dado perceber, quase plana e, ao que parece, encontra-se bem conservada, podendo esconder outras gravações, em melhor estado que as da face exposta.

## 5. COMENTÁRIO

É inquestionável o facto de o monólito do Vale de Naçarães corresponder a menir, talvez utilizando grande bloco natural, depois afeiçoado, transportado e erguido, segundo programa específico, durante o Neolítico, em data difícil de precisar, mas provavelmente situada no V milénio A.C., quando surgem nas regiões Centro e Norte de Portugal, os primeiros monumentos megalíticos de carácter funerário.

O monumento mencionado constitui exemplar raro, dado integrar região onde o megalitismo é, por ora, pouco conhecido, nomeadamente devido à ausência de investigação arqueológica, como é escasso o número de menires identificados e estudados no Centro e Norte de Portugal. Também as suas dimensões ultrapassam as da grande maioria dos menires peninsulares, sendo um dos mais altos de quantos até agora se conhecem.

Recordemos que a estela-menir da Herdade do Barrocal (Reguengos de Monsaraz) mede 5,72 m de altura e 1,17 m de largura máxima, dimensões próximas do exemplar de Fontelo, mas que também o menir naturalisticamente fálico de Outeiro, no mesmo concelho alto alentejano, atinge 5,60 m de altura (GOMES 2007: p. 47). No concelho de Évora, o menir da Herdade da Correia mediu 5,10 m de altura e o da Oliveirinha, 5,30 m.

Trata-se de monumentos que integram o mundo do denominado megalitismo atlântico não funerário, oferecendo maior expressão na Bretanha e no Ocidente da Península Ibérica, onde surgem estas altas pedras esculpidas e erguidas, a quando da consolidação das sociedades com economia de produção de alimentos, ou agro-pastoris, suportadas pela domesticação, de animais e plantas, no contexto do desenvolvimento de nova atitude perante a Natureza (BRIARD 1995; GIOT 1995; GOMES 2007b; LONTCHO 2014).

Os grandes menires certamente que possuíam diversas funções no seio das sociedades que, com enorme esforço, os talharam, transportaram e ergueram, respondendo a comportamentos específicos, no seio das suas actividades socio-religiosas. Contudo, as alusões formais, claramente fálicas de alguns de tais monólitos, talvez nos indiquem a existência de sociedades com organização do tipo tribo-patrial remetendo-nos para práticas ligadas com a fertilidade da terra, que se acreditaria aqueles serem capazes de estimular, tornando-a produtiva, conotados com a fecundidade e o bem-estar em geral.

Mas também os altos menires eram capazes de ordenar o espaço, em termos físicos e psicológicos, de talvez servirem como demarcadores territoriais, indicando direitos ao uso ou à posse das terras agrícolas e de pasto, não deixando de constituírem centros de culto, de veneração às forças da natureza, locais de excepção, talvez mesmo considerados liminares, onde ocorreria o encontro com o mundo transcendente (GOMES 2007b).

No concelho de Armamar são conhecidos oito monumentos funerários megalíticos, seis dos quais enformando necrópole (Vale de Arcas / Tapada das Arcas / Pucarinhos, São Martinho das Chãs), e três mamoas que certamente guardam outras tantas estruturas daquele tipo (Souto Redondo, Queimada). O primeiro topónimo mencionado foi registado, nos anos cinquenta do passado século, por V. Leisner (1998: p. 12, mapa I-4).

No vizinho concelho de Lamego encontra-se o menir de Penide (LEISNER 1998: mapa I-3) e para ocidente, no concelho de Resende, são conhecidos dois recintos megalíticos, um dos quais constituído por quarenta pequenos menires, em São Cristóvão (I e II) na Serra de Montemuro (SILVA 1997; 2003: pp. 274, 275, figs 7, 8).

No concelho de Cinfães existem topónimos que sugerem a presença de menires (LEISNER 1998: p. 11, mapa I-1), conhecendo-se um de tais monumentos, denominando Penedo Comprido em Tendais (SILVA 1999: p. 180) e outro denominado Marco da Jugada, de que foi escavada a sua estrutura de sustentação (SILVA 2003: p. 274).

Consta, na base de dados da DGPC, menir situado no Alto da Poupá (CNS313315), no concelho de Tabuaço, encontrando-se tombado e medindo 1,40 m de altura e 0,30 m de espessura máxima, não tendo sido, até ao momento, objecto de estudo.

As covinhas que se observam na superfície do monólito de Fontelo ocorrem em muitos outros menires, sendo algumas coevas do período em que tais monumentos estiveram erguidos, embora a grande maioria tenha sido gravada quando derrubados, mostrando a continuidade do valor religioso, tanto dos menires como daquelas.

Não raro as covinhas surgem em pares, conforme ocorre no menir de Fontelo, ou na anteriormente citada estela-menir da Herdade do Barrocal, entre outros casos (GOMES 2007a: p. 65).

Covinhas de grandes dimensões, como algumas do menir agora dado a conhecer, são menos comuns que as de dimensões reduzidas. O seu significado, no âmbito das actividades socio-religiosas, parece ter sido múltiplo, tratando-se de símbolo tridimensional, muito recorrente.

Na pedra de cobertura de dólmen conhecido como Anta das Arcas (Tapada das Arcas, São Martinho das Chãs, Armamar) surgem, pelo menos, quatro de tais gravuras, certamente efectuadas depois da terra que cobria o monumento ter desaparecido. Também temos podido constatar que muitas das covinhas existentes nas superfícies de monumentos megalíticos, nomeadamente em menires derrubados, serão calcolíticas ou, até, de idade ulterior. Aliás, existem estelas da Idade do Ferro que mostram covinhas, alargando a diacronia de tais símbolos, que perviveram até à contemporaneidade. Eles podem ser entendidos como possuindo “significados flutuantes”, sendo polissémicos e, portanto, susceptíveis de receber diversas interpretações, designadamente ao longo do tempo.

Os conjuntos de círculos concêntricos remontam ao Paleolítico Superior, onde decoram alguns artefactos em matérias duras de origem animal. Constitui exemplo o “bullroarer” de Saint-Marcel (Indre, França), com três conjuntos daqueles elementos. Eles surgem, embora discretamente, durante o Calcólítico da Península Ibérica e em larga escala entre os inícios da Idade do Bronze e a Idade do Bronze Final, nomeadamente na arte rupestre ao ar livre do Centro e Norte de Portugal, tal como da Galiza.

No complexo de arte rupestre do Vale do Tejo encontram-se conjuntos de dois a seis círculos concêntricos, onde os diâmetros mostram, na maioria dos exemplares, valores múltiplos dos círculos de menores dimensões ou usando medida padrão, como sugerem os círculos concêntricos do menir de Fontelo (GOMES 2010b: pp. 382-384).

Na arte rupestre ao ar livre portuguesa, os conjuntos de círculos concêntricos tanto ocorrem isolados como associados em grupos ou a outras imagens. A estela-menir da Herdade do Barrocal, possui quatro conjuntos formados por dois círculos concêntricos (GOMES 2007a: pp. 66, 67).

No abrigo Pala Pinta (Alijó), observam-se dois conjuntos com dois círculos concêntricos, pintados de cor vermelha viva, radiados e, portanto, com clara conotação solar (SANTOS JÚNIOR 1933; SOUSA 1989).

Além de poderem constituir símbolos solares, alguns autores chamam aos conjuntos de círculos concêntricos “falsas espirais”. Mas eles podem ainda figurar escudos redondos da Idade do Bronze Final, conforme se observa em estelas funerárias daquela Idade ou, segundo perspectivas xamânicas, entradas para o mundo subterrâneo ou transcendente.

## **6. CONSERVAÇÃO E DIVULGAÇÃO**

O menir de Fontelo deve, a curto prazo, ser reerguido, de modo a obstar que alguém menos avisado o transforme em material de construção.

Seria óptimo, mas ao que parece muito difícil, tentar detectar o seu sítio primitivo de implantação e aí reerguê-lo. Tal não sendo possível, deve-se recorrer a outro local, próximo daquele onde jaz.

Ao ser reerguido, placa colocada junto ao menir deve explicar o seu significado histórico-cultural e indicar a sua cronologia.

Depois de ser efectuado o levantamento total das gravuras existentes nas faces do monólito e o seu estudo exaustivo, importa que a Câmara Municipal de Armamar publique tal trabalho, bem ilustrado, de modo efectuar a sua divulgação, contendo texto claro, pedagogicamente apropriado, servindo a população em geral, as camadas escolares e o turismo, constituindo significativo elemento de promoção socio-cultural.

## 7. CONCLUSÕES

O menir do Vale de Naçarães, é um dos mais altos exemplares de tais monumentos encontrados em Portugal. Ele corresponde a um tipo de monumento pouco comum na grande região que é o Centro e Norte do país, apesar de nela existir assinalável quantidade de sepulcros megalíticos de grandes dimensões. De facto, a maior densidade de testemunhos das denominadas “arquitecturas abertas”, ou seja, de menires, alinhamentos e cromeleques, encontra-se em duas regiões do sul do actual território nacional, mais precisamente no Alto Alentejo e no Barlavento Algarvio, onde contextos arqueológicos e datações radiométricas as situam entre meados do VI milénio A.C. e os inícios do IV milénio A.C.

O levantamento de grandes pedras, naturais, rudemente afeiçoadas ou cuidadosamente esculpidas, muitas delas apresentando forma fálica, mais ou menos naturalista, deve-se às comunidades dos primeiros tempos neolíticos, quando espaçadamente surge conjunto de novidades técnicas e nova ideologia, que originaram a economia de produção de alimentos, através da domesticação de animais e de plantas. Talvez as grandes pedras erguidas tivessem o objectivo de estimular as forças da Natureza e de organizar, ou ritualizar, territórios, marcando, de forma clara, a presença humana e a sua relação com o mundo sobrenatural.

**Agradecimentos:** Cumpre-nos reconhecer o apoio dado à nossa visita a Fontelo, à Senhora Vereadora Dr<sup>a</sup> Cláudia de Jesus Damião, ao Sr. António Batista Carvalho dos Santos, tesoureiro da Junta de Freguesia de Fontelo, assim como à Prof<sup>a</sup> Rosa Varela Gomes e a Mestre Joana Gonçalves, no concernente ao trabalho de campo efectuado e aos registos, gráficos e fotográficos obtidos. Agradecemos ao referee anónimo as sugestões apresentadas.

## BIBLIOGRAFIA:

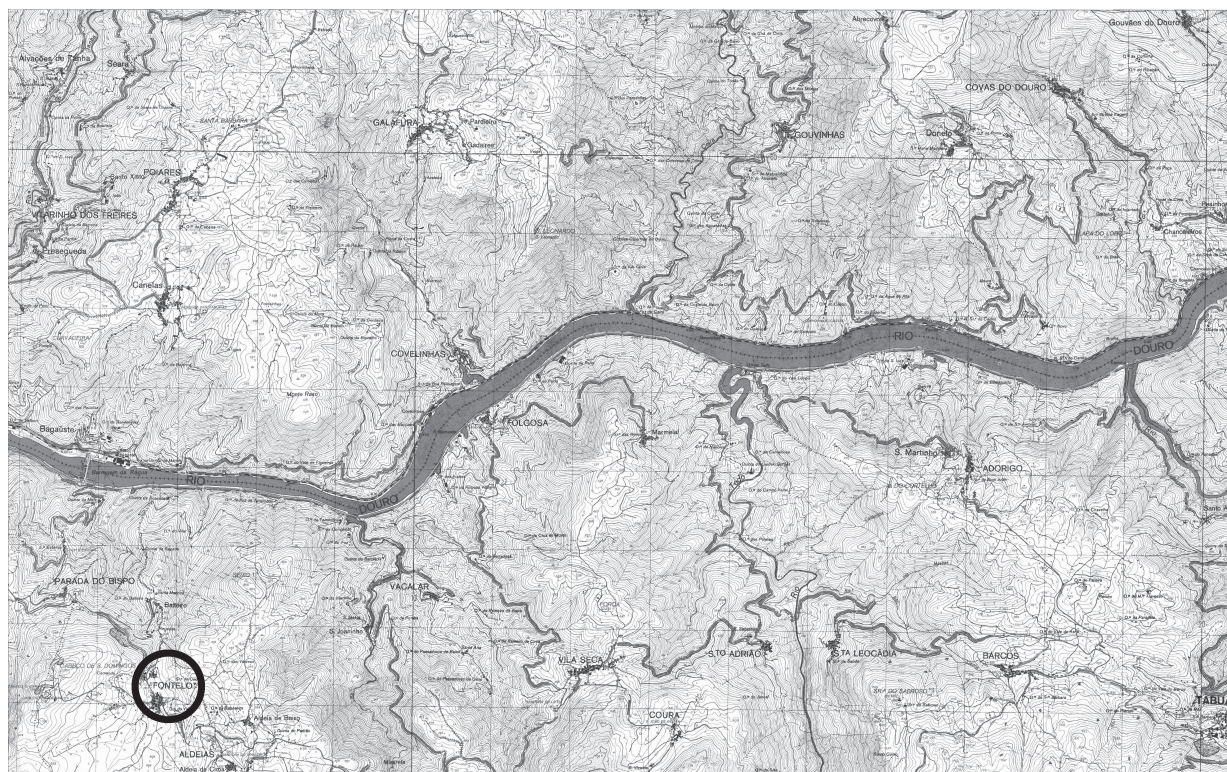
- BRIARD, Jacques (1995), *Les Mégalithes de l'Europe Atlantique. Architecture et Art Funéraire (5000-2000 avant J.-C.)*, Paris, Éditions Errance.
- GIOT, Pierre-Roland (1995), *Bretagne des Mégalithes*, Rennes, Éditions Ouest-France.
- GOMES, Mário Varela (1993), O Marco de Anta ou estela-menir de Caparrosa (Tondela, Viseu), *Estudos Pré-Históricos da Beira Alta*, I, Viseu, Centro de Estudos Pré-Históricos da Beira Alta, pp. 7-27.
- GOMES, Mário Varela (1994), Menires e Cromeleques no Complexo Cultural Megalítico Português – Trabalhos recentes e estado da questão, *Estudos Pré-Históricos da Beira Alta*, 2, Viseu, Centro de Estudos Pré-Históricos da Beira Alta, pp. 317-342, V ests.
- GOMES, Mário Varela (1996), Megalitismo do Barlavento Algarvio – Breve Síntese, *Setúbal Arqueológica*, 11, 12, Setúbal, Museu de Arqueologia e Etnologia do Distrito de Setúbal, pp. 147-190.
- GOMES, Mário Varela (1997a), Cromeleque da Portela de Mogos. Um monumento sócio-religioso megalítico, in SARANTOPOULOS, Panagiotis (Coord. de), *Paisagens Arqueológicas a Oeste de Évora*, Évora, Câmara Municipal de Évora, pp. 35-40.

- GOMES, Mário Varela (1997b), Cromeleque dos Almendres, um dos primeiros grandes monumentos públicos da Humanidade, in SARANTOPOULOS, Panagiotis (Coord. de), *Paisagens Arqueológicas a Oeste de Évora*, Évora, Câmara Municipal de Évora, pp. 25-34.
- GOMES, Mário Varela (1997c), O menir da Herdade das Vidigueiras (Reguengos de Monsaraz, Évora). Resultados dos trabalhos efectuados em 1988, *Cadernos de Cultura de Reguengos de Monsaraz*, 1, Reguengos de Monsaraz, Câmara Municipal de Reguengos de Monsaraz, pp. 17-37.
- GOMES, Mário Varela (2000), Cromeleque do Xarez. A Ordenação do Caos, *Memórias d’Odiana-Estudos Arqueológicos do Alqueva*, 2, Beja, Empresa de Desenvolvimento e Infra-Estruturas do Alqueva, pp. 17-190.
- GOMES, Mário Varela (2002), *Cromeleque dos Almendres - Um Monumento Sócio-Religioso Neolítico*, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa.
- GOMES, Mário Varela (2007a), Estela-menir da Herdade do Barrocal (Reguengos de Monsaraz, Évora): resultados dos trabalhos de 1995, *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 10 (1), Lisboa, Instituto Português de Arqueologia, pp. 43-71.
- GOMES, Mário Varela (2007b), Nés à l’Extrême Sud-Ouest de l’Europe: Les menhirs de l’Algarve et l’avènement de l’idéologie mégalithique, in ANATI, Emmanuel; MOHEN, Jean-Pierre (Dir.de), *Les Expressions Intellectuelles et Spirituelles des Peuples sans Ecriture*, Paris, Union Internationale des Sciences Préhistoriques et Protohistoriques, pp. 147-157.
- GOMES, Mário Varela (2008a), O alinhamento da Vilarinha (São Bartolomeu de Messines, Silves). Arquitectura e arte megalítica, *Xelb*, 8 (I), Silves, Câmara Municipal de Silves, pp.51-74.
- GOMES, Mário Varela (2008b), Padrão 9 (Vila do Bispo). Um monumento singular do Barlavento Algarvio, *Xelb*, 8 (I), Silves, Câmara Municipal de Silves, pp. 75-102.
- GOMES, Mário Varela (2010a), Time and signs: Southern portuguese megalithic art diachrony, in CALADO, David; BALDIA, Maximilian; BOULANGER, Matthew (Coord.de), *Monumental Questions: Prehistoric Megaliths, Mounds and Enclosures*, Oxford, British Archaeological Reports International Series 2122, Archaeopress, pp.17-24.
- GOMES, Mário Varela (2010b), *Arte Rupestre do Vale do Tejo. Um Ciclo Artístico-Cultural Pré e Proto-Histórico*, 1, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa.
- LEISNER, Vera (1998), *Die Megalithgräber der Iberischen Halbinsel. Der Westen*, Berlin, Walter de Gruyter.
- LONTCHO, Frédéric (2014), *Dolmens et Menhirs d’Europe Atlantique*, Lacapelle-Marival, Archéologie Nouvelle S.A.R.L. Éditions.
- MONTEIRO, Jorge Pinho; GOMES, Mário Varela (1978), Os menires da Charneca do Vale Sobral (Nisa), *Revista de Guimarães*, LXXXVII, Guimarães, Sociedade Martins Sarmiento, pp. 189-206.
- MONTEIRO, Jorge Pinho; GOMES, Mário Varela (1980), The menhirs of Portugal, *Bollettino del Centro Camuno di Studi Preistorici*, 18, Capo di Ponte, Centro Camuno di Studi Preistorici, pp. 75-88.
- SANTOS JÚNIOR, Joaquim Rodrigues dos (1933), O abrigo pré-histórico de “Pala Pinta”, *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, VI, Porto, Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, pp. 33-43.
- SILVA, Eduardo Jorge Lopes da (1997), O recinto megalítico de S. Cristóvão (Resende) – Primeira Notícia, in BALBÍN BEHRMANN, Rodrigo de ; BUENO RAMÍREZ, Primitiva (Coord. de), *II Congreso de Arqueologia Peninsular*, vol. II, Zamora, Fundación Rei Afonso Henriques, pp.217-220.
- SILVA, Eduardo Jorge Lopes da (2003), Novos dados sobre o megalitismo do Norte de Portugal, in GONÇALVES, Victor dos Santos (Coord. de), *Muita Gente, Poucas Antas. Origens, Espaços e Contextos do Megalitismo*, Lisboa, Instituto Português de Arqueologia («Trabalhos de Arqueologia» 25), pp. 269-279.

SILVA, Fernando Augusto Pereira da (1999), Práticas funerárias da Pré-História Recente na Região Centro e Norte Litoral, *Arqueologia e História*, 51, Lisboa, Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 167-195.

SOUSA, Manuel Bernardo de; SEQUEIRA, António J. D. (1989), *Carta Geológica de Portugal. Notícia Explicativa da Folha 10-D, Alijó*, Lisboa, Serviços Geológicos de Portugal.

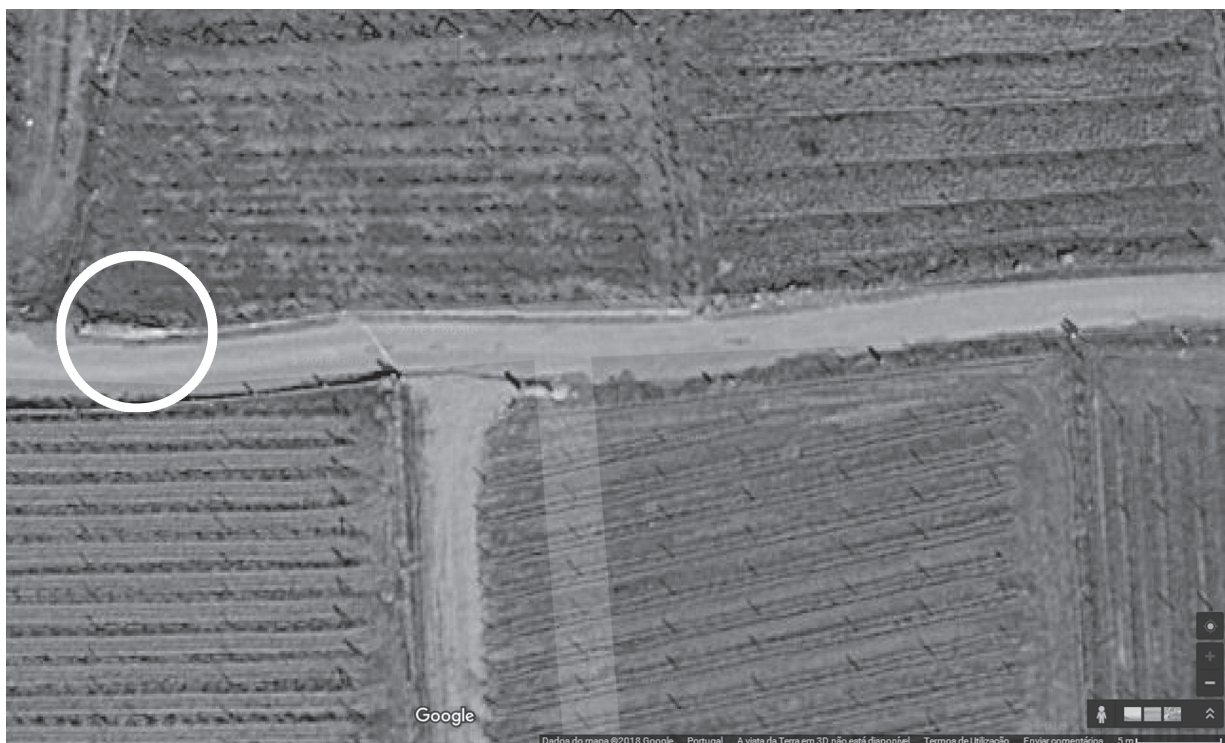
SOUSA, Orlando (1989), O abrigo de arte rupestre da Pala Pinta-Alijó, *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, XXIX, Porto, Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, pp. 191, 192, VI ests.



**Fig. 1:** Localização do Vale de Naçarães, Fontelo, Armamar (seg. a C.M.P. nº 127, SCEP).



**Fig. 2:** Localização do menir de Fontelo (2018) (Google Maps).



**Fig 3:** Situação do menir de Fontelo, no Vale de Naçarões, em vista aérea (2018) (Google Maps).



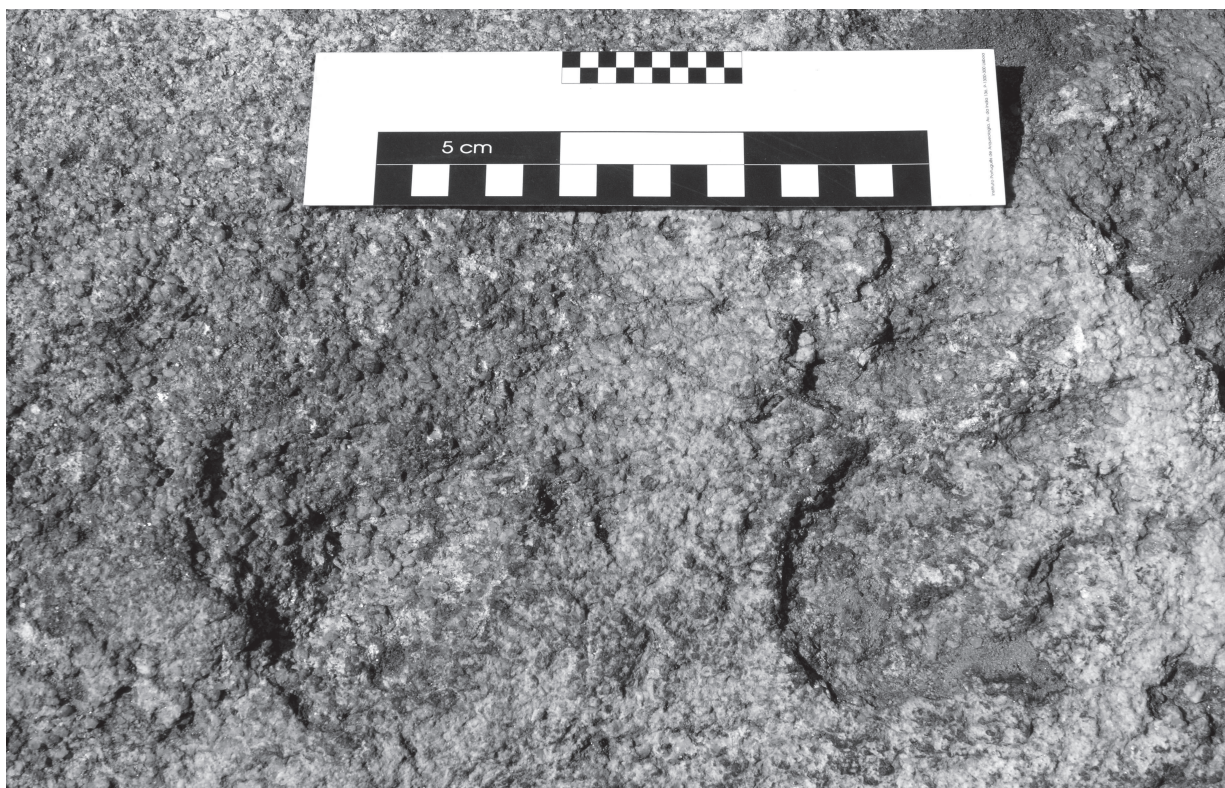
**Fig. 4:** Menir de Fontelo, junto a caminho rural (foto de J. Gonçalves, 2018).



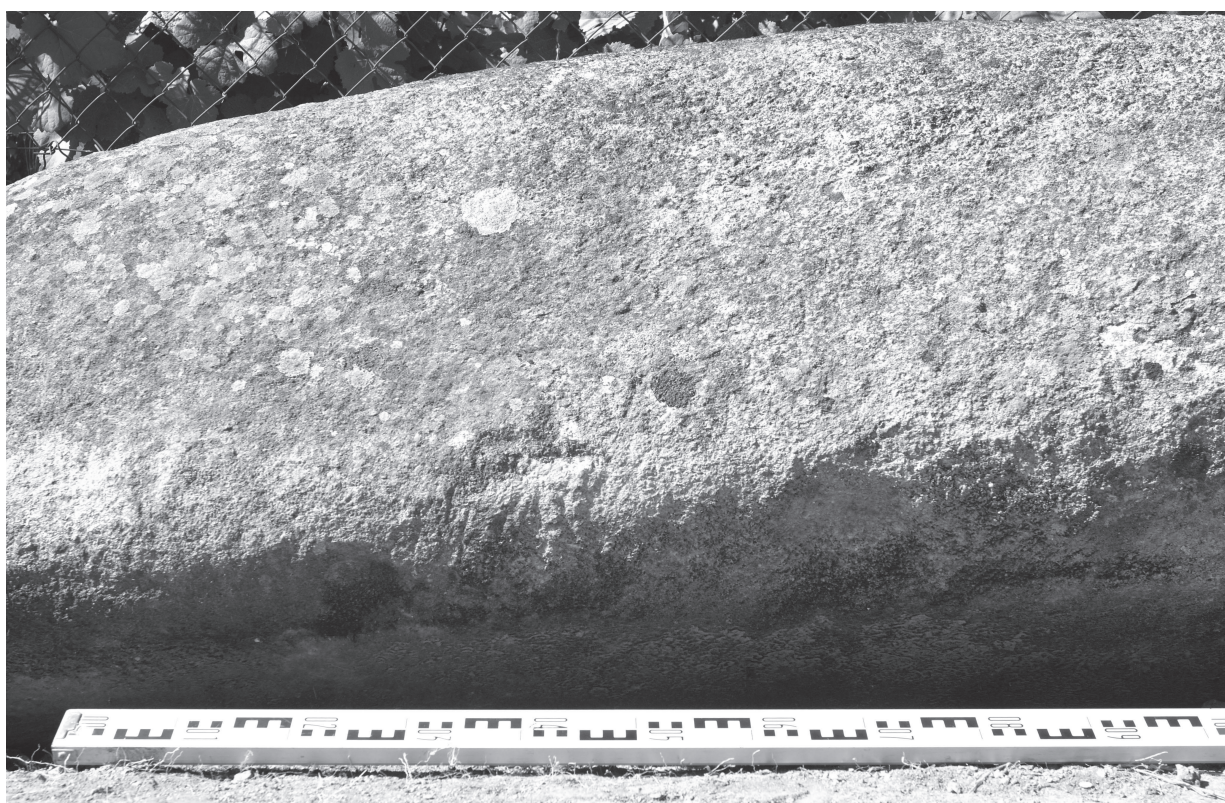
**Fig. 5:** Menir de Fontelo. Vista lateral (foto de J. Gonçalves, 2018).



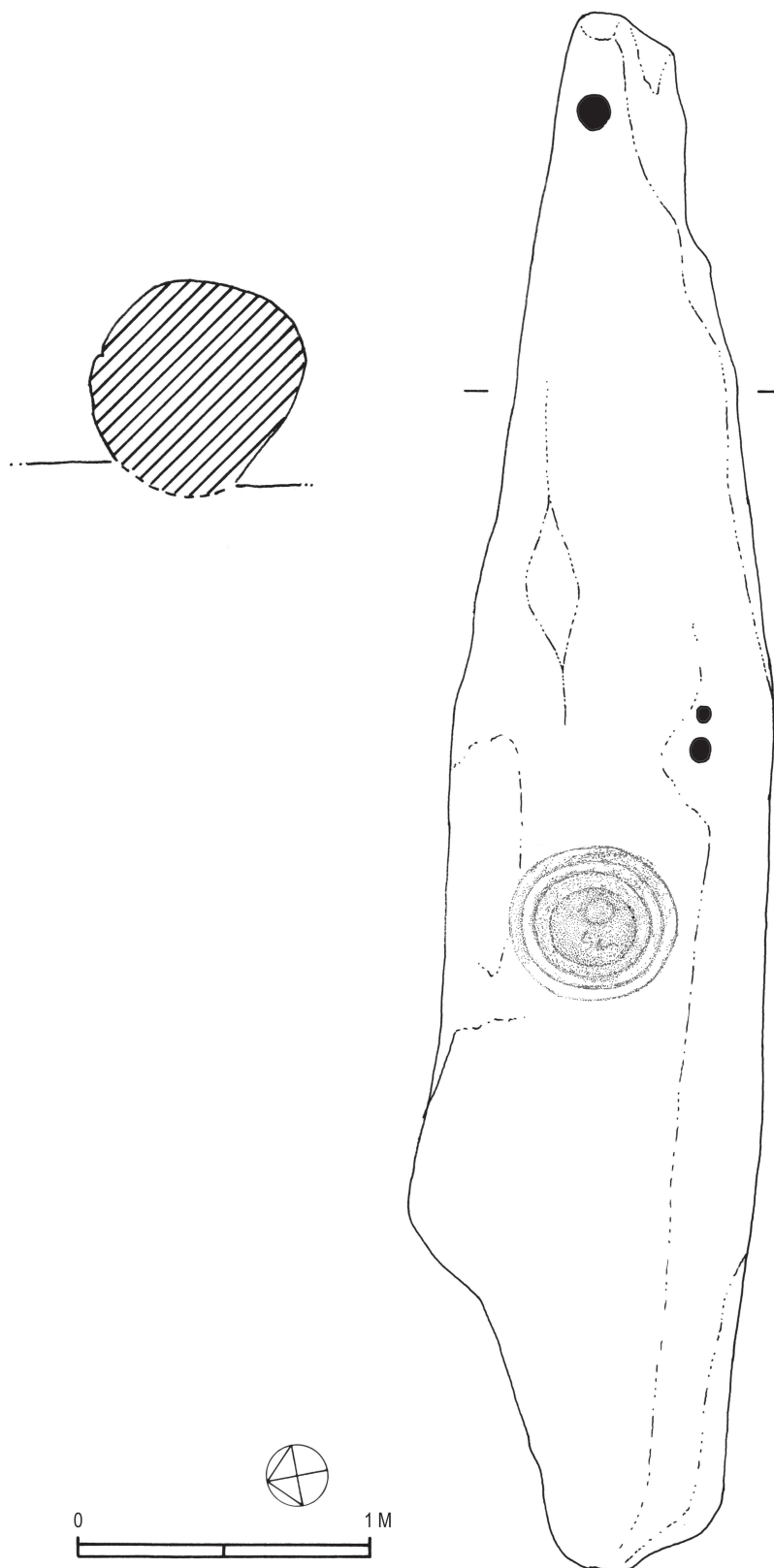
**Fig. 6:** Covinha de grandes dimensões, junto ao topo do menir (foto de J. Gonçalves, 2018).



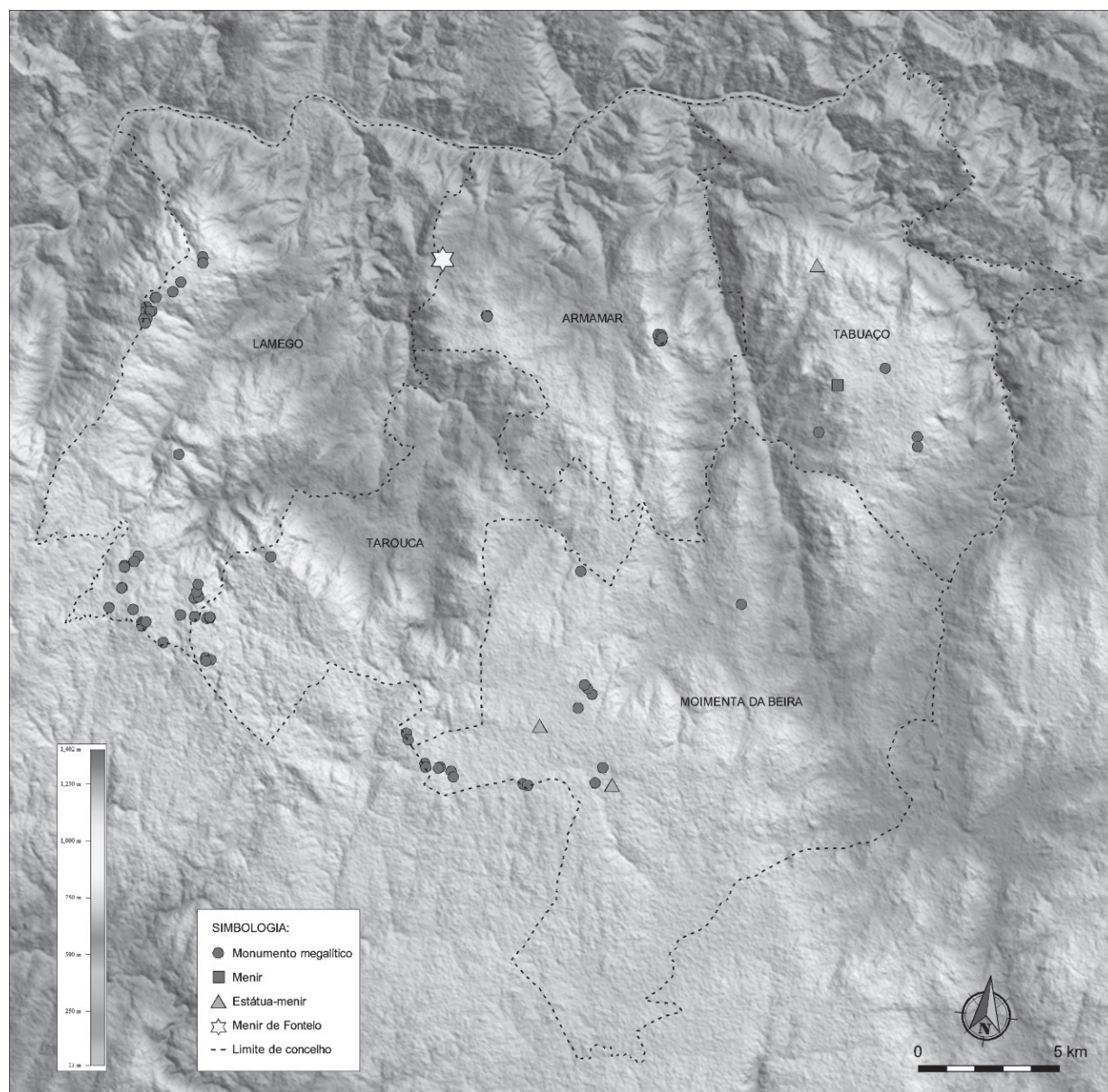
**Fig. 7:** Par de covinhas, muito deterioradas (foto de M.V. Gomes, 2018).



**Fig. 8:** Par de covinhas, de grandes dimensões (foto de J. Gonçalves, 2018).



**Fig. 9:** Menir de Fontelo. Levantamento gráfico, planta e corte, tal como registo preliminar das suas gravuras (desenho de J. Gonçalves e M. V. Gomes, 2018).



**Fig 10:** Megalitismo nos concelhos de Armamar, Tabuaço, Moimenta da Beira, Tarouca e Lamego (seg. Hugo Pires e Orlando Sousa).

# LAS ESTATUAS GALAICO LUSITANAS EN POSICIÓN DE PARADA. I: DISTRIBUCIÓN ESPACIAL, EMPLAZAMIENTOS Y EPIGRAFÍA ASOCIADA

**Sergio Ríos González**

Dirección General de Cultura y Patrimonio del Gobierno del Principado de Asturias  
[sergio.riosgonzalez@asturias.org](mailto:sergio.riosgonzalez@asturias.org)

## ABSTRACT

The statues of warriors are one of the most prominent examples of the Castro culture in the northwest of the Iberian Peninsula. Notable in this category is a series of sculptures depicting the same iconographic motif: standing male, looking straight ahead, carrying a shield on the front. This paper, which is the first part of an integral research about this sculptures, studies their distribution and location as well as the inscriptions that are carved in some of them. Our analysis shows that these sculptural pieces are not found everywhere but in some specific sites within the old *conventus bracarenensis* territory. Most of those locations are associated to heterogeneous settlements, but some others cannot be associated to inhabited areas. In this latter case, the sculptures could have been linked to key points in the territory (crossroads, hills, relevant piks, etc). Finally, engraved inscriptions seem concurrent with their corresponding sculptures, so this is a significant clue for the chronology of this unique statues of warriors.

**Keywords:** Castro culture; *conventus Bracarenensis*; *citânias*; roman epigraphy; castros' stone sculpture; warrior statues.

## RESUMEN

Las estatuas de guerreros constituyen uno de los conjuntos más notables de la escultura castreña del noroeste peninsular. Dentro de este grupo destacan una serie de piezas que replican con precisión el mismo tipo iconográfico: un guerrero en posición de parada. Este artículo constituye la primera parte de un estudio integral de esta tipología escultórica y está dedicado a la distribución, emplazamientos e inscripciones grabadas sobre algunas de estas esculturas. Nuestro análisis muestra como los hallazgos de estas piezas se concentran en determinados sectores del territorio del antiguo del *conventus bracarenensis*, entre los cuales intermedian vacíos significativos. Estas localizaciones se asocian a su vez con asentamientos de características heterogéneas, aunque existen también casos puntuales para los que carecemos de evidencias de una relación con núcleos habitados, por lo que cabe presumir vinculaciones con puntos significativos del territorio: cruces de caminos, collados, vértices relevantes, etc. Por último, las características de los epígrafes abundan en favor de una relación de coetaneidad con las esculturas que les sirven de soporte, lo que constituye un referente fundamental a la hora de determinar la cronología de estas estatuas tan singulares.

**Palabras clave:** Cultura castreña; *conventus Bracarenensis*; *citânias*; epigrafía romana; plástica castreña; esculturas de guerreros.

## 1. INTRODUCCIÓN: LA CARACTERIZACIÓN DE UN TIPO

Los conocidos como guerreros castreños, lusitanos, galaicos o lusitano-galaicos constituyen uno de los conjuntos más singulares del registro escultórico relacionado con los poblados fortificados del noroeste peninsular. El corpus mayoritariamente asumido consta de treinta y dos ejemplares; de los cuales la parte más significativa, tanto cualitativa como cuantitativamente, corresponde sin variaciones destacadas a un mismo tipo, que consiste en una figura masculina de bulto redondo a escala cercana a la natural, y en algún caso sustancialmente superior, con una disposición frontal, rígida y sin denotar el menor movimiento<sup>1</sup>. Las piernas aparecen unidas – salvo en los dos ejemplares procedentes de Monte Mozinho –, y los brazos siempre pegados al cuerpo, flexionados en ángulos iguales o superiores a noventa grados. Visten sayos de mangas cortas muy ceñidos al cuerpo y que caen hasta media altura del muslo, que pueden aparecer recubiertos de una abigarrada decoración de motivos abstractos. Los pies se representan desnudos o bien con calzas y los dos ejemplares de Santa Comba portan grebas. La solución común para la mano derecha es situarla en posición de asir el mango de un puñal envainado que cuelga de un cinto en ese mismo lateral; salvo en tres casos – dos seguros y uno muy probable – procedentes de Armea y Sta. Comba de Basto, en los que blande una espada que se apoya sobre el pecho. La mano izquierda, por su parte, se solapa tras un característico escudo circular: la *caetra*, que se dispone en posición frontal a la altura del vientre. Los elementos decorativos se reducen a *viriae* en los brazos, y cuatro figuras – tres seguras y una probable – portan torques en el cuello (Lesenho, Sanfins, ¿Rubiás?).

En suma, lo que este tipo representa es a un soldado de infantería ligera, un *caetratus*, en actitud marcial y exhibiendo su armamento, por lo que se puede afirmar con propiedad que las esculturas representan una pose de parada militar. El rigor a la hora de reproducir este canon es tal que López Cuevillas llegó a afirmar que los escultores estaban obligados a respetarlo (1951: p. 185). Del inventario de guerreros galaicos conocidos se ajustan a él los siguientes ejemplares: Armea (nº 2 y 3), Capeludos (nº 6), Cendufe (nº 8 y nº 9), Outeiro Lesenho y Aldea de Campos (nº 11, nº 12, nº 13 y nº 14), Monte Mozinho (nº 16 y nº 17)<sup>2</sup>, São Jorge de Vizela (nº 23), São Juliao (nº 24), São Paio de Meixido (nº 25) y Sanfins (nº 26)<sup>3</sup>. A estas quince estatuas deben sumarse otras cuatro desaparecidas de las que tenemos noticia gracias a referencias textuales explícitas. No ofrece margen para la duda la que alude a la de Rubiás (nº 21) y el feliz redescubrimiento del manuscrito y dibujo remitidos a la Real Academia de la Historia en 1837 por el Marqués de Almenara y José de Vereá y Aguiar confirma la identificación avanzada por Hübner de la de Vilar de Barrio (nº 31) (HÜBNER 1871: p. 108; MAIER y SHATTNER 2012). También parece suficientemente explícita la que alude a Britelo-Cidadelhe (nº 5) y creemos que un testimonio de Argote alude a un ejemplar perdido de la *citânia* de Sanfins que no se incluye en el catálogo de Calo.

Por el contrario, carece de base documental la supuesta desaparición de una de estas estatuas en Midões (nº 15), que incluso llegó a vincularse con la *citânia* de Monte da Saia (ALARCÃO, 2003: p. 123; ALMEIDA, 2003: p. 254). El equívoco parte de un error de Hübner a la hora de interpretar la carta de donación de la mitad de la *Villa Midonis* a la Sé de Coimbra (HÜBNER 1871: p. 108, RODRIGUES y COSTA 1999: nº 60, pp. 102-104). Entre los hitos que delimitan el dominio objeto de esta donación, otorgada por el rey Afonso Henriques en 1169, figura la mención a un ídolo que el sabio alemán identificó con una estatua de guerrero. Sin embargo, la cita no solo resulta demasiado ambigua como para presumir

1 Nos referimos al catálogo elaborado por Francisco Calo con motivo del coloquio internacional celebrado en Lisboa en enero de 2002, bajo el patrocinio de la embajada de la República Federal Alemana, el Museu Nacional de Arqueología (MNA) y el Goethe-Institut. Remitimos a él y a la monografía de este mismo autor sobre la plástica castreña a quienes estén interesados en conocer las medidas y descripciones pormenorizadas de cada ejemplar (CALO 1994 y 2003).

2 Estas son las esculturas que suscitan mayores dudas a la hora de ser adscritas a este lote. Además de por la particularidad de ser las únicas que disponen las piernas por separado, por no mostrar –acaso debido a su conservación fragmentaria– los atributos característicos de esta tipología. Tan solo apunta en este sentido la presencia de *sagum* ceñido, con una marcada decoración en retícula que tiene su paralelo más cercano en las estatuas de Cendufe (ALMEIDA 1974: p. 28, CALO 1994: p. 345).

3 Entre paréntesis, el número correspondiente del catálogo elaborado por Calo (2003).

esta tipología escultórica en particular<sup>4</sup>, sino que además el antiguo coto de la *Villa Midonis* se relaciona espacialmente con la parroquia de Midões del municipio de Tábula, al sur del río Mondego, y no con la del municipio de Barcelos, como se ha supuesto hasta ahora.

El inventario de estatuas de guerreros incluye varias cabezas aisladas, pese a que su caracterización tipológica dista de ser segura (CALO 1994: pp. 673-675). A la desconexión anatómica se suman los condicionantes impuestos por una deficiente -o incluso inexistente- contextualización arqueológica, la mala conservación y un repertorio de paralelos seguros limitado a las cuatro estatuas que conservan la cabeza (nº 6, nº 11, nº 12 y nº 26), que para mayor complejidad responden a tres soluciones diferentes. Todo ello provoca que la relación de estas cabezas con la estatuaria que nos ocupa resulte tan solo hipotética. Llama la atención en ese sentido que las piezas de características más atípicas provengan precisamente de zonas periféricas en las que no se han hallado hasta el momento fragmentos de estatuas que no planteen dudas para ser adscritas a esta tipología. Al norte del Miño, este es el caso de la tosca cabeza de Anlló, cuya pésima conservación deja entrever una posición ladeada absolutamente atípica (nº 1). También la de Ralle, igualmente de muy mala factura técnica y con un tamaño que duplica la escala común en las estatuas bien identificadas (nº 18); o incluso la muy degradada de Río (nº 19). En lo que respecta al sur del Duero, no encontramos ningún argumento, ni formal ni menos aún contextual, que justifique la permanencia en el inventario de la cabeza hallada accidentalmente en Guarda (nº 10). Por el contrario, ofrece mayores dudas en este sentido la pieza de Vilarelhos (nº 32), pese a provenir de un área situada muy al este de la Sierra de Marao. Ello se debe a que las imágenes publicadas de ella -su paradero actual se desconoce- dejan traslucir, pese al mal estado de conservación, algunos rasgos comunes a esta estatuaria (CALO 1994: pp. 644-646).

Otras dos piezas de características singulares incluidas en este inventario ofrecen también serios problemas de identificación. De Bergazo, en las proximidades de Lugo, proviene el fragmento basal de una gran estatua diseñado para ser clavado sobre el terreno (nº 4). La parte correspondiente a la figura propiamente dicha se reduce a los dos pies descalzos que se representan en una posición oblicua y no horizontal, particularidad que de nuevo constituye un *unicum*. A ello se suma que su tamaño permite estimar para la figura completa una altura en torno a 2,70 m, medida que excede sustancialmente de los valores medios de las estatuas bien identificadas. Por el contrario, el fragmento de un torso hallado en Santa Agueda pertenece a una escultura de muy reducidas dimensiones (nº 27). Su mala conservación y la disposición de los brazos invita además a tomar con muchas reservas su relación con la estatuaria de temática guerrera del noroeste (Fig. 1).

Los problemas que plantean las piezas fragmentarias de A Sabanle y Castromao son de otra naturaleza (nº 22, y nº 7). Ambas corresponden, sin duda, a representaciones de guerrero, pero sus respectivos modelos se apartan del propio de las estatuas en actitud de parada, tanto en tipología como en escala. A partir de los fragmentos conservados se deduce que la pieza de A Sabanle alcanzaba una altura total aproximada de solo 80 cm (Fig. 2), mientras que la de Castromao era aún menor, al elevarse apenas 50 cm. (SCHATTNER 2004: p. 41).

## 2. A PROPÓSITO DE LAS LOCALIZACIONES

### 2.1. EL CONTEXTO MACRO ESPACIAL

El mapa de distribución de esta estatuaria muestra ciertas particularidades con respecto a los de otras manifestaciones de la plástica castreña (Fig. 3). Resulta de gran interés en este sentido la comparación con el relativo a la escultura arquitectónica, dado que ambas manifestaciones escultóricas tienen al territorio entre el Duero y Miño como principales áreas de difusión (Fig. 4). Mientras que las

---

4 ... *et ferit in illos alios duaos cautos qui sunt in simul fixi, justa stratum, quorum unus lapis incompositus videtur, alter vero similitudinem hominis habere videtur in modum idoli* (Transcripción de RODRIGUES y COSTA 1999: p. 102).

localizaciones de la plástica arquitectónica se distribuyen de forma bastante homogénea por todo este ámbito (no así los respectivos corpus de piezas de cada yacimiento, que muestran acusados contrastes), las relativas a las estatuas en actitud de parada definen vacíos y concentraciones muy significativos. Llama la atención su ausencia, al menos hasta el momento, en el entorno de Braga y en general en el tramo bajo de las cuencas de los ríos Cávado y Ave, que solo mitiga el hallazgo del castro de S. Julião, ya en la periferia septentrional de este territorio al ubicarse en uno de los contrafuertes de la Sierra de Amarela, y la cabeza hallada en el castro de Roriz (nº 10), hoy muy desfigurada y cuya relación con esta estatuaria no ofrece plena seguridad.

Este vacío intermedia entre dos agrupaciones de carácter lineal. La septentrional se desarrolla a lo largo de la cuenca del Limia, donde, desde la costa hacia al interior, se suceden las localizaciones de Meixedo, Cendufe, Britelo-Cidadelhe y Rubiás. Por su parte, la meridional define un eje de orientación SO-NE, a caballo de los sistemas montañosos que conforman el interfluvio entre las cuencas de los ríos Ave y Tâmega (Sierra de Barroso y sus estribaciones suroccidentales): Sanfins, S. Jorge de Vizela, Santa Comba y Lesenho. Un tercer grupo de menor entidad lo encontramos en la zona noroeste del área de distribución y lo conforman las localizaciones de Armea y Vilar de Barrio. Al margen de estas concentraciones quedan tan solo los ejemplos de Monte Castro de Capeludos, cercano a la margen izquierda del Tâmega, y Monte Mozinho. Esta última constituye, por el momento, la localización más meridional.

Resulta evidente la falta de correspondencia entre esta distribución y los patrones de asentamiento. No guarda relación con las *civitates* y capitales de los *populi* surgidos tras la integración administrativa en el dominio romano (MARTINS 1991: p. 90; contra, ALARCÃO 2003: pp. 121 y ss.) y tampoco cabe establecer una asociación con el modelo de poblamiento ligado a la aparición de las *citânias* (Contra, GONZÁLEZ RUIBAL 2006-2007: p. 347; SANTOS 2012: p. 35; FONTE 2017: p. 248)<sup>5</sup>. De hecho, la relación con grandes poblados solo se verifica con seguridad en Sanfins, S. Julião, Monte Mozinho y, quizá, la *cibdá* de Armea, si en el futuro se confirmara la presencia en este poblado de una trama construida propiamente castreña, además de la urbana de inspiración mediterránea que en la actualidad está sacando a la luz un equipo de arqueólogos de la Universidad de Vigo. A estas localizaciones podría sumarse la de Roriz, si se disiparan las dudas en relación con la identificación de la cabeza allí hallada.

Un segundo grupo lo conforman las estatuas provenientes de castros de tamaño medio o incluso reducido, y/o emplazamientos distintos de las ubicaciones en altura comunes a las *citânias*. Es el caso del monte de Santo Ovidio de Fafe, que Manuela Martins adscribe al modelo B de su tipología de asentamientos, además de apuntar que su aparato poliorcético y disposición del caserío doméstico - articulado en plataformas artificiales- se apartan de los modelos comunes en los castros del noroeste portugués (MARTINS 1990: pp. 207-208; 1991: pp. 13-14).

También son ejemplos significativos en el mismo sentido dos de las tres localizaciones de la cuenca del Limia. La primera, el castro de Cendufe, que ocupa un espolón colgado sobre la margen derecha de este río. En sus vertientes - y por lo tanto, ya fuera del recinto - fueron hallados, amortizados como material constructivo, los fragmentos de las dos estatuas que se asocian con este poblado (PEREIRA 1908: pp. 205-207). La segunda, el castro de Rubiás referido por Castellá (parroquia de Cadós, Bande, Ourense), que se asienta sobre un espolón sobre la cuenca del Cadós, tributario del Limia por su margen

---

5 Tal y como apuntara Clarke, la imprecisión terminológica supone uno de los mayores lastres para el progreso de la arqueología como disciplina (1984: pp. 19 y ss.). Y es precisamente uno de los grandes problemas asociados al empleo de una terminología laxa, la ambigüedad, entendida esta en una doble acepción: uso de un mismo y único término para diferentes series de fenómenos y el uso del mismo término para niveles jerárquicos de series diferentes, el que introduce el uso abusivo del término *oppidum-oppida*, dada su marcada polisemia (FUMADÓ 2013). Los grandes poblados del norte de Portugal y sur de Galicia responden a una dinámica histórica particular, que se refleja en unos atributos originales que funden tradición local con influencias foráneas y que abarcan la integridad del hábitat construido (poliorcética, técnicas constructivas, disposición y articulación de los espacios domésticos, trama urbana, etc...). Ello los hace acreedores de una denominación específica que evite su designación por medio de un préstamo tan manido que solo contribuye a difuminar su indudable singularidad, además de introducir tácitamente paralelismos con otras latitudes y cronologías que la realidad arqueológica no refrenda. Como apuntamos en otra ocasión, creemos que es *citânia* el término que más conviene al caso, tanto por su vinculación toponímica con algunos de los grandes castros más emblemáticos del norte de Portugal como por tener ya un cierto arraigo en la historiografía galaico-portuguesa (RÍOS 2017: pp. 339 y ss. Contra, CALO 1997: pp. 19-21).

derecha. El recinto se articulaba en dos plataformas a distinto nivel, superponiéndose hoy en día la aldea de Rubiás a buena parte de la plataforma cimera y al gran foso que separaba el asentamiento del terreno circundante.

Por su posición periférica, el castro de Outeiro Lesenho responde a otro modelo. Ocupa un vértice cónico de 1076 m de altura que se alza sobre las suaves ondulaciones de la Sierra de Barroso, macizo montañoso que configura el interfluvio entre dos de los principales afluentes del Támeiga: el Beça y el Covas. En coherencia con esta posición, las características del asentamiento se apartan de las comunes al ámbito bracarense y presentan evidentes conexiones con los poblados de la comarca de Trás-os-Montes, la franja suroriental de Orense y las tierras más occidentales de Zamora y Salamanca. El aparato defensivo combina la presencia de piedras hincadas y varios lienzos de muralla (Fig. 5). Estos últimos definen varios recintos que suman una superficie que no alcanza las cuatro hectáreas, de las que solo una se considera habitable (FONTE 2017: pp. 245-246) (Fig. 6). Las intervenciones arqueológicas llevadas a cabo en los últimos años, que a tenor de lo publicado han tenido hasta el momento un alcance muy limitado, han registrado una ocupación fechable a partir de finales del siglo II a.C., asociada a una cabaña circular con un sistema de drenaje perimetral (MARTINS *et alii* 2010: pp. 51-57; FONTE 2015: p. 147), con evidentes afinidades morfológicas con las exhumadas en el castro orensano de Saceda, ya en la vertiente norte de la sierra de Larouco (GONZÁLEZ RUIBAL 2005: pp. 270-271). El hallazgo en superficie de dos fíbulas de tipo *Aucissa* (Ponte 42) permitiría prolongar esta ocupación hasta mediados del s. I d.C. (FONTE 2015: pp. 116-117). Si se da por buena la estrecha relación con el ejército que se atribuye a este modelo de fíbula, esta última etapa pudo tener un marcado carácter militar (PONTE 2006: pp. 366 y ss.).

Atendiendo a sus características y situación se ha identificado a Outeiro Lesenho con un “*oppidum* de frontera” enclavado en la línea que durante la Segunda Edad del Hierro separaba “al estado de las sociedades sin (o contra el) estado”; esto es, los territorios occidentales, con estados y jefaturas complejas, de los orientales, con estructuras tribales y jefaturas simples. Esta situación fronteriza tendría supuestamente su reflejo en la combinación de un patrón de asentamiento típicamente trasmontano con la presencia de estatuas de guerreros en vez de esculturas de verracos, que, como es sabido, constituyen el elemento escultórico más significativo del territorio oriental (GONZÁLEZ RUIBAL 2009: pp. 155 y ss). En contra de esta tesis cabe aducir, en primer lugar, que con acuerdo al marco geopolítico y la noción de frontera territorial que le sirven de fundamento la promoción de un asentamiento fronterizo solo podía provenir del territorio occidental, habida cuenta de que al modelo de poblamiento oriental, dada su naturaleza segmentaria y no jerarquizada, le resultaba ajena la articulación práctica de una noción de frontera política que trascendiera de los respectivos límites territoriales de cada asentamiento. En consonancia, cabría esperar que Outeiro Lesenho se ajustara a los modelos de asentamientos propios de los pueblos occidentales en vez de los orientales. Y, en segundo lugar, que la supuesta dualidad asentamiento-estatuas se desvanece sin la asunción apriorística de su sincronía. Asociar el castro y las estatuas con sendas fases sucesivas proporciona de hecho una explicación bastante más verosímil para esta coexistencia.

Conectada con el aspecto anterior está la consideración de Outeiro Lesenho como un lugar central (GONZÁLEZ RUIBAL 2009: p. 156; FONTE 2017: pp. 243-247), que al menos hasta el momento no está refrendada por un análisis macroespacial del territorio que permita presuponer relaciones de dominio sobre otros asentamientos. Por su carácter insólito dentro del panorama de la protohistoria del noroeste península, precisaría también de aval arqueológico la presunción de que el reducido espacio habitable de este castro estaba reservado a la élite social y que el resto de la comunidad vivía dispersa en el entorno del asentamiento (FONTE 2017: p. 245). Si se confirmara la identificación de los recintos múltiples con encerraderos de ganado, en línea con lo apuntado para otros castros de la submeseta norte (Las Cogotas, Mesa de Miranda, Sanchorreja, Raso de Candaleda...), cabría, de hecho, extraer una inferencia social de signo radicalmente opuesto a partir de la relación que algunos investigadores establecen entre labores de estabulación y las clases serviles (ÁLVAREZ SANCHÍS 2003: p. 151). Y, por

último, vuelve de nuevo a resultar necesario el aporte de datos arqueológicos para poder calibrar la importancia y diacronía de la fase de ocupación romana y la hipotética identificación del asentamiento con la capital de los *equaesi*, hasta el momento solo sustentada en la presunción de que las estatuas de guerreros constituyen representaciones de príncipes (ALARCÃO 2003: fig. 1).

Al oeste de Outeiro Lesenho, y a algo más de 10 km de distancia en línea del aire, se encuentra el Monte Castelo – o Monte Crasto – de Capeludos. Se trata de un recinto de apenas 0,5 has, delimitado por una única muralla de aparejo poligonal facetado, en cuyo interior se han recuperado en superficie fragmentos de cerámica de la Segunda Edad del Hierro. Al pie del abrupto resalte que ocupa el asentamiento se da cuenta además de la presencia de restos relacionados con ocupaciones de época romana y visigótica (BATATA 2009: pp. 271-272, 278 y 280). Leite de Vasconcelos precisa que la estatua relacionada con este yacimiento se halló en un campo al pie de la población de Capeludos y en la falda del Monte Crasto, por lo que su relación directa con el recinto fortificado de la parte superior resulta, cuando menos, dudosa (VASCONCELOS 1902: p. 23; 1913: pp. 54-55).

La relación con asentamientos castreños del resto de las estatuas en posición de parada se basa solo en presunciones, cuya mayor o menor aceptación está en consonancia con la proximidad o lejanía de un castro con el que establecer la vinculación. Un ejemplo paradigmático en este sentido es la estatua descubierta en 1980 en Santa Comba de Basto (nº 28), cercana a la base del castro homónimo, que Sarmento designó reiteradamente como *Cividade* (1933: pp. 145, 168, 317), pese a sus pequeñas dimensiones (SILVA 1981-82: p. 89). La pieza apareció al desarraigar un alcornoque con una pala excavadora, abrazada por las raíces del árbol apeado y a 1 m de profundidad. En relación con ella se recuperaron varios fragmentos de tégula y cerámica común romana (ALMEIDA 1980: p. 111). El contexto aboga más por una relación de la pieza con el lugar en el que fue hallada que por un hipotético traslado desde el castro, por más que este se encuentre a menos de 200 m de distancia. Es posible que su emplazamiento se vinculara con el camino de acceso al poblado (SARMENTO 1933: p. 169; ALMEIDA 1980: p. 111; CALO 1994: p. 509), quizá en una posición cercana a la confluencia con una de las vías de comunicación que vertebraban este territorio.

La segunda estatua procedente de Santa Comba es conocida desde antes del año 1612 (nº 29). Se ignora el lugar y circunstancias que rodearon a su hallazgo, por lo que la vinculación con el castro de Santa Comba sugerida por algunos autores vuelve a resultar hipotética (ALMEIDA 1980: p. 116; CALO 1994: p. 510).

Carecemos también de referentes seguros para relacionar con un castro la estatua hallada por Martins Sarmento en el pórtico de la iglesia de S. Jorge de Vizela (1933: pp. 207-208). Calo propone como lugar de procedencia el situado ladera arriba de la iglesia de S. Martinho de Penacova, distante menos de 800 m en línea de aire de la iglesia de S. Jorge de Vizela. Se basa para ello en una hipotética relación entre la estatua hallada por Sarmento y una cita de Jerónimo Contador de Argote (CALO 1994: pp. 467, 469). En efecto, el clérigo teatino da cuenta de que en este castro – al que llama *Monte Christello* – se halló una estatua, si bien la descripción que facilita no permite una identificación segura de su tipología y las medidas que proporciona de la misma tienen difícil correspondencia con las de la hallada en la iglesia de San Jorge<sup>6</sup>. Sarmento, de hecho, siguió llegando a contemplar esta relación, pese a ser buen conocedor tanto de la referencia del clérigo como del yacimiento al que este alude (1933: pp. 204-206).

De la procedencia de la estatua que se exhibe hoy en la Casa dos Nichos de Viana do Castelo solo sabemos que fue hallada en el coto de la Casa de Rochas, en la Quinta de Portela, parroquia de Sao Paio de Meixido, en una fecha quizá anterior a mediados del siglo XV, siendo trasladada a Viana do Castelo con posterioridad a 1622. La imprecisa referencia a la presencia de “umas ruínas antiqüissimas” en el lugar en el que fue hallada (GUERRA 1896: p. 193; SARMENTO 1933: pp. 72-73) no constituye aval

---

<sup>6</sup> Argote refiere “*huma estatua de pedras tosca, (...), a qual não tem cabeça, nem pés, e o corpo he de quatro palmos de alto, dous de largo, e hum de grosso*” (ARGOTE 1734: p. 463). Los cuatro palmos de altura permiten suponer que lo conservado no alcanzaba los 90 cm, valor sustancialmente inferior a los 157 cm que conserva la estatua de S. Jorge de Vizela. La importante restitución practicada en la zona del escudo y cadera de esta última no permite la comparación de las medidas relativas a la anchura y grosor (CALO 1994: p. 446).

suficiente para identificar el emplazamiento con un castro (CALO 1994: p. 469). De hecho, Brochado de Almeida resalta la inexistencia de asentamientos castreños en la zona (ALMEIDA 2003: pp. 162-163).

La imprecisión rodea también las circunstancias relacionadas con el hallazgo de la desaparecida estatua de Britelo. La cita que da cuenta de esta pieza sitúa su origen en la vecina parroquia de Lindoso, en un paraje cercano al lugar de Cidadelhe que Almeida denomina Veiga do Vão de Lage. De aquí sería trasladada a la capilla del Rosario, ya en la parroquia de San Martinho de Britelo (cf. VASCONCELOS 1913: p. 57), dando de este modo lugar a la confusión que impera en la bibliografía. Esta procedencia tampoco permite establecer una relación directa entre la estatua y el castro de A Cidade, situado unos 400 m al norte de Cidadelhe, ocupando un espolón elevado unos cien metros sobre la margen izquierda del Limia (FONTES 2012: pp. 46 y ss.).

La estatua de Vilar de Barrio servía antes de su desaparición de marco divisorio entre las parroquias ourensanas de Santa María de Bóveda y San Miguel de Padreda (HÜBNER 1871: p. 108; VASCONCELOS 1913: p. 58; MAIER y SHATTNER 2012), función que apunta a la ubicación en un punto estratégico del paisaje – vértice relevante, collado, cruce de caminos,... – por lo que la relación directa con un castro constituye tan solo una opción entre varias<sup>7</sup>.

El caso de Vilar de Barrio podría tener un estrecho paralelo en otra referencia documental que Fermín Bouza relacionó erróneamente con la desaparecida estatua de Rubiás (BOUZA 1932; CALO 1994: pp. 410-414). Figura la misma en la donación del dominio de la iglesia de Santa Comba de Bande al monasterio de Celanova por parte de Odoño Vermúdez, que se fecha en el 982 y que incluye, entre los hitos que demarcan el dominio, la alusión a una *efigiem hominis sculpta (sic) in petra* que se erguía en un lugar no muy lejano de la actual Cimadevilla de la parroquia de Baños de Bande (LÓPEZ CUEVILLAS y LORENZO 1938: pp. 86-89)<sup>8</sup>. Resulta evidente que la referencia no permite determinar la tipología de la efigie en cuestión, pero el contexto territorial al que remite – y a diferencia de la mención documental relativa a la presunta estatua de Midões – autoriza, cuando menos, a contemplar como una posibilidad el que pudiera tratarse de otra estatua en posición de parada.

## 2.2. LOS EMPLAZAMIENTOS

En una grieta abierta en la coronación de un gran bolo granítico se descubrió, en 1973 y empotrado de forma intencional, el fragmento basal de una de estas esculturas (SILVA 1986: pp. 308-309; CALO 1994: pp. 486-487). Ya adelantamos en otra ocasión nuestro convencimiento de que este hallazgo debe asociarse con una estatua desaparecida que refiere Argote, por lo que no guarda relación alguna con los fragmentos de estatua de guerrero hallados en 1962 por Paço en la zona superior del poblado (RÍOS 2017: p. 103). En consecuencia, serían dos las estatuas de guerrero que proceden de este poblado (Fig. 7)<sup>9</sup>.

---

<sup>7</sup> Por el contrario, Maier y Schattner creen que la estatua pudo ser trasladada a este emplazamiento con ocasión de la demarcación de los límites territoriales de concejos y parroquias derivada de la nueva estructura administrativa creada en 1834 (2012: pp. 471-472). No disponemos, sin embargo, de ningún dato en este sentido y del escrito del Marqués de Almenara y Vere de Aguiar, en el que se limitan a afirmar que la estatua “sirve de marco en el límite de las dos parroquias”, no puede colegirse la recolocación.

<sup>8</sup> El confeso Odoño Vermúdez se entrega al monasterio de Celanova y a su abad Diego con la iglesia de Santa Comba de Bande (SÁEZ y SÁEZ 2000: pp. 191-201; y en particular, p. 198).

<sup>9</sup> “E no meyo das ruínas acima descritas estava huma baze, e sobre ella havia huma estatua de pedra de huma mulher, con huma roca á cinta, que há pouco se quebrou, por se entender era figura de algum idolo, como na realidade debia ser” (ARGOTE 1734: p. 635). La estatua fue buscada infructuosamente por Sarmiento (1933: p. 424). De revelarse cierta la identificación con una figura de sexo femenino la estatua constituiría un *unicum* en la plástica castreña, por lo que todo apunta a que se trata de un error, quizá debido a su observación desde la lejanía o a la mala conservación de la pieza. Más significativa resulta la mención a una roca a la altura de la cintura, que posiblemente aluda al escudo, acaso el referente iconográfico más característico de esta estatuaria. Sea como fuere, resulta difícil de aceptar la relación de la base de estatua localizada en 1973 con los fragmentos hallados por Paço a más de 200 m de distancia, resultando irrelevante en este sentido que el granito sea de similar calidad o que existan ciertas afinidades formales entre los cuatro fragmentos disponibles (SILVA 1986: pp. 308-309), dado que ambas estatuas pudieron tener su origen en el mismo taller. Calo, en un principio, también abogó por la existencia de dos estatuas, apuntando en relación con la cita de Argote a que podría referirse tanto a alguno de los fragmentos de estatua de guerrero conocidas como a otros desaparecidos (1994: pp. 484-488). Sin embargo, en publicaciones posteriores pasó a afirmar que no existen argumentos para defender la existencia de más de una (2003: p. 21). Paço, por su parte, descarta la relación entre la estatua por él hallada y la mencionada por Argote, al otorgar verosimilitud a la identificación de esta con una figura femenina (1968: pp. 723-724).

La localización de 1973 constituye el único emplazamiento primario de una estatua de guerrero conocido hasta la fecha. El gran afloramiento granítico que servía de gran podio natural a la estatua se yergue sobre la puerta abierta en el lienzo occidental de la muralla del segundo recinto de este gran poblado (M2), situación que ha servido de argumento para considerar norma de carácter general la relación de los emplazamientos de las estatuas de guerreros con las puertas y murallas (SILVA 2003: p. 45; LEMOS y CRUZ 2008: p. 15; RODRÍGUEZ CORRAL 2012: pp. 87, 103; FONTE 2017: pp. 247-248). Sin embargo, un análisis de detalle del contexto que rodea a este emplazamiento obliga, cuando menos, a matizar esta relación.

Resulta evidente que en la actualidad la recreación de un guerrero colocada en sustitución de la estatua original constituye un referente visual para todo aquel que se aproxime por el camino que conduce a la puerta del segundo recinto, gracias a que la muralla M2 apenas conserva un metro de alzado en este sector. Sin embargo, con una altura de apenas dos metros la visión ya se vería seriamente comprometida y puede asegurarse que con tres metros la ocultación sería completa. E incluso en las condiciones actuales la visión queda anulada al llegar a la altura de la entrada por obra de la presencia inmediata del afloramiento granítico que servía de podio natural a la estatua (Fig. 8). No parece, por lo tanto, que su emplazamiento se escogiera pensando en establecer una relación con la muralla visible desde el exterior. Sin duda, lo más adecuado para este fin hubiera sido ubicarla sobre la propia cerca o bien al pie de la entrada.

Por el contrario, no existieron obstáculos para su contemplación desde el norte. No sabemos si con el emplazamiento elegido se buscó favorecer la visión de la estatua desde la muralla M2 en mayor medida que desde la calle colindante, pero en todo caso este es el sector desde el que se gozó de la mejor panorámica de la estatua durante la fase de ocupación del castro (Fig. 9). Otro punto de vista favorable nos lo ofrece hoy en día el camino que se dirige a la puerta del segundo recinto (M2) desde la entrada abierta en el lienzo sur de la muralla del primer recinto (M1); aunque este panorama, hoy tan despejado, antaño tuvo que estar parcial o incluso totalmente oculto por el caserío interpuesto. Por último, existe un tercer punto de vista a destacar, en este caso bastante más inmediato. Se trata del que se obtiene desde el sendero que serpentea junto al afloramiento granítico sobre el que se erguía la estatua. Por este itinerario, la aparición de la figura se producía de forma súbita, por lo que quizá pudo también tenerse en cuenta este efecto escenográfico a la hora de escoger el emplazamiento.

La segunda estatua de Sanfins no guarda relación alguna con las murallas. Pertenecen a la misma tres fragmentos: cabeza, torso y piernas; aunque se ha destacado al difícil encaje del último en el conjunto, apuntándose en consecuencia a su posible pertenencia a otro ejemplar (SCHATTNER 2004: p. 34), hipótesis que de confirmarse supondría la existencia de al menos tres ejemplares en este castro. Paço halló los tres fragmentos, en compañía de dos aras anepígrafas, junto a la confluencia perpendicular de los dos viales principales del poblado (PAÇO 1968: pp. 711-712). Este espacio, a todas luces de carácter público y religioso (SILVA 1986: p. 53; GONZÁLEZ RUIBAL 2006-07: pp. 566-567), se compone de dos recintos cuadrangulares que Silva considera de fundación augústea (KOCH 2003b: p. 247).

Precisar el contexto de las otras estatuas provenientes de recintos castreños ofrece aún mayores dificultades. Martins Sarmiento nos dice que la de Santo Ovidio de Fafe se encontraba en la cima del monte (1999: 70), por lo que podría quizá relacionarse con una posición destinada a facilitar su contemplación desde la lejanía.

Por su parte, todos los fragmentos de las dos estatuas de Monte Mozinho proceden del Sector B, que ocupa la vertiente noreste del castro, por debajo del anillo amurallado que delimita la corona superior del poblado<sup>10</sup> (Fig. 10). La base de la estatua nº 17 la halló Ferreira de Almeida durante la campaña de excavaciones de 1974, amortizada en un pavimento del siglo IV (ALMEIDA 1974: pp. 28-29, Est XXIII, 4;

---

<sup>10</sup> Agradecemos a la doctora Teresa Soeiro la información facilitada en relación con el alcance de la intervención llevada a cabo por Sousa, así como a los posteriores trabajos de reexcavación y recuperación de este sector dirigidos por Ferreira de Almeida y ella misma.

SOEIRO 1984: pp. 265-266). La pierna de esta misma estatua y los dos fragmentos correspondientes a la nº 16 habían sido recuperados años atrás durante las remociones emprendidas por Sousa en 1943, de cuyo desarrollo solo disponemos de referencias muy genéricas (1954). Desconocemos, en consecuencia, las circunstancias del hallazgo, aunque es muy posible que también hubieran sido reaprovechadas como material constructivo en las construcciones de los siglos III-IV d.C. que configuran la mayor parte de la trama construida visible en el sector B (SOEIRO 2000-01; 2019: pp. 56-58). La calzada que constituía la principal vía de acceso a la zona superior del poblado atraviesa longitudinalmente este sector, por lo que todo apunta a que las dos estatuas tuvieron su emplazamiento originario en las márgenes de esta vía, cercanas a la puerta de entrada abierta en la muralla o incluso al pie de la misma (SOEIRO 1984: p. 266; 2019: p. 29).

La estatua de S. Julião se localizó en 1981, en el marco de las excavaciones dirigidas por Manuela Martins sobre la plataforma intermedia que ciñe parcialmente la segunda línea de fortificaciones (MARTINS y SILVA 1984: pp. 31-32). La pieza apareció en la escombrera generada por las remociones acometidas en 1935 por João Martins de Freitas (1971), por lo que con respecto a su situación original solo se puede presumir que pudo estar en la zona en la que actuó este sacerdote o su entorno cercano.

Aún más ambigua resulta la primera cita a las dos estatuas provenientes de Outeiro Lesenho – datada en 1782 –, que indica que provenían del castro al tiempo que señala que, de aquella, llevaban cien años exhibiéndose en el atrio de la iglesia parroquial de Montealegre (GUERRA 1982: pp. 30-31; FONTE 2017: pp. 238-240).

Las circunstancias que rodean a la localización de las restantes estatuas relacionadas con castros son todavía más difusas y no permiten discernir con seguridad si provienen del interior de los recintos o bien de su entorno inmediato. Los fragmentos de los dos ejemplares procedentes de Cendufe estaban amortizados como material constructivo por debajo del poblado castreño (PEREIRA 1908: pp. 205-207). Las estatuas relacionadas con la *cibdã* de Armea se localizaron en dos parajes cercanos al poblado de Outeiro de Laxe por Conde-Valvís, quien da cuenta de la existencia de, cuando menos, dos reutilizaciones posteriores a la recuperación para una de ellas (exhibición y amortización como material constructivo) y tres para la otra (exhibición, nueva exhibición y amortización como material constructivo) (CONDE-VALVÍS 1952: pp. 70-72). Las otras dos estatuas que comúnmente se relacionan con Outeiro Lesenho las encontró Luiz de Figueiredo da Guerra en la cercana aldea de Campos en el año 1905, apuntando que una de ellas estaba amortizada como umbral en la entrada a un cobertizo (GUERRA 1982: p. 31) Por último, en el año 1935 una expedición de la Comisión de Monumentos localizó en una fuente de la aldea de Rubiás una cabeza que se considera perteneciente a la escultura epigrafiada referida por Castellá (Fig. 11), junto con un notable conjunto de piezas epigráficas y escultóricas que aparecieron reaprovechadas como material constructivo en diversos puntos de esta aldea, fuera por lo tanto de contexto arqueológico (LÓPEZ CUEVILLAS y LORENZO 1938: pp. 90 y ss.; CALO 1994: pp. 409-414).

Lo expuesto demuestra que no es posible asociar las estatuas en posición de parada con un único patrón de emplazamiento. Antes al contrario, los datos, aunque ambiguos, apuntan cuando menos a estas cuatro opciones:

- A. Emplazamientos en el entorno inmediato de castros, con especial querencia por las vías de aproximación y la proximidad a las puertas de acceso: Monte Mozinho, Santa Comba de Basto, ¿aldea de Campos?, ¿Armea?.
- B. Emplazamientos en recintos castreños
  - o B.1. En espacios de carácter público: Sanfins, ¿S. Julião?.
  - o B.2. En ubicaciones que ofrecen buenas condiciones de visibilidad a media o larga distancia: Santo Ovidio, Sanfins.

- C. Emplazamientos desvinculados de los castros, coincidentes con puntos estratégicos del territorio y-o con buenas condiciones de visibilidad: Vilar de Barrio, ¿S. Paio de Meixido?

La presencia de epígrafes en algunas esculturas, que como se verá en el siguiente apartado juzgamos contemporáneos de las mismas, no parece estar en consonancia con emplazamientos destinados a ser vistos a larga distancia, por lo que introduce otra variable susceptible de ser relacionada -al menos en el plano potencial- con los patrones de emplazamiento A y B1.

### 3. LA EPIGRAFÍA

Seis de las diecinueve estatuas en posición de parada conservan restos epigráficos. Esto supone un porcentaje mayor del 30%, que podría incluso aún ser superior en la realidad habida cuenta de que la conservación muy fragmentaria de varios ejemplares (Sanfins, Mozinho e incluso los dos de Cendufe) no permite evaluar con suficiente objetividad si tuvieron o no inscripciones. La cifra dista, por lo tanto, de resultar poco relevante, en contra de lo afirmado por algunos autores (HÖCK 2003a: p. 56; GONZÁLEZ GARCÍA 2009: p. 140; RODRÍGUEZ CORRAL 2012: pp. 81-82).

#### 3.1. LAS INSCRIPCIONES SOBRE ESCUDO

Es probable que casi todas las inscripciones –si no todas- fueran grabadas por manos distintas a las de los escultores. A través de los análisis particulares de los textos y sus relaciones con las estatuas soporte es posible, por una parte, establecer una aproximación a la magnitud de los hiatos que mediaron en cada caso entre la acción escultórica y la epigráfica, y por otra, precisar las afinidades y divergencias. En este último sentido, una de las características comunes más llamativas es el empleo de los escudos como cartela, que se repite en cuatro ejemplos, de los que dos, S. Juliao y Rubiás<sup>11</sup> (nº 24 y nº 21), se asocian con epígrafes de estructura similar:

Sao Julião: *Malceino/Dovilonis/f(ilio)*

Rubiás: *Adrono/Veroti f(ilio)*

Ambos se ajustan al esquema *cognomen* en dativo + *cognomen* paterno en genitivo, todos de una evidente raigambre indígena (MARTINS y SILVA 1984: pp. 36-39; ABASCAL, 1994: pp. 258 y 410; VALLEJO 2016: pp. 186, 244, 447). Faltan fórmulas de vinculación con el mundo funerario y la mención a los dedicantes. Esta última ausencia es relevante, ya que deja abierta la posibilidad de que se trate de promociones colectivas<sup>12</sup>. Su voluntad honorífica no ofrece duda: Malceino, hijo de Dovilo, y Adrono – o bien Ladrono, como proponen algunos investigadores (MARTINS y SILVA 1984: pp. 38-39; SILVA 1986: pp. 292-293; REDENTOR 2008: pp. 209-210; RODRÍGUEZ COLMENERO 2013: pp. 286-287) –, hijo de Veroto, fueron personajes bien conocidos de sus comunidades, probablemente en calidad de referentes sociales del momento más que de antepasados legendarios. Por lo tanto, ambos textos dejan traslucir una relación directa, y posiblemente también sincrónica, con sus respectivas estatuas soportes, que no cabe poner en cuestión alegando un supuesto mal encaje de la inscripción de S. Julião en su marco (GONZÁLEZ RUIBAL 2006-2007: p. 398; RODRÍGUEZ CORRAL 2012: pp. 81-82). Desencaje que en realidad no es tal, si tenemos presente que el corpus de la epigrafía romana incluye innumerables ejemplos con imperfecciones mucho más acentuadas (Fig. 13). Los desbordes del campo epigráfico

11 El testimonio de Castellá no deja lugar a dudas acerca de la situación del epígrafe (1610: p. 159): “una figura de hombre de piedra, desnudos los brazos con un sayo largo hasta más arriba quatro dedos de las rodillas, ceñido con una cinta gravada, y desnudas las piernas, en las manos tiene una rodela, ò escudo redondo con una punta en medio, con el siguiente letrero...”.

12 Olivares sostiene que los epígrafes votivos en los que no figura una mención a los dedicantes traslucen una relación con ámbitos privados: al ir destinados a entornos particulares la alusión a los oferentes se daba por supuesta, por lo que resultaba innecesaria por redundante (2013a). En las dos inscripciones que nos ocupan podría reflejar el fenómeno contrario: la omisión resultaría inaudita si se tratara de promociones de origen familiar, clientelar o evergético, por lo que podría traducir iniciativas comunitarias que no precisaban de refrendo epigráfico por ser bien conocidas por los colectivos protagonistas.

y los desajustes paleográficos constituyen un fenómeno común en la epigrafía romana del Noroeste Peninsular de rango no oficial, que solo traduce la falta de pericia de los lapicidas y que no tiene ninguna connotación cronológica (RÍOS 2017: p. 358).

El tercer epígrafe grabado sobre un escudo lo encontramos en el guerrero hallado en Santa Comba de Basto (nº 28). Corresponde también a un texto breve (Fig. 14):

*Artifices/Calubrigens/es et Abianien(ses)/f(aciendum) c(uraverunt)*

Asumimos la transcripción propuesta por Redentor (2008: pp. 203-206; 2009: p. 228; 2017: vol II, nº 170) y Rodríguez Colmenero (2013: pp. 287-290), que resuelve de forma satisfactoria el problema de concordancia del que adolecían las dos lecturas iniciales de Almeida – *Calubrigenses et Abianis* (o *Abinis*) – (1981: pp. 115-116; 1982: p. 83). La presencia del copulativo *et* no ofrece dudas, como ya apuntara el propio Almeida (1981: p. 116), por lo que no puede tomarse en consideración la lectura alternativa planteada por Silva – *Calubrigenses e(x)s Albinis* – que implicaba la integración de los *Calubrigenses* en el *populus* de los *Albini* (1981-82: pp. 87 y 90; 1982; 1986: p. 308). Se trata, por lo tanto, de una dedicatoria promovida colegiadamente por dos colectivos.

Almeida relacionó a los calubrigenses con la *Calubriga* mencionada en el epitafio del pretoriano *L. Pompeius Reburus*<sup>13</sup> y para la que existe consenso a la hora de fijar su situación en el entorno de O Barco de Valdeorras (Ourense), en el territorio de los *Gigurri* mencionados por Plinio<sup>14</sup> y el edicto del Bierzo (ALFÖLDY 2001: pp. 17-18), ya en el dominio astur y a más de 120 km en línea de aire del lugar procedencia de la estatua de Santa Comba. A juicio de Almeida, este vínculo probaría la existencia de colectivos de artesanos itinerantes (1981: p. 115), idea que asumieron Silva (1981-82: p. 87; 2003: p. 46) y Gimeno (1988: p. 9). A esta última le llamó especialmente la atención la no concreción del oficio de los artífices mencionados en el epígrafe, que consideró que podría traducir un incipiente desarrollo de la actividad artesanal, con su consiguiente falta de especialización. En un sentido contrario, Calo interpreta el texto como el reflejo de dos artesanos de distinta procedencia y oficio, en concreto, un pintor y un escultor (1994: pp. 816 y ss).

Pero Almeida no descartó por completo la posibilidad de que los autónimos aludieran a las poblaciones de dos asentamientos del entorno al lugar hallazgo, precisando que en este supuesto el de los calubrigenses, y por ser citados en primer lugar, sería el castro cercano de Santa Comba (1981: p. 115). Por nuestra parte, ya hemos apuntado líneas arriba a que existen indicios razonables para sostener que la estatua pudo tener su emplazamiento originario en las inmediaciones del lugar en el que fue hallada, a escasa distancia de la *cividade* de Santa Comba pero fuera de este recinto. En este marco, quizá un lugar de contacto e intercambio intercomunitario, cobra mayor sentido el carácter colegiado de la inscripción. Abunda en su favor la interpretación que propone Rodríguez Colmenero (2013: pp. 289-290), según la cual el papel de los artífices trascendió de la mera labor de simples escultores, elevándose a la categoría de representantes de sus respectivas colectividades: los *castella Calubriga* y *Abianum*, o *Abiania*. En consecuencia, los *artifices* mencionados en la inscripción lo serían en tanto que receptores de sus respectivas comunidades del encargo de modelar la estatua. Redentor da un paso más en este sentido, relacionando los *artifices* con dos colectivos promotores de la estatua, procedentes de sectores productivos no ligados exclusivamente al artesanado y con un estatus social elevado basado en su capacidad de intermediación con el poder romano (REDENTOR 2009: p. 232; 2017: I, pp. 401 y ss). Sea como fuere, la singularidad de la inscripción invita a tomar en consideración la interpretación del vocablo en este sentido amplio. Con acuerdo a este criterio, por el cual la promoción se subsume en la ejecución, el carácter colegiado del epígrafe se enviste de una coherencia que resulta difícil de aprehender si nos ajustamos a los estrictos márgenes etimológicos que imponen las acepciones clásicas del término *artifices*.

13 CII II, 2610.

14 PLINIO, III, 28.

Otra particularidad a destacar de este epígrafe es que su grabación se circunscribió a la mitad inferior del escudo. No hay indicios en la mitad superior de pérdida de caracteres por erosión y resulta difícil de asumir que una parte del texto fuera pintada y la otra grabada. En consecuencia, no tenemos datos objetivos para relacionar la escultura con un personaje en particular como pretende Redentor (2009: pp. 231-233; 2017: I, p. 403). Ello muestra hasta qué punto estas estatuas llegaron a constituir auténticos iconos, en cuanto representaciones metafóricas de ciertas virtudes guerreras, que para la población de la época tuvieron un sentido y un significado inequívoco por sí mismas, y que solo en ocasiones llegaron a personalizarse a través de su asociación con individuos concretos.

Procede, por último, referirse a los rasgos paleográficos. La primera línea se desarrolla a ambos lados del umbo del escudo y la segunda y la tercera mantienen una muy imperfecta horizontalidad. Esta última se encaja además de forma muy defectuosa en el espacio disponible, lo que explica los problemas de lectura e interpretación que ha planteado el segundo autónimo. La calidad paleográfica y la integración en el marco resultan por tanto más deficientes que en la inscripción del Guerrero de S. Julião, pero pese a ello resulta evidente la existencia de un vínculo inequívoco entre epígrafe y escultura (CALO 2007: p. 133; RODRÍGUEZ COLMENERO 2013: p. 300). Constituye mero desiderátum la idea en sentido contrario avanzada por Koch, según la cual la fórmula *f(aciendum) c(uraverunt)* se labró en el marco de una reutilización y que no se refiere a la escultura sino a un edificio erigido en ese momento (2003a: pp. 81-82). De igual modo resulta gratuita la duda a propósito de la relación de contemporaneidad manifestada por Höck, dado que no se acompaña de ningún argumento en su favor (2003: p. 57).

La cuarta inscripción inscrita en un escudo está grabada sobre uno de los guerreros de Lesenho (nº 11). Apenas perceptible por la fuerte erosión, su presencia fue avanzada por Koch en 1986 (2003a: pp. 80-81, 85; RODRÍGUEZ COLMENERO 2013: p. 290). Hasta la fecha, la propuesta de interpretación de mayor alcance se basa en un modelo residual morfológico (M.R.M.) generado fotogramétricamente a partir de imágenes digitales (CORREIA et alii 2014: pp. 449-450), que permiten apreciar que se trata de un texto breve, distribuido en tres líneas, dispuestas, respectivamente, encima, a la derecha y debajo del umbo (Fig. 15). La lectura extraída desde ellas es la siguiente:

*Sal[i vel u?]qus / Ael[i vel l]o / situ es[t] c(uravit) p(onendum) a(animo libens)*

Por su parte, Rodríguez Colmenero propone con muchas reservas el antropónimo *Sainio* para la primera línea. La segunda, la relaciona con el *cognomen*, y la tercera, con un dedicante femenino, con un antropónimo que reconoce como un *hapax*: *Armaiigiia* (2013: p. 291).

Ambas transcripciones asumen el rango funerario del epígrafe, pese a que no existen evidencias en ese sentido. El notable esfuerzo de Correia et al. para recuperar el texto en su integridad es digno de consideración, pero resulta evidente que la mala conservación no permite una lectura fiable de la mayor parte de los caracteres. Las imágenes publicadas muestran además que las importantes restituciones que proponen tienen difícil encaje en el espacio disponible. El radical antagonismo existente entre las transcripciones de la tercera línea ofrecidas por Correia et al. y Rodríguez Colmenero constituye una prueba elocuente del alto componente especulativo que la mala conservación impone a la lectura de esta inscripción. A partir de su estado tan solo cabe aproximarse con una cierta fiabilidad el contenido de la primera línea, donde parece segura la presencia de un antropónimo con radical en *Sal*, emparentable quizá con el *Salius* del epígrafe de Lindoso (REDENTOR 2017: nº 324), o el *Salaius* de Castro de Avelãs (Bragança) y Devesa de Vilanova (Donai, Bragança) (REDENTOR 2002: nº 31 y nº 82), aunque las variantes de antropónimos paleohispánicos en *Sal-Sai* son numerosas (VALLEJO 2016: pp. 407-408). Pueden identificarse además algunos caracteres sueltos en otras partes del texto, que en todo caso resultan insuficientes para articular restituciones fiables. Parece también seguro que la longitud del texto resulta equiparable a la de los epígrafes de S. Julião y Rubiás. Que esta afinidad afectara también a su estructura no pasa de una mera hipótesis, aunque digna de ser tomada en consideración en el futuro si los avances en las tecnologías de tratamiento de la imagen digital permitieran progresar en los intentos de lectura.

Además de la inscripción, el tratamiento digital de imágenes del escudo ha servido también para confirmar la presencia de restos de decoración laberíntica, que Silva había avanzado gráficamente (1986: Est. CXX.1) y que a simple vista resultan casi imperceptibles (CALO 1994: p. 295). El hallazgo se ha esgrimido como una prueba más de la distancia temporal entre escultura y epígrafe (FONTE 2017: p. 249), pasando por alto que las motivaciones de las acciones escultórica y epigráfica, y precisamente por responder a distintas manos, pueden ser de muy diferente naturaleza. Por una parte, el escultor que ejecuta el encargo de labrar la estatua; y por otra, quien la recibe y decide grabar una inscripción sobre ella sin respetar su decoración, al igual que pudo optar por pintarla o por no agregar nada. Solo a través de una correcta transcripción se podría determinar si la inscripción guarda o no una relación con la estatua soporte. Que se superponga sobre la decoración no la descarta y menos aún certifica que la escultura sea anterior a la presencia de Roma en el territorio.

### 3.2. LA INSCRIPCIÓN DE LA ESCULTURA DE SAN PAIO DE MEIXEDO

Las características de este epígrafe difieren de las de los cuatro anteriores. La más llamativa es la peculiar disposición del texto, distribuido en distintos segmentos: el primero y segundo labrados sobre el sayo y por debajo de la cintura, a la derecha y en la parte central, respectivamente; el tercero, sobre la pierna derecha; y el cuarto, sobre la pierna izquierda.

Como consecuencia de esta peculiar disposición, a la que se suman los problemas de lectura que presentan algunos caracteres, se han propuesto distintos criterios a la hora de abordar la transcripción, de los que, como no podía ser de otra manera, se derivan transcripciones muy dispares<sup>15</sup>. La primera fue avanzada por Hübner (CIL 2, 02462; 1871: 105), que entendió que la lectura debía abordarse de forma convencional, siguiendo las líneas de izquierda a derecha, combinando primero las de los segmentos primero y segundo, para finalizar con las del tercero y cuarto.

*L(uci) Sesti Clodame / nis f[i](ii) Coroc[orocauci] / [T. Cla]udius [Ti] f Sempron / [ianus]  
contu[bernalis eiu]s et / frater*

Este es el criterio seguido por la mayoría de los autores que abordaron su estudio con posterioridad, que aun introduciendo ciertas variantes asumieron la lectura lineal y que el epígrafe está dedicado a *Lucius Sestius* (VASCONCELOS 1913: pp. 49-53; TRANOY 1981: pp. 327, 351) (Fig 17a).

La primera gran ruptura a este criterio se la debemos a Martins y Silva, que plantearon la existencia de dos momentos de ejecución. El primero, fechable en la primera mitad del siglo I d.C., afectaría al segmento grabado en la parte frontal del sayo, bajo el escudo; y el segundo, ya de época flavia, al grabado sobre el lateral derecho del sayo y la pierna derecha, obviando el de la pierna izquierda (Fig. 16). La transcripción que proponen para cada caso es la siguiente (MARTINS y SILVA 1984: pp. 40-43; SILVA 1986: p. 307):

*Clodame / Corocaudi / f(ilio) Se [stio?]  
L(ucius) Sesti / us L(ucii) L(ibertus?) Coroc / udius / Contu(bernalis?) / frater.*

Con acuerdo a esta hipótesis la inscripción de la parte frontal consistiría en una dedicatoria a *Clodameus*, hijo de *Corocadius*, conforme a una estructura emparentable con el de los epígrafes de las estatuas de S. Julião y Rubiás (SILVA 1986: p. 293). El problema lo plantea el encaje del segundo texto. Aunque parece una alusión al dedicante de la inscripción del frontal, la relación resultaría inasumible si la cronología de ambos textos fuera tan dispar.

<sup>15</sup> Para consultar una relación de las distintas propuestas de lectura vid CALO, 1994: pp. 470-472 y REDENTOR, 2008: pp. 196-203; 2017: pp. 133-134.

La segunda gran ruptura vuelve a reivindicar de nuevo la unicidad del epígrafe, pero entendiendo que debe ser leído secuencialmente. Rodríguez Colmenero fue el primero en defender este planteamiento, proponiendo una transcripción que descompone el texto en cinco partes, empieza por el lateral derecho (a), continúa por el frontal (b y c), para volver al lateral derecho (d) y terminar por la pierna izquierda (e). La versión más reciente de la lectura que propone este investigador con acuerdo a este criterio es la siguiente (2013: pp. 295-297) (Fig. 17b):

*L(ucius) Sesti / us L(ucii) l(ibertus) Coroc / [a]judius (et)*  
*Clodame / Corocaudi/ f(ilia)*  
*Serdego R uci? f(ilio) p(osuerunt)*  
*contube(rnalis) frater (et)*  
*Tubine(n)s(es) f(aciendum) c(urauerunt)*

Esta transcripción supuso un gran avance en la interpretación del texto, al proponer una lectura secuencial y confirmar la presencia de la línea grabada sobre la pierna izquierda adelantada por Hübner. Pero también conlleva los problemas de agregar en la parte frontal una cuarta línea de la que no se aprecian restos - hasta el punto de que Redentor asegura que “ultrapassa a realidade da inscrição”- y de forzar por encima de lo asumible la pauta de lectura, combinando de manera muy forzada las distintas partes del texto tratando de obtener una lectura coherente (REDENTOR 2008: pp. 202-203). Como alternativa, Redentor plantea una nueva lectura. Se basa en una transcripción que matiza la de Rodríguez Colmenero (Fig. 17c), identificando por primera vez la inicial del praenomen del homenajeado - que puede vislumbrarse con claridad sobre el soporte - y confirmando la presencia de la línea de la pierna izquierda. Su mayor aportación, sin embargo, radica en el orden de lectura, que vuelve a ser de nuevo secuencial pero que en este caso empieza por la parte frontal, continúa por el lateral derecho y termina por la pierna izquierda (REDENTOR 2008: pp. 199 y ss; 2009: p. 228; 2017: nº 167) (Fig. 18). La transcripción que se obtiene es a todas luces la más coherente de todas las propuestas hasta el momento:

*P(ublio) Clodameo / Corocaudi/f(ilio) Seaveo[n]i*  
*L(ucius) Sest / ius L(ucii) l(ibertus)*  
*Coroc / audius / contu(bernalis) / frater et*  
*Tubene(n)s(es) f(aciendum) c(uraverunt)*

Es posible que la inscripción tenga las connotaciones funerarias que ya le atribuyó Hübner, pero, al igual que en los ejemplos anteriores, continúan ausentes las fórmulas comunes en este tipo de epigrafía. Redentor, de hecho, la clasifica como honorífica en su reciente corpus epigráfico del *Conventus Bracaraugustanus*. Llama especialmente la atención la doble dedicatoria. De una parte, el liberto *L. Sestius Corocadius*, con un *cognomen* que parece derivar del patronímico del homenajeado y un *praenomen* y *nomen* que llevaron a Tranoy a intuir que su patrono pudo ser el legado *Lucius Sestius Quirinalis* (1981: pp. 327, 351), cuya historicidad, hasta ahora tan solo intuida por las noticias relacionadas con la fundación de las *arae sestianae*<sup>16</sup>, ha sido confirmada por el texto del edicto del Bierzo (ALFÖLDY 2001: pp. 17-18). De la otra parte, encontramos a los Tubenenses - o Tubinenses, en la transcripción de Rodríguez Colmenero -, por lo que tenemos una dedicatoria colectiva similar a la del epígrafe de la estatua de Santa Comba, repitiéndose también la fórmula final presente en esta.

Dada su peculiar situación sobre la estatua soporte han sido varios los investigadores que han considerado a este epígrafe como un añadido posterior (PARÍS 1903: p. 7; MALUQUER 1954: p. 68;

16 MELA, Chorog, III, 13; PLINIO, Nat. Hist. IV, 13; PTOLOMEO, II, 6, 3.

TABOADA 1965: p. 12; TRANOY 1981: p. 351; 1988: p. 225; CALO 1994: p. 672; KOCH 2003a: pp. 81 y ss; SCHATTNER 2004: p. 36; GONZÁLEZ-RUIBAL 2006-07: p. 398); aunque también se han expresado rechazos a esta posibilidad (ALARCÃO 2003: p. 120; SILVA 2003: pp. 46-47; REDENTOR 2008: p. 211; RODRÍGUEZ COLMENERO 2013: p. 300). Es evidente que la integración es muy torpe; tratándose además de un texto que se aparta, por longitud y estructura, de los inscritos en escudo, aunque mantenga a la vez claros vínculos con ellos, como la fórmula final, el nombre del homenajeado en dativo o la presencia de una comunidad entre los dedicantes. El texto certifica además la vinculación con el ámbito militar a través de la identificación de Lucio Sestio como *contubernalis*.

### 3.3. EL CASO SINGULAR DE MONTE MOZINHO

En el curso de la primera campaña de excavaciones dirigida por Ferreira de Almeida en Monte Mozinho se descubrió, amortizado en un pavimento del siglo IV, la base de una de las dos estatuas de esta tipología localizadas en este gran castro (ALMEIDA 1974: pp. 9 y 28-29, Est XXIII, 4; CALO 1994: pp. 343-344). Se trata de un gran bloque granítico someramente desbastado, por estar destinado a ser enterrado en el terreno. En el borde superior de la parte frontal Ferreira de Almeida detectó la presencia de los restos de un epígrafe de difícil interpretación, para el que propuso la lectura *I deo C*, o bien *deo C*, relacionándola con el culto a *Cosus*. Tenemos constancia de advocaciones a esta divinidad bajo la denominación *deo* y *domino deo*<sup>17</sup>, pero no consta hasta el momento ninguna dedicatoria en la que la denominación del teónimo se reduzca a la letra inicial. Parece oportuno, en consecuencia, tomar esta interpretación con mucha reserva. La inscripción de hecho no se incluye en el corpus de García (1991) ni tampoco en el reciente de Redentor (2017), aunque sí se considera una dedicatoria a *Cosus* en la base de datos de *Hispania Epigraphica*<sup>18</sup>.

### 3.4. BALANCE Y APROXIMACIÓN CRONOLÓGICA

Las cuatro inscripciones reconocibles tienen en común un marcado carácter honorífico, reforzado por la ausencia de las fórmulas habituales en la epigrafía funeraria, el empleo del dativo en los nombres de los personajes a los que están dedicadas las inscripciones de San Paio de Meixido, S Julião y Rubiás (REDENTOR 2008: p. 211) y el protagonismo de las dedicaciones de carácter colectivo.

Se ha llegado a afirmar que resulta difícil demostrar que las inscripciones constituyan un elemento original de los guerreros (RODRÍGUEZ CORRAL 2012: p. 80), aserto que no hace sino elevar la magnitud de la empresa a afrontar por quienes aspiran a acreditar la falta de sincronía entre los epígrafes y las estatuas soporte. Es un hecho que el contenido de las inscripciones de las estatuas en posición de parada permite establecer relaciones coherentes con los respectivos soportes, que resultan mucho más lógicas y naturales que las que se derivan de los argumentos defendidos en pro de la no contemporaneidad (KOCH, 2003a: pp. 81-82). Esta relación contrasta con la que cabe extraer de otros ejemplos considerados referentes equiparables de reutilización, en época romana y con fines epigráficos, de elementos escultóricos prerromanos (KOCH 2003a: p. 81; GONZÁLEZ GARCÍA 2009: pp. 136 y ss; RODRÍGUEZ CORRAL 2012: pp. 82-84). Las inscripciones funerarias grabadas sobre las estelas de Chillón (Ciudad Real) e Ibahernando (Cáceres), o en la estatua-menhir de Muiño de San Pedro (Ourense) (Fig. 19), consideradas ejemplos arquetípicos en este sentido, acreditan -al margen de la obvia voluntad utilitaria de reaprovechar como soporte un material disponible- una plena asimilación de fórmulas funerarias romanas. En la reutilización de la estela de Chillón se aprecia también una cierta

16 MELA, Chorog, III, 13; PLINIO, Nat. Hist. IV, 13; PTOLOMEO, II, 6, 3.

17 *Deo Domino/Cossu(a)e Segidi/aeco* (Arlanza del Duero, León, HEP 19206); *Deo D/omen/o Cusu/ Nemed/eco* (Santo Tirso, Porto; HEP, 8192).

18 HEP. 17138.

sensibilidad estética, por cuanto el lapicida respetó de manera consciente los grabados prehistóricos. En el caso de la estatua de Muiño de San Pedro este interés resulta más difuso, e inexistente en la estela de Ibahernando. La conexión de estas reutilizaciones con otras motivaciones adicionales de rango ideológico o simbólico entra ya dentro del dominio de lo inaprensible, por lo que teorizar sobre ellas constituiría un mero ejercicio especulativo, máxime cuando nada hay en el convencionalismo de los epígrafes romanos que invite a ello<sup>19</sup>. Puede asegurarse, sin embargo, que la creación de estas obras prehistóricas respondió a semiosis que resultaban inaprensibles en época romana, por lo que detrás de estas reutilizaciones no hay duda de que no hubo una voluntad consciente de vincular el significado original de grabados y esculturas con los difuntos a los que se dedicaron los epígrafes.

La postura mayoritaria a la hora de proponer una fecha para estas inscripciones es la de adscribir las al periodo Julio-Claudio, aunque existen algunas excepciones o matizaciones de cierta relevancia. Hübner retrasa la datación del epígrafe de S. Paio de Meixedo a la segunda mitad del siglo I d.C. (1871: p. 107); Koch, por su parte, las inscribe en los siglos I y II d.C., precisando que el epígrafe de S. Paio podría remontarse al periodo imperial temprano y el de Sta Comba a finales del I o principios del II d.C. (2003a: pp. 81-83); y Edmondson sitúa su totalidad en el siglo I y principios del siglo II d.C. (2002: p. 55). Martins y Silva, que, como ya se ha visto, consideran que la inscripción de S. Paio es obra de dos manos, estiman que los caracteres cuadrangulares de la parte frontal serían de mediados del siglo I d.C., mientras que los del lateral derecho se adscribirían a la época flavia por tener un perfil más alargado (1984: pp. 41-42); matiz paleográfico este que no hemos podido apreciar en el examen directo de la estatua y que tampoco traslucen los calcos publicados (RODRÍGUEZ COLMENERO 2001: p. 78; REDENTOR 2013: p. 200). Estos mismos autores estiman una cronología pre-flavia para el epígrafe de la estatua de São Juliao a partir del tipo de letra “tendencialmente quadrata” (1984: p. 36), mientras que Silva vuelve a proponer una datación en el periodo flavio para la de Sta Comba (1981-82: pp. 89-90).

En su reciente corpus sobre la epigrafía de la parte occidental del *Conventus Bracarensis* Redentor propone una cronología comprendida entre el 1 y el 50 d.C. para las estatuas de S Julião y S Paio de Meixedo, periodo que amplía al 1-70 d.C. para la de Santa Comba (REDENTOR 2017: II, pp. 133-136).

Además de los habituales argumentos paleográficos y formulísticos, cuya indefinición se reconoce (REDENTOR 2017: I, pp. 132 y ss.), todas estas estimaciones sitúan en el cambio de era el referente *post quem* para los testimonios epigráficos del noroeste peninsular. Las únicas excepciones aceptadas son los epígrafes procedentes de Braga que cuentan con elementos de datación interna, y que como tales se tienen por los primeros hitos en el proceso de implantación del latín y del hábito epigráfico al norte del Duero (DÍAZ 1983: pp. 285-286; REDENTOR 2008: p. 211). No parece, sin embargo, que las características particulares de estas inscripciones grabadas sobre guerreros permitan descartar con absoluta seguridad que su cronología se remonte a una o dos décadas atrás del cambio de era. Estimula la duda en este sentido la conexión, propuesta en primera instancia por Tranoy, entre el dedicante del epígrafe de S Paio de Meixedo y *L. Sestius Quirinalis*, que podría avalar el hecho de constituir la única mención del gentilicio en el noroeste, procediendo el resto de los ejemplos – escasos y en su mayor parte ya del siglo II d.C. – de entornos muy alejados de la Bética y Tarraconense (ABASCAL 1994: pp. 221-222). En coherencia con esta relación, asumida por varios investigadores (RODRÍGUEZ COLMENERO 2001: p. 77; KOCH 2003a: pp. 82-83 – en contradicción aparente con la fecha que propone para todo el corpus – SCHATNER 2017: p. 357), la fecha del epígrafe podría remontarse hasta un momento no muy posterior a los años 22-19 a.C., periodo en el que el personaje ocupó el cargo de legado de la Hispania ulterior (ALFÖLDY 2001: p. 18).

---

19 Chillón: *Procul/us Touto/ni f(i)lius an(norum) XL h(ic)/s(itus) e(st) s(it) t(ibi) t(erra) l(evis)* (HEp 16164). Ibahernando: *Alluquiu(s)/Protaeidi f(i)lius/hecce stius (=situs)* (HEp 24320). Muiño de San Pedro: *Latroni/us Celt/iati f(i)lius/h(ic) s(itus) e(st)* (HEp 15343).

## BIBLIOGRAFÍA

- ABASCAL PALAZÓN, Juan Manuel (1994), *Los nombres personales en las inscripciones latinas de Hispania*, Murcia, Universidad de Murcia.
- ALARCÃO, Jorge de (2003), As estátuas de guerreiros galaicos como representações de príncipes no contexto da organização político-administrativa do noroeste pré-flaviano, *Madrider Mitteilungen*, 44, pp. 116-126.
- ALFÖLDY, Geza (2001), El nuevo edicto de Augusto de El Bierzo en Hispania, en GRAU, Luis; HOYAS, José Luis (eds), *El bronce de Bembibre. Un edicto del emperador Augusto*, León, Junta de Castilla y León, pp.17-27.
- ALMEIDA, Carlos Alberto Brochado de (2003), *Povoamento romano do litoral minhoto entre o Cávado e o Minho. (vol III). Inventario arqueológico do Concelho de Barcelos*, Porto, Atelier Ruicunha.
- ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de (1974), *Escavações no Monte Mozinho*. Penafiel, Centro Cultural Penafidelis.
- ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de (1981), Nova estátua de guerreiro galaico-minhoto (Refojos de Basto), *Arqueología*, 3, pp. 111-116.
- ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de (1982), Resposta (a uma carta... de Silva), *Arqueología*, 5, pp. 82-84.
- ÁLVAREZ-SANCHÍS, Jesús R. (2003), *Los vettones*, Madrid, Real Academia de la Historia.
- ARGOTE, Jeronymo Contador de (1734), *Memorias para a historia ecclesiastica do Arcebispado de Braga. Tomo 2*, Lisboa, Joseph Antonio da Silva.
- BATATA, Carlos (2009), Características castrejas dos povoados do concelho de Vila Pouca de Aguiar, *Aquae Flaviae*, 41, pp. 269-283.
- BOUZA BREY, Fermín (1932), O emprazamento de unha célebre estatua galaica, *Nos*, 9-107, pp. 199-200.
- CALO LOURIDO, Francisco (1994), *A plástica da Cultura Castrexa Galaico-Portuguesa*, La Coruña, Fundación Pedro Barrié de la Maza.
- CALO LOURIDO, Francisco (1997), *A Cultura Castrexa*, Vigo, A Nosa Terra (2ª ed.).
- CALO LOURIDO, Francisco (2003), Catálogo, *Madrider Mitteilungen*, 44. pp. 6-32.
- CALO LOURIDO, Francisco (2007), Xesús Taboada Chivite, lindeiros e plástica da Cultura Castrexa, *Boletín Auriense*, 37, pp. 109-152.
- CASTELLÀ FERRER, Mauro (1610), *Historia del apostol de Iesus Christo Sanctiago Zebedeo, patrón y capitan general de las Españas*, Madrid, Oficina de Alonso Martín de Balboa.
- CLARKE, David L. (1984). *Arqueología analítica*, Barcelona, Bellaterra.
- CONDE-VALVÍS FERNÁNDEZ, Francisco (1952), La «cibdá» de Armea en Santa Marina de Aguas Santas, *Boletín del Museo Arqueológico de Orense*, 6, pp. 25-97
- CORREIA SANTOS, Maria João; SOUSA, Orlando; PIRES, Hugo; FONTE, João; GONÇALVES-SECO, Luis (2014), Travelling back in time to recapture old texts, en ORLANDI, Silvia; SANTUCCI, Raffaella; CASAROSA, Vittore; LIUZZO, Pietro Maria (Comp), *Acts of Information Technologies for Epigraphy and Cultural Heritage. Proceedings of the First EAGLE International Conference, Europeana Eagle project*, Roma, Sapienza Università Editrice, pp. 437-454.
- DÍAZ Y DÍAZ, Manuel C. (1983), Sobre la implantación del latín en la sociedad galaico-romana, en PEREIRA MENAUT, Gerardo (ed), *Estudos de Cultura Castrexa e de Historia Antiga de Galicia*, Santiago de Compostela, Universidad de Santiago de Compostela, pp. 283-294.
- EDMONDSON, Jonathan (2002), Writing latin in the province of Lusitania, en COOLEY, Alison E. (ed.), *Becoming Roman, writing Latin? Literacy and epigraphy in the Roman West*, Portsmouth, Journal of Roman Archaeology, pp. 41-60. (Journal of Roman Archaeology Supplementary Series, 48).
- FONTE, João (2015), *Paisagens em mudança na transição entre a Idade do Ferro e a época romana no Alto Tâmega e Cávado*, Santiago de Compostela, Universidad de Santiago de Compostela, Tesis doctoral,

<https://digital.csic.es/handle/10261/129552> Consultada el 20/4/2020.

- FONTE, João (2017), Guerreros galaicos del castro de Outeiro Lesenho (Boticas, norte de Portugal): una aproximación biográfica, *Nailos*, 4, pp. 237-253.
- FONTES, Luís (2012), *Lindoso. Uma paisagem com História*, Ponte da Barca, Câmara Municipal de Ponte da Barca.
- FREITAS, Padre João de (1971), Citânia de São Julião de Caldelas. *O Arqueólogo Português*, 3ª Série), 5, pp. 133-138.
- FUMADÓ ORTEGA, Iván (2013), *Oppidum*. Reflexiones acerca de los usos antiguos y modernos de un término urbano, *Spal*, 22, pp. 173-184.
- GARCIA, José Manuel (1991), *Religiões antigas de Portugal*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- GIMENO PASCUAL, Helena (1988), *Artisanos y técnicos en la epigrafía de Hispania*. Bellaterra, Universidad Autónoma de Barcelona.
- GONZÁLEZ GARCÍA, Francisco Javier (2009), Repensando el pasado: cambio social e iconografía guerrera en la Edad del Hierro del Noroeste de la península ibérica, *Aquae Flaviae*, 41, pp. 123-152.
- GONZÁLEZ RUIBAL, Alfredo (2005), El castro de Saceda y la jerarquización territorial de la Segunda Edad del Hierro en el Noroeste Ibérico, *Zephyrus*, 58, pp. 267-284.
- GONZÁLEZ RUIBAL, Alfredo (2006-07), *Galaicos. Poder y comunidad en el Noroeste de la península ibérica (1200 a.C. – 50 d.C.)*, La Coruña, Museo Arqueológico e Histórico Castelo de San Antón, (*Revista Brigantium*, 18 y 19).
- GONZÁLEZ RUIBAL, Alfredo (2009), Cultura de fronteira. O distrito de Vila Real e a zona meridional da província de Ourense na Idade do Ferro, *Aquae Flaviae*, 41, pp. 153-160.
- GUERRA, Luiz de Figueiredo da (1896), A estatua callaica de Vianna. *Revista de Ciências Naturaes e Sociaes*, 4 (13), pp. 192-194.
- GUERRA, Luís de Figueiredo da (1982), *Noticias históricas do concelho e vila de Boticas*, Boticas, Câmara Municipal.
- HÖCK, Martin (1984), Acerca dos elementos arquitectónicos decorados de castro do noroeste peninsular, *Revista de Guimarães*, 94, pp. 389-405.
- HÖCK, Martin (2003), Os “Guerreiros lusitano-galaicos” na história da investigação, a sua datação e interpretação, *Madrider Mitteilungen*, 44, pp. 51-66.
- HÜBNER, Emilio (1871), *Noticias archeológicas de Portugal*, Lisboa, Typographia da Academia Real das Ciências de Lisboa.
- KOCH, Michael (2003a), Die lusitanisch - galläskischen Kriegerstatuen in ihrem literarisch - epigraphischen zusammenhang, mit 3 textabbildugen, *Madrider Mitteilungen*, 44, pp. 67-86.
- KOCH, Michael (2003b), Diskussion 4, *Die lusitanisch – galläkischen Kriegerstatuen Tagung des Deustchen Archäologischen Instituts, Madrider Mitteilungen*, 44, pp. 246-248.
- LE MOS, Francisco Sande; CRUZ, Gonçalo (2008), Muralhas e guerreiros na Proto-História do norte de Portugal, *Proto-História e romanização. Guerreiros e colonizadores. III Congresso de arqueología Trás-os-Montes, Alto Douro e Beira Interior*, Porto, Associação Cultural Desportiva e Recreativa de Freixo de Numão, pp. 8-28.
- LÓPEZ CUEVILLAS, Florentino (1951), Esculturas zoomorfas y antropomorfas de la Cultura de los Castros, *Cuadernos de Estudios Gallegos*, 19, pp. 177-203.
- LÓPEZ CUEVILLAS, Florentino; LORENZO FERNÁNDEZ, Joaquín (1938), Sobre arqueología do território dos Querquernos I, *Revista de Guimarães*, 48, pp. 86-106.
- MAIER ALLENDE, Jorge; SCHATNER, Thomas (2012), La primera estatua de guerrero galaico hallada en España. Villar de Barrio (Orense), *Boletín de la Real Academia de la Historia*, 209 (3), pp. 459-482.

- MALUQUER DE MOTES NICOLAU, Juan (1954), La cultura material de los pueblos del Noroeste peninsular, en MENÉNDEZ PIDAL, Ramón (dir), *Historia de España. Tomo I: España Prerromana*, Madrid, Espasa Calpe, pp. 41-90.
- MARTINS, Carla María Braz; CRUZ, Gonçalo; FONTE, João (2010), O povoamento na Segunda Idade do Ferro. Outeiro Lesenho como um dos povoados centrais, en MARTINS, Carla María BRAZ (coord), *Mineração e povoamento na Antiguidade no Alto Tras-Os-Montes occidental*, Porto, CITCEM, pp. 47-59.
- MARTINS, Manuela (1990), *O povoamento proto-histórico e a romanização da bacia do curso médio do Cávado*, Braga, Universidade do Minho. (Cadernos de Arqueologia, Monografias 5).
- MARTINS, Manuela (1991), *O povoado de Santo Ovidio (Fafe)*, Braga, Universidade do Minho. (Cadernos de Arqueologia, Monografias 6).
- MARTINS, Manuela; SILVA, Armando Coelho Ferreira da (1984), A estátua de guerreiro galaico de S. Julião (Vila Verde), *Cadernos de Arqueologia, Série II (1)*, pp. 29-47.
- OLIVARES PEDREÑO, Juan Carlos (2013a), La omisión del dedicante en las inscripciones votivas de Hispania como indicio de su ubicación en ámbitos privados, *Studia Historica. Historia Antigua*, 31, pp. 59-87.
- PAÇO, Afonso do (1968), Citânia de Sanfins. VIII. Fragmentos de estatuas de guerreiros calaicos, *Brotéria*, 86, pp. 710-725.
- PARÍS, Pierre (1903), Statues lusitaniennes de style primitif, *O Archeólogo Português, 1ª Série*, 8, pp. 1-6.
- PEREIRA, Félix ALVES (1908), Novo material para o estudo da estatuaria e arquitectura dos castros do Alto Minho, *O Archeólogo Português, 1ª Série*, 13, pp. 202-244.
- PONTE, Salete da (2006), *Corpus signorum das fíbulas proto-históricas e romanas de Portugal*, Lisboa, Caleidoscópio.
- REDENTOR, Armando (2002), *Epigrafía romana da Região de Bragança*, Lisboa, Instituto Português de Arqueologia.
- REDENTOR, Armando (2008), Inscrições sobre guerreiros lusitano-galaicos: leituras e interpretações, *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 11 (2), pp. 195-2014.
- REDENTOR, Armando (2009), Sobre o significado dos guerreiros lusitano-galaicos: o contributo da epigrafia, *Palaeohispánica*, 9, pp. 227-246.
- REDENTOR, Armando (2017), *A cultura epigráfica no conventus Bracarugustanus (pars occidentalis): percursos pela sociedade brácara da época romana*, Vol II, Coimbra, Imprensa da Universidade.
- RIOS GONZÁLEZ, Sergio (2017), *Los baños castreños del noroeste de la península ibérica*, Pola de Siero, Ménsula.
- RODRIGUES, Manuel Augusto (Dir. y Coord ed); COSTA Avelino de Jesús da (Dir. Científico) (1999), *Livro Preto. Cartulário da Sé de Coimbra*, Coimbra, Arquivo da Universidade de Coimbra.
- RODRÍGUEZ COLMENERO, Antonio (2001), Los castella de Susarros y Gigurros en el Noroeste Hispánico y sus primeras relaciones con Roma a través del bronce de Bembibre y otros documentos de reciente aparición, en GRAU, Luis; HOYAS, José Luis (eds), *El bronce de Bembibre. Un edicto del emperador Augusto*, León, Junta de Castilla y León, pp. 67-96.
- RODRÍGUEZ COLMENERO, Antonio (2013), Guerreros galaicos con inscripciones latinas: ¿Indigenismo o romanización?, en ACUÑA CASTROVIEJO, Fernando; CASAL GARCÍA, Raquel y GONZÁLEZ SOUTELO, Silvia (eds), *VII Reunión de escultura romana en Hispania. Homenaje al Prof. Dr. Alberto Balil (Santiago de Compostela y Lugo, 4-6 de julio de 2011)*, Santiago de Compostela, USC-Xunta de Galicia, pp. 285-309.
- RODRÍGUEZ CORRAL, Javier (2012), Las imágenes como un modo de acción: las estatuas de guerreros castreños, *Archivo Español de Arqueología*, 85, pp. 79-100.

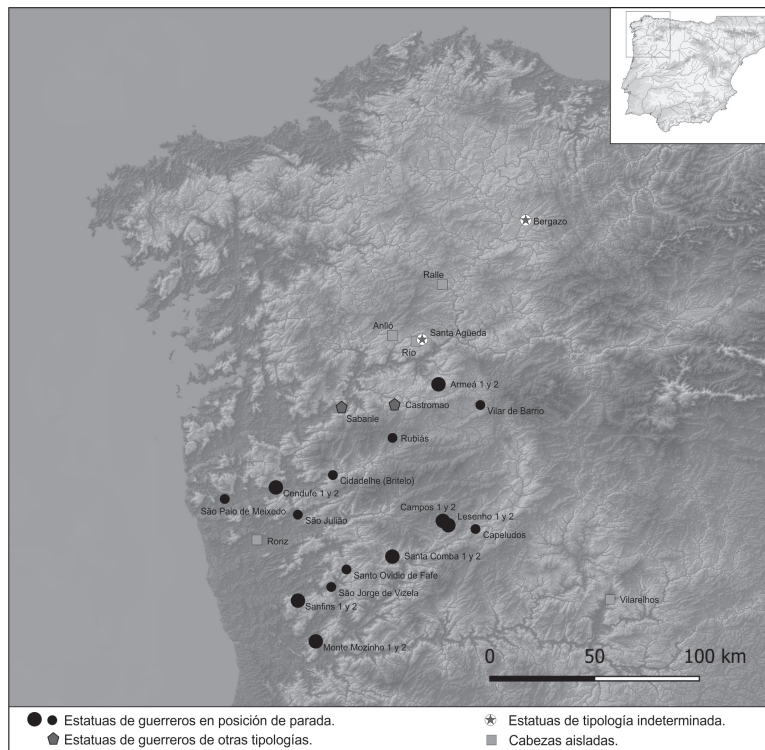
- SÁEZ, Emilio; SÁEZ, Carlos (2000), *Colección diplomática del monasterio de Celanova*, Alcalá de Henares, Servicio de Publicaciones de la Universidad de Alcalá de Henares.
- SANTOS ESTÉVEZ, Manuel (2012), A proporción na escultura galaica da Idade do Ferro, *Cuadernos de Estudios Gallegos*, 49 (125), pp. 13-38.
- SARMENTO, Francisco Martins (1933), *Dispersos*, Coimbra, Imprensa da Universidade.
- SARMENTO, Francisco Martins (1999), *Antíqva. Apontamentos de arqueología*, Guimarães, Sociedade Martins Sarmento.
- SCHATTNER, Thomas G. (2004), Novas aproximações às estátuas de guerreiros lusitano-galaicos, *O Arqueólogo Português*, IV Série, 22, pp. 9-66.
- SCHATTNER, Thomas G. (2017), Imagen y texto sobre monumentos del noroeste hispánico en época imperial romana: algunas observaciones arqueológicas, *Acta Paleohispánica*, 12, pp. 349-381.
- SILVA, Armando Coelho Ferreira da (1981-82), Novos dados sobre a organização social castreja, *Portvgalia, Nova Série*, 1-2, pp. 83-94.
- SILVA, Armando Coelho Ferreira da (1982), Uma carta a propósito da estátua de guerreiro de Refojos de Basto, *Arqueologia*, 5, pp. 80-82.
- SILVA, Armando Coelho Ferreira da (1986), *A Cultura Castreja no noroeste de Portugal*, Paços de Ferreira, Museu Arqueológico da Citânia de Sanfins.
- SILVA, Armando Coelho Ferreira da (2003), Expressões guerreiras da sociedade castreja, *Madrider Mitteilungen*, 44, pp. 41-50.
- SOEIRO, Teresa (1984), *Monte Mòzinho, apontamentos sobre a ocupação entre Sousa e Tâmega em época romana*. Penafiel, Câmara Municipal de Penafiel. (Boletim Municipal de Cultura, 3ª Série, 1).
- SOEIRO, Teresa (2000-01), Monte Mozinho. A recuperação do sector B, *Portvgalia, Nova Série*, 21-22, pp. 103-136.
- SOEIRO, Teresa (2019), *Castro de Monte Mozinho*, Penafiel, Museu Municipal de Penafiel.
- SOUSA, Elísio Ferreira de (1954), Relatório das escavações levadas a efeito no Monte Mòzinho, *Douro Litoral*, 6ª Série, 5-6, pp. 136-149.
- TABOADA CHIVITE, Jesús (1965), *Escultura celto-romana*, Vigo, Ediciones Castrelos (Cuadernos de Arte Gallego, 3).
- TRANOY, Alain (1981), *La Galice romaine*, París, De Boccard.
- TRANOY, Alain (1988), Du heros au chef: l' image du guerrier dans les sociétés indigènes du nord-ouest de la péninsule ibérique (IIe siècle avant J.C.-Ier siècle après J.C.), *Le monde des images en Gaule et dans les provinces voisines (Colloque 1987 du Centre de recherches André Piganiol)*, París, pp. 219-228
- VALLEJO, José María (2016), *Onomástica paleohispánica. I. Antroponimia y Teonimia*, Bilbao, Universidad del País Vasco.
- VASCONCELOS, José Leite de (1902), Estátua de um guerreiro lusitano, *O Archeólogo Português*, 1ª Série, 7, pp. 23-26.
- VASCONCELOS, José Leite de (1913), *Religiões da Lusitânia*. Vol III, Lisboa, Imprensa Nacional.



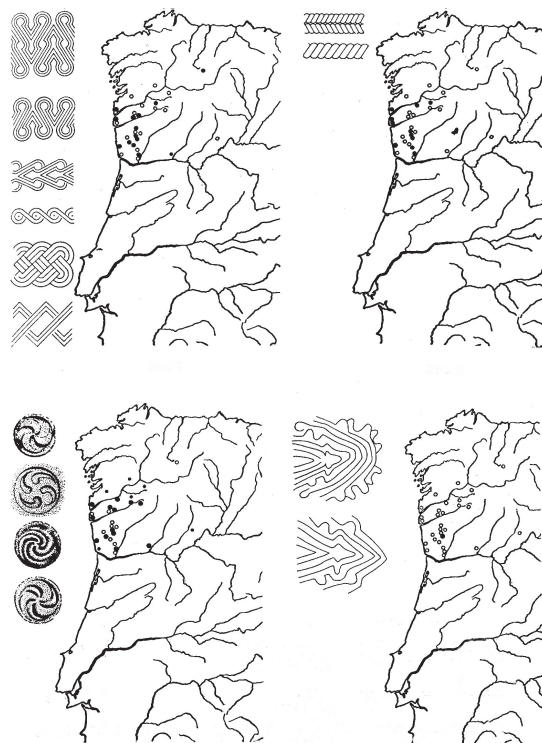
**Fig. 1:** Estatua de Santa Agueda (fotografía del autor).



**Fig. 2:** Estatua de Sabanle (fotografía del autor).



**Fig. 3:** Distribución de las distintas tipologías de restos escultóricos relacionados con las estatuas de guerreros (plano del autor).



**Fig. 4:** Distribución de los principales motivos de la plástica arquitectónica castreña, según Höck (1984).



**Fig. 5:** Puerta de entrada al recinto superior de Outeiro Lesenho (fotografía del autor).



**Fig. 6:** Planta de Outeiro Lesenho, según Fonte (2017).



**Fig. 7:** Detalle del tramo inferior de la composición formada en el Museo de Sanfins entre las piezas halladas en 1962 y 1973. Puede apreciarse el encaje imperfecto entre ambas (fotografías del autor).



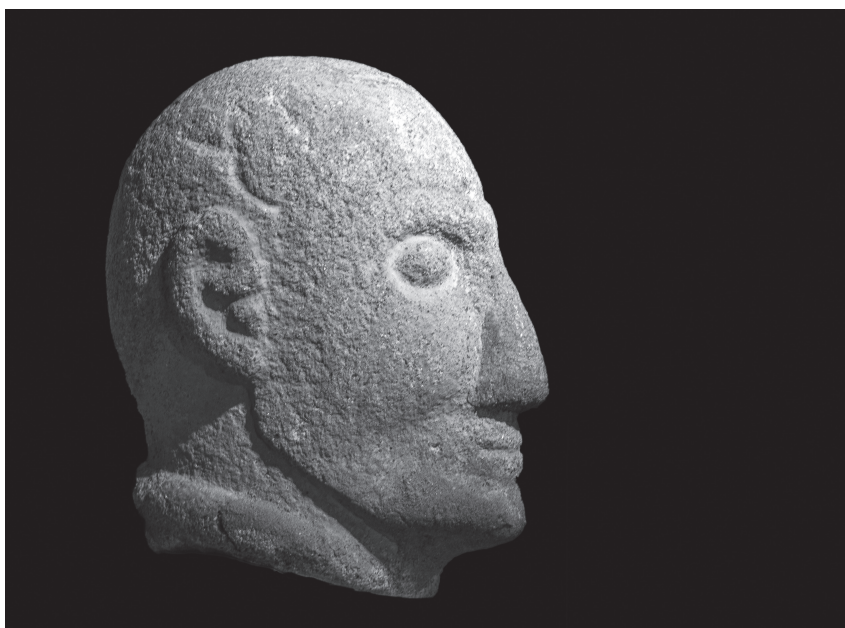
**Fig. 8:** La simple traza imaginaria del remate de una muralla con un alzado que triplicara al conservado en la actualidad, que no alcanzaría los 3 m, sirve para descartar la relación visual entre la estatua relacionada con el fragmento basal hallado *in situ* en 1973 y el itinerario de aproximación al segundo recinto de la *citânia* desde poniente. Sí podría mantenerse esta conexión con un alzado que solo duplicara al actual, pero lo que cabría poner en cuestión en este caso es la consideración como una muralla defensiva de este lienzo (fotografía del autor).



**Fig. 9:** Vista hacia el norte desde la ubicación de la segunda estatua de Sanfins (fotografía del autor).



**Fig. 10:** Monte Mozinho, vista aérea del poblado desde el NE. La estrella indica el lugar del hallazgo de base de la estatua n°17. La línea de puntos demarca la zona excavada por Sousa en 1943, de donde provienen los otros dos fragmentos de estatuas de guerreros localizados en este castro (fotografía: Penagüão & Burnay, 1999/Museu Municipal de Penafiel).



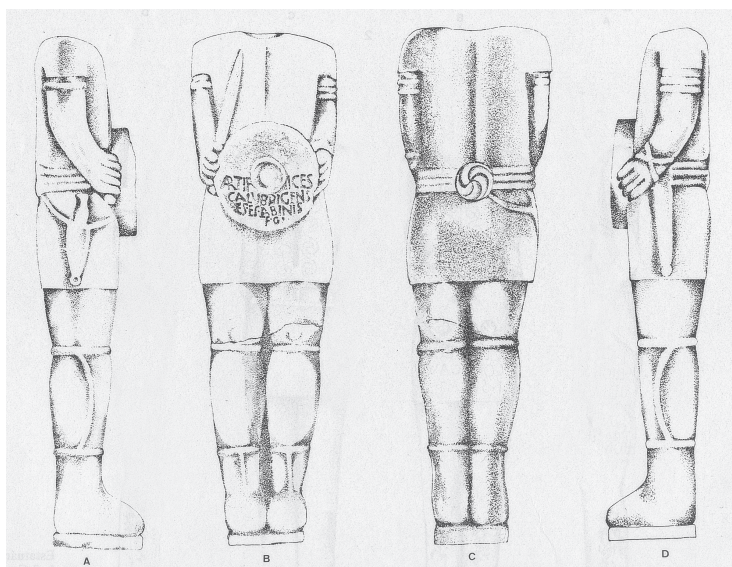
**Fig. 11:** Cabeza de Rubiás. La nariz está restituida casi en su integridad y es posible también que haya sido retocado parte del mentón (*vid.* López Cuevillas, 1951: lám III, López Cuevillas y Lorenzo 1938: fig 9, Calo 1994: 409) (fotografía del autor).



**Fig. 12:** Vista de Outeiro Lesenho desde la aldea de Campos (fotografía del autor).



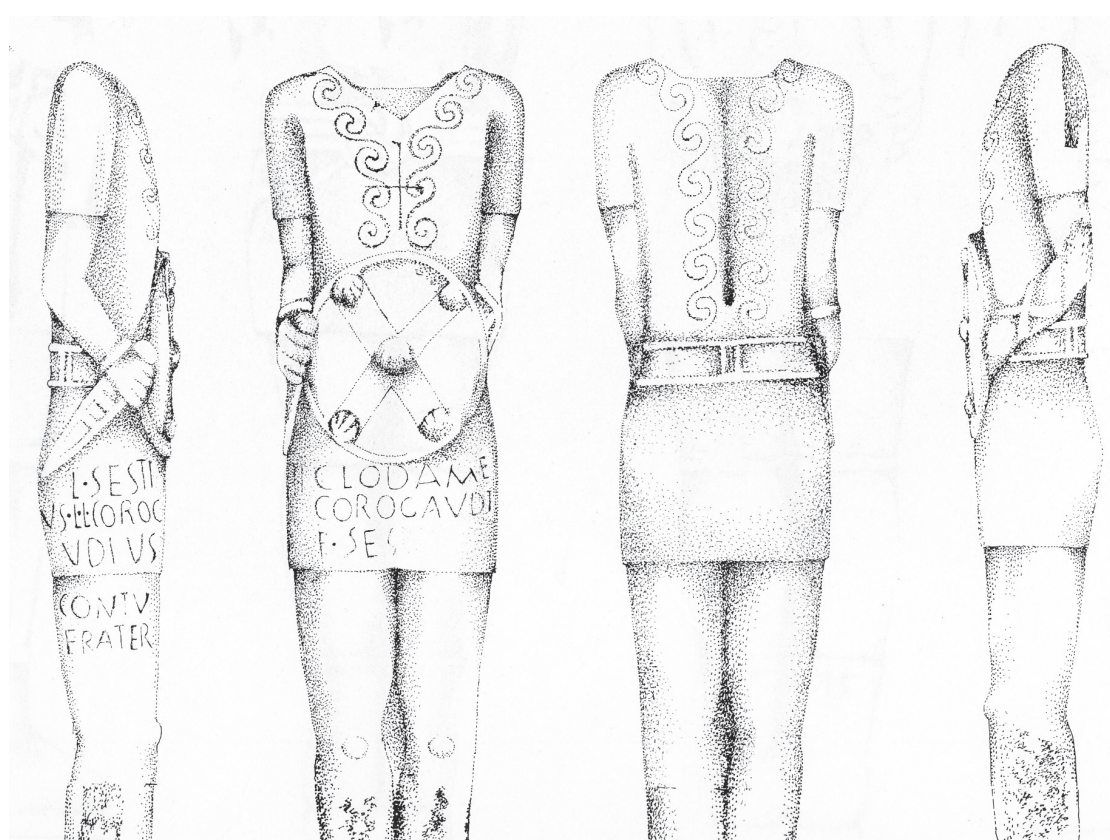
**Fig. 13:** Estatua de S. Julião (fotografía del autor).



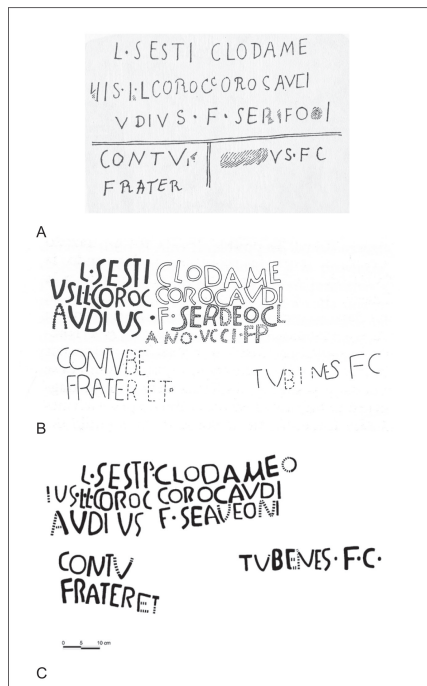
**Fig. 14:** Estatua de Sta Comba, según Silva (1986).



**Fig. 15:** Modelo digital de superficie (MDS) y modelo de residuo morfológico (MRM) del epígrafe sobre escudo de la estatua de Lesenho (nº11) (tomado de Fonte 2017).



**Fig. 16:** Estatua de San Paio de Meixedo, según Silva (1986).



**Fig. 17:** Inscripción de San Paio de Meixedo. A. Lectura de Vasconcelos (1913). B. Calco de Rodríguez Colmenero (2001). C. Calco de Redentor (2008) .



**Fig. 18:** Estatua de San Paio de Meixedo. Orden de secuencia de lectura de la inscripción propuesto por Redentor (sobre fotografías del autor).



**Fig. 19:** Estatua-Menhir de Muiño de San Pedro, vista frontal (fotografía del autor).

# O BERRÃO DE RAMILO, DUAS IGREJAS, MIRANDA DO DOURO: NOTA PRELIMINAR.

**Mónica Salgado**

Arqueóloga - Câmara Municipal de Miranda do Douro  
monicasofiasalgado@gmail.com

**Francisco M.V. Reimão Queiroga**

FLUP – UFP / CLEPUL  
fqueiroga@letras.up.pt

## **ABSTRACT**

The statue of wild boar from Ramilo, now presented, was recently discovered in the course of agricultural work within the boundaries of the Duas Igrejas parish, Miranda do Douro Council, in a property named Ramilo. This is an important find amongst the existing statues of the kind, as it represents a male wild boar depicted with a number of sculpted details that altogether add to the definition of the typologies of representation of the boar statues so far found in this region.

**Keywords:** Boar statue; culture of the boar statues (verracos); Iron Age; Miranda do Douro; Duas Igrejas.

## **RESUMO**

O Berrão de Ramilo é uma peça de estatuária descoberta recentemente no decurso de lavouras no termo da freguesia de Duas Igrejas, no local denominado Ramilo, concelho de Miranda do Douro. Trata-se de um achado de grande relevo no contexto deste tipo de estatuária, representando um javali macho, e ostentando um conjunto de pormenores escultóricos que contribuem para a caracterização das tipologias de representação das estátuas de berrões provenientes desta região.

**Palavras chave:** Estátua de berrão; cultura dos berrões (verracos); Idade do Ferro; Miranda do Douro; Duas Igrejas.

## INTRODUÇÃO

A estatuária dos berrões, ou verracos como são designados na vizinha Espanha, constitui uma das características mais emblemáticas da arqueologia de Trás-os-Montes oriental, esta ampla e multifacetada região que gravita em torno do curso do rio Douro. Tratando-se de uma realidade cultural que se estende pela Meseta adentro, tem cativado a atenção de investigadores de ambos os lados da fronteira desde há décadas, dispondo de um acervo substancial não só de exemplos de estatuária como de estudos e de modelos explicativos.

O objectivo desta curta nota é a apresentação da estátua do Berrão de Ramilo e das suas características mais relevantes, uma vez que está em curso o estudo do local onde foi achada, na tentativa de obter todo o tipo de informação contextual que possa contribuir para o entendimento deste tipo de peças, cujo significado é ainda motivo de debate. Por esta razão deixaremos o estudo mais aprofundado da peça e seus enquadramentos para um momento posterior, no qual se possa articular com toda a informação contextual que venha a ser recolhida, e merecer uma reflexão devidamente fundamentada em torno das restantes estátuas à escala regional, e as teorias entretanto vigentes sobre o seu entendimento.

## AS CIRCUNSTÂNCIAS DO ACHADO

A estátua em apreço é proveniente do lugar de Ramilo, da freguesia de Duas Igrejas, concelho de Miranda do Douro, razão pela qual foi inicialmente denominada “Berrão de Ramilo”, passando a partir de então a ser identificada por esta designação.

A peça foi encontrada em Junho de 2020, no decurso de trabalhos agrícolas, nomeadamente de lavra com charrua, na preparação da terra para plantio de amendoeira, pelo proprietário do imóvel, o Sr. Vítor Lopes, residente em Duas Igrejas. Segundo a informação que prestou, a peça encontrar-se-ia a cerca de 50/60 centímetros de profundidade e foi revirada pela charrua que a trouxe à superfície, ocasião na qual as suas características chamaram a atenção do achador, que suspendeu de imediato o trabalho para efectuar a sua observação.

Desta forma, e porque a configuração zoomórfica da peça foi de imediato observada, e identificada, o achador preveniu qualquer acção sequente de degradação que poderia ser resultante da maquinaria agrícola. Convém salientar a relativa familiaridade das gentes da Terra de Miranda face às representações deste tipo de estatuária, que conta já com um conjunto apreciável de achados, ao que não será estranho sua divulgação junto das populações locais, e utilização como ornamentação de espaços públicos. Após a sua identificação, a peça foi salvaguardada e transportada com o devido cuidado para casa do Sr. Vítor Lopes, que em seguida informou os serviços competentes da Autarquia local, os quais promoveram o anúncio público da descoberta desta importante estátua.

Expostas as circunstâncias do achado, vejamos agora a sua localização e enquadramento.

O lugar de Ramilo fica situado a 3 Km de distância para sudeste de Duas Igrejas, ficando-lhe o leito do rio Douro a cerca de 2 Km na mesma direcção. A peça foi encontrada no fundo de uma vertente de pendor suave que converge para uma linha de água, estreita bem demarcada, a qual, por sinal, divide os termos de Freixiosa e de Duas Igrejas. A origem desta linha de água define-se a menos de 1 Km para nordeste, e a ela confluem os pendores suaves dos cabeços aplanados que a ladeiam, dos quais recebe água apenas durante os períodos de chuva, razão pela qual o seu curso está seco a maior parte do ano. O seu curto trajecto termina na confluência com a ribeira de Duas Igrejas, que passa junto da freguesia homónima e vai desaguar ao rio Douro.

Os solos desta área são compostos por metassedimentos do Câmbrico, com ocorrências de filitos laminados com xistosidade variáveis, dando origem a terras pesadas, de textura argilosa. A orografia é ondulada, com cabeços de contornos suaves, pouco proeminentes, e encostas que apenas em raros casos se apresentam mais acentuadas, sendo na sua maioria de pendores ligeiros. De onde em onde afloram nódulos rochosos, meteorizados e fissurados, que interrompem a regularidade ondulante da topografia.

Trata-se de um contexto propício à agricultura de sequeiro e ao pastoreio, tendo em mente que sobre esta paisagem recai um clima continental, e a maioria dos ribeiros deixam de correr no estio. Contudo, quase nada se sabe sobre esta paisagem no passado, pelo que muito importaria desenvolver estudos que levem à caracterização da cobertura vegetal nesta região durante o primeiro milénio, por forma a consubstanciar o nosso entendimento sobre as culturas arqueológicas que aqui se fixaram.

## **CARACTERIZAÇÃO DA ESTÁTUA**

A peça representa um suídeo em pé, com os membros dispostos em posição avançada, e foi esculpida sobre um bloco de granito com estrutura pouco regular, de grão fino, na qual estão patentes veios em alinhamento, mormente na parte superior onde o escultor deixou cinco nódulos (figura 5) remanescentes de um destes veios.

A rocha apresenta desagregação variável em algumas partes, que supomostersido maioritariamente promovida por condições ambientais de deposição, as quais foram propiciadas pela reduzida coesão mineralógica da rocha. De uma forma geral, constata-se que toda a face esquerda da estátua foi sujeita a uma erosão acentuada, a qual foi sensível, mas não exclusivamente, facilitada pela degradação mineralógica do granito, e mormente pela fissuração e lascagem, como se verifica no extremo posterior (figura 9) da peça. Esta fissuração verifica-se também, embora em proporção mais modesta, no lado direito da quebra do pescoço (figura 7), não afectando contudo a configuração escultórica.

A estátua possui cerca de 1,60 cm de comprimento nos extremos. Os valores da largura oscilam entre os 30 cm no extremo posterior, cerca de 40 cm na parte média do tronco, tendo o cachaço 32 cm. A altura máxima é 90 cm no garrote. O recorte dos membros traseiros tem cerca de 36 cm de altura, e nos dianteiros 40 cm, sendo a sua base ligeiramente afeiçoada por forma a permitir o assentamento.

A análise da configuração estilística e dos traços de execução técnica revela a notável individualidade desta escultura.

De uma forma geral, o talhe da peça apresenta-se em pico médio, um pouco mais grosseiro em algumas zonas, revelando um trabalho cuidado, e não se descortinando o talhe por arrastamento que é característico da utilização do cinzel.

Do lado esquerdo da estátua os pormenores escultóricos foram erodidos, mais profundamente no extremo posterior, facto que afectou a relação de simetria (figura 9) e a forma do seu perfil. Por esta razão este lado da peça conserva poucos pormenores: o extremo anterior mantém traços do recorte da boca e do focinho (figura 5) e, um pouco adiante, a parte inferior da representação da espádua.

O lado direito representa de forma mais fiel a configuração original da escultura e dos seus pormenores. Todo o alinhamento da boca se encontra bem recortada por um sulco de perfil boleado (figura 7), cuja profundidade e definição se vai esbatendo na direcção da comisura. A queixada encontra-se definida por uma faixa bem recortada, que vai desde o focinho até à parte média da cabeça, junto da qual desvia para cima intersectando a orelha. O recorte desta faixa, de largura uniforme, vai-se destacando gradualmente do recorte do pescoço, logo a partir da ponta do focinho, criando um efeito de barbela. O extremo do focinho encontra-se muito bem definido por um contorno semicircular em relevo (figuras 7 e 8) e dois orifícios representando as narinas. Na parte média do maxilar superior, e logo acima

do recorte da boca, temos a representação da presa, ou navalha (figuras 6, 7 e 8) que se eleva até à crista numa manifesta ostentação de masculinidade. Um pouco além, e no centro do plano definido pela queixada, a presa e a crista, temos a representação do olho (figuras 6, 7 e 8), de perfil circular, rodeada por uma auréola, e bem destacado no baixo-relevo. Como acima se referiu, a representação da queixada, numa banda de largura uniforme, inflecte para cima, em semicírculo, até à crista da cabeça. Nesta parte superior nota-se uma depressão alongada no sentido vertical e posicionada na parte média dessa banda. Por outro lado, o recorte do limite direito desta banda sofre um desvio neste alinhamento ascendente, assumindo uma forma elíptica na qual vemos o perfil da orelha (figuras 7 e 8). Este exercício de observação só se justifica pelo facto de a peça se encontrar lascada exactamente nesta zona, cerceando assim o pormenor da figuração da orelha que, mau grado esta circunstância, revela traços claros de representação. A cabeça encontra-se ainda encimada por uma crista, claramente definida entre a parte superior do focinho e a protuberância da cabeça (figuras 7 e 8), onde, em ambos os extremos, liga com um dos pequenos nódulos aplanados atrás referidos, que se nos afiguram pertencer a um veio de inclusão possivelmente quartzítica que provocou esta fractura alinhada. A gravação tão marcada desta crista não faz sentido enquanto pormenor anatómico, mas parece querer ilustrar a imagem do javali na sua posição de luta, ocasião na qual eriça os pêlos da crista lombar.

A espádua é objecto de uma representação particular, da qual também temos indícios do lado esquerdo da estátua, iniciando-se na parte superior do tórax a imagem subcircular da omoplata que vai afunilando e forma um ângulo (figura 5) que corresponde à articulação do cotovelo. Os quartos traseiros estão definidos pelo contorno da estátua, mas não merecem a imagética complementar que é concedida aos restantes pormenores acima descritos.

No extremo anterior da peça (figura 9) temos a representação dos testículos, parcialmente cerceada pela degradação da pedra, encimados por uma fina tira semicircular que ilustra a cauda, também esta algo erodida do lado esquerdo da estátua.

Parece, portanto, inequívoco que o Berrão de Ramilo representa um javali, numa manifesta posição de poder, força e virilidade, características que se evidenciam na representação da crista e das presas, cujas dimensões e configuração parecem querer representar um javali macho e de idade avançada.

O talhe, ou regularização, das extremidades das patas sugere que a estátua se posicionaria directamente sobre uma qualquer superfície, fosse aplanada ou plinto elevado, uma vez que não se divisa qualquer indício de fractura na rocha, nem afeiçoamento consentâneo com a preparação de encaixe.

Uma última referência aos indícios visíveis no lado direito da peça, de uma mancha acastanhada (figuras 6 e 8) que atravessa todo o lado direito da estátua, estendendo-se desde o quarto traseiro até ao focinho, numa progressão ligeiramente diagonal. Esta mancha adensa um pouco de cor, escurecendo, por toda a área do peito. Pelas suas características poderá corresponder a uma maior concentração de óxidos de ferro na rocha, ou então, e em acréscimo, ser resultante de uma exposição prolongada ao fogo.

A configuração dos pormenores escultóricos do Berrão de Ramilo contém representações semiológicas que importaria tentar descodificar em momento oportuno, e em conjugação com outros elementos contextuais que neste momento ainda buscamos. Nesta primeira abordagem, que é ainda limitada, parece-nos ver um padrão estilístico individualizado, tanto na técnica de talhe como na imagética das representações, que dota esta peça de uma identidade própria no quadro dos restantes exemplos desta estatuária provenientes da região, podendo contribuir para o adensar da discussão em torno dos grupos estilísticos e do significado das estátuas (ÁLVAREZ SANCHÍS 1999; LÓPEZ MONTEAGUDO 1989) que se tem vindo a configurar no plano mais vasto do universo da estatuária dos berrões/verracos.

Olhando para o quadro amplo das representações escultóricas de suídeos, cremos que esta escultura poderá inserir-se no grupo Tipo I, da proposta de tipificação avançada por Jesús Álvarez (ÁLVAREZ-SANCHIS 1997: p. 241), que se caracteriza pelas grandes dimensões (1,50 a 2,15 cm de comprimento) e tamanho cuidado. A cabeça surge bem definida, diferenciando-se claramente do corpo,

de perfil recto ou côncavo, e as orelhas, jarretes e olhos bem delineados, assim como a indicação do sexo. Realça-se o naturalismo da peça, na representação da mandíbula e dos antebraços, contribuindo para a sensação de volume da mesma. Na proposta deste autor para a cronologia dos berrões deste tipo, sugere a ampla diacronia situada entre os séculos IV e II a.C., podendo inclusivamente serem executados na primeira metade do século I. Outros autores avançam com propostas cronológicas para a produção e utilização desta estatuária no amplo território geográfico em que se situam (SANTOS JÚNIOR 1975: pp. 504-9; Alain TRANOY 1981: pp. 118-9; Armando Coelho F. SILVA 1986: p. 299; Guadalupe LÓPEZ MONTEAGUDO 1989: pp.146-50; Francisco Sande LEMOS 1993: pp. 467-8), propostas acompanhadas com a igualmente importante argumentação sobre a sua afiliação, se exclusiva ao mundo indígena, ou já pertencentes ao tempo e cultura da romanização. Não menosprezando o valor desta discussão para o entendimento da problemática, temos como evidente que os dados disponíveis sobre o Berrão de Ramilo são por ora insuficientes para poder contribuir para qualquer avanço neste tema.

### **ALGUMAS NOTAS SOBRE O ENQUADRAMENTO**

O estudo desta peça, e das problemáticas que a envolvem, não se poderá restringir à análise formal e estilística, sendo indispensáveis elementos complementares, contextuais e de enquadramento.

Sobre o contexto do achado, aguardamos com expectativa o desenvolvimento dos estudos em curso no local do aparecimento da estátua, e sua envolvente.

Entretanto, um rápido relance aos sítios arqueológicos inventariados no espaço entre Duas Igrejas e o rio Douro permite constatar a sua ocupação desde a pré-história, com particular densidade na proto-história e em época romana, humanização que está bem documentada pelos sítios denominados Abrigo da Solhapa, Urreta da Malhada, Casto da Solhapa, Castro de Cércio, Vinha do Padre, Faceiras da Granja, e Poço Picão.

O estudo do Berrão de Ramilo deverá ser articulado primeiramente com o acervo de exemplares encontrados num espaço geográfico próximo, antes de nos estendermos a territórios mais amplos dentro de Trás-Os-Montes, ou mesmo para lá do rio Douro.

No concelho de Miranda do Douro contabilizam-se seis destas esculturas, sendo duas provenientes de Duas Igrejas, uma em Malhadas e quatro em Picote. A estas ocorrências, juntam-se as duas estátuas de bovídeos encontradas em Picote e em Malhadas, as quais referimos apesar de não se enquadrarem no tipo de representação que agora tratamos.

Sumariamos, em seguida, a cronologia e as circunstâncias do aparecimento das esculturas zoomórficas representando berrões, no Concelho de Miranda do Douro.

- 1952 (26 de Abril), Picote, numa cortinha localizada nas traseiras do posto da Guarda Civil de Picote. Foi descoberta aquando da limpeza da pedra miúda que a tapava. Estava a um palmo e meio de profundidade. Hoje encontra-se no jardim junto à Igreja Matriz. Esta descoberta foi reportada a J. Santos Júnior (1975: pp. 424-438; 1984: pp. 690-691) pelo pároco de Duas Igrejas António Maria Mourinho, que iniciou uma escavação durante a qual referiu ter descoberto uma estrutura circular com corredor, interpretando a mesma como um recinto sagrado ligado a cultos zoolátricos (REDENTOR e PEREIRA 2007: p. 10);
- 1954/1955, Picote, reaproveitada na parede de uma casa, de menor tamanho que a primeira e representa um porco. Entregue a J. Santos Júnior pelo comandante do posto da Guarda Fiscal em 1955;
- 2005 (9 de Abril), Picote, durante a demolição de paredes internas numa habitação de Manuel Joaquim Freitas Morais, junto à Fontósia, a cerca de 75 metros para nordeste do local do primeiro achamento. Representa um porco e encontra-se actualmente no jardim da casa de Gonçalo Santos (REDENTOR e PEREIRA 2007);

- 2009, Picote, parte do dorso e traseira de uma escultura zoomórfica, aquando do desmantelamento de muros de um quintal junto à FRAUGA, encontrando-se depositada nesta associação.
- Berrão de Duas Igrejas, que se encontra no Museu da Terra de Miranda, sem informação sobre a sua origem.
- 2020, Junho, Duas Igrejas, Berrão de Ramilo, encontrado no lugar de Ramilo durante trabalho de lavoura.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O achado e salvaguarda desta estátua constitui uma circunstância feliz por permitir mais uma acheга ao estudo da problemática dos berrões, e do seu significado funcional, cultural e ritual.

Como corolário do que foi acima descrito, conclui-se que a estátua em apreço representa um javali macho, na qual são estilizados, e salientados, determinados atributos desta classificação, a qual teria para os seus promotores um significado particular, que ainda não conhecemos. Trata-se, manifestamente, de um javali, animal selvagem, e não de um porco, portanto domesticado, pormenor que deveremos ter em conta aquando da dissertação sobre o seu significado prático ou ritual. Em acréscimo, o facto de o Berrão de Ramilo se encontrar situado do lado direito da linha de água parece sugerir que esta se constituiria como uma qualquer delimitação territorial, função que em todo o caso hoje tem.

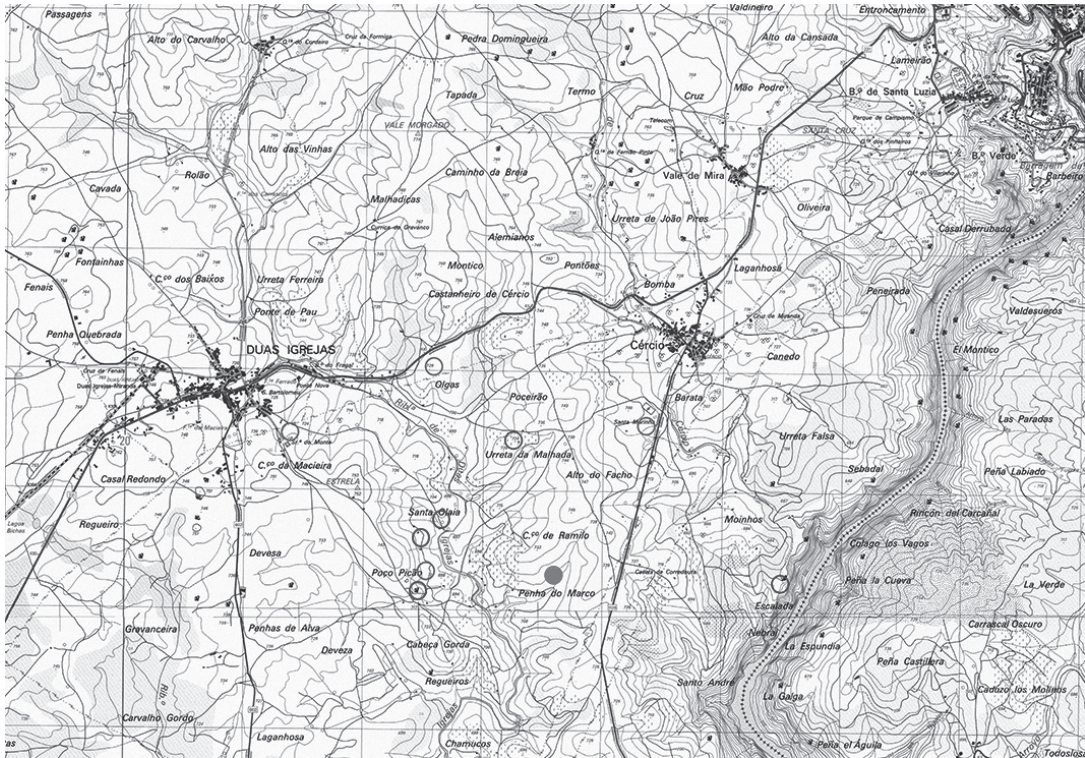
As características que a estátua exhibe, e em particular a acentuada degradação de todo o seu lado esquerdo, sugerem que esta terá sido tombada e com esta face exposta às intempéries durante um período muito prolongado, de décadas ou mesmo séculos, durante o qual o efeito das geadas e das fortes variações térmicas terão pressionado as fragilidades estruturais da rocha, e provocado o fissuramento e a erosão que agora são visíveis. Posteriormente terá ocorrido a cobertura da peça com solo, por enterramento intencional ou fruto da acumulação sedimentar natural das terras deslizando pela encosta, pelo que esta terá ficado a salvo da degradação climatérica, pelo menos até ao início da prática das lavouras mecanizadas nesta freguesia. Desta última fase, recente de poucas décadas, a estátua guarda algumas marcas no seu lado esquerdo (figura 5), a somar a uma mais recente, e profunda: a que a trouxe de novo à luz do dia.

## BIBLIOGRAFIA

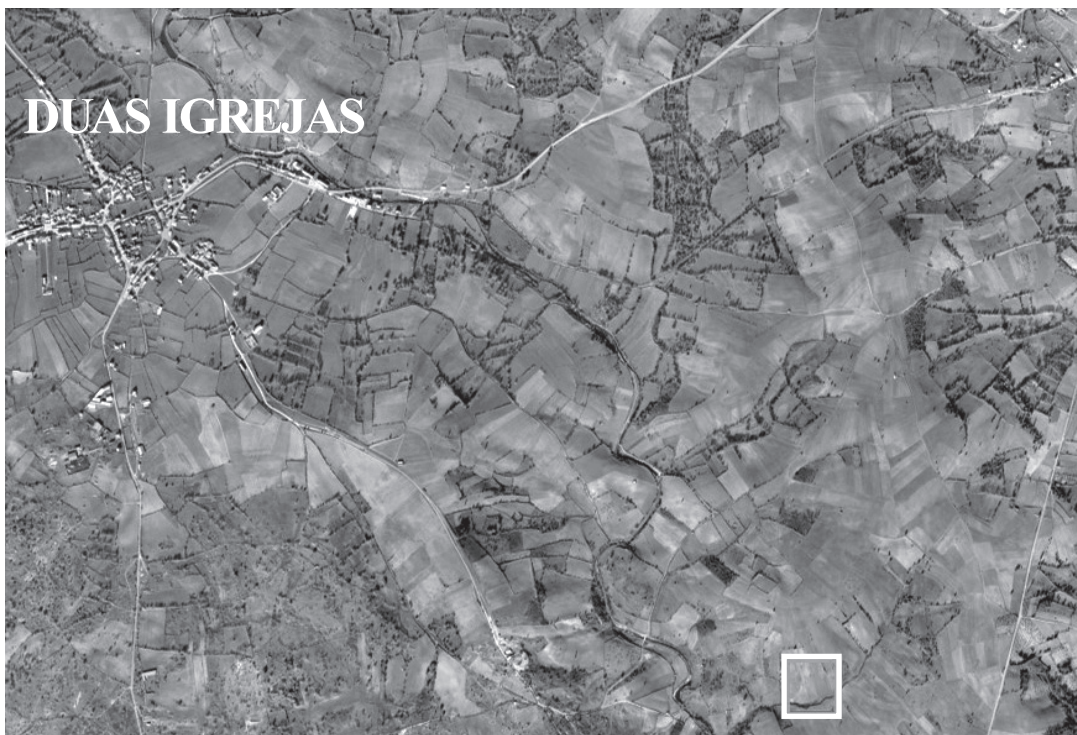
- ALVES, Francisco Manuel (2000), *Memórias Arqueológicas-Históricas do Distrito de Bragança*. Bragança, Câmara Municipal de Bragança, Instituto Português de Museus – Museu Abade de Baçal.
- ÁLVAREZ-SANCHÍS, J. R. (1993), En busca del verraco perdido: aportaciones a la escultura zoomorfa de la Edad del Hierro em la meseta. Madrid, Complutum 4, pp. 157-168
- ÁLVAREZ-SANCHIS, Jesus (1997), *Los Vettones. Arqueología de un Pueblo Protohistorico*. Madrid, Faculdade de Geografia e História, Universidade Complutense de Madrid.
- ARIAS CABEZUDO, Pilar; LÓPEZ VÁZQUEZ, Miguel; SÁNCHEZ SASTRE, José (1986), *Catálogo de la escultura zoomorfa protohistórica y romana de tradición indígena de la provincia de Ávila*. Ávila, Institución Gran Duque de Alba.
- CAPELA, J. V. (2007), *As freguesias do Distrito de Bragança nas memórias paroquiais de 1758: memórias, história e património*. Braga, Universidade do Minho.
- Carta Geológica de Portugal 1:500 000 (SGP, 1992)
- LE MOS, F. S. (1993), *Povoamento Romano de Trás-os-Montes Oriental*. Braga, Universidade do Minho (polic.).
- LÓPEZ MONTEAGUDO, G. (1989), *Esculturas zoomorfas celtas de la Península Ibérica*. Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas.

- MARCOS, D. S. (1998), Catálogo dos monumentos e sítios arqueológicos do Planalto Mirandês (Romanização). Bragança, *Brigantia* 18 (1-2), pp. 2-111.
- MOURINHO, A. M. (1980), Roma na Terra de Miranda. *Seminário de Arqueologia do Noroeste Peninsular*, vol. 2, Guimarães, Sociedade Martins Sarmento, pp. 93-106.
- MOURINHO, A. M. (1998), Epigrafia Latina Aparecida Entre Sabor e Douro desde o Falecimento do Abade de Baçal. Bragança, *Brigantia* 7, pp. 104-5 e 120.
- PINTO, Dulcineia C.B. (2005), Notas para a caracterização da estação do Puio – Picote, Miranda do Douro. *Portvgalia*, Nova Série, 26, pp. 77-112.
- PRETO, Elisa; SÁ, A.; ROBLES, F. (2009), *Arribas do Douro, um compêndio geológico*. Vila Real, UTAD.
- REDENTOR, Armando; PEREIRA, Luís (2007), Uma nova escultura zoomórfica proto-histórica em Picote (Miranda do Douro). In *Terra de Miranda, Revista do Centro de Estudos António Maria Mourinho*, Miranda do Douro, pp. 9-26.
- SANTOS JÚNIOR, Joaquim Rodrigues (1975), A Cultura dos Berrões no Nordeste de Portugal. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, 22 (4), pp. 353-517.
- SANTOS JÚNIOR, Joaquim Rodrigues (1981), Mais três berrões proto-históricos de Freixo de Espada-à-Cinta. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, 24 (1), pp. 101-20.
- SANTOS JÚNIOR, Joaquim Rodrigues (1985), A Cultura dos berrões proto-históricos fundamentada em Trás-os-Montes. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, 25 (1), pp. 31-40.
- SILVA, Armando C.F. (1986), *A Cultura Castreja no Noroeste de Portugal*. Paços de Ferreira.
- TRANOY, Alain (1981), *La Galice Romaine. Recherches sur le Nord-Ouest de la Péninsule Ibérique dans l'Antiquité*. Paris, Publications du Centre Pierre Paris 7.
- ZAPATERO, Gonzalo Ruiz; ÁLVAREZ-SANCHIS, Jesus (2008), Los verracos y los vettones. In *Zona Arqueológica, Arqueología Vettona, La Meseta Occidental en la Edad del Hierro* 12, Alcalá de Henares, Museo Arqueológico Regional, pp. 215-31.





**Fig. 1:** Localização da área do achado do Berrão de Ramilo (círculo vermelho), sobre a Carta Militar Folha 81, IGEOE 1996. São localizados os sítios pré e proto históricos (círculo azul) e os sítios de ocupação de época romana (círculo verde).



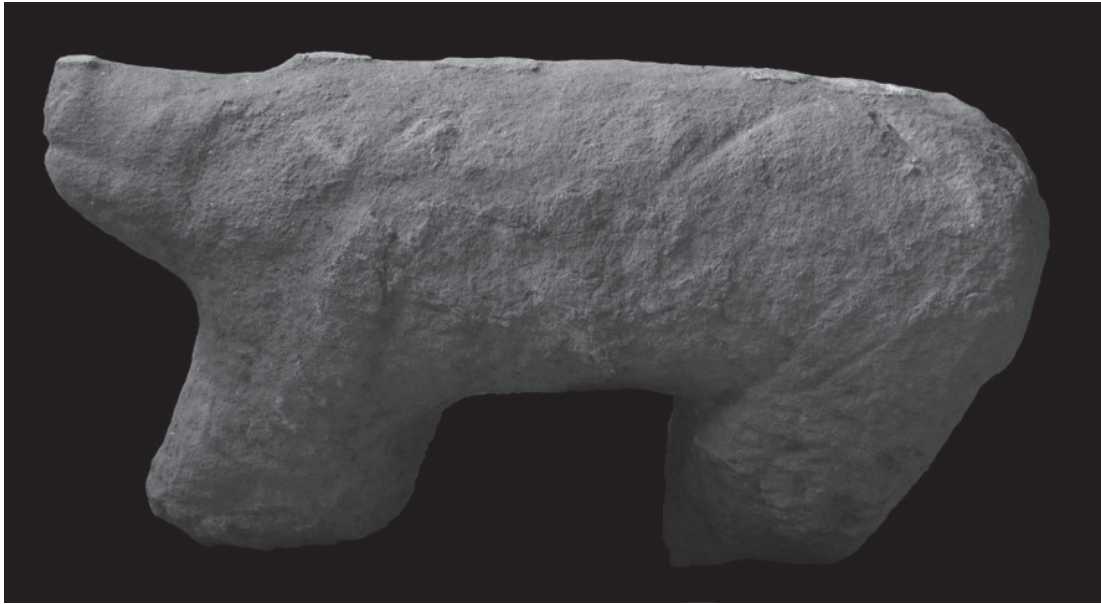
**Fig. 2:** Localização da área do achado do Berrão de Ramilo sobre fotografia aérea do IGEO 1996, cedida pela CMMD.



**Fig. 3:** Lugar de Ramilo: local onde foi encontrada a peça, vendo-se ao fundo o tufo de vegetação que acompanha a linha de água, e o pendor suave das encostas que a ela convergem.



**Fig. 4:** Lugar de Ramilo: vista aérea do local onde foi encontrada a peça, e parcelas agricultadas envolventes.



**Fig. 5:** Representação do lado esquerdo da estátua.



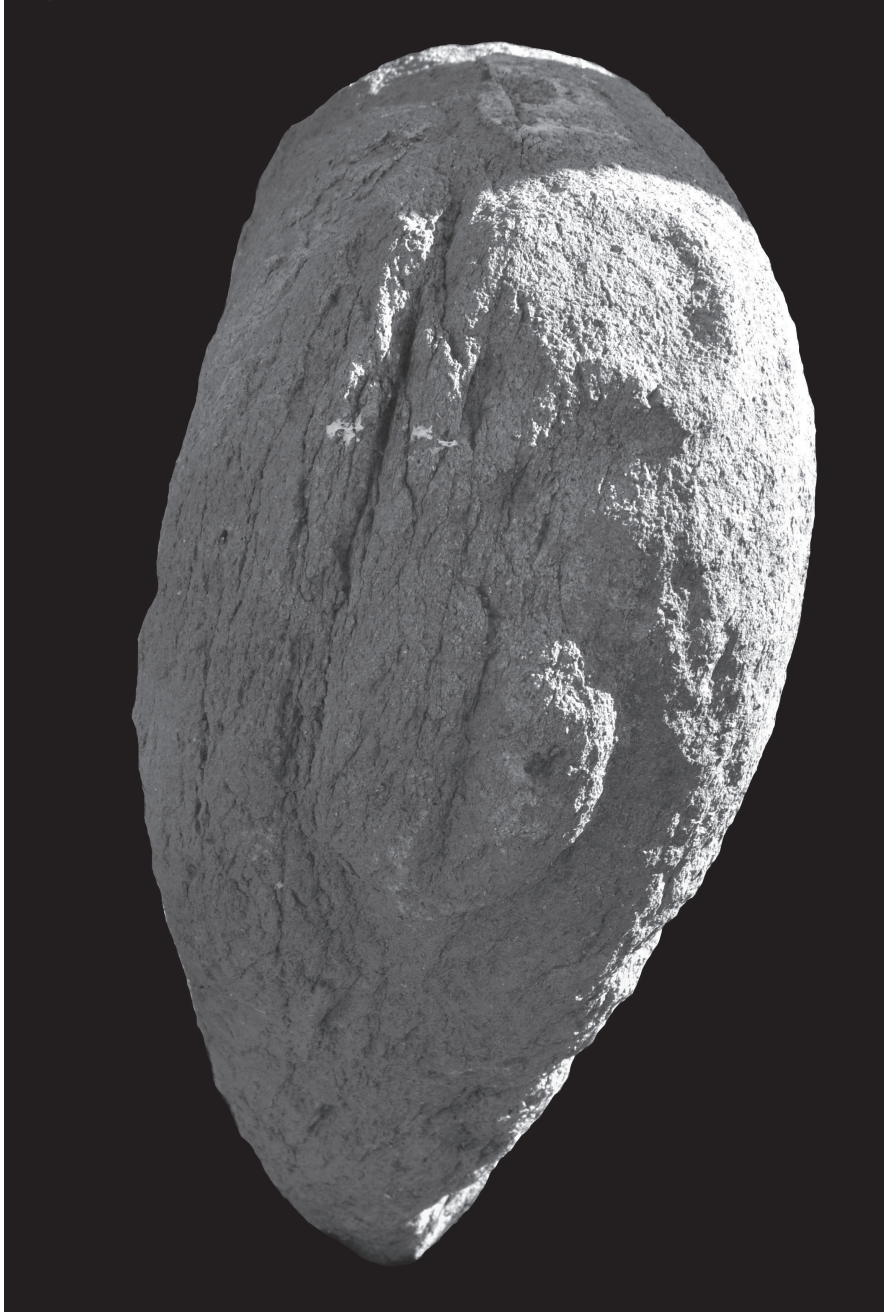
**Fig. 6:** Representação do lado direito da estátua.



**Fig. 7:** Detalhe do quadrante dianteiro direito da estátua.



**Fig. 8:** Perspectiva frontal do lado direito da estátua, notando-se em pormenor as representações da cabeça.



**Fig. 9:** Extremo posterior da estátua, notando-se a acentuada fissuração da pedra do seu lado esquerdo.



# UMA SEPULTURA DA ANTIGUIDADE TARDIA EM QUINTELA DE LAMPAÇAS, BRAGANÇA

**Francisco M.V. Reimão Queiroga**

FLUP – UFP / CLEPUL  
fqueiroga@letras.up.pt

**Francisco Sá Reimão Queiroga**

Mestre em Arqueologia pela FLUP  
queiroga4@gmail.com

## ABSTRACT

An archaeological survey carried out in an agricultural field located at Quintela de Lampaças, Bragança, led to the discovery of a Late Antiquity grave. The structure in which the burial is settled is made out of loose stones and clay building materials, and bears a rather unclear configuration that diverges from the known funerary models from this epoch. The dating proposed for the set is the second half of the Vth century AD, as suggested by the materials that are most suitable for dating, such as the pieces of Late *Terra Sigillata*. Amongst the pile of clay materials that made the covering of the grave was deposited one hammer during the funerary ritual. This hammer is of a known roman type, and is a unique find in the region, in addition to being found in a rather unusual context.

**Keywords:** Trás-Os-Montes; Late Antiquity; incineration grave; funerary ritual; roman tool.

## RESUMO

A avaliação arqueológica realizada numa parcela agrícola em Quintela de Lampaças, Bragança, levou à descoberta de uma sepultura datável da Antiguidade Tardia. A estrutura na qual se situa o enterramento é composta por pedras e materiais cerâmicos, e apresenta uma configuração pouco clara, afastando-se dos modelos conhecidos de estruturas funerárias desta época. A cronologia proposta para o conjunto é a segunda metade do século V, com base nos materiais associados com datações mais precisas, nomeadamente as *sigillatas* tardias. No aglomerado de materiais que constituíam a tampa da sepultura foi depositado um martelo de tipologia romana bem definida, o qual constitui um achado único pelas suas características e enquadramento em contexto funerário.

**Palavras chave:** Trás-os-Montes; Antiguidade Tardia; sepultura de incineração; ritual funerário; utensílio romano.

## 1. INTRODUÇÃO E CONTEXTO

O objectivo desta curta notícia é o de divulgar os achados e as problemáticas decorrentes da escavação de uma estrutura arqueológica atribuível à antiguidade tardia, situada no lugar de S. Miguel, da freguesia de Quintela de Lapaças, concelho de Bragança.

No âmbito do processo de licenciamento da obra de construção de um edifício destinado a lar de idosos, em Quintela de Lapaças, foi imposta a avaliação arqueológica prévia por meio de sondagem, com fundamento no achado de alguns vestígios dispersos de “tégula e escória de ferro e cerâmica”<sup>1</sup>, que apareciam à superfície do terreno.

O sítio arqueológico situa-se numa parcela agrícola até então votada a culturas de sequeiro, a qual está delimitada pelo estradão de acesso à capela de S. Miguel, na periferia sul da mancha urbana do povoado. O espaço envolvente à obra é dominado pelos relevos que contrafortam o maciço da Serra de Nogueira na direcção sul-sudoeste, aos quais pertence o cabeço do Alto dos Castelinhos, sobranceiro a Quintela de Lapaças. As encostas íngremes que ladeiam o cume, como o Alto das Vinhas, dão origem a cabeços e encostas de perfil mais suave, que se estendem para nascente, na direcção da linha de água do rio Azibo e do ribeiro seu afluente.

O local situa-se no esporão com encosta de pendor muito suave que conduz ao cabeço aplanado no qual se situa a capela de S. Miguel, e todo o seu lado sul confina com o estradão pavimentado. Esta parcela, e a que lhe está adjacente, são as únicas deste lado da encosta que estão ainda votadas às culturas de sequeiro, uma vez que as restantes se encontram plantadas com oliveiras e amendoeiras. Trata-se, portanto, de terrenos que são sujeitos a lavras periódicas, no decurso das quais é remexida a camada superficial da terra por charruas e escarificadores. Da mesma forma, o plantio das árvores com meios mecânicos resulta no revolvimento profundo dos solos. Ambas estas actividades contribuem para trazer à superfície evidências arqueológicas existentes no local, as quais são visíveis numa observação cuidada do solo.

A parcela apresentava boa visibilidade, com herbáceas rasteiras, e constatou-se que o terreno se encontrava ao nível do afloramento rochoso, o que se nos afigurou insólito, uma vez que se tratava de uma parcela agrícola, com lavras regulares. Foi, então, esclarecido pelos habitantes locais que pouco tempo atrás este terreno tinha sido alvo de uma decapagem da terra superficial, a qual foi transportada para o cemitério paroquial. Esta operação deixou marcas no terreno, as quais são bem visíveis na fotografia aérea (figura 2) registada antes do início da intervenção, e tendo como resultado mais sensível o facto de, na maioria do espaço, o substrato rochoso se encontrar à superfície.

Este sítio localiza-se numa região sobre a qual tem convergido comparativamente pouca atenção da investigação arqueológica no terreno, salientando-se, em ordem cronológica, os inventários realizados pelo Abade de Baçal (ALVES 1911; 1915; 1976), a relocalização e avaliação dos sítios inventariados efectuada pela equipe do IPA em 2001, o estudo conduzido por Francisco Sande Lemos (1993) sobre a ocupação romana na região, e os projectos mais recentes da equipe da Associação Terras Quentes (LUÍS *et al.* 2013; SENNA MARTÍNEZ *et al.* 2017), e do Projecto da Barragem do Sabor. Não se baseando em intervenção no terreno, são ainda de destacar as sínteses de Redentor (2002 e 2017) sobre epigrafia, e os trabalhos de arqueologia contidos na obra colectiva editada por Fernando de Sousa (2019), por conterem elementos de inventariação e reavaliação actualizados.

No entorno de Quintela de Lapaças estão referenciadas algumas ocorrências arqueológicas, as quais documentam momentos de ocupação a partir da Idade do Ferro. Referimo-nos aos sítios denominados Castelo (CNS 17487; ALVES 1911; LEMOS 1993; NETO 1975), Poça (CNS 17490; ALVES 1911 e 1976;

---

1 Informação veiculada pelo Despacho da DRCN para a realização da avaliação arqueológica. O material referido deverá ter sido então recolhido, uma vez que na primeira visita ao terreno nada encontramos à superfície.

LEMOS 1993; NETO 1975), e Terronha (CNS 17489; ALARCÃO 1988; LEMOS 1993), nos quais se detectam vestígios de ocupação enquadráveis na Idade do Ferro e na época romana, fornecendo, portanto, contexto habitacional de proximidade nesta área. Ressalva-se, contudo, que no espaço circundante ao sítio em apreço não foram detectados vestígios de ocupação, apesar da cuidadosa observação dos terrenos lavrados, e em particular em torno do cabeço onde se situa a capela de S. Miguel.

## **2. DESENVOLVIMENTO DOS TRABALHOS**

A proposta de intervenção constava na escavação de uma vala de sondagem com um metro de lado, com orientação perpendicular à via de acesso à capela de S. Miguel, e à fachada do edifício a construir, estendendo-se para o extremo nordeste do terreno.

Foi iniciado o trabalho, e a escavação dos escassos centímetros de terra que recobriam o substrato rochoso cedo revelou um conjunto de fragmentos de tégulas empilhados num espaço intersectado pela vala (figura 3), situado a cerca de 12 metros para norte do estradão, contexto que parece estar numa pequena depressão protegida pelo afloramento rochoso que o delimita pelo lado sul. Por outro lado, o restante espaço de sondagem não revelou quaisquer vestígios de materiais dispersos, nem mesmo em zonas de escorrimento. O extremo norte da vala de sondagem situa-se no limite nordeste da parcela, o qual apresenta as cotas mais baixas. Por se situar em zona de confluência de escorrimentos, em acréscimo de este local não ter sido afectado pelo desaterro acima referido (figura 2), não surpreendeu que a potência do nível de terra solta fosse aqui algo superior, rondando os trinta centímetros. Salientamos a potência modesta desta terra arável, sobretudo tendo em conta a utilização de lavras mecânicas com charrua, que tendem a aprofundar um pouco mais os remeximentos destes solos no decurso dos ciclos culturais.

Só após ter sido ultimada a avaliação do restante espaço da vala se entendeu concentrar a atenção na escavação do aglomerado de fragmentos de tégula e tijolo (figura 3) o qual formava um conjunto desordenado e sem conexão aparente entre as peças. Depois de retirada a camada superior do núcleo de tégulas começou a delinear-se o alinhamento do murete sul (figura 3), facto que obrigou a delinear metodologia de abordagem. Entendemos então como mais adequado não alargar desde logo a área de intervenção, para poder beneficiar da leitura do corte estratigráfico, pelo que se avançou com a decapagem.

Terminada a escavação da vala de sondagem, depois de atingida a rocha natural (figura 6), foi registado o único corte visível, o do lado sudeste (figura 8), e só então se alargou a sondagem no lado para o qual a ocupação se estendia. Desde logo surgiu a continuação das estruturas detectadas, continuando a um nível muito superficial, constatando-se que o nível do substrato rochoso subia um pouco de cota neste lado (figura 11), e delimitava o extremo sudeste da estrutura. Verificando-se que a estrutura estava circunscrita, e que não existia qualquer outro vestígio de ocupação no espaço limítrofe, deu-se por encerrada a intervenção.

## **3. ESTRUTURAS**

Logo no início da intervenção surgiu um conjunto de pedaços de tégulas que estava agrupado num núcleo coeso, não se tendo verificado dispersão de fragmentos no espaço circundante, nem antes de iniciada a escavação, nem tampouco no seu decurso. Desta forma, descarta-se a interpretação possível de poder tratar-se do derrube da cobertura de uma construção, ganhando consistência a explicação baseada na intencionalidade do seu empilhamento.

Na parte superior deste aglomerado, e envolto entre os fragmentos de tégula, apareceu um martelo em ferro (figura 13), que abaixo se descreve em pormenor. Desde logo se começou a desenhar um alinhamento de pedras do lado sudoeste (figura 3), o qual rapidamente se clarificou (figura 5), sendo

composto por pedras frustes em xisto, não aparelhadas, fragmentos de tégulas e ladrilho. As pedras deste alinhamento composto de uma só camada, que talvez não merecesse a designação de murete, encaixam no afloramento xistoso que parece ter sido escavado para o efeito, assentando sobre uma camada de cascalho (figura 7) resultante dessa escavação. A primeira pedra do alinhamento no extremo noroeste encosta a uma saliência sobre-elevada do afloramento, que lhe está a um nível ligeiramente superior (figura 11), a qual parece fechar a estrutura deste lado. Este segmento é composto por cerca de meia dúzia de peças, sendo três delas materiais cerâmicos de construção (figuras 9 e 16), após o que o alinhamento se interrompe em esquadria, desviando para sudoeste cerca de 50 centímetros, e inflecte de novo em esquadria retomando o alinhamento anterior. Este segmento, que é quase paralelo ao primeiro, continua por cerca de um metro e então inflecte para nordeste, num alinhamento do qual só existem três pedras (figuras 9, 10 e 16), as quais parecem fechar a estrutura neste extremo sudeste. Este segmento mais recuado encontra-se protegido pelo afloramento rochoso, que junto a ele se sobreleva, tendo permitido a conservação de duas fiadas de pedras.

No extremo sudeste da estrutura, onde faltam pedras que definam claramente a sua delimitação, temos a marca bem recortada da escavação e afeição do substrato rochoso (figuras 9 e 11), que define o seu contorno.

Estando, portanto, definida a face deste murete, buscou-se a que lhe seria oposta, mormente após o momento em que ganhou consistência a hipótese de estarmos perante uma sepultura. Contudo, esta não apareceu, mas a configuração da rocha, que se encontrava afeiçãoada numa ligeira depressão alongada (Foto 19), indicou que este murete não existia.

Após a conclusão da escavação da vala de sondagem, alargou-se a mesma na direcção das estruturas visíveis, para sul, com o objectivo de as avaliar. Neste alargamento surgiu desde logo o murete oposto ao do lado poente, o qual corroborou a interpretação desta estrutura. Contudo, da mesma forma que este murete aparecia logo desde o corte, também o murete do lado poente desaparece no mesmo (figura 11), alargando-se assim o espaço interior da estrutura. Na esquina sudoeste temos uma pedra que fecha o alinhamento, fazendo ângulo para nordeste, mas o alinhamento cedo termina. Contudo, a rocha apresenta nivelamento indiciador do apoio deste murete, que corre para nascente, e após o que seria a sua face interior, o afloramento está escavado em declive, documentando, portanto, a configuração desta estrutura já desaparecida.

#### **4. ESTRATIGRAFIA**

A sequência estratigráfica é compreensivelmente reduzida, em virtude do desaterro a que o espaço foi sujeito, mas tendo em mente que a terra daqui removida correspondia à camada arável e, portanto, foi revolvida pela maquinaria agrícola. A estrutura escavada encaixa-se numa ligeira depressão que parece ter sido criada intencionalmente no substrato de xistos, e na qual se registaram as camadas estratigráficas que a seguir se descrevem.

Estrato 1 - Ao longo de toda a sondagem a estratigrafia é composta por uma camada uniforme de terra, e possui mais potência no lado nordeste da sondagem, pelas razões acima referidas. A camada de terra superficial, remexida pelas lavours, é de tonalidade acastanhada clara, argilosa e com inclusões de gravilha pétreia, e assenta directamente sobre o substrato rochoso. Esta camada está presente em toda a área intervencionada, mas as camadas seguintes reportam-se apenas ao espaço da estrutura escavada.

Estrato 2 - Bolsa localizada na parte média da estrutura, e com pouco escorrimento lateral. Composta por uma densa acumulação de materiais de construção de época romana, mormente tégula, tijolo e algum ímbrice, associados a terra argilosa de cor clara e com manchas laranja/avermelhado, coloração que parece ser resultante da degradação dos materiais cerâmicos. Junto com os materiais

cerâmicos jaziam abundantes fragmentos de xisto negro, ou lousa, rocha que é exógena desta área. A coloração dos materiais contaminou a terra na sua proximidade, contribuindo para uma coloração mosqueada (figura 8), visível no decurso da escavação. Com efeito, a coloração bege-amarelada dos fragmentos de xistos provenientes do substrato do local, contrastam com o avermelhado dos materiais cerâmicos, conforme se verifica no corte estratigráfico. Na parte superior desta bolsa, e junto ao corte da sondagem, apareceu o martelo em ferro, envolto por fragmentos de tégula.

Estrato 3 - Terra argilosa, de tonalidade castanho/acinzentado, com muita gravilha (figuras 4 e 9) e extremamente compactada, situada debaixo do estrato 2. De resto, esta compactação dificultou a escavação e provocou a fragmentação das peças cerâmicas durante a sua exumação. A gravilha apresenta uma composição multifacetada, com xistos, quartzitos, raros granitos, e uma rocha sedimentar de tonalidade esverdeada que não sabemos classificar. Os materiais, e mormente as pedras, apresentam uma disposição errática, por vezes em posição oblíqua, facto que indicia a sua deposição simultânea com terra.

Estrato 4 - Situado debaixo do estrato 3, é uma bolsa de terra extremamente concrecionada, de cor escura e com aspecto untuoso, misturada com carvões meteorizados e algum areão. Situa-se apenas no extremo noroeste da estrutura (figuras 5 e 18), apresentando contornos circulares, e não continha espólio associado. Pelas suas características, interpreta-se este contexto como sendo vestígio de cremação.

Estrato 5 - Camada argilosa, de tonalidade castanho/acinzentado, composto maioritariamente por gravilha extremamente compactada, em tudo semelhante ao estrato 3. Este estrato assenta directamente sobre o substrato rochoso, não excede os cinco centímetros mesmo nas zonas de maior potência, e nele não foi encontrado qualquer espólio. Parece corresponder à regularização do nível rochoso por meio de pico, e a sua composição resulta deste processo.

Em virtude do observado, recordamos algumas evidências que poderão ajudar a entender estes contextos.

Não apareceu qualquer material na bolsa designada como estrato 4, mas apenas na camada que a recobria: o estrato 3. Este material encontrava-se fragmentado e disperso pelo contexto referido. Acresce ainda a circunstância de as peças se encontrarem incompletas, o que reforça a presunção que estaremos perante uma deposição secundária. A terra com os materiais associados terá provindo de outro local e foi espalhada pelo interior da estrutura até ao seu preenchimento no nível do alinhamento de pedras. Fundamentamos esta interpretação no facto de os fragmentos de um dos vasos (figuras 15 e 20- nº 1, MDDS 2019.5003) se encontrarem dispersos sobre o estrato 3 (figura 4) e no extremo noroeste da estrutura.

Desta forma, interpretamos da seguinte forma o processo arqueológico, no que se reporta à estratigrafia. Aquando da construção da estrutura, o substrato rochoso foi afeiçoado e aplanado, tendo resultado desta acção uma fina camada de esquírolas de pedra e terra, a qual foi aplanada e deixada no local, dando origem ao que se designou como estrato 5.

Sobre este contexto foi depositado o material resultante de um processo de incineração, composto por terra com abundantes inclusões de carvão bastante desagregado, colocado no lado noroeste da estrutura, e cuja dispersão formou uma mancha de contorno sub-circular, a qual forma o que designamos por estrato 4.

Sobre este estrato foi lançada uma camada de terra com uma mistura anormalmente ecléctica de cascalho, e pedras de dimensões médias, provenientes de distintos contextos geológicos, naturalmente misturados com fragmentos de materiais cerâmicos de construção, e as peças abaixo enumeradas. Nele se notam alguns raros carvões, mas a variação da associação dos materiais que o formam, mormente os de construção, faz com que este estrato possa apresentar ligeiras variações de coloração e composição no espaço. O pormenor porventura mais uniforme deste estrato é a sua elevada compactação, que

colocou dificuldades à escavação e à remoção dos materiais cerâmicos, mormente as *sigillatas*, que se encontravam particularmente fragilizadas.

Finalmente, este estrato terá sido selado por um amontoado de fragmentos de materiais cerâmicos de construção, com epicentro na mancha do estrato 4. Este amontoado circunscreve-se ao espaço delimitado pela estrutura pétreo, e não se estende para sudoeste muito além do corte da vala de sondagem inicial (figuras 3, 8 e 9), razão pela qual o associamos inequivocamente ao recobrimento da mancha de carvões designada como estrato 4. Desta forma também se interpreta a presença do martelo neste contexto como resultante de deposição intencional, na cobertura da sepultura (BLAIZOT et al. 2009: pp. 170-2), neste caso formada por um amontoado de peças reutilizadas.

## 5. ESPÓLIO

No decurso da escavação foram exumadas algumas peças arqueológicas<sup>2</sup>, as quais se revelam de suma importância para o entendimento da estrutura, e igualmente para a definição da sua cronologia e problemáticas.

– Martelo em ferro (figuras 13 e 19, MDDS 2019.5001) com as seguintes dimensões máximas: 240 mm de comprimento, 63 mm de largura, e 43 mm de espessura. Pesa 1469 gramas. Um dos extremos apresenta secção sub-circular com duas faces alinhadas paralelas, enquanto que o extremo oposto se encontra afilado no sentido perpendicular ao do cabo, terminando com superfície romba. O olhal é redondo, e bem reforçado pelas paredes laterais que o ladeiam e rematam em carena angulosa, bem saliente, criando um perfil “em diamante”. Os dois extremos apresentam rebarbas laterais, indicadoras do stress sobre o material decorrente dos impactos na sua utilização, o qual provoca deslocações do metal sob a forma de rebarbas laminadas.

Trata-se de um magnífico exemplar de martelo do Tipo 2 de Hanneman<sup>3</sup> (2014: Abb 362), com dimensões médias elevadas face aos exemplares conhecidos (HUMPREYS 2018: Table 71) cuja função tem sido atribuída ao trabalho de forja. O seu peso classifica-o como uma eficiente peça de percussão, mas a extremidade afilada é demasiadamente romba para a função de corte, o que o afasta do modelo de cinzel de corte, com cabo, utensílio que é muito comum nesta forma tem sido atribuída ao trabalho metalúrgico (HUMPHREYS 2018: pp. 176-8), igualmente registado para esta tipologia de utensílio, sugestão que seria apoiada pela notícia do achado de alguns fragmentos de escória metalúrgica à superfície do espaço circundante. Não enjeitando esta classificação, que é dominante na bibliografia da especialidade (MANNING 1985: pp. 5-6), deixamos, contudo, em aberto a possibilidade de se tratar de um martelo de pedreiro assentador, modelo particularmente adequado ao afeiçoamento e ao talhe das peças em xisto, função para a qual o seu extremo transversal, mais afilado, se revela adequado. A sua tipologia, sendo comparativamente bem conhecida na bibliografia arqueológica europeia, é inequivocamente apoiada pelos materiais que lhe estão associados neste contexto arqueológico particular.

– Perfil completo de taça em *Terra Sigillata* Hispânica tardia (figuras 14, e 20- nº 4, MDDS 2019.5002), produção do Vale do Douro. Trata-se de uma peça decorada com impressões em gomo oblongo, apresentando um diâmetro no bordo de 85 mm, e a altura de 84 mm. A pasta está muito degradada e fragilizada, pois estava recoberta com terra muito concrecionada nas superfícies, resultado das pressões a que foi sujeita no decurso da deposição. Trata-se da forma Paz 86 (= Paz 6.5), uma imitação da Hayes 73A, datável a partir de *circa* 430.

---

<sup>2</sup> Todo o espólio referido foi tratado e conservado no Museu D. Diogo de Sousa, onde se encontra depositado. Na sua identificação (figuras 19 e 20) referimos os respectivos números de inventário. Aproveitamos para registar este facto, e manifestar o nosso reconhecimento à Dra. Maria José de Carvalho e Sousa, pelas facilidades concedidas no estudo e na conservação destas peças, bem como aos técnicos do museu pela sua sempre amável solicitude.

<sup>3</sup> Não se nos afigurando pertinente, no âmbito deste estudo, valorizar os detalhes que fundamentam a quase micro-análise tipológica realizada por Gaitzch (1980: pp. 72-102, abb. 9 e 10).

– Bordo com pança decorada com caneluras horizontais (figuras 15 e 20- nº 1, MDDS 2019.5003), *Terra Sigillata* Hispânica tardia, produção do Vale do Douro, tendo um diâmetro no bordo de 65 mm. A pasta está muito degradada e fragilizada, coberta com terra muito concrecionada nas superfícies. Forma Hispânica 5 (= Paz 6.4) com cronologia entre *circa* 350 a 450.

– Fragmento de *Terra Sigillata* Hispânica tardia (figuras 16 e 20- nº 3, MDDS 2019.5004), produção do Vale do Ebro, com pasta muito degradada e fragilizada, coberta com terra muito concrecionada nas superfícies. Apresenta decoração moldada com motivo em grandes círculos. Forma Hispânica 37 tardia, com cronologia de *circa* 400-500.

– Pequeno fragmento de *Terra Sigillata* Hispânica tardia (figuras 16 e 20- nº 2, MDDS 2019.5004), produção do Vale do Ebro, com pasta muito degradada e fragilizada, coberta com terra muito concrecionada nas superfícies. Apresenta vestígio de decoração estampilhada, com roseta. Forma Hispânica não identificável, com cronologia de *circa* 400-500.

– Fragmento de bordo de vaso de forma indeterminada (figura 16), de produção regional, indiciando tratar-se de uma forma aberta, tipo talha, com bordo curto e pouco esvasado. A coloração do cerne e do colo é alaranjada, mas as superfícies exteriores da aba do bordo são quase negras, indiciando a sua serventia para cozinhar ao lume. A pasta é muito bem cozida, com percentagem anormal de desengordurante quartzítico, de calibre muito irregular e com grandes grânulos que emergem à superfície.

– Pequeno fragmento de pança (figura 16) de uma peça de produção regional de forma indeterminada. A pasta é alaranjada, de coloração uniforme, com boa cozedura, tendo um desengordurante quartzítico, de calibre muito irregular e com grandes grânulos que emergem à superfície.

– Fragmento de fundo de vaso (figuras 17 e 20- nº 5, MDDS 2019.5004), possivelmente de talha pequena, de produção regional, apresentando o diâmetro do fundo e o perfil aproximado até à parte média da pança. A pasta é de fabrico grosseiro, com muito desengordurante quartzítico que sobressai na tonalidade alaranjada da superfície. No interior notam-se várias caneluras horizontais, resultantes da montagem da peça na roda. A cozedura é boa, conferindo bastante dureza ao vaso.

A estes materiais se juntam duas pequenas esquirolas de osso muito desagregado, que não é possível classificar, nem tampouco inferir se será proveniente de animal ou de humano.

## 6. PROPOSTA DE INTERPRETAÇÃO DOS CONTEXTOS

A análise geral da estrutura em apreço permite ressaltar alguns pormenores que são relevantes para a sua interpretação funcional. Em primeiro lugar fica claro que o substrato rochoso foi afeiçoado por forma a receber os alinhamentos de pedras. Estes, são compostos por materiais diversos, e mesmo inapropriados para o fim a que se destinam, facto que indica que esta construção recorreu a materiais avulsos, reutilizados, e não preparados expressamente para o efeito. A estrutura é composta por alinhamentos irregulares de pedras cuja face está claramente voltada para o seu interior (figura 18), sendo a face oposta de contorno muito irregular. Temos, portanto, um suposto murete, ou segmentos de murete, com apenas uma face, voltada para o interior do conjunto, facto que descarta liminarmente a possibilidade de se tratar do resto destruído de um muro, o qual teria inevitavelmente duas faces e uma maior solidez ao nível do alicerce. No conjunto, estes alinhamentos de pedras formam um espaço de configuração sub-quadrangular muito irregular (figura 18) do qual emerge um alinhamento de pedras, para noroeste, ao lado do qual serão depositos os materiais funerários.

A configuração do espaço funerário terá sido criada de raiz, como acima se argumentou, o que acrescenta à individualidade deste caso, cuja irregularidade de planta só encontra paralelo numa sepultura do Mozinho (ALMEIDA 1975: p. 33, foto 3) que apresenta um nicho lateral. Preferimos não dissertar sobre a questão da configuração deste espaço funerário, que talvez mereça alguma sedimentação, e vir a ser posteriormente abordada em trabalho com outro enquadramento teórico e metodológico.

Como acima se referiu, o núcleo de tégulas associado à estrutura não apresentava sinais de qualquer dispersão, antes mostrando um perfil levemente cónico que aponta para o seu empilhamento sobre o espaço do enterramento, e com a função acessória de albergar o martelo.

O facto de não se conhecerem evidências de ocupação na imediação próxima deste local levanta a questão, de resto muito discutida (CLEARY 2015) da localização dos enterramentos, ora situados na periferia dos núcleos habitados, ora na proximidade das vias, mas igualmente casos de aparente dispersão na paisagem. No presente caso não dispomos de elementos de referência além dos pólos de ocupação conhecidos no espaço circundante, e com presunção de ocupação na época à qual se reporta a sepultura. Dentre estes, salientamos o sítio da Terronha, no monte sobranceiro a norte de Quintela de Lampaças, pela sua localização um povoado de origem indígena, mas na época em apreço naturalmente romanizado, e no qual apareceu uma epígrafe funerária (ALVES 1934: pp. 74-5; 1976; RODRÍGUEZ COLMENERO *et al.* 1997: pp. 257-8; LEMOS 1992: pp. 121-2; LOPO 1987: pp. 17-8; REDENTOR 2002: pp. 80-1), agora depositada no Museu Abade de Baçal. A este exemplo se acrescenta o que parece ser uma ocupação de tipo agrário, de resto já conhecida há muito (ALVES 1934: p. 493; LEMOS 1992: pp. 122-3; NETO 1975: p. 204) designada como Poça, situada num alvéolo criado por uma linha de água a cerca de 700 metros para noroeste da povoação. Bastante mais distante, mas ainda na zona de influência, fica o povoado de origem indígena denominado “castelo”. Situa-se um pouco a sul de Pombares, separando-o física e visualmente de Quintela de Lampaças o relevo de Alto dos Castelinhos, onde se situa a Terronha.

Resta saber se esta sepultura ficaria junto ao traçado de algum caminho, receamos chamar-lhe via no sentido clássico do termo, de comunicação entre localidades habitadas da região, temática que continua pouco conhecida a esta escala.

O martelo, que se assume como o elemento mais relevante dentro dos materiais exumados, tem uma tipologia clara no quadro da utensilagem tradicional do mundo romano, mas a sua ocorrência é rara no país, não sendo referido nenhum outro exemplar semelhante na bibliografia consultada. Os exemplos conhecidos afectos às actividades mineiras na região (ALMEIDA 1973; WHALL-CLERICI 2020) são sistematicamente do tipo martelo-pico, bem assim como os encontrados em Conímbriga (ALARCÃO – PONTE 1979: p. 29). Apesar de os exemplares de Conímbriga se aproximarem da forma “em diamante” no perfil do olhal de encabadouro, a forma difusa do seu contorno aproxima-os mais de outros modelos (HANNEMAN 2014: Abb 362, typ 8), pelo que é manifesta a sua diferença tipológica face ao exemplar de Quintela de Lampaças. Em acréscimo, esta peça apresenta uma semelhança clara com modelos europeus (cf. supra), fundamentando a suspeita de se tratar de um utensílio importado, ou trazido pelo seu proprietário.

## 7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados e observações exposto acima fundamentam a hipótese de estarmos perante uma estrutura funerária de cremação. O momento está comparativamente bem ilustrado pela presença dos materiais de importação que, no seu conjunto, nos oferecem um *terminus post quem* para o sepultamento, que não será anterior a 430, presumindo igualmente, pela cronologia do conjunto, que também não deverá ser muito posterior, podendo gravitar pela segunda metade do século V.

A deposição de utensílios em sepultamentos é um fenómeno raro no quadro dos rituais funerários do mundo romano<sup>4</sup>, pormenor que acresce ao interesse que a complexidade deste contexto nos suscita. Por outro lado, a associação inequívoca, e em contexto de contemporaneidade, com os materiais cerâmicos, indica a longa sobrevivência desta tipologia de utensílio na região, bem assim como a interessante perduração do ritual de cremação nesta época tão tardia.

---

<sup>4</sup> Agradecemos a Emma Durham e Owen Humphreys alguns comentários e sugestões sobre o enquadramento tipológico e funcional do martelo acima referido, bem assim como sobre a ausência de utensilagem em contextos funerários da época em questão.

O conjunto do mobiliário contido na sepultura sugere ter pertencido a um artífice, mais provavelmente um ferreiro ou pedreiro, sendo que nos parece suficientemente expressivo o depósito do martelo na camada de fecho do sepultamento, enquanto instrumento que era fundamental no exercício de qualquer uma das duas profissões. Segundo esta interpretação dos dados arqueológicos, estaremos perante um segundo momento, ou prolongamento, do conjunto votivo de ofertas que teriam lugar no *ustrinum*, e está documentado pelas cerâmicas fragmentadas, depositadas sobre a mancha circular correspondente às cinzas. Este elemento introduz novas achegas à gramática ritual dos processos funerários com cremação (BLAIZOT *et al.* 2009: pp. 164-70), mormente pela raridade do depósito de instrumentos em sepultamentos. Evocamos, a propósito, o designado machado, recolhido na necrópole da Retorta, em Boliqueime, por Estácio da Veiga (Inventário 2017, 438, nº 288), peça que, na essência, é um alvião, utilizado em tarefas de corte de madeira associadas a escavação, como o desmonte de raízes de árvores, o que a afasta do modelo bélico que chegou a ser aventado. Ressalvando o facto de a proposta de datação desta peça da Retorta apontar para o século VI-VII (cf. *supra*), portanto um pouco mais tardio do que o contexto que aqui apresentamos, e tendo ainda em mente que a “germanização” deste interior transmontano terá sido mais lenta e tardia, enquanto espaço de periferia, cremos estar em presença de indícios de transição dos modelos funerários tradicionais do Baixo Império. Argumentamos que estes elementos ainda se situarão na categorização de hispano-romana (AREZES 2017: p. 424), não transparecendo ainda claros indícios de “germanização” da gramática funerária, mas a raridade tanto dos paralelos deposicionais como do utensílio podem sugerir a presença de um artífice migrante<sup>5</sup>, que trouxe consigo práticas diferentes. Com efeito, os sepultamentos do Baixo Império podem documentar alguma mobilidade inter-regional, de gente provinda dos vários cantos do império (PEARCE 2015: p. 2, com refs.) através da configuração dos sepultamentos e dos seus mobiliários. Este poderá ser um desses casos, se atendermos aos pormenores mais diferenciadores contidos no caso em apreço. Estamos convictos que poderá constituir mais uma achega ao notável reportório de variabilidades regionais das práticas funerárias do baixo império (PEARCE 2015: p. 4), decorrentes do diálogo com os tecidos culturais indígenas, e mesmo com os migrantes do império, produzindo assim expressões de individualidade cultural patentes nas práticas que se vão redesenhando em cada uma das regiões culturais.

## BIBLIOGRAFIA

- ALARCÃO, Adília Moutinho; PONTE, Salette da (1979), Les métiers et leur outillage. In *Fouilles de Conímbriga*, vol. VII, *Trouvailles diverses - conclusions générales*. Paris: De Boccard, pp. 13-84.
- ALARCÃO, Jorge de (1988), *Roman Portugal*. Warminster: Aris & Phillips, 1988. 4 vols.
- ALMEIDA, Carlos A. Ferreira de (1973), Aspectos da mineração romana de ouro em Jales e Trêsminas (Trás-os-Montes). *XII Congreso Nacional de Arqueología*, Zaragoza, Universidad de Zaragoza, pp. 553-62.
- ALMEIDA, Carlos A. Ferreira de (1974), *Escavações no Monte Mozinho (1974)*. Penafiel.
- ALVES, Francisco Manuel (1911), *Memórias arqueológico-históricas do distrito de Bragança*. Porto: Emp. Guedes.
- ALVES, Francisco Manuel (1915), Estudos arqueológicos do Major Celestino Beça. In *O Arqueólogo Português*, 1ª Série, 20, Lisboa, pp. 74-106.
- ALVES, Francisco Manuel (1976), *Guia Epigráfico do Museu Abade de Baçal*. Bragança: Escola Tipográfica, p. 96.
- AREZES, Andreia C.M. (2017), O mundo funerário visigótico no território louletano: sítios, práticas e materiais. *Loulé: territórios, memórias, identidades*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, pp. 418-425.

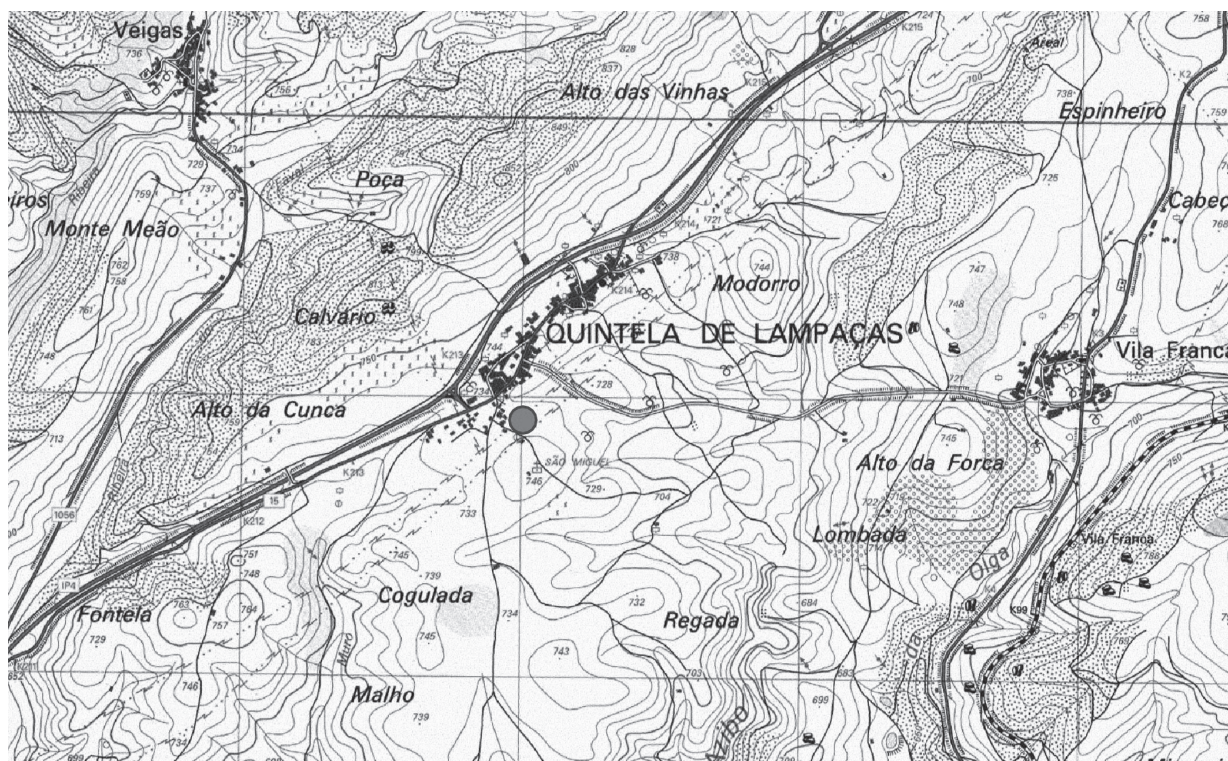
---

<sup>5</sup> Utiliza-se a terminologia no sentido da deslocação de cidadãos dentro do espaço do Império Romano

- AZEVEDO, Pedro A. de (1898), Extractos archeológicos das “Memórias Parochiaes de 1758”. In *O Arqueólogo Português*, 1ª Série, 4, Lisboa, pp. 135-153; pp. 245-253; pp. 315-329.
- BLAIZOT, Frédérique; BEL, Valérie; BONNET, Christine; GEORGES, Patrice; RICHIER, Anne (2009), Les pratiques postcrématoires dans les bûchers. In BLAIZOT, Frédérique (edit.), *Pratiques et espaces funéraires dans le Centre et le Sud-Est de la Gaule durant l’Antiquité*. Gallia, 66 (1), pp. 151-174.
- CARDOZO, Mário (1954), A propósito da lavra do ouro na província de Trás-os-Montes durante a época romana. *Revista de Guimarães*, 64 (1-2), pp. 113-41.
- CATÁLOGO DA EXPOSIÇÃO (2017), *Loulé: territórios, memórias, identidades*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, pp. 428-447.
- CENTENO, Rui M.S. (2005), Para uma valorização do património arqueológico do distrito de Bragança. Algumas reflexões. In RODRIGUES, Luís Alexandre (edit.), *Seminário Internacional O Património Histórico-Cultural da Região de Bragança/Zamora*. Porto, CEPES, pp. 139-144.
- COSTA, António Carvalho da (1868-69), *Corografia portuguesa e descriçam topografica do Reyno de Portugal*. Vol. 1, Braga (2ª ed.)
- COSTA, Américo (1948), *Dicionário Corográfico de Portugal Continental e Insular*. Porto, Livraria Civilização.
- EDWARDS, Catharine (2007), *Death in Ancient Rome*. New Haven, Yale University Press.
- HOPE, Valerie M. (2007), *Death in Ancient Rome*. London, Routledge.
- HANEMANN, Bärbel (2014), *Die Eisenhortfunde der Pfalz aus dem 4. Jahrhundert nach Christus*. Speyer, Forschungen zur Pfälzischen Archäologie Band 5.
- HUMPHREYS, Owen James (2018), *Craft, Industry and Agriculture in a Roman City: The Iron Tools from London*. Reading, University of Reading (polic.).
- LEMOS, Francisco Sande (1993), *Povoamento Romano de Trás-os-Montes Oriental*. Braga: Universidade do Minho, 6 Vols.
- LOBATO, Maria José F. (1995), A necrópole romana de Gulpilhares (Vila Nova de Gaia). *Portvgalia*, Nova Série, 16, Porto: FLUP, pp. 31-110.
- LOPO, Albino dos Santos Pereira (1987), *Apontamentos Arqueológicos*. Lisboa: Instituto Português do Património Cultural.
- LUÍS, Elsa; REPRESAS, Jessica; MENDES, Carlos (2013), A actividade arqueológica no concelho de Macedo de Cavaleiros; uma retrospectiva do século XX. *Cadernos Terras Quentes*, 10, pp. 61-74.
- MANNING, William H. (1985), *Catalogue of the Romano-British Tools, Fittings and Weapons in the British Museum*. London: British Museum Press.
- NETO, Joaquim Maria (1975), *O Leste do Território Bracarense*. Torres Vedras, A União, p. 371.
- PAZ PERALTA, Juan Ángel (2008), Las producciones de terra sigillata hispánica intermedia y tardía. In BERNAL CASASOLA, D.; RIBERA i LACOMBA, A. (eds.), *Cerámicas hispanorromanas. Un estado de la cuestión*. Cádiz, Universidad de Cádiz, pp. 497-539.
- PEARCE, John (2015), Burial, society and context in the provincial Roman World. In PEARCE, John; MILLETT, Martin; STRUCK, Manuela (edits.), *Burial, Society and Context in the Roman World*. Oxford: Oxbow Books, pp. 1-12.
- PHILPOTT, Robert (1991), *Burial Practices in Roman Britain – A survey of grave treatment and furnishing AD 43-410*. Oxford, British Archaeological Reports, British Series 219.
- REDENTOR, Armando (2002), *Epigrafia Romana da Região de Bragança*. «Trabalhos de Arqueologia» 24, Lisboa: Instituto Português de Arqueologia.

- REDENTOR, Armando (2017), *A cultura epigráfica no Conventus Bracaravgstanvs (Pars Occidentalis): percursos pela sociedade brácara da época romana*, 2 vols. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- RODRÍGUEZ COLMENERO, António; AIRES, Firmino; ALCORTA, Enrique (1997), *Aqvae Flaviae I. Fontes Epigráficas da Gallaecia Meridional Interior*. Chaves: Câmara Municipal de Chaves.
- SENNA-MARTINEZ, João C.; MENDES, Carlos A.S.; LUÍS, Elsa; PEREIRA, Luís M. (2017), Catálogo 50 séculos de história de Macedo de Cavaleiros, *Cadernos Terras Quentes*, 14.
- SOUSA, Fernando de (edit.) (2019), *Bragança. Das origens à Revolução Liberal de 1820*. Bragança: Município de Bragança.
- TOYNBEE, Jocelyn M. C. (1971), *Death and Burial in the Roman World*. Ithaca, Cornell University Press.
- TRANOY, A. (1981), *La Galice Romaine. Recherches sur le Nord-Ouest de la Péninsule Ibérique dans l'Antiquité*. Paris: Publications du Centre Pierre Paris 7.
- PROUSE, Tracy (2014), Burial Practices and Tombs in the Roman World. in SMITH, Claire (Ed.), *Encyclopedia of Global Archaeology*. New York, Springer Reference, pp. 1060-1069.
- WAHL-CLERICI, Regula (2020), *Roman Gold from Tresminas (Portugal), Prospection - Mining - Treatment*. Basel, LIBRUM Publishers & Editors.





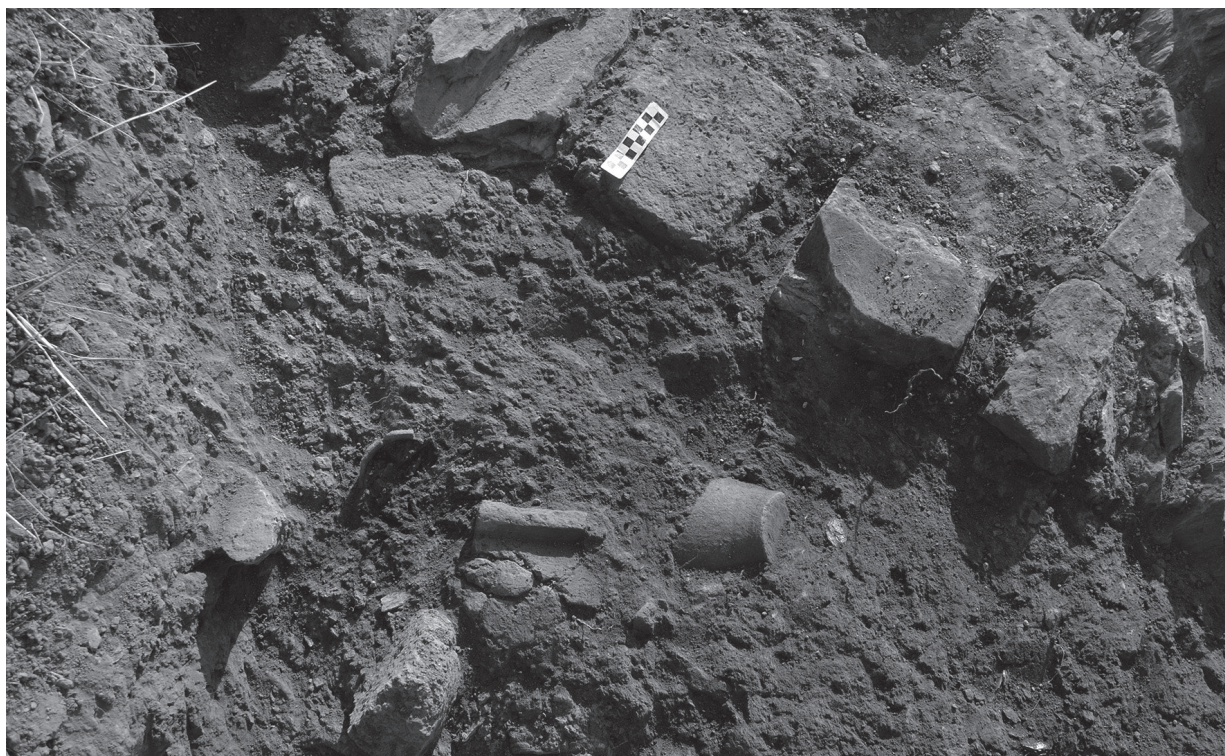
**Fig 1:** Planta de Localização do sítio na Carta Militar dos Serviços Cartográficos do exército, I.G.E., Folha nº 64, à escala 1/25.000



**Fig 2:** Foto aérea do sítio arqueológico, antes da intervenção. Note-se a área de tonalidade mais clara, delimitada pelas marcas de rodado, na qual tinha sido removida quase toda a camada de terra superficial.



**Fig 3:** Foto em plano da concentração de material de construção que recobria a estrutura. O martelo em ferro encontrava-se inserido na camada superior, envolto em fragmentos de telha.



**Fig 4:** Contexto no qual se encontravam os fragmentos de cerâmica, notando-se o fundo de jarro e o bordo da taça em *sigillata*, à mistura com fragmentos de tegula.



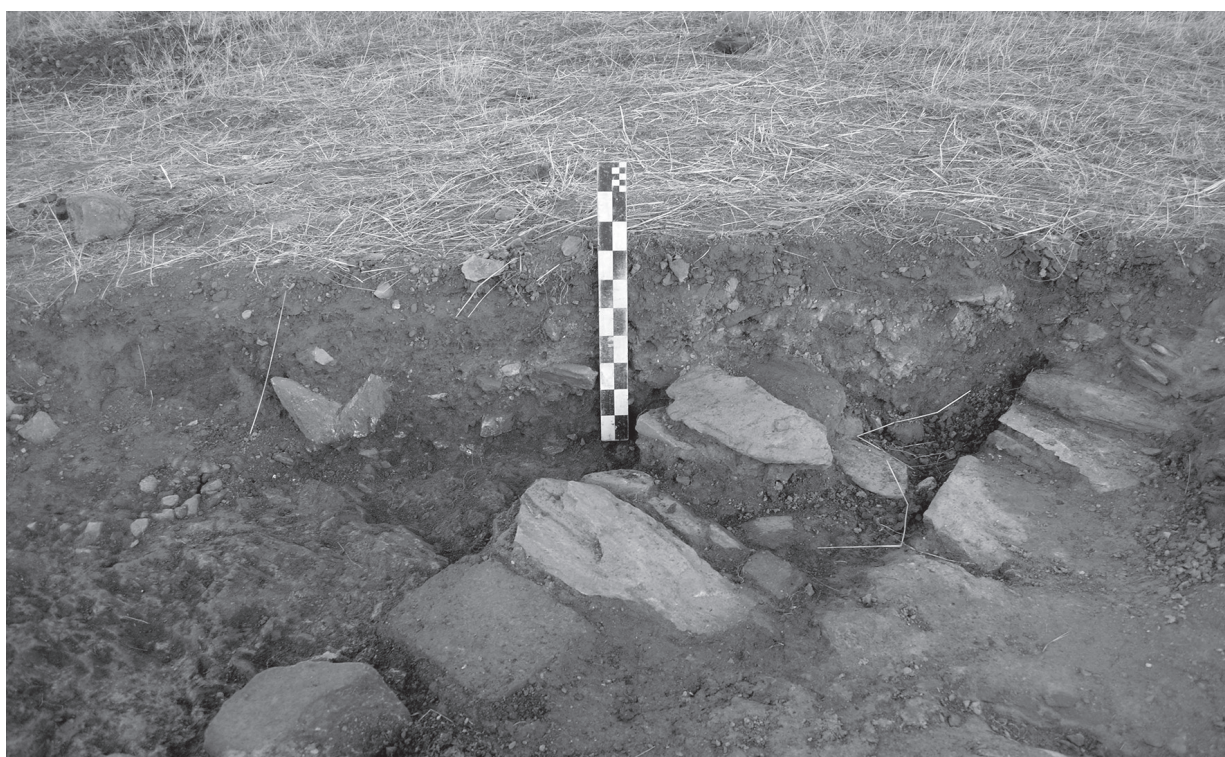
**Fig 5:** Plano poente da sepultura, notando-se a mancha com formato circular de terra mais escura e com inclusão de carvões.



**Fig 6:** Foto do lado noroeste da sepultura ao nível do substrato rochoso.



**Fig 7:** Pormenor da lateral da sepultura, vendo-se o assentamento das pedras e ladrilho que formam o seu limite sul, e o nível de esquirolas de pedra no qual assentam.



**Fig 8:** Figura 8 – Vista do corte estratigráfico do lado nascente, na parte média da sepultura, notando-se a concentração de terra argilosa com material de construção.



**Fig 9:** Extremo sudoeste da estrutura na escavação do estrato 3. Note-se a definição do seu perfil no lado poente (lado direito da foto) pela depressão escavada no afloramento.



**Fig 10:** Vista do afloramento rochoso no extremo noroeste, notando-se o seu afeiçoamento (assinalado por círculos) para a abertura da sepultura.



**Fig 11:** Vista geral da estrutura ao nível do afloramento rochoso, após o alargamento da área de intervenção.



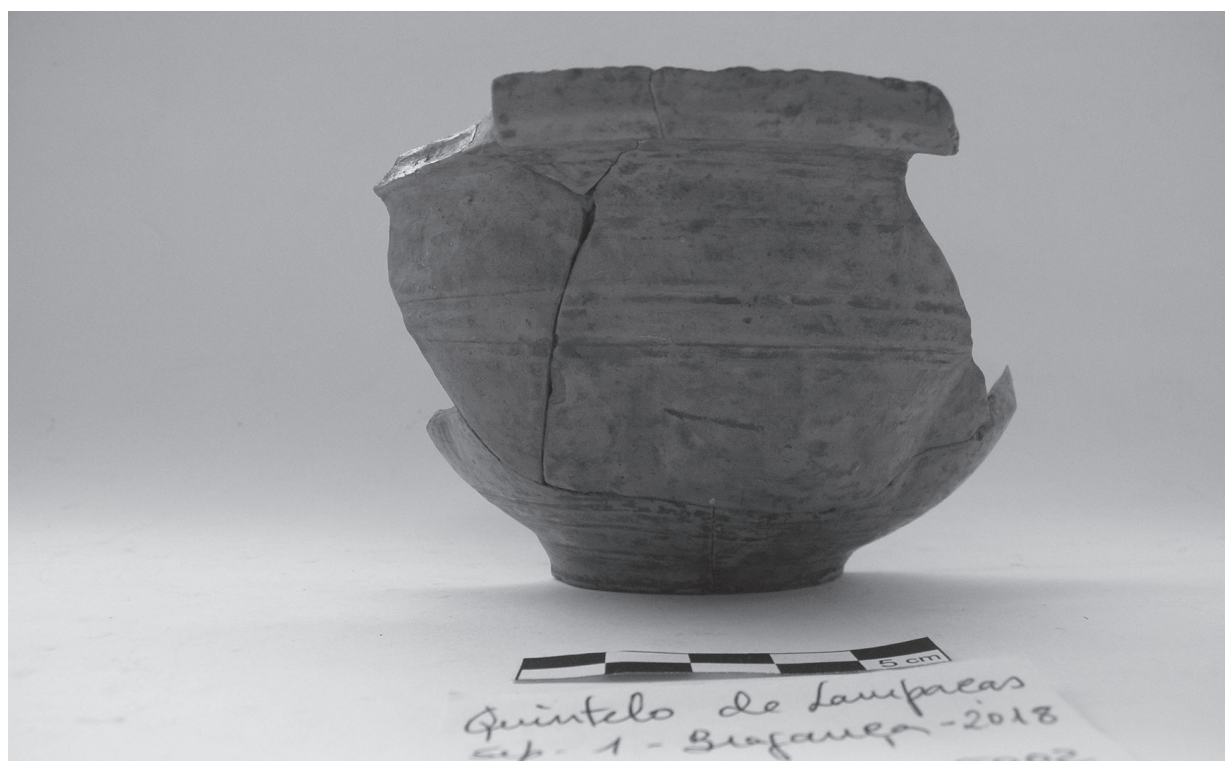
**Fig 12:** Vista aérea da estrutura depois de concluída a intervenção.



**Fig 13:** Foto de ambas as faces do martelo em ferro.



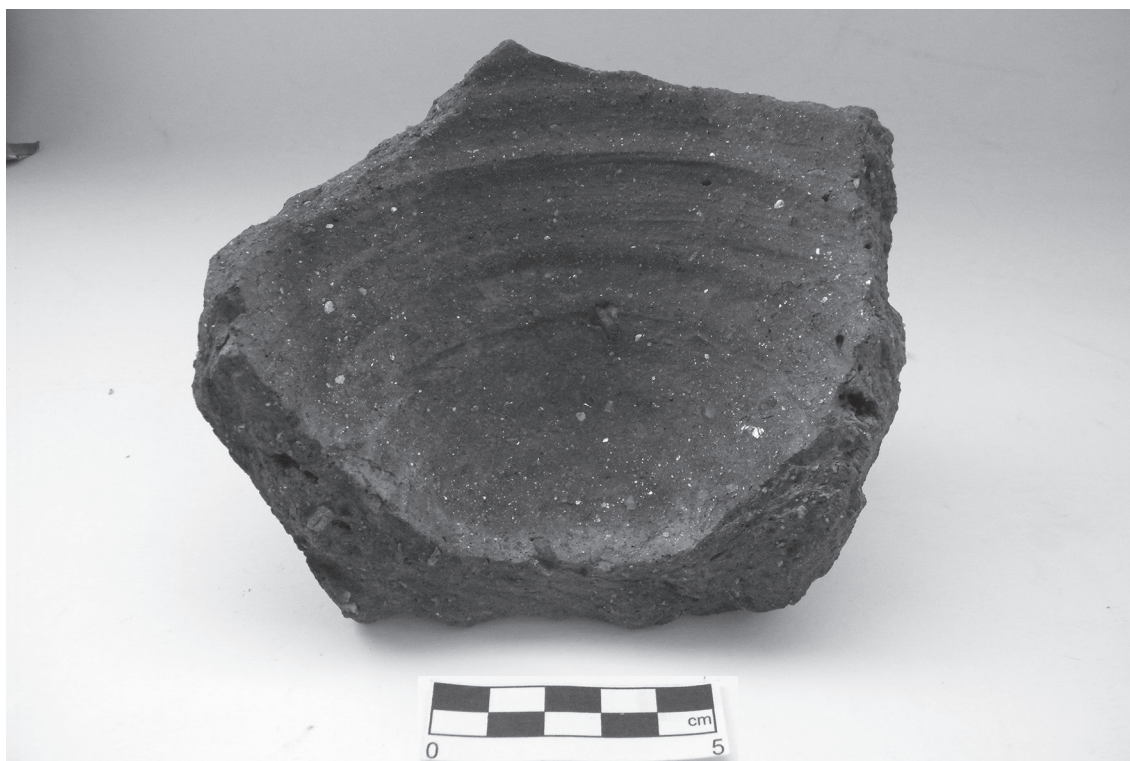
**Fig 14:** Foto do perfil completo da peça nº 4 (MDDDS- 2019.5002) em *sigillata*, imitação da forma Hayes 73-A, Paz 86 (=Paz 6.5).



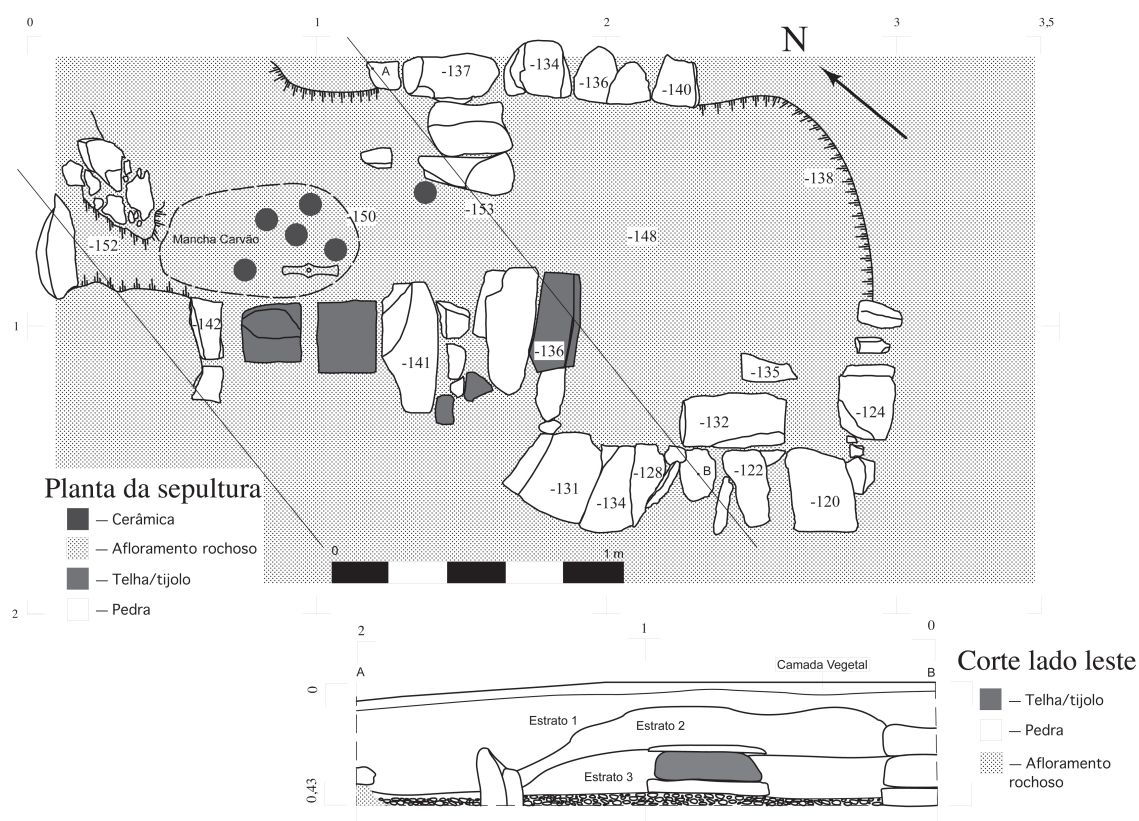
**Fig 15:** Foto do perfil da peça nº 1 (MDDS- 2019.5003), em *sigillata*, e que se encontra incompleta.



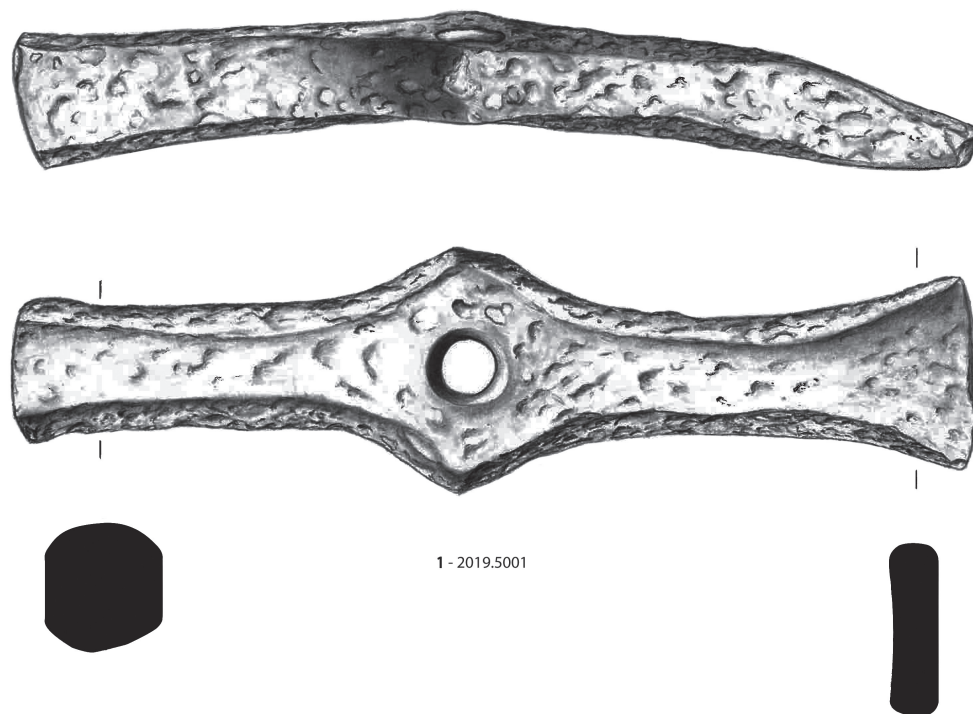
**Fig 16:** Foto de dois fragmentos de *sigillata* com motivos decorativos, nº2 e 3 (MDDS- 2019.5004); e de dois fragmentos de cerâmica comum.



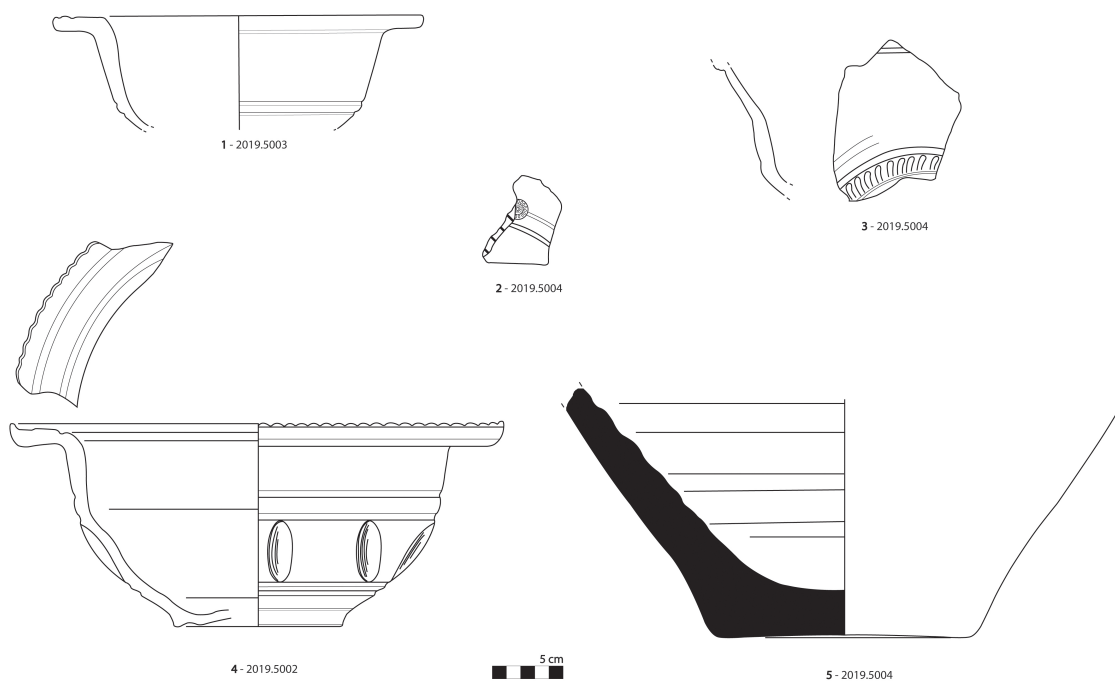
**Fig 17:** Foto do lado interior do fundo de vaso em cerâmica comum (MDDS- 2019.5004).



**Fig 18:** Plano e corte estratigráfico da sepultura.



**Fig 19:** Desenho do martelo romano (MDDS 2019.5001).



**Fig 20:** Desenho das formas cerâmicas referidas no texto.

# UM ALTAR FUNERÁRIO ROMANO EM BUSTELO (PENAFIEL, PORTO, NORTE DE PORTUGAL)

**Teresa Soeiro**

CITCEM - FLUP  
teresasoeiro@sapo.pt

**Armando Redentor**

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (FLUC)  
Centro de Estudos Interdisciplinares da Universidade de Coimbra (CEIS20)  
aredentor@gmail.com

## ABSTRACT

This paper presents the study of an inscribed Roman funerary altar, found in 2020 in the old monastery of Bustelo (Penafiel). The circumstances of the finding were recorded as well as the possible post-Roman era route of the piece and its reuse. The study of the typological characteristics of the support is carried out and the text is analysed from the epigraphic and historical points of view, seeking to contextualize the monument in the regional epigraphy. Taking into account the current knowledge about Roman sites in the vicinity of the finding place, the potential connexion with contemporary settlements of the altar making and primary use is discussed.

**Keywords:** Altar; epitaph; Roman settlement; *conuentus Bracaraugustanus*; Northwestern Hispania; monastery of Bustelo; Penafiel municipality.

## RESUMO

Apresenta-se um altar funerário romano epigrafado, encontrado em 2020 no antigo mosteiro de Bustelo (Penafiel). Registam-se as circunstâncias do achado, o eventual percurso da peça, após a época romana, e as suas reutilizações. É realizado o estudo do suporte, no respeitante às suas características tipológicas, e do texto, dos pontos de vista epigráfico e histórico, enquadrando-se o monumento na epigrafia regional. Tendo em conta o conhecimento actual sobre os sítios arqueológicos na envolvente próxima, discute-se a eventual relação com contextos habitacionais e funerários contemporâneos da elaboração do altar e sua utilização primária.

**Palavras-chave:** Altar; epitáfio; povoamento romano; *conuentus Bracaraugustanus*; Noroeste Peninsular; mosteiro de S. Miguel de Bustelo; município de Penafiel.

## INTRODUÇÃO

O altar funerário romano objeto do presente estudo foi identificado no mês de Outubro de 2020, dentro das instalações conventuais do antigo mosteiro beneditino de S. Miguel de Bustelo (IIP desde 1984), na freguesia com o mesmo nome, município de Penafiel (Fig. 1).

O achamento resultou de uma feliz conjugação de duas iniciativas independentes. A primeira, protagonizada pela Fábrica da Igreja Paroquial de S. Miguel de Bustelo<sup>1</sup>, tem a ver com a regular manutenção do monumento, através da qual a associação procura controlar a vegetação na envolvente do conjunto edificado e realizar limpezas no interior da antiga área conventual, atualmente pendente de obras de recuperação e programa de reafetação funcional. No decorrer da remoção de entulhos de dentro do espaço da cozinha setecentista surgiram as duas pedras, muito semelhantes entre si, que chamaram a atenção dos intervenientes pela regularidade e molduragem, sendo de imediato separadas do restante material e mudadas para um compartimento próximo, fechado. Aí permaneciam quando os técnicos da Câmara Municipal de Penafiel<sup>2</sup>, em trabalho de campo para atualização da Planta do Património, integrada no processo de revisão do PDM em curso, se deslocaram àquela freguesia e percorreram a área do mosteiro, deparando com estes dois blocos de granito lavrado, nos quais reconheceram a presença da epígrafe romana (Fig. 2).

Alertados os responsáveis, foi acordado que o altar permaneceria em Bustelo, mas devia ser transferido para local com maior segurança, que favorecesse a preservação e permitisse o estudo e visionamento, ocorrendo então a notícia da sua existência<sup>3</sup>, com posterior divulgação e disponibilização, para os diferentes públicos, da informação científica obtida (Fig. 3.1.). Publica-se agora a investigação que nos foi solicitada.

## LOCAL DE ACHAMENTO E REUTILIZAÇÕES DO ALTAR

Casa religiosa masculina da Ordem de São Bento, eventualmente iniciada no quadro do monaquismo autóctone, que observaria a regra mista próxima ao movimento de S. Frutuoso (DIAS 2004:93), o mosteiro tem existência documental comprovada em meados do séc. XI, pela doação de terras situadas em Milhundos, que Mendo Pais lhe faz no ano de 1065 (MEIRELES 2007: p. 37; MATTOSO 1968: pp. 4, 148; 1982: pp. 568-570).

No extremo oposto da linha temporal, a sua história enquanto instituição monástica remataria após a extinção das ordens religiosas, aplicada no imediato às masculinas, na sequência da publicação da respetiva lei, a 30 de Maio de 1834 (DIAS 2007: p. 23). Pouco antes, o mosteiro tinha sido palco de ações militares e abandonado por quase todos os religiosos durante o avanço liberal sobre Penafiel (18/07/1832), tempos conturbados que duraram até à vitória destes no combate do Alto da Lixa, a 2 de Abril de 1834 (FREITAS 1954; SOEIRO, FERNANDES, BERNARDO 2021). A 14 do mesmo mês, chegaram os inquiridores nomeados pelo novo Sub-Perfeito de Penafiel e Amarante para «averiguar quantos Religiosos existão neste Convento antes de occupada a Provincia do Minho pelo Exercito Libertador, e os que delle se retirarão». O único frade que permanecera, notificado para os acompanhar, declara que eram sete e se ausentaram; mesmo o prior «tendo-se conservado nesta caza athe ao dia de hoje a desamparou por não querer obedecer as ordens do Excellentissimo Sub Perfeito»<sup>4</sup>. Considerado abandonado e feita a reserva do templo e áreas destinadas ao serviço cultural da paróquia, as demais alas do convento,

1 Agradecemos ao engenheiro Miguel Santos a disponibilidade e colaboração prestada para a realização deste trabalho.

2 Os arqueólogos Helena Bernardo e Jorge Sampaio e o técnico Manuel Ribeiro.

3 Uma primeira referência sumária ao achado foi publicada na página do Mosteiro de Bustelo no Facebook, a 9 de Janeiro de 2021, após o altar ter sido transferido para o claustro: <https://www.facebook.com/pg/mosteirodebustelo/posts.4>.

4 PT/TT/MF-DGFP/E/001-00069, fl. 1-1v.

anexos de lavoura e propriedades foram alvo de inventário, louvação e desamortização, arrendadas e vendidas em hasta pública a privados<sup>5</sup>.

Desta história de oito séculos, de que nos deu conta pormenorizada frei António da Assunção Meireles, o cronista dos beneditinos que aqui foi conventual e em 1800-1801 compulsou a documentação do cartório para escrever as *Memórias do Mosteiro de S. Miguel de Bustelo* (MEIRELES 2007), interessamos particularmente as informações pertinentes à formulação de hipóteses para o percurso e diferentes serventias do altar romano.

Relativamente ao lapso temporal que medeia a feitura deste epitáfio a *Úlpio Heracliano* e a construção da primitiva igreja do mosteiro, aproximadamente outras oito centúrias, quase nada conseguimos concretizar. Contudo, embora ignorando o local exato de produção e colocação do altar, no último ponto do trabalho procuraremos contextualizá-lo no conhecimento sobre a ocupação deste território em época romana.

### DE PÉ DE ALTAR (?) A SUPORTE DE BANCADA OU ASSENTO

A atual apresentação do altar romano mostra que foi selecionado para reutilização, supomos que, em primeiro lugar, como pé de altar. Tirando partido das suas características formais e qualidade, otimizou-se a transformação com a escolha do topo mais plano da peça para escavar o que poderá ser um bem talhado *loculus*, ainda que sem rebaixamento para encaixar a tampa que habitualmente o sela, ao qual se sobreporia o tampo, para completar a mesa (Fig.3.2.). Inverteu-se assim a orientação original, passando o pé a assentar sobre o anterior capitel, de cujo cimácio, intensa e descuidadamente picado, quase desapareceram os habituais elementos de remate, para melhorar o contacto com o solo. Adiante remeteremos para possíveis significados destas reutilizações.

Tal adaptação pode ter acompanhado o erguer do templo medieval e colocação do respetivo altar-mor, edifício que viria a ser destruído a par da construção, no mesmo local, da nova igreja barroca, iniciada em 1695-96, quando o espaço conventual já há mais de meio século estava a ser profundamente remodelado. Provindos do templo românico desmontado restam vários elementos decorados, visíveis, por exemplo, nos paramentos de muros na cerca, mas também no alto das paredes de alguns dos corpos do convento. Trata-se de aduelas, jambas, etc. que devem ter pertencido aos portais ou ao arco triunfal da igreja (MATTOSO 1968: pp. 318-319, 322). Na coleção-museu do sítio guardam-se alguns destes testemunhos, como uma bem preservada aduela, rematada por moldura encordoada, que mostra o motivo de bilhetes, o qual teve uma larga expansão, sendo amplamente glosado nesta região, nos séculos XI a XIII<sup>6</sup> (Fig. 3.3). A frequente presença, na área bracarense, de aras romanas em templos românicos já foi destacada (SANTOS, LE ROUX, TRANOY 1983: p. 183).

Uma segunda utilização do altar romano viria na sequência do desenrolar das obras da nova igreja, cujo corpo ficou praticamente completo no triénio 1710-1713, em que é coberta e telhada, se fazem retábulos e «tapousse o arco cruzeiro de pedra athe sima», podendo servir ao culto mesmo sem a nova capela-mor, terminada apenas em 1740-1743 (MAIA 1985-1986: pp. 64-65). Ora, o antigo altar-mor, com o seu pé, ou seria mudado na ocasião para este espaço, ou dessacralizado e removido para dar lugar às obras da capela-mor. Coincidem estas alterações com o período entre o triénio de Frei Luís de S. Boaventura (1707-

---

<sup>5</sup> Colocadas em praça para arrendamento em Abril/Maio de 1834 (PT/TT/MF-DGFP/E/001-00069), parte destas propriedades ainda estavam, em 1836, a ser trabalhadas por diferentes lavradores da freguesia de Bustelo, pagando pela cerca e passal 155\$500 e pela quinta da Granja 78\$000 (AMPNF - A 712, Pasta com autos de arrematações e arrendamentos). Entre 1836 e 1842, António José Barbosa Lousada entrou em posse de parte do edifício conventual de Bustelo, dos campos e terras adjacentes, da quinta da Granja e dos engenhos de azeite e de serração de madeira, tudo no valor de 7.622\$500 (PT/ADPRT/AC/GCPRT - mç. 127, nºs 126, 32 e 117). O primeiro dos lotes em que foi dividida a casa do convento seria adquirido por Manuel Pinto Peixoto Villas Boas, em 1843, pela quantia de 751\$000 (PT/ADPRT/AC/GCPRT - mç. 126, nº 132) e a cerca arrematada por José Pedro Cardoso e Silva em 1836, por 1.504\$000 (PT/ADPRT/AC/GCPRT - mç. 126, nº 3) (cotas antigas).

<sup>6</sup> Agradecemos esta nota à colega Lúcia Rosas.

1709), que mandou «edificar nova casa da cozinha, fóra do dormitorio, e corpo do Mosteiro, e conduzir agoa á mesma» (MEIRELES 2007: p. 125) e o triénio 1748-1752, quando foi remodelada, pois «fesse a cozinha de novo, e chaminé» (MAIA 1985-1986: p. 81), descrição condizente com o compartimento onde vieram a ser encontradas as duas metades do altar, em 2020 (Fig. 4). Aqui, serviria de apoio a uma bancada ou assento, após ser partido horizontalmente, com recurso a guilhos, sensivelmente a meia altura, o que denota a intencionalidade da operação, da qual resultaram dois suportes idênticos, com cerca de 55 cm, que passaram a assentar no chão as extremidades superior e inferior originais, ficando os troços do fuste voltados para cima. Sobre estes pousaria uma laje ou tampo, dando-lhe serventia<sup>7</sup>.

Ambas reutilizações, embora provocassem danos na peça para a adaptar às novas funções, contribuíram certamente para a sua salvaguarda, ao mantê-la protegida em espaços interiores e regulados, beneficiando ainda de estar coberta, quer pela eventual mesa do altar, quer por uma bancada ou assento, na cozinha.

## ESTUDO EPIGRÁFICO

O altar funerário ora identificado é uma peça excecional pelas suas características morfológicas, dimensão avantajada e qualidade geral, sendo que não constitui o tipo de suporte mais comum na paisagem epigráfica funerária regional, na qual a estela é o suporte mais difundido (Fig. 5.1).

No atual território penafidelense, a epigrafia funerária de época romana não tem representação vasta, sendo conhecidos apenas dois outros suportes desta natureza que correspondem justamente a estelas. A que há mais tempo entrou no conhecimento da comunidade científica é a estela do Monte Mozinho, associada à necrópole situada no exterior da última muralha, a norte do centro do povoado. Foi exumada durante trabalhos arqueológicos realizados em 1974 e 1975 e encontrava-se tombada a poente da sepultura 3 escavada na campanha do primeiro ano (ALMEIDA 1977: p. 30; SOEIRO 1984: pp. 297-298; CECBpo 280). A outra é de aparecimento bem mais recente, tendo sido identificada fora de contexto arqueológico, após recolha do monólito granítico para reutilização, na sequência do alargamento de um caminho na freguesia de Capela, embora o seu contexto original seja reportável a necrópole romana próxima (SOEIRO 2013; SANTOS, PIRES 2014; GUTIÉRREZ *et alii*, 2021). Ambas são peças atribuíveis a fase adiantada da época romana, possivelmente não anterior aos finais da segunda centúria.

Apesar da incompletude, as dimensões gerais ([111]x43x39 cm) e as proporções da base, fuste e capitel revelam, no caso em estudo, um suporte imponente: um altar monumental (GAMER 1989) retangular que não temos possibilidade de caracterizar cabalmente no respeitante ao coroamento. O facto de se encontrar intencionalmente dividido em duas partes, devido a reaproveitamento, não acarreta dificuldade de maior no apuramento da altura, que só não é completa devido ao arrasamento que foi realizado no topo, uma vez que é possível o encaixe das duas metades, ainda que ao nível da linha de corte, designadamente na face anterior, a perda de matéria pétreia seja evidente devido a lascagem e às bocas provocadas pelo uso de guilhos na segmentação (Fig. 5.2).

O esmero do trabalho da molduragem do capitel e da base, estruturada de modo simétrico, é igualmente de ressaltar, bem como o facto de terem exatamente a mesma largura e espessura essas partes extremas solidárias com um longo fuste.

---

<sup>7</sup> Algumas notícias sobre esta cozinha e sua utilização, contidas nos *Estados*, foram reunidas por Fernanda Paula Maia (MAIA, 1993: pp. 367ss). No momento da extinção do mosteiro, aqui e na dispensa contígua se inventariaram peças de mobiliário e muitos utensílios, alguns a carecer de pouso ou bancada: «huma mesa de pao de castanho com gavetas muito usadas [100rs]; huma dita muito velha com gaveta [80rs]; huma caixa de castanho velha [800rs]; outra ditta mais pequena tambem velha [240rs]; dous caixoes velhos com seo encosto [200rs e 100rs]; huma mesa de castanho velha [100rs]; huma mesa mais pequena velha [40rs]; um jarro velho de estanho [120rs]; quatro laminas de estanho de ter vinho [80rs cada]; dous pratos pequenos de estanho [40rs cada]; huma caldeira de cobre muito velha [600rs]; hum lambique de cobre velho sem bixa [2.400rs]» (fl. 18v.-19). E ainda (fl. 18v.-21): hum pote de ferro de cozinhar [480rs]; huma caldeira de estar ao lume com agoa [1.600rs]; dous barois de ferro de andar ensima do lume [88rs]; hum tacho de fritar [300rs]; duas colheres de ferro de tirar o caldo [100rs]; hum espeto [80rs]; duas gamellas de massar o pão [360rs cada]; huma peneira de seda [100rs]; huma dita de cavello [30rs]» (PT/TT/MF-DGFP/E/001-00069).

Como referido, o capitel encontra-se incompleto ([0,57]x43x38,5 cm), com o cimácio quase totalmente arrasado, mas seria rematado por *pulvini* inseridos não exatamente nas extremidades laterais da peça, mas ligeiramente mais dentro e destacados do rebordo, restando deles ténues resquícios de cada um dos lados. Não há vestígios de outros elementos que pudessem compor o topo entre os referidos toros, estando a superfície atualmente invadida pelas marcas do desbaste a pingo. A cornija estrutura-se numa sequência de molduras introduzida por faixa reversa seguida de quarto de círculo entre ranhuras e bocel reverso, a que se seguem dois filetes e uma faixa diretos, estabelecendo a ligação ao fuste ou corpo do altar (Fig. 6).

Este apresenta-se como um paralelepípedo vertical com uma altura praticamente equivalente ao dobro das larguras da base e do capitel, sendo ligeiramente menos espesso que largo (84,5x30,5x25 cm).

Desde a ligação com o fuste, a base (27,5x43x39 cm) apresenta exatamente a mesma molduragem descrita para o capitel, mas em sequência inversa, com a exceção de que a faixa dá aqui lugar a um friso simples que finda o conjunto. Na superfície basal abre-se a já referida cavidade quadrangular tendencialmente troncopiramidal com 8,5 cm de profundidade e com aproximadamente 17 cm de lado, e 11 por 9 cm no fundo, a qual terá sido criada para o reaproveitamento da peça como sustentáculo, possivelmente de altar, como se aventou (Fig. 3.2).

O altar é trabalhado nas quatro faces, correndo por elas toda a molduragem. Atualmente apresenta, para além do seccionamento do fuste, algumas escoriações, nomeadamente esmurramentos e golpes sobretudo em zonas de aresta, mas não só, olhando, por exemplo, as quebraduras mais invasivas que o deformam na base, em especial na extremidade direita.

A fratura horizontal que o afeta sensivelmente a meio da altura corta integralmente a quinta linha do texto, com perda total da parte superior dos caracteres, que todavia é possível restituir a partir dos resquícios de gravação conservados na metade inferior. A transcrição do texto é a seguinte:

D M S  
VLP HE  
RACLI  
ANO  
AN XVII  
HIEROCLI  
A FILIO KA  
RISSIMO  
POSVIT

D(is) M(anibus) s(acrum)  
Vlp(io) He-  
racli-  
ano  
an(norum) XVII  
Hierocli-  
a filio ka-  
rissimo  
posuit

*Consagrado aos deuses Manes. A Úlpio Heracliano, de 17 anos. Hiéroclia colocou ao filho muito querido.*

O texto da inscrição ocupa integralmente superfície da face anterior do corpo do altar, disposto em nove linhas de paginação algo fruste. A margem superior destaca o texto da molduragem, mas a oposta foi completamente anulada<sup>8</sup>. A primeira e a última regras encontram-se tendencialmente alinhadas pelo eixo de simetria. Tal desígnio é mais bem conseguido na final, enquanto que na que abre o texto apenas o recurso a diferentes espaços interliterais permitiu uma aproximação a esse intento. As restantes linhas seguem um alinhamento à esquerda. Um outro aspeto que contribui para o menor esmero da *ordinatio* deriva das sucessivas transliterações, ainda que em todas se respeite a divisão silábica.

O recurso a abreviaturas acontece com a fórmula inicial, reduzida à iniciais D M S, com o gentílico da nomenclatura do defunto, indicado pelas três primeiras letras, e com a palavra *annorum*, encurtada para duas.

<sup>8</sup> Margem superior: 2,5/3 cm; margem inferior: 0 cm; margem esquerda: 1/1,5 cm; margem direita: 1/2,5 cm.

A composição recorre a letra capital comum de *ductus* algo irregular, dispensando interpontuação, sendo a gravação manifestada por incisões profundas e bem vincadas na superfície granítica, denotando evidente destreza por parte do lapicida. Destaca-se a opção por barras largas, bem características nos EE e F, mas também claramente afirmadas nos HH e T, sendo apenas menos expressivas nos LL. Os OO, tendencialmente circulares, não resultam geometricamente perfeitos. São ainda salientáveis o desenho dos NN com inclinação para diante, o dos CC, amplo e algo anguloso, bem como o do D, de larga pança, aberta manifestando certamente influência cursiva, e ainda o do M, pelo seu desequilíbrio resultante de diferenças nítidas entre as hastes extremas. Os PP e os RR apresentam, em geral, panças reduzidas e as suas hastes nem sempre obedecem a alinhamento vertical. Os SS têm curvas desiguais e pouco harmoniosas. O *ductus* do K é marcado pelas barras divergentes unidas contra a haste, que apresenta inclinação forte para a frente, a denotar influência da escrita cursiva. Outro aspeto de destaque assenta no facto de o módulo das letras das quatro primeiras linhas ser ligeiramente superior ao das restantes, dando naturalmente realce quer à consagração aos Manes, quer ao nome do defunto, sendo os espaços interlineares mais ou menos iguais<sup>9</sup>.

Será também de referir que a presença do grafema *K* na sílaba inicial do superlativo *karissimo* não é particularmente excecional, denotando grafia que tem explicação na evolução da própria língua latina (LÓPEZ 1991 e 1991-1992), mas cujo uso possivelmente também procurará um certo colorido, que por vezes se materializa em hábitos epigráficos localizados. Achamo-nos neste caso concreto perante lema de clara procedência latina (VAAN 2008: s. v. *carus*). Ao nível do Ocidente brácario, encontramos este mesmo uso em epitáfio de Vizela (Santo Adrião), também ele tendo como suporte uma ara, datável entre os finais do século II e os finais do seguinte, e a revelar ambiente onomástico de origem grega (CIL II 2410 e 5559 = CECBpo 291).

O defunto surge identificado com *duo nomina*. A mãe apenas por um único nome. A posição desta como dedicante poderá justificar a omissão de um gentílico, que até podemos supor o mesmo do filho, mas também é possível que esta identificação não esteja abreviada e corresponda efetivamente apenas a um idiónimo. Neste caso, a ausência de patronímico pode abrir a possibilidade de se estar perante alguém de condição servil, aspeto que também a onomástica pode fazer supor, ainda que devamos usar de precaução relativamente a esta questão específica, pois sabemos não existir necessariamente uma relação direta entre as categorias linguísticas da onomástica, especialmente a grega, e o estatuto servil (MANGAS 1971; SOLIN 1996). Na inscrição, os nomes coincidem, à exceção do *nomen* do defunto, na origem grega. O nome da mãe forma-se a partir de *Ἐπο-* (SOLIN 2003: p. 87), logo detém conotação religiosa. Mas o do defunto tem clara origem teofórica, remetendo para o herói Hércules (SOLIN 2003: p. 527). Constituem ambos novidade no contexto hispânico<sup>10</sup>. Não sendo em geral nomes com elevada representação, também não são desconhecidos no Ocidente romano.

O *nomen Ulpus* tem ressonância imperial. Está naturalmente bem documentado na Hispânia, apesar de não ser dos mais difundidos (ABASCAL 1994: pp. 29 e 249-250). No Ocidente brácario, encontra-se documentado por duas vezes. Ambos os testemunhos estão associados a textos votivos. Um altar do Porto, datável do século II, é dedicado aos *Lares Marini* por um *Ulpus Flaus*, (AE 1973, 311; CECBpo 93). Um outro altar, consagrado a Júpiter, quiçá epitetado como *Depulsor*, com cronologia situada entre o mesmo século e o início do seguinte, tem por dedicante *[U]lp(ius) (?) E[uh]elpistus*, segundo recente revisão do mesmo em que também se admitiu origem servil para o interveniente (AE 1983, 552; CECBpo 86).

9 Altura das letras, l. 1: 6,5 cm; l. 2: 5/6 cm; l. 3: 5/5,5 cm; l. 4: 5/5,5 cm; l. 5: [2]/[4] cm; l. 6: 5/6,5 cm (l = 4,5 cm); l. 7: 3/3,5 cm (K = 4 cm; A = 5 cm); l. 8: 4/4,5 cm (M = 5 cm); l. 9: 4/4,5 cm. Espaços interlineares, 1: 0,4/0,6 cm; 2: 0/0,6 cm; 3: 0,1/0,6 cm; 4: 0,5 cm; 5: 0,5/0,8 cm; 6: 0,4/0,6 cm; 7: 0,1/0,6 cm.

10 Há, todavia, documentação de outra antroponímia relacionável com Hércules, como por exemplo, as formas *Heracla*, *Heraclia* e *Heraclida* (ABASCAL 1994).

O antropónimo *Heraclianus* tem diversos testemunhos na documentação epigráfica de Roma e da *regio I, Latium et Campania* (CIL 14 824; CIL XIV 1636; CIL X 2369; EpOst.986; EpOst 1357; CIL VI 39472a; ICUR-01 2270; ICUR-04 12302; ICUR-07 20086d; NBAC- 1920, 52), escalonados pelo menos entre o século II e IV, e ainda uma atestação, datada de 199, em Alexandria (CIL III 6581). Esta última é de particular interesse, e por isso nos permitimos dar-lhe destaque, pois trata-se de um *titulus honorarius* dedicado a Septímio Severo por um conjunto extenso de decuriões das alas militares *Veterana Gallica* e *I Thracum Mauretana*, na qual, entre outros, pontuam os *nomina* imperiais *Aelius* e *Ulpus*, ambos associáveis aos Antoninos, surgindo o cognome *Heraclianus* precisamente associado ao primeiro deles. Dos exemplos itálicos acima elencados, há também um soldado de origem dáica, da *classis praetoria Misenensis* que ostenta este cognome, *L. Tarcunius Heraclianus* (CIL VI 39472a), cujo epitáfio se conhece em Roma. Mas no seu território de origem há outros testemunhos, não só em inscrições latinas como em gregas (OPEL III, p. 177).

É de ressaltar que nos casos em que temos claramente o nome em função cognominal ele surge sobretudo associado a gentílios imperiais – v. g. *Aelius Heraclianus* (CIL III 6581), *Sex. Flavius Heraclianus* (NBAC- 1920, 52), *Claudius Heraclianus* (CIL XIV 824), *Domitius Heraclianus* (CIL X 2369). Potencialmente são nomes que poderão ter conexões com militares ou com antigos escravos imperiais ou públicos. Das inscrições elencadas há também uma, datável do século II e procedente da necrópole ostiense, na qual se documenta precisamente um escravo imperial com este nome (CIL XIV 1636). Mas outros cenários são naturalmente possíveis e apenas uma investigação mais dirigida poderá abrir caminho a posicionamentos menos especulativos.

O antropónimo *Hieroclia* tem, todavia, uma documentação mais escassa no mundo romano ocidental. Encontramo-lo em inscrição honorífica da *Mauritania Caesariensis* (CIL VIII 20996; AE 1966 596; AE 1889, 187) datada de 227, em que surge o nome de *Licina Hieroclia*, filha de *T. Licinius Hierocles*, de estatuto equestre, então *praeses* dessa província africana, referências a confirmar que nem sempre a onomástica grega anda associada a gente de origem servil. E na grafia *leroclia*, há um testemunho em Roma (CIL VI 35291), datável de entre os meados do século I e do seguinte.

O reconhecimento social destes indivíduos na região baixo-duriense não pode por hora ser cabalmente realizado, pois apenas o alargamento da base de análise, sobretudo em função de novos achados, nos poderá permitir orientação mais segura, nomeadamente quando à origem social e estatuto jurídico de *Ulpus Heraclianus* e de *Hieroclia*. Apenas podemos dar por assegurado que o estatuto do primeiro não é servil, nem tão-pouco peregrino. A ligação aos *Ulpus* conhecidos tão-pouco pode ser cabalmente assegurada, embora seja de ressaltar que também no caso da inscrição vimaranense se regista indivíduo com onomástica grega, aspeto que, apesar de não probatório de um a efetiva ligação, não será de negligenciar, até pela maior proximidade geográfica entre os dois achados quando em comparação com o portuense. No caso vimaranense, por a dedicatória poder estar dirigida a *Iupiter Optimus Maximus Depulsor*, equacionou-se a possibilidade de o gentílico em causa poder resultar de acesso à cidadania pela via militar, não necessariamente por parte do dedicante, mas eventualmente do patrono no quadro da suposição efetuada relativamente ao seu estatuto (REDENTOR 2017: I, pp. 553-554).

Não obstante, a qualidade do monumento epigráfico que nos ocupa aponta para uma capacidade económica relevante, pelo que não será de negar a relação destes indivíduos com a nata local, independentemente de qual tenha sido o seu estatuto jurídico.

Os elementos de que dispomos para uma datação não o permitem fazer com balizas apertadas. Tanto a tipologia do suporte, como os elementos formularios apontam para uma cronologia não anterior ao século II, que tanto a onomástica, designadamente o uso de *duo nomina* e a abreviatura do gentílico, como o recurso ao superlativo na caracterização do defunto, permitem avançar, pelo menos, para os seus meados. A paleografia – um elemento a requerer sempre precaução e sobretudo nestas produções mais rústicas e sobre suporte granítico – não contraria uma datação que possa já entrar pelos inícios do século seguinte.

## SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS DE ÉPOCA ROMANA EM REDOR DO MOSTEIRO

Como já referimos, o altar com o epitáfio de Úlpio Heracliano foi encontrado dentro das instalações do antigo mosteiro beneditino de Bustelo, reutilizado na cozinha. Contudo, no sítio de implantação desta casa religiosa não se identificaram outros vestígios de época romana, ainda que o abandono e densa cobertura vegetal de alguns terrenos envolventes limitem a prospecção. Na área da *cerca de dentro*, em exploração agrícola, também não conhecemos testemunhos de ocupação daquela cronologia; a esta cota e próximo do Mosteiro há apenas o relato vago de, na década de quarenta (?) do século XX, terem surgido fragmentos de cerâmica ao lavrar uma vinha a nascente da estrada (N320), frente ao novo edifício da Junta de Freguesia. Somos, assim, de momento, levados a questionar se a peça não estará deslocada, pertencendo a algum dos arqueossítios próximos. Esta é uma situação sobejamente repetida (CABALLERO ZOREDA, SHÁNCHEZ SANTOS 1990), também corrente na arqueologia do município de Penafiel, onde quase todas as aras romanas foram reutilizadas e, no século XX, identificadas dentro ou junto de igrejas e capelas<sup>11</sup>, com exceção das provenientes do Castro de Monte Mozinho (SOEIRO, 1984; CECBpo 27, 56, 94, 123).

Das possibilidades enunciadas por Caballero e Sánchez para as motivações que levam a esta prática, consideramos poder aplicar-se ao caso em estudo sobretudo a segunda – tratar-se de um costume eclesiástico de raiz visigótica recuperado aquando da construção de templos românicos, onde se colocaria uma ara *pagã* ou uma inscrição romana como pé de altar –, sem deixar de considerar a terceira, cronologicamente mais abrangente, de o depósito em sagrado ser feito «por una concepción cuasi mágica, conservadora ou erudita» (CABALLERO ZOREDA, SHÁNCHEZ SANTOS 1990: p. 441). Lembramos ainda uma outra motivação, o esforço mínimo ou a lhanza do oportunismo pragmático conducente à reutilização propiciada pela qualidade do trabalho em pedra e adequação morfológica do altar romano para pé de altar cristão.

Qualquer das atuações anteriores leva-nos a nova dificuldade na identificação do local de origem, pois a sobrevalorização física e simbólica pode justificar a deslocação da peça a distâncias consideráveis. Mesmo restringindo-nos à área de influência direta do abade do Mosteiro, além de Bustelo, parte das freguesias de Croca, Novelas, Santa Marta e Meinedo pertenciam ao couto, de que era donatário e ouvidor, fazendo eleger as justiças, confirmadas pelo corregedor da comarca (MAIA 1991: pp. 76-77; DIAS 2007: p. 15).

## OS SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS

A freguesia de Bustelo está situada numa área de «granitos porfiróides, de grão grosseiro, com duas micas, essencialmente biotíticos» (CGP: Folha 9-D Penafiel, 1981; MEDEIROS, PEREIRA, MOREIRA 1980). Com esta rocha, não sabemos se sempre de extracção local, se ergueram os edifícios do mosteiro e o seu aqueduto, fizeram os muros de vedação e suporte do terreno. Numa observação apenas macroscópica e não especializada, a matéria-prima em que foi lavrado o altar romano não difere muito de alguma da que está à vista na igreja e convento barrocos.

O Mosteiro encontra-se a 270 m de altitude, no limite de uma superfície aplanada, sobre um pequeno esporão cujo destaque parece ter sido reforçado pelo corte de pedra e os trabalhos de armação do terreno. Esta posição sobranceira permite uma ampla visibilidade sobre as terras baixas do vale médio do Sousa, que corre cerca de 1,125 km a poente, formando meandros nos terrenos de aluvião e depósitos de fundo do vale ( $\pm 155$  m altitude) (Fig. 7).

---

<sup>11</sup> A ara de Marecos (CECBpo 27) serviu de pia na capela de Nossa Senhora do Desterro; a de Ermida (CECBpo 94) suportava um púlpito na capela deste lugar, antiga paroquial de Coreixas; a de Lagares (CECBpo 123) estava sob o altar-mor da igreja paroquial e o fragmento desaparecido e possivelmente anepígrafo de S. Vicente do Pinheiro (Soeiro 1984: p. 64) surgiu ao realizar obras no adro e residência paroquial.

É num ponto intermédio, fora do leito de cheia (197,5 m altitude) e sensivelmente 0,750 km a noroeste do Mosteiro, que se localiza o sítio arqueológico romano inventariado mais próximo, Monteiras, no qual foi parcialmente escavada a necrópole e reconhecido o achado fortuito de um tesouro de cerca de 250 *nummi*, alguns na flor do cunho, datado da Tetrarquia (PINTO 2005-2007: pp. 34-36), que estaria na área do povoado, com vestígios à superfície mas não intervencionado (SOEIRO 2009-2010). As características do local e a informação obtida apontam para que estejamos perante um povoado aberto, cercado de boas terras agrícolas, fáceis de irrigar, pontuadas por áreas de monte florestado e dispendo de pequenos filões metalíferos. Esta aldeia ou lugar apresentaria um conjunto de habitações, cujos ocupantes geraram a necrópole contígua, em cuja área escavada está documentada uma longa diacronia, de meados do século I ao IV d.C., possivelmente sem significativa interrupção (Fig. 8).

O número de enterramentos atribuídos a cada etapa levou-nos a designar o sítio como aldeia, seguindo a classificação proposta por Jorge de Alarcão (ALARCÃO 1998). Na falta de um termo latino adequado, este tem vindo a ser utilizado (e discutido) por outros investigadores (p.e. PÉREZ LOSADA 1998 e 2002: pp. 28 ss. e 37-38 lembra a possibilidade de recorrer ao termo/categoria *locus* = lugar; CARVALHO 2004 e 2007: pp. 387-392, que distingue aldeia e lugarejos; BERNARDES 2007: p. 22; CARNEIRO 2011: p. 89). Para Orlando Ribeiro, em períodos mais recentes, aldeia teria como protótipo a aglomeração compacta e arruada transmontana, onde residem mais de cem pessoas (RIBEIRO 1991: p. 302); no Entre-Douro-e-Minho expressa uma realidade semelhante, mas em geral com menos fogos, bem conhecida nesta paisagem intensamente humanizada. No entanto, aqui aplica-se com maior frequência as expressões *povoação junta* ou *lugar junto*, por oposição aos *laxos* e à população isolada *per casaes apartados* e *quymtas*, por vezes *cerrados sobre si*, como retrata o *Numeramento de 1527* (FREIRE 1905), na esteira da documentação medieval. No início do século XX, o recenseamento de 1911 (*nº 3 População de facto de cada freguesia, distribuída pelos núcleos de população que a constituem*) ainda espelha a pequenez de muitas de tais *povoações*, maioritárias no município de Penafiel. Estes núcleos (inferiores às oficiais freguesia e paróquia) enquadram a vicinalidade quotidiana e a mobilização para empreendimentos de interesse comum, como a condução de águas de rega e a regulamentação do uso dos montes, a defesa de pessoas e bens contra predadores e pragas, a entreatajuda nos trabalhos coletivos com que se superavam os momentos de maior azáfama e tantas outras situações a requerer a interação da comunidade para viabilizar a instalação e sobrevivência, sobretudo em áreas de ocupação recente, como seriam as cotas baixas do vale do Sousa em meados do século I d.C.<sup>12</sup>.

A qualidade de algum do espólio exumado em Monteiras, que inclui artefactos importados e nem sempre demasiado comuns, dá testemunho de certo à vontade económico e da conexão com os fluxos comerciais de redistribuição, que abrangeriam muitos outros produtos mais perecíveis. A não escavação da área habitacional deixa demasiadas questões sem resposta, nomeadamente acerca da dimensão, estrutura interna e características do edificado, bem como sobre a existência de espaços públicos, de circulação, etc. o que nos aproximaria da sociedade e sua mundividência. Ainda que não imediatamente pertinente em relação à interpretação do altar romano de Bustelo, cuja cronologia aponta para a segunda ou parte da terceira centúria, em face da existência de cerâmicas de tradição castreja, seria muito importante reconhecer se a arquitectura e a organização inicial desta comunidade remete igualmente para esse saber fazer expectável em habitantes de povoações eventualmente dissociadas de castros e a que ritmo aquele modo vai sendo substituído. Isto sem perdermos de vista que, por então, este é um território conquistado e administrado por Roma, como tantas vezes nos lembrou Gerardo Pereira Menaut, nomeadamente a propósito de Mozinho.

---

12 Entre os séculos X e XII, o espaço do Sousa ao Baixo Tâmega teve a mais densa malha de casais, palavra também usada com a acepção de pequeno povoado, problemática minuciosamente documentada e discutida por André Evangelista Marques (2008).

Após as cremações de época flávia, cujo acervo funerário se mostra idêntico ao recolhido em níveis sincrónicos de arqueossítios de tipologia bem diversa, como pode ser, no município de Penafiel, o Castro de Monte Mozinho e o casal romano da Bouça do Ouro, (Boelhe, na margem do Tâmega) (SOEIRO 1998), os enterramentos que mais nos interessariam, da segunda metade do século II e primeira do III d.C. (conjunto 3, SOEIRO 2009-2010: pp. 45-47), ainda cremações, são bem mais difíceis de caracterizar. No seu mobiliário escasseiam as importações e os originais produtos de *Bracara*, assim como os numismas, enquanto a cerâmica comum local/regional tanto remete para as produções anteriores, como acolhe formas e fabricos novos, que vão alcançar maior identidade nos conjuntos seguintes. Em qualquer caso, sabemos que a aldeia/lugar de Monteiras existia quando se dedicou o altar de Bustelo e dispunha de um espaço de enterramento bem definido.

Caminhando em sentido contrário, no canto inferior direito do território compreendido no mapa da Fig. 9, a cerca de 2,25 km, em linha recta, do Mosteiro, existiu uma outra aldeia/lugar de época romana, em Montes Novos (Croca), de que, como na anterior, apenas foi escavada a necrópole, ainda que existam vestígios de um povoado imediatamente para sudeste. Daqui provém um capitel toscano de granito, descontextualizado, que deu entrada no Museu. A necrópole está situada a cerca de 390 m de altitude, na encosta sul dos montes da Acucanha, voltada ao alto vale do rio Cavalum e fértil veiga de Pedrantil, corredor natural que entronca com a via que atravessava o Tâmega na ponte romana de Canaveses.

Na necrópole, foram escavados 139 enterramentos, sendo os mais antigos incinerações, pouco numerosas, cujo espólio ainda não foi sistematicamente estudado. Em síntese, a autora aponta para uma primeira fase do século II ou III d.C. Porém, a enorme maioria dos demais enterramentos é constituída por inumações de final do século III e do IV d.C. (PINTO 1996 e 1998), fora da cronologia que nos interessa, mas significativa para a proposta de classificação do sítio como aldeia/lugar. A par destas, poderíamos referir várias outras necrópoles aparentemente comparáveis, quiçá de variadas dimensões, no espaço do atual município de Penafiel (SOEIRO 1984 e 2015) tendo sido a de Duas Igrejas, possivelmente também de uma aldeia/lugar, objecto da mais recente intervenção (SOUSA, SOEIRO 2020).

Imediatamente a norte de Bustelo, no atual município de Lousada, a freguesia de Meinedo tem, além de um castro (258 m) de que pouco se sabe por falta de trabalhos de escavação e intensa destruição (NUNES, SOUSA, GONÇALVES 2008: p. 139), o mais importante conjunto arqueológico romano deste espaço (dista, em linha recta, 2,5 km do Mosteiro de Bustelo), com particular dimensão na época baixo-imperial e Antiguidade Tardia. Foi designado, na carta arqueológica, como *núcleo de povoamento romano e medieval*, e estende-se pelos lugares de Casais, Padrões, Cales e Igreja, por onde provavelmente passaria uma via romana oriunda de *Bracara*, que seguia por Sande (S. Martinho), onde há um miliário, Caldas das Taipas e Caldas de Vizela. Jorge de Alarcão propõe que, a partir de Meinedo, se pudesse bifurcar, seguindo um ramal para SE, cruzando a ponte romana de Canaveses, e outro sensivelmente para sul, por terras de Bustelo para se dirigir ao tramo final do Tâmega, cruzá-lo e depois passar o Douro em Várzea (ALARCÃO 1988: p. 91). O povoado romano de Meinedo, um *vicus*, está implantado numa plataforma sobranceira ao rio Sousa, em média a 210 m de altitude, onde os achados, de que diversos autores foram dando notícia (NUNES, SOUSA, GONÇALVES 2008: pp. 140-141), ocorreram com frequência ao longo do século XX, sendo as intervenções arqueológicas relativamente recentes e ainda demasiado limitadas para fundamentarem uma cabal proposta de interpretação deste complexo sítio. Carlos Alberto Ferreira de Almeida, que muito prezava o potencial de Meinedo para o conhecimento da transição para a Antiguidade Tardia, manteve-se atento às obras realizadas nesta área sensível, por demasiado tempo sem supervisão de arqueólogo, e foi deixando notas esparsas (ALMEIDA 1972: p. 117; 1979: p. 310; e 1989: p. 30), para propor que aqui, 40 km a sul de Braga, haveria «outro importante *vicus*, que, em 572, era sede de bispado e foi certamente *mansio* ou *mutatio*. Este vico de Meinedo parece ter evoluído a partir de vila romana» (ALMEIDA 1992: p. 193).

Entre a Quinta de Padrões, epicentro dos achados, e o campo de futebol, a escavação de 2001 revelou também existirem estruturas e contextos do século I d.C. (MENDES-PINTO 2008: pp. 57-60). Tendo em conta todas as ocorrências, a área com vestígios será já superior a 21 hectares, compatível com um *vicus*, que teria partido ou confinava/incluía uma bem mais problemática *villa* (ALMEIDA, ALMEIDA 2007: pp. 91-92). Da sua necrópole proviria o bloco trapezoidal com o epitáfio de *Quintius* e *Arruntia*, datável entre o final do século I e o início do II d.C. (REDENTOR, SOUSA 2018-2019: pp. 87-91). Em redor da igreja, a intervenção de 2006 mostrou escassos contextos de avançado século IV d.C. e, sobretudo, vestígios medievos (ALMEIDA, ALMEIDA 2007). Já os trabalhos de 1991-1993, no interior e junto do templo e sacristia, revelaram os alicerces do edifício pré-românico, possivelmente dos séculos VI-VII (RODRIGUES 2006), que remete para a diocese de *Magneto*, temática recentemente revisitada (RENZI, MARIANI 2020). Escasseia, assim, a informação arqueológica sobre contextos de ocupação compatíveis com a cronologia atribuída ao altar em estudo.

Pouco distante do centro de Meinedo e cerca de 3 km para NE do Mosteiro de Bustelo, foi reconhecido, na Quinta de S. Mamede, fruto de achados resultantes da mobilização do terreno para fins agrícolas, um outro sítio arqueológico, também sobranceiro ao vale do rio Sousa. Configura-se como casal romano (ou quinta?) de época tardia, que perduraria na Alta Idade Média (NUNES, SOUSA, GONÇALVES 2008: p. 142). Destacamos a presença de uma ara romana dedicada ao *Lar Talebrigo* (?), datável a partir de meados do século II d.C. (REDENTOR, SOUSA 2018-2019: pp. 91-93).

Outros locais habitados em época romana existiriam certamente nestas úberes terras baixas da bacia do médio Sousa, acessíveis e fartas em água, de solos leves e com boa aptidão para a exploração agropecuária, desde que muito trabalhados. Mesmo contando apenas com sítios confirmados, a malha adensou-se até aos séculos IV-V d.C. e aparenta uma tipologia diversificada, assim como a que se presume para toda a região (LÓPEZ QUIROGA 2004: pp. 181 e ss., 258 e ss.). Esta disseminação, nos últimos séculos do império paralela ao ressurgimento de castros, reformulação de centros urbanos, etc., constata-se também em tempos posteriores e teria facilitado aos presores a fundação de *villae* e igrejas particulares com que se estruturou o território nos séculos X- XI, bem como a rede paroquial e a inserção das casas religiosas, como o Mosteiro de Bustelo (SANTOS 2005). Multissecular, o percurso desta instituição na sua interação com o meio e adaptação do esforço investido às condições edafoclimáticas, em cada conjuntura, pode, se atentos à estratigrafia da paisagem (p.e. para a época moderna, ver MAIA 1991) e acautelando os riscos de anacronismo, dar-nos pistas sobre as possibilidades e opções com que se defrontaram os homens que em época romana aqui viveram.

## 5. NOTA CONCLUSIVA

A trajetória do altar identificado em Bustelo, desde a sua função original num contexto funerário romano até à sua reutilização, é ignota, tal como a identificação desse enquadramento primitivo, pois a esfera institucional monástica em que foi identificado não garante que essa integração inicial corresponda à localização mais próxima dentro da cartografia de necrópoles reconhecidas e com utilização paralelizável à da cronologia da epígrafe.

A marcas da reutilização são evidentes e garantem que o processo passou por duas fases sucessivas. As razões eventuais da reutilização inicial num contexto sagrado são elencadas, mas as certezas que podemos assumir não ultrapassam a factualidade inerente ao texto epigráfico e ao seu suporte, de evidente cronologia alto-imperial.

Este achado alarga o não muito extenso dossiê epigráfico associado ao atual território municipal penafidense, precisamente em categoria pouco representada, como é a funerária.

Também o enquadramento social dos indivíduos nomeados, o defunto e a sua mãe, é por ora difícil de concretizar, apesar das hipóteses que as nomenclaturas de cada um e a antroponímia podem

conciar. Úlpio Heracliano e Hiéroclia, dois nomes, uma família cuja memória é perpetuada pelo texto que se resgatou da pedra e apresentou nestas páginas.

Sabemos que as inscrições não espelharam a totalidade das populações antigas, por razões diversas, sejam de índole cultural, social ou meramente económica. Mas o processo de conhecimento cumulativo proporcionado pelos novos achados permite ir alargando em grandes linhas os nossos esboços sobre o passado. A rede de povoamento romano regional que hodiernamente se conhece, bem como as suas características, tal como as das inscrições documentadas, permitem supor que o hábito epigráfico esteve bastante mais enraizado do que, à primeira vista, o lote de monumentos que se conhecem permite estimar, pelo que resta esperar que progressivamente o seu número se amplie, com todas as vantagens que possa trazer a um bosquejo mais fino das comunidades e indivíduos que em época romana moldaram a paisagem deste recanto conventual bracaraugustano, extremidade de uma província extensa, a *citerior* da Hispânia.

## ABREVIATURAS

CECBpo = REDENTOR, 2017.

CIL = *Corpus Inscriptionum Latinarum*, Berlin.

EpOst = CALDELLI, 2018.

ICUR = *Inscriptiones christianae urbis Romae septimo saeculo antiquiores*, Nova series, Roma, 1922-

NBAC = *Nuovo Bollettino di Archeologia Cristiana*, Roma, 1895-1922

OPEL III = LÖRINCZ, 2000.

## BIBLIOGRAFIA

ABASCAL PALAZÓN, Juan Manuel (1994), *Los nombres personales en las inscripciones latinas de Hispania*, Murcia, Universidad, Secretariado de Publicaciones; [Madrid], Universidad Complutense (Anejos de Antigüedad y Cristianismo; 2).

ALARCÃO, Jorge de (1998a), A paisagem rural romana e alto-medieval em Portugal, *Conimbriga*, Coimbra, 37, pp. 89-119.

ALARCÃO, Jorge de (1998b), Três níveis de aglomerados populacionais romanos, *O Arqueólogo Português*, Lisboa, série 4, 16, pp. 175-186.

ALMEIDA, Carlos A. Brochado de; ALMEIDA, Pedro Brochado de (2007), Sinais de romanização junto da igreja românica de Meinedo, *Oppidum*, Lousada, 2, pp. 75-94.

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de (1972), Notas sobre a Alta Idade Média no Noroeste de Portugal, *Revista da Faculdade de Letras: série de História*, Porto, 3, pp. 113-136.

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de (1977), *Escavações no Monte Mozinho, II: 1975-1976*, Penafiel, Centro Cultural Penafidelis.

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de (1979), A proposito da «Galicia sueva» de Casimiro Torres. *Gallaecia*, Santiago de Compostela, 5, pp. 305-316.

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de (1986), *História da Arte em Portugal, vol. 2 Arte da Alta Idade Média*, Lisboa, Publicações Alfa.

ALMEIDA, C. A. Ferreira de (1993), Arqueoloxía tardorromana e germánica no NW peninsular, In *Galicia: da romanidade á xermanización: Problemas históricos e culturais*, Santiago de Compostela, Museo do Pobo Galego, pp. 191-200.

BERNARDES, João Pedro (2007), *A ocupação romana na região de Leiria*, Faro, Universidade do Algarve.

- CABALLERO ZOREDA, L.; SHÁNCHEZ SANTOS, J. C. (1990) - Reutilizaciones de material romano en edificios de culto cristiano. In GONZÁLEZ BLANCO, Antonino; BLÁSQUEZ MARTÍNEZ, José M<sup>a</sup>, *Cristianismo y aculturación en tiempos del imperio romano*. Murcia, pp. 431-485 (Antigüedad y Cristianismo, 7).
- CALDELLI, Maria Letizia (2018), *Epigrafia ostiense dopo il CIL. 2000 iscrizioni funerarie*, Venezia, Edizioni Ca'Foscari (Antichistica; 15. Storia ed epigrafia; 5).
- CARNEIRO, André (2011), *Povoamento rural no Alto Alentejo em época romana: lugares, tempos e pessoas: vectores estruturantes durante o Império e a Antiguidade Tardia*, Évora: Universidade de Évora (tese de doutoramento).
- Carta Geológica de Portugal: Folha 9-D – PENAFIEL (1981)*, Lisboa, IGC.
- CARVALHO, Pedro C. (2004), Sobre o processo de identificação e classificação de sítios rurais no Portugal romano, In LOPES, Maria Conceição; VILAÇA, Raquel, *O passado em cena: narrativas e fragmentos*, Coimbra/Porto, Centro de Estudos Arqueológicos das Universidades de Coimbra e Porto; Fundação para a Ciência e a Tecnologia; Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, pp. 121-140.
- CARVALHO, Pedro C. (2007), Cova da Beira: ocupação e exploração do território na época romana, Fundão/Coimbra, Câmara Municipal do Fundão/Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- DIAS, Geraldo Coelho (2004), O Mosteiro de S. Miguel de Bustelo e a sua paróquia, *Igreja Portucalense, Boletim da Diocese do Porto*, Porto, 2(6), Porto, pp. 91-108.
- DIAS, Geraldo J. A. Coelho (2007), «Memórias de Bustelo» de Fr. António da Assunção Meireles e síntese histórica do Mosteiro de Bustelo, In MEIRELES, Fr. António d'Assunção (2007), *Memórias do Mosteiro de S. Miguel de Bustelo*, Penafiel, Museu Municipal, pp. 7-31.
- FREIRE, Braamcamp (1905), Povoação de Entre Doiro e Minho no XVI. seculo, *Archivo Historico Portuguez*, Lisboa, 3, pp. 241-273.
- FREITAS, Eugénio Andreia da Cunha e (1954), Um episódio da Guerra Civil (1832), *O Tripeiro*, Porto, série 5, 10, pp. 212-213.
- GAMER, Gustav (1989), *Formen römischer Altäre auf der Hispanischen Halbinsel*, Mainz am Rhein, Verlag Philipp von Zabern (Madrider Beiträge; 12).
- GUTIÉRREZ ALONSO, Aroa; REDENTOR, Armando; FARJAS ABADÍA, Mercedes; GONZÁLEZ HERRERO, Marta; ENCARNACÃO, José d' (2021), Ingeniería y epigrafía caminan de la mano: aplicaciones de análisis digital en epígrafes latinos de difícil lectura (*FE 510, IRCP 339 y CPILC 221*)", In ENNARTZ, Klaus (ed.), *Engaños e invenciones: contribuciones multidisciplinares sobre pseudoepígrafos literarios y documentales (De falsa et vera historia 4)*, Madrid, Ediciones Clásicas, pp. 107–122.
- LÓPEZ DE AYALA Y GENOVÉS, María José (1991), Pervivencia del grafema *k* en la onomástica latina epigráfica, *Emerita*, Madrid, 59:1, pp. 53-62.
- LÓPEZ DE AYALA Y GENOVÉS, María José (1991-1992), El grafema *K* em los glosarios latinos: persistencias e efectos, *Faventia*, Barcelona, 12-13:1-2, pp. 213-228.
- LÓPEZ QUIROGA, Jorge (2004), *El final de la antigüedad en la Gallaecia. La transformación de las estructuras de poblamiento entre Miño y Duero (siglos V al X)*, A Coruña, Fundación Pedro Barrié de la Maza.
- LÖRINCZ, Barnabás (2000), *Onomasticon Prouinciarum Europae Latinarum. 3: Labareus – Pythea*, Wien, Forschungsgesellschaft Wiener Stadtarchäologie.
- MAIA, Fernanda Paula Sousa (1985-1986), O Mosteiro de S. Miguel de Bustelo à luz dos «Estados» de Tibães, *Penafiel: Boletim Municipal de Cultura*, Penafiel, 3.<sup>a</sup> série 2, pp 61-96.
- MAIA, Fernanda Paula Sousa (1993), À mesa com os monges de Bustelo: algumas regras de conduta *Humanística e Teología*, Porto, 14, pp. 355-370.

- MAIA, Fernanda Paula Sousa (1991), *O Mosteiro de S. Miguel de Bustelo: propriedade e produção agrícola no Antigo Regime (1638-1670 e 1710-1821)*, Porto, Universidade Portucalense.
- MANGAS MANJARRÉS, Julio (1971), *Esclavos y libertos en la España romana*, Salamanca, Universidad (Acta salmanticensia. Filosofía y Letras; 62).
- MARQUES, André Evangelista (2008), *O casal: Uma unidade de organização social do espaço no Entre-Douro-e-Lima (906-1200)*, Noia, Toxosoutos, S. L.
- MATTOSO, José (1968), *Le monachisme ibérique et Cluny. Les monastères du diocèse de Porto de l'an mille à 1200*, Louvain, Publications Universitaires de Louvain.
- MATTOSO, José (1982), *Religião e cultura na Idade Média portuguesa*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- MEDEIROS, A. Cândido de; PEREIRA, Eurico; MOREIRA, Armando (1980), *Carta Geológica de Portugal na escala de 1/50 000. Notícia explicativa da Folha 9-D – PENAFIEL*, Lisboa, Serviços Geológicos de Portugal.
- MEIRELES, Fr. António d'Assunção (2007), *Memórias do Mosteiro de S. Miguel de Bustelo*, Penafiel, Museu Municipal (Introdução, fixação do texto e índice por Fr Geraldo J. A. Coelho Dias).
- MENDES-PINTO, José Marcelo (2008), Do castro de S. Domingos a Meinedo: Proto-História e Romanização na bacia superior do rio Sousa, *Oppidum*, Lousada, número especial - Actas do I Encontro de Arqueologia das Terras de Sousa, pp. 45-63.
- NUNES, Manuel A. Mota; SOUSA, Luís Jorge Cardoso; GONÇALVES, Carlos Jorge (2008), Carta arqueológica do concelho de Lousada, Lousada, Gabinete de Arqueologia/Câmara Municipal de Lousada.
- PÉREZ LOSADA, Fermín (1998), Cidades e aldeias na Galiza romana: uma proposta de classificação hierárquica do habitat galego, *O Arqueólogo Português*, Lisboa, série 4, 16, pp. 157-174.
- PÉREZ LOSADA, Fermín (2002), Entre a cidade e a aldeia, Estudio arqueológico dos “aglomerados secundarios” romanos en Galicia, *Brigantium*, A Coruña, 13.
- PINTO, Gilda Correia (1996), *A necrópole de Montes Novos - Croca. Um cemitério da Gallaecia tardorromana*, Porto, FLUP (dissertação de mestrado).
- PINTO, Gilda Correia (1998), A necrópole romana de Montes Novos/Croca, *Cadernos do Museu*, Penafiel, 2, p p. 187-240.
- PINTO, José Marcelo Sanches Mendes (2005-2007), Tesouros monetários Baixo-Imperiais entre Douro, Ave e Tâmega, *Nvmmvs*, Porto, 2ª série, 28-30, pp. 7-299.
- REDENTOR, Armando (2017), *A cultura epigráfica no conuentus Bracaraugustanus (pars occidentalis): percursos pela sociedade brácara da época romana*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2 vols (Investigação).
- REDENTOR, Armando; SOUSA, Luís (2018-2019), Contributo para o estudo da ocupação romana no concelho de Lousada: achados epigráficos e povoamento, *Oppidum*, Lousada, 11, pp. 77-100.
- RENZI, Francesco; MARIANI, Andrea (2020), Sobre as origens da diocese do Porto na Alta Idade Média. Uma reflexão sobre o *Parochiale suevorum* e a diocese de *Magneto/Meinedo* (sécs. VI-VII), *Portugalia*, Porto, 41, pp. 91-121.
- RIBEIRO, Orlando (1991), Aglomeração e dispersão do povoamento rural, In *Opúsculos geográficos*, 4, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 299-316.
- RODRIGUES, Miguel Areosa (2013), Igreja de Santa Maria de Meinedo, *Oppidum*, Lousada, 6, pp. 89-104.
- SANTOS, Luciano dos; LE ROUX, Patrick; TRANOY, Alain (1983), Inscrições romanas do Museu Pio XII em Braga, *Bracara Augusta*, 37 (83/84), Braga, pp. 183-205.

- SANTOS, Maria João; PIRES, Hugo Armando Miranda (2013), Estela funerária de Capela, Penafiel (*Conventus Bracaraugustanus*), *Ficheiro Epigráfico*, Coimbra, 119, nº 510.
- SANTOS, Maria José Ferreira dos (2005), A Terra de Penafiel na Idade Média: estratégias de ocupação do território (875-1308), *Cadernos do Museu*, Penafiel, 10, pp. 5-100.
- SOEIRO, Teresa (1984), Monte Mozinho. Apontamentos sobre a ocupação entre Sousa e Tâmega em época romana, *Penafiel: Boletim Municipal de Cultura*, Penafiel, 3.<sup>a</sup> série 1.
- SOEIRO, Teresa (1998), O sítio romano da Bouça do Ouro, Boelhe, *Cadernos do Museu*, Penafiel, 4, pp. 5-62.
- SOEIRO, Teresa (2013), Notícia sobre uma nova estela romana figurada de Capela, Penafiel (Portugal), In ACUÑA CASTROVIEJO, Fernando, CASAL GARCÍA, Raquel, GONZÁLEZ SOUTELO, Silvia, *Actas de la VII Reunión de Escultura en Hispania: homenaje al Prof. Dr. Alberto Balil*, Santiago de Compostela, Andavira, pp. 335-348.
- SOEIRO, Teresa (2015), A preferência pela inumação nas necrópoles romanas dos sécs. III - IV d.C. do Município de Penafiel (Norte de Portugal), In *Arqueología de transição: o mundo funerário. Actas do II Congresso Internacional sobre Arqueología de Transição*, Évora, Universidade de Évora/Centro de História de Arte e Investigação Artística, pp. 159-174.
- SOEIRO, Teresa; FERNANDES, Sofia; BERNARDO, Helena (2021), *Penafiel nos combates pela liberdade (1809 - 1834)*, Porto, CITCEM (no prelo).
- SOLIN, Heikki (1996), Names, personal, Roman, In HORNBLLOWER, Simon; SPAWFORTH, Antony; EIDINOW, Esther (Ed.), *The Oxford Classical Dictionary*, Oxford, Oxford University Press, pp. 1024-1026.
- SOLIN, Heikki (2003), *Die griechischen Personennamen in Rom: ein Namenbuch. 2., völlig neu bearbeitete Auflage*, Berlin; New York, De Gruyter, 3 vol. (Corpus Inscriptionum Latinarum. Auctarium, Series Nova; 2).
- SOLIN, Heikki; SALOMIES, Olli (1988), *Repertorium nominum gentilicium et cognominum Latinorum*. Hildesheim [etc.], Olms (Alpha-Omega: Lexika, Indizes, Konkordanzen zur klassischen Philologie, Reihe A; 80).
- SOUSA, Laura; SOEIRO, Teresa (2020), A Necrópole Romana do Eirô, Duas Igrejas (Penafiel): intervenção arqueológica de 2016, In ARNAUD, José Morais; NEVES, César; MARTINS, Andrea (coord.), *Arqueologia em Portugal 2020 - Estado da questão*, Lisboa, Associação dos Arqueólogos Portugueses e CITCEM, pp. 1439-1455.
- VAAN, Michiel de (2008), *Etymological Dictionary of Latin and the other Italic Languages*, Leiden; Boston, Brill (Leiden Indo-European Etymological Dictionary Series; 7)

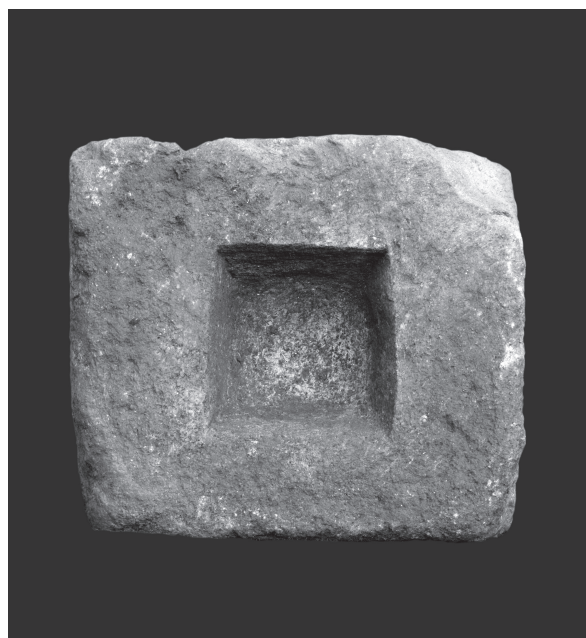




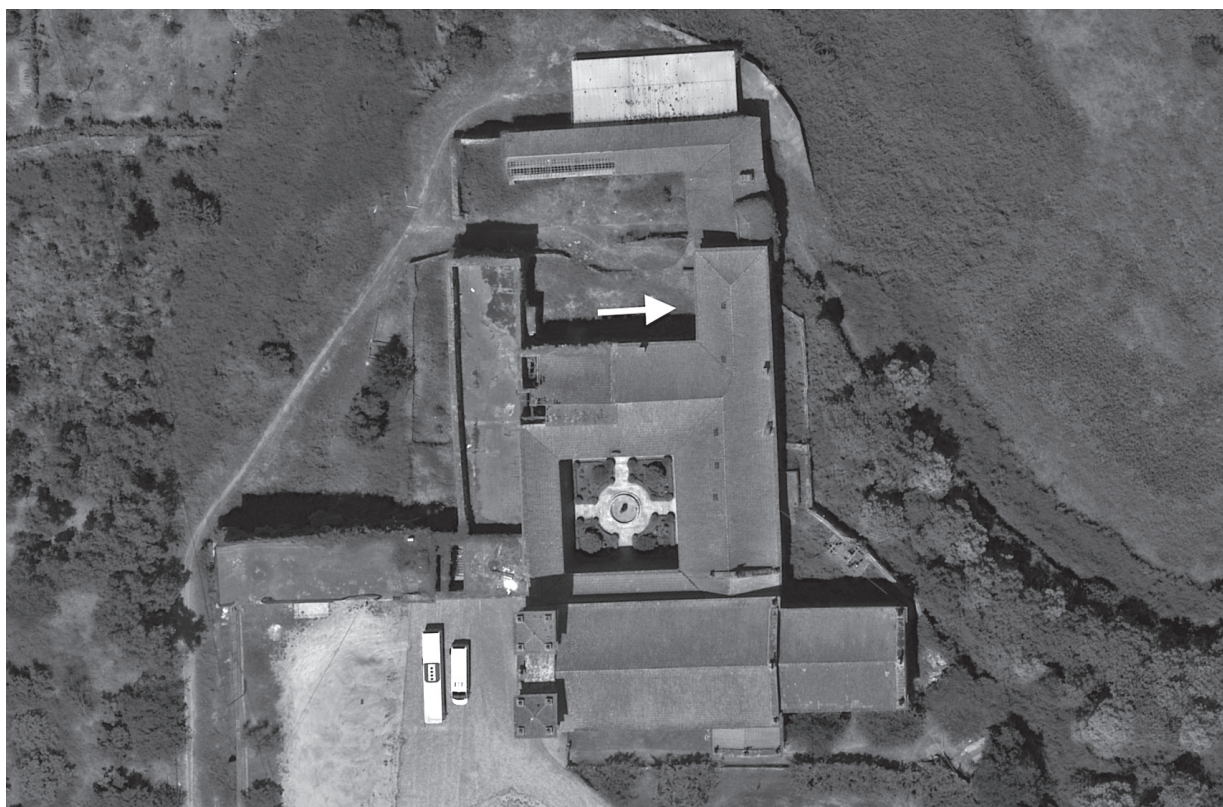
**Fig 1.1:** Localização de Bustelo na *Carta Administrativa* (MMPNF, H. Bernardo); **1.2:** Antigo mosteiro beneditino de S. Miguel de Bustelo (MMPNF, Fot. Casa Alvão).



**Fig 2.1:** Retirada dos blocos trabalhados da cozinha setecentista (Fabrica da Igreja, Fot. Miguel Santos); **2.2:** Identificação como altar romano (MMPNF, Fot. M. Ribeiro); **2.3:** Primeiros trabalhos de limpeza sumária e recolha de imagem, no local (MMPNF, Fot. M. Ribeiro).



**Fig 3.1:** Colocação actual do altar, à margem do claustro, junto da escadaria que conduz ao museu de sítio. (Fot. T. Soeiro); **3.2:** Base do altar, com possível *loculus*. (MMPNF, Fot. M Ribeiro); **3.3:** Elementos decorados da antiga igreja românica, no museu de sítio. (Fot. T. Soeiro).



**Fig 4.1:** Edifício do mosteiro; a seta indica o local do achamento. (CMPNF, 2003); **4.2:** Cozinha setecentista, no prolongamento da ala nascente, para lá dos dormitórios (Fot. T. Soeiro); **4.3:** Interior da cozinha, de onde foram retirados os blocos que constituem o altar romano. (Fot. T. Soeiro).



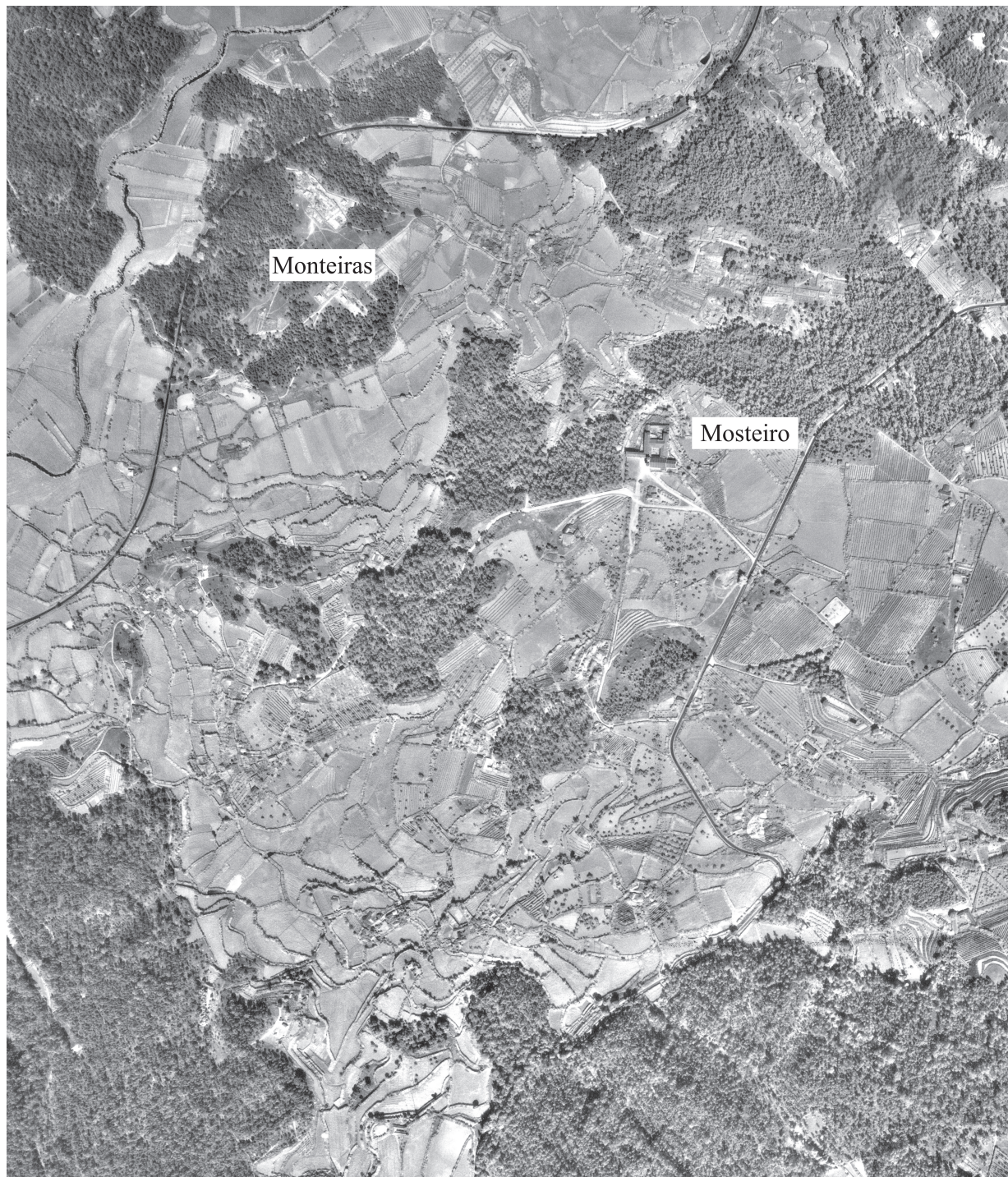
**Fig. 5.1:** Altar funerário romano de Bustelo: face anterior epigrafada (Fot. A. Redentor); **5.2:** Registo gráfico do altar funerário romano de Bustelo. (MMPNF, H. Benardo).



**Fig. 6.1; 6.2:** Duas perspectivas do bloco superior do altar, mostrando a molduragem do capitel e o que resta dos *pulvini*: as arestas inferiores denunciam a quebra do fuste com recurso a guilhos. (MMPNF, Fot. M Ribeiro e T. Soeiro); **6.3:** Cimácio picado para melhor assentamento quando da reutilização como pé de altar. (Fot. A. Redentor).



**Fig. 7.1:** Proeminência do sítio do Mosteiro, visto de poente. (MMPNF, Fot. J. Sampaio); **7.2:** Posição dominante do Mosteiro sobre as terras do vale do Sousa. (Fot. T. Soeiro).



**Fig. 8:** Paisagem envolvente do Mosteiro de Bustelo, até ao rio Sousa, em 1965 (IGC, 1965 42/71121).



**Fig. 9.1:** Sítios arqueológicos de época romana: 1. Aldeia/lugar e necrópole de Monteiras (Bustelo, Penafiel); 2. Aldeia/lugar e necrópole de Montes Novos (Croca, Penafiel); 3. Castro de Meinedo (Meinedo, Lousada); 4 *Vicus* de Meinedo (Meinedo, Lousada); 5. Povoado da Quinta de S. Mamede (Meinedo, Lousada). (IGE, Carta Militar de Portugal, Folha 112 Penafiel); **9.2:** Perfil do terreno entre o curso do rio Sousa, a aldeia/lugar e necrópole de Monteiras e o Mosteiro de Bustelo. (IGE, Carta Militar de Portugal, Folha 112 Penafiel. Des. H. Bernardo).



# LA UTILIZACIÓN DE LA EPIGRAFÍA EN LA CONSTRUCCIÓN DEL DISCURSO NACIONALISTA GALLEGO: LA *HISTORIA DE GALICIA DE MURGUÍA*<sup>1</sup>

**María Dolores Dopico Caínzos**

Universidad de Santiago de Compostela  
mdolores.dopico@usc.es

## ABSTRACT

The *History of Galicia* by Manuel Murguía laid the foundations of a Galician nationalism based on a differential fact, Celtism, which had remained unchanged from its origins to his own time. To support his theory, Murguía tried to show that no conquest, not even the Roman one, had suppressed the Celtic customs. The epigraphic sources, with the votive inscriptions that mentioned “Celtic” divinities, became a useful resource to show that survival, as well as the independence and spirit of rebellion of the Galician people.

**Keywords:** Manuel Murguía; *Historia de Galicia*; Galician nationalism; Epigraphy

## RESUMEN

La *Historia de Galicia* de Manuel Murguía puso las bases de un nacionalismo gallego basado en un hecho diferencial, el del celtismo que se había mantenido inalterado desde sus orígenes hasta su propia época. Para fundamentarlo Murguía trató de mostrar que ninguna conquista, ni siquiera la romana, había suprimido las costumbres celtas. Las fuentes epigráficas, con las inscripciones votivas que mencionaban divinidades “célticas”, se convirtieron en un útil recurso para mostrar esa pervivencia, así como la independencia y el espíritu de rebelión del pueblo gallego.

**Palabras clave:** Manuel Murguía; *Historia de Galicia*; nacionalismo gallego; Epigrafía.

---

1 Este trabajo ha sido realizado dentro del proyecto de investigación del MINECO/FEDER HAR2017-82202-P.

Manuel Martínez Murguía (1833-1923), fue un escritor extraordinariamente prolífico, que dio lugar, en palabras de Vicente Risco (RISCO 1933-1934: p. IX), a “una verdadera enciclopedia galaica” en forma de poesía, artículos periodísticos o libros de historia, entre otros. Pero de todas sus obras fue, sin ninguna duda, su *Historia de Galicia* la que tuvo una mayor repercusión, al convertir a su autor en un referente del nacionalismo gallego. Publicada al mismo tiempo que la obra homónima de Benito Vicetto, en el año 1865, si bien de mucha mayor calidad<sup>2</sup>, se convirtió en la primera que pretendía tratar sistemáticamente el transcurrir histórico de Galicia desde sus orígenes hasta su época. Aunque no pudo culminar este proyecto -publicó 4 volúmenes y una parte del quinto llegando hasta los primeros reyes de León- este hecho no disminuyó su repercusión en la ideología nacionalista. Su planteamiento era muy claro, pretendía “nacionalizar el pasado”, siguiendo así la tendencia de las corrientes históricas románticas presentes en su época en Europa. Fue un gran admirador de Thierry y de otros historiadores franceses liberales, como Guizot o Michelet, que pretendían construir una historia nacional, abandonando los tradicionales relatos universales, con el fin de fundamentar los Estados nacionales europeos. Esta visión tuvo en España un representante destacado en la figura de Modesto Lafuente, autor de una *Historia de España*, que fue seguida, paralelamente, de otras versiones regionales entre las que se incluyó la obra de Murguía (VILLARES 2000a: p. 389). Su intención era encontrar un hecho diferencial gallego que caracterizase a esta tierra y sus habitantes y que permitiese marcar unas netas diferencias con el resto de los pueblos de España. Para ello incidió en el celtismo, un argumento igualmente utilizado por escritores bretones, irlandeses o escoceses, que habían escogido a los celtas como antepasados y como elemento de diferenciación dentro de sus respectivas naciones. Esta tendencia tenía ya una relativa antigüedad, pues desde el s. XVIII anticuarios como Pezron, Bullet, la Tour d’Auvergne en Francia, y H. Rowlands o J. Tolands en Inglaterra, empezaron a destacar su importancia. Algunos de ellos incluyeron el territorio gallego dentro de la expansión celta, como es el caso de Pezron, lo que facilitaría la argumentación de Murguía<sup>3</sup>.

En España el celtismo ya había sido asumido por algunos eruditos desde el s. XVII y se intensificó con figuras como Masdeu, y, ya en Galicia y desde presupuestos lingüísticos, tanto con el P. Sarmiento como con Cornide (PEREIRA 2003: p. 458; Id. 2004: p. 225 ss). Es, sin embargo, Verey y Aguiar quien en su *Historia de Galicia* publicada en 1838 desarrolla con más intensidad la teoría de que los celtas no procedían del exterior, sino que tenían su origen en algunos territorios peninsulares de los que Galicia era su centro. A partir de aquí se extenderían por el resto de España, en donde dominarían a los iberos para continuar su difusión por Europa, especialmente Francia y las islas británicas. La semejanza de ciertas formas de vida y costumbres con Escocia o Irlanda sería una prueba de esta expansión (BARREIRO BARREIRO 2008: p. 103). Este planteamiento fue aprovechado, ya en el s. XIX, para fundamentar las teorías nacionalistas y reivindicar la capacidad de autogobierno de Galicia, tal como vemos en varios artículos publicados por A. Faraldo en 1842 y por Martínez Padín, en su *Historia política, religiosa y descriptiva de Galicia*, obra publicada en dos volúmenes en los años 1849-1850 (BARREIRO FERNÁNDEZ 1986: p. 27; Id. 1993: p. 186; LÓPEZ GARCÍA 1997; MÁIZ 2001: p. 49 ss). Con estos precedentes Murguía partió del celtismo para hacer de él un elemento primordial de la identidad gallega, construyendo un hecho diferencial que no solo mostraba la superioridad de Galicia sobre el resto de España, sino que se manifestaba desde

---

<sup>2</sup> El enfrentamiento entre ambos autores fue bien conocido y creó una fuerte enemistad entre ambos que se deja ver en la valoración que hace Murguía de Vicetto en el prólogo de su *Historia de Galicia*: “ha dado a la prensa trabajos históricos que nos abstenemos de calificar. Publicándose su última obra al mismo tiempo que la presente, un sentimiento de delicadeza nos veda respecto a ella todo juicio poco favorable” (XVII). El conocimiento de las fuentes clásicas es muy superior en Murguía, así como lo es el de los autores contemporáneos del ámbito de la historia, la etnografía o la filología, si bien, como veremos a continuación, hace una utilización sesgada de los mismos para consolidar su celtismo. Sobre sus diferencias de método y contenido, *vid.* DOPICO, SANTOS 2014.

<sup>3</sup> En su obra *Antiquité de la Nation et de la Langue des celtes, autrement appelez Gaulois*, aparecida en 1703. No fue el único, también lo defendieron PELLOUTIER (1741), SCHOEPFLIN (1754), LA TOUR D’AVERGNE (1792) o BULLET (1754-1760), *vid.* sus propuestas en detalle en PEREIRA 2004: p. 230 ss.

sus orígenes. Lo que era, sin embargo, verdaderamente original respecto a las propuestas anteriores, era su afirmación de que este hecho se mantenía inalterado con el paso de los siglos hasta llegar a su época, con lo que la raza se convertía en el elemento que justificaba la nacionalidad gallega. Al contrario de lo que sostenían otras teorías del nacionalismo europeo, no estamos ante una libre elección de los ciudadanos o ante el ejercicio de su voluntad política, sino ante un concepto histórico-naturalista basado en una raza diferente y superior a la del resto de pueblos hispanos, que carecían de esa pureza racial debido a sus uniones con pueblos semíticos y africanos (MÁIZ 1984b: p. 147; GONZÁLEZ BERAMENDI 1995: p. 202). El desarrollo pormenorizado de este nacionalismo se expuso tanto en su obra *Historia de Galicia* como, de forma especialmente extensa, en el volumen *Galicia*, en donde la huella de lo celta, según sostiene, se deja ver tanto en los restos materiales del pasado (castros, poblados...) como en las costumbres. Lo novedoso respecto a otros autores, como ya hemos dicho, es que esa identidad étnica tenía características físicas y culturales permanentes, pues se continuaba a lo largo de la historia hasta la época contemporánea, sin que ninguno de los pueblos que había llegado a Galicia la hubiese modificado. Esto supuso que, para consolidar ese celtismo, debió infravalorar las consecuencias de la conquista romana. Era innegable que los romanos se habían asentado en Galicia, pero esto no había llevado a la desaparición de la forma de ser, de sentir, gallega y su presencia no dejaría de ser más que un episodio pasajero. Cuando se produce la implantación de los suevos se habrían recuperado las raíces celtas, devolviendo la independencia a Galicia a través de su monarquía y eliminando la influencia romana (MÁIZ 1984b: p. 149 ss; 160 ss; PEREIRA 2007: p. 309 ss.). Este discurso coherente sobre el hecho diferencial permitiría reivindicar la creación de una nación gallega en su época, que no sería más que una forma de revivir un memorable pasado.

## MURGUÍA ¿EPIGRAFISTA?

Murguía, como es evidente, no era un epigrafista, ni siquiera fue un historiador académico o profesional. Es cierto que cuando escribió su historia no existía todavía una enseñanza universitaria de esta disciplina, pues la Facultad de Filosofía y Letras de Santiago no tendría una sección de Historia hasta el año 1922, y el *Seminario de Estudos Galegos*, que impulsó los estudios en estos ámbitos, no fue fundado, por intelectuales galleguistas, hasta 1923 (BARREIRO 1993: p. 191 ss). Sus limitados intereses académicos habían sido otros, pues había iniciado la carrera de farmacia, que no llegó a terminar, siguiendo los pasos de su padre, que regentaba una botica en A Coruña. Esta carencia de formación, sin embargo, no le impidió romper con la historia realizada por los anticuarios del s. XVIII. A diferencia de ellos, Murguía pretendió basar su argumentación nacionalista sobre “bases científicas”, no sobre simples relatos tradicionales o míticos, de ahí que, en primer lugar, recurriese a una amplia bibliografía de estudios históricos y lingüísticos que le permitieron establecer paralelos y comparaciones con otros ámbitos celtas de Irlanda o de Francia (MÁIZ 1984: p. 137). En segundo lugar, utilizó abundantemente las fuentes antiguas, no solo las literarias sino también las más novedosas como eran la arqueología o la epigrafía. Para lo primero fue de gran ayuda una de las muchas ocupaciones que tuvo a lo largo de su vida, su trabajo como archivero, que desempeñó de forma intermitente en varios destinos<sup>4</sup>, un puesto para el que, evidentemente, no tenía la formación habitual que se adquiriría en la Escuela Superior de Diplomacia (VILLARES 2000a: p. 392). Gracias a él tuvo acceso a bibliografía especializada y a la más reciente investigación europea sobre un amplísimo número de temas. Las referencias a historiadores eclesiásticos, del derecho o historias locales son abundantísimas, pero no lo son menos las de los investigadores europeos más destacados del momento, de los que demuestra un excelente conocimiento.

---

<sup>4</sup> Fue, en primer lugar, jefe del Archivo General de Simancas en 1868 y dos años más tarde se vino para Galicia, en donde fue nombrado jefe del Archivo General de Galicia hasta 1875, año del gobierno de Cánovas, cuando fue cesado, retomando su actividad periodística. En este período de archivero es cuando publica la *Historia de Galicia*. Volvería a esta actividad en 1892 en la biblioteca de la Universidad de Santiago de donde pasó, sucesivamente, al Archivo de Hacienda de A Coruña y al de la Diputación de A Coruña.

Así, en el caso de los inicios de la historia, leyó a Boucher de Perthes, Atkinson o Nilson y, en el ámbito de la historia antigua, a Mommsen, Niebuhr o Fustel de Coulanges<sup>5</sup>. A ellos se añaden otros autores no tan fiables a los que recurrió con frecuencia para justificar el celtismo a partir de análisis lingüísticos, comparaciones de modos de vida o de restos arqueológicos. Pero Murguía era consciente de que la historia no se debía construir tan solo a partir de la investigación reciente. En el extensísimo prólogo de *la Historia de Galicia*, que constituye una declaración de los principios que guiarán su trabajo, destaca la importancia que tienen las distintas fuentes para el conocimiento de la historia, incidiendo en la utilización de la lingüística, la arqueología y la paleografía como método de análisis. Si bien aquí no menciona la epigrafía – a la que nunca alude con tal nombre – a continuación se lamenta de la inexistencia de un archivo general y de un museo arqueológico “en donde se recogiese la moneda y la lápida”, término con el que habitualmente se refiere a las inscripciones (MURGUÍA 1865: p. VII). No se quedó en una simple declaración de intenciones, pues su utilización de las fuentes antiguas es constante a lo largo de toda la obra. Esto supone un gran esfuerzo en la medida en que, con excepción de las fuentes literarias que eran fácilmente accesibles, en Galicia se carecía tanto de recopilaciones de las mismas como de estudios científicos. Pero este esfuerzo notable y, en ocasiones, muy valioso queda empañado por el objetivo que persigue, que no es otro que el de fundamentar el celtismo como elemento diferencial de Galicia desde sus orígenes, lo que implica un manejo interesado de dichas fuentes. Lo vemos, en primer lugar, en el caso de la arqueología. La investigación en Galicia era inexistente, no se habían realizado excavaciones lo que suponía que lo que se sabía de un yacimiento cualquiera era sencillamente lo que se distinguía de manera superficial, a simple vista. Murguía aprecia el valor que poseía como fuente e incluso realiza algunas interpretaciones interesantes (MARTIÑÓN-TORRES 2000: p. 224 ss.) pero selecciona los restos en función de su “origen celta”. Ignora el mundo que él considera pre-celta – casi todo el prehistórico – que carece de interés para sus tesis, en tanto incide de manera pormenorizada en la clasificación, tipología y funcionalidad de lo que era, desde su punto de vista, claramente celta, que incluía un amplísimo rango de yacimientos, desde los poblados lacustres a los megalitos o los castros (PEREIRA 1996: p. 14). Más fácil es el acceso a las fuentes literarias, que también utiliza extensamente y son imprescindibles para describir, por ejemplo, la resistencia de los gallegos a la invasión romana, apropiándose de mitos como el de Viriato. En menor medida, también acude al testimonio numismático (DOPICO, SANTOS 2014: pp. 167 ss). Finalmente, incluye las fuentes epigráficas. Murguía reconoce el valor excepcional que representa un texto transmitido directamente, con información, en muchos casos, única. Así lo resalta, por ejemplo, al analizar la inscripción conocida como Padrão dos Povos, de Chaves, por su aportación de etnónimos ignorados por otras fuentes, caso de Plinio en su *Naturalis Historia* (MURGUÍA 1865: p. 289; Id. 1866: pp. 327, 335). Ahora bien, es igualmente consciente de las dificultades que presenta su utilización. En primer lugar, porque su conocimiento era especialmente complejo ya que muchas de ellas, recogidas en las obras de algunos eruditos, se habían perdido, eran de difícil acceso y requerían conocimientos específicos para su manejo (MURGUÍA 1866: p. 551). No podemos olvidar que cuando se publica *la Historia de Galicia* todavía no se disponía de la que se convertiría en la obra de referencia, el *CIL* II realizado por Hübner, que se publicaría en el año 1869. Su conocimiento, por tanto, provendrá, en su mayoría, de las recopilaciones de anticuarios y eruditos, fuentes de segunda mano, en las que los textos pasan de unos a otros sin que la mayoría los haya visto personalmente. Esto no implica, sin embargo, una aceptación acrítica de las mismas, pues desecha la información proporcionada por quien, a su entender, carece de fiabilidad. Como es natural, y de acuerdo con los objetivos de su obra, elogia especialmente a aquellos que comparten su visión del celtismo. Es el caso de José Cornide del que, aunque discrepa en su interpretación de la Torre de Hércules, como veremos, alaba su buen conocimiento de la Galicia romana y de las inscripciones que refleja en sus obras “escritas todas con un buen sentido

---

<sup>5</sup> La literatura extranjera es amplísima y puede verse la relación completa y detallada en RISCO 1933-1934: pp. XXXV-XXXVIII, VELASCO 1998: p. 18; MARTIÑÓN-TORRES 2000: pp. 222 ss,

y una sana crítica”. A él se añade José Vereá y Aguiar, quien, como ya hemos visto, es el primero que destaca el origen celta de los gallegos, y de quien destaca no solo su conocimiento de la historia sino también su veracidad (MURGUÍA 1865: p. XIV ss). A estos se añade Juan Francisco Masdeu quien en los 20 volúmenes de su *Historia crítica de España y de la cultura española* (1783-1815) recoge un número significativo de epígrafes. Rechaza, en cambio, a eruditos a los que acusa de manipulación e incluso falsificación de inscripciones de forma interesada. Es el caso de Pedro Boán “autoridad siempre sospechosa”<sup>6</sup> al que acusa, directamente, de inventarse varias inscripciones con la finalidad de fundamentar sus teorías. A modo de ejemplo, y con gran acierto, señala que es altamente improbable que se hayan encontrado en el mismo lugar dos inscripciones prácticamente idénticas dedicadas a Júpiter Ladico, una de ellas, con el epíteto Medulio intercalado. Para Murguía no cabe duda de que en este caso estamos ante un evidente ejemplo de manipulación, que le permitiría a Boán confirmar su hipótesis de localización del famoso monte, que, como es bien sabido, se convirtió, en la historiografía nacionalista, en el símbolo de resistencia a Roma. Esta crítica le permite a Murguía, a su vez, reivindicar su propio buen hacer, pues a pesar de que las falsificaciones de Boán ofrecerían argumentos para consolidar su celtismo los rechaza por falta de rigor científico. Naturalmente aquellos autores que lo siguen, como es el caso de Cean, quedan igualmente desacreditados como fuentes (MURGUÍA 1865: p. 552; Id. 1866: pp. 551 ss).

Murguía obtiene, por tanto, su información de forma tradicional, bien alejada de la metodología utilizada por los colaboradores de la Academia de Berlín, la autopsia de las inscripciones. Sólo publica una inscripción inédita, votiva, dedicada a Cosus, hallada por un campesino que la reaprovechó en su casa de Brandomil (Fig.1), que posee un texto bien conservado y del que hace una excelente lectura, si bien ofrece una peculiar interpretación de su significado<sup>7</sup>. Aparte de esta y la votiva dedicada a Isis, hallada en Padrón (A Coruña), transmitida por Morales y Castellá Ferrer que él mismo copia y rectifica en algunos puntos y la de *Amoena* que sitúa en Arroyo del Puerco (en realidad Arroyo de la Luz, Cáceres, *CIL* II 737) no menciona otro conocimiento directo (MURGUÍA 1866: pp. 22 ss). En algunas ocasiones recibe algunos textos de forma personal, gracias a la colaboración desinteresada de otros eruditos, como es el caso de una inscripción entonces situada en la plaza de Valença do Minho actualmente depositada en el museo de Lisboa. El epígrafe era entonces casi ilegible ya que estaba recubierto con pintura, pero le ceden un calco que le permite hacer una interpretación del texto bastante aproximada (*CIL* II 2465; *LE ROUX* 2013: p. 170).

La forma en la que maneja la información de la que dispone es muy irregular. Como veremos al analizar su utilización dentro del discurso nacionalista, lo que le interesa es la información que proporcionan sus textos, especialmente las menciones de teónimos y onomástica celta. Otras cuestiones, con contadas excepciones, carecen de interés y por tanto no requieren un tratamiento sistemático o detallado. No nos transmite, en la mayoría de los casos, de quién toma las lecturas, la obra en la que han sido publicadas con la referencia exacta (página, número), ni alude a la cronología. Tampoco precisa el lugar exacto de procedencia, que puede aparecer como una comarca en general, como A Limia en Ourense (MURGUÍA 1865: p. 558), o “Lusitania y Galicia” en el caso de las inscripciones de *Endovel*, remitiendo, sin más detalle, a que así las recogen Masdeu y Cornide. Esto lleva a imprecisiones evidentes, como cuando señala que la inscripción dedicada a las *matribus Callaicis* se encontró cerca de La Coruña (MURGUÍA 1865: p. 563) cuando en realidad se trata de Coruña del Conde, al lado de la antigua *Clunia*,

---

<sup>6</sup> Fue autor, con su hermano Juan, de una *Historia de Galicia* (1646). Sus teorías son asumidas por el Padre Juan Alvarez Sotelo, jesuita, que en el s. XVIII escribió la *Historia General del Reino de Galicia* y que Murguía lo califica de “sobrado crédulo en algunas cosas”. En la referencia que hace Tomás Muñoz y Romero en su *Diccionario bibliográfico-histórico de los antiguos reinos, provincias, ciudades, villas, iglesias y santuarios de España* (Madrid, 1858), artículo Galicia: núms. 14 y 16, pág. 122 asegura “Esta obra carece de método y de crítica. El autor admite como reyes de Galicia, á cuyo reino trata de ensalzar sobre todos los de España, á Gerión, Osiris, Hércules, etc. Debe, sin embargo, consultarse, porque tiene algunas noticias importantes”.

<sup>7</sup> Cos significaría sacerdote, teniendo en cuenta que los celtas eran hyeronimos y por tanto asumirían el nombre de la divinidad o bien podría interpretarse como un dios propio de los sacerdotes (1865: p. 562).

en la provincia de Burgos. Tampoco hay límites espaciales claramente definidos. Tiene pleno sentido aludir a textos que sobrepasaban la Galicia actual, pero ofrecen información sobre su pasado. Es el caso, por ejemplo, de las inscripciones de “Braga y otros puntos” que mencionan el nombre antiguo de Galicia o muestran el control romano de la economía, caso de las que mencionan a los comerciantes de Braga, la conocida de los *ciues Romani qui negotiantur Bracaraugusta* (CIL II 2423; MURGUÍA 1865: p. 401; 1866: p. 408). Sin embargo, más forzada es la alusión a la *tabula* de los *Zoelae*. Su supuesta vinculación con Galicia provendría de la hipótesis de que Curunda, el lugar en el que se sanciona el pacto, podría identificarse con el *Caranicum* o *Caronicum* del Itinerario que está cerca del río Parga y por el hecho de que las familias que lo contraen son gallegas, sin más explicación (MURGUÍA 1866: p. 355). Similar es la mención de una inscripción de Rímini en la que se alaba la lucha de Marco Vettio Valente contra los astures, “en la que sin duda se incluyen los gallegos” (CIL XI, 395; MURGUÍA 1866: pp. 450 ss).

Pero estas imprecisiones, inexactitudes o interpretaciones erróneas no son, en todos los casos, debidas a su falta de formación sino a una elección consciente. Murguía conoce bien la transmisión de los textos, como demuestra cuando le interesa. Es capaz de comentar de manera pormenorizada cómo han sido hallados y en dónde se han depositado algunas inscripciones, como es el caso de una lámina de bronce hallada en Viana del Bollo actualmente perdida (CIL II 2523 = IRG IV, 90)<sup>8</sup> o de la ya citada *tabula* de los *Zoelas* de la que describe su peculiar peripecia (MURGUÍA 1865: p. 567; Id. 1866: p. 393). Igualmente, cuando es necesario para sus fines, demuestra su buen conocimiento de las diversas teorías formuladas sobre un epígrafe, como es el caso del hallado cerca de la Torre de Hércules, que veremos a continuación. De la misma manera no duda en utilizar análisis paleográficos para datar las inscripciones y, de esta forma, reafirmar sus hipótesis. Por ejemplo, cuando rebate las lecturas erróneas de una inscripción que pretendía justificar la localización de la patria de Teodosio, Cauca, en Galicia. No duda entonces en comparar sus letras con el final de las líneas 6-8 de la de *L. Pompeius Reburus* (IRG IV 118, AF<sup>2</sup> 209), o cuando data en época de Augusto la de Valença acudiendo igualmente a esos criterios paleográficos (MURGUÍA 1866: p. 531).

Podemos concluir que Murguía conoce bien la metodología de la epigrafía, maneja las autopsias y los calcos, es consciente de que los análisis paleográficos pueden ofrecer datos interesantes para clarificar la cronología y es un buen conocedor de las recopilaciones y teorías de los eruditos desde el s. XVII en adelante. Ahora bien, como señalaba al principio no es epigrafista, no solo porque carece de una formación específica sino, sobre todo, porque las inscripciones no son, para él, un fin en sí mismo. No pretende ofrecer a los investigadores una recopilación exhaustiva de fuentes sino utilizarlas para justificar su celtismo y en este sentido, como veremos a continuación, se convirtieron en un recurso especialmente valioso para sus tesis.

## LA UTILIZACIÓN DE LA EPIGRAFÍA EN EL DISCURSO NACIONALISTA.

El uso que hace Murguía de la información epigráfica es totalmente coherente con los objetivos de su *Historia de Galicia*. Ya en su prólogo declaraba que no creía en la imparcialidad del historiador ni de la historia y aunque señalaba que se debía exigir exactitud en los hechos, a la hora de extraer sus consecuencias, “el historiador queda en absoluta libertad para apreciarlos y lo único que debe pedírsele es que sean legítimas sus conclusiones”; “buscar la verdad (...) pero sin ser fríos espectadores del pasado” (...) tal vez no haya toda la imparcialidad que exigen algunos, pero nuestro carácter no nos permite otra cosa” (MURGUÍA 1865: p. XXIII). La epigrafía no será una excepción y, al igual que el resto de las fuentes, deberá servir para minimizar el peso del mundo romano y demostrar que ni siquiera la conquista fue capaz de aniquilar el celtismo característico del pueblo gallego. Esto supone renunciar a utilizar o recopilar sistemáticamente toda la información disponible, porque, analizada en su conjunto, el mundo romano

---

8 Y que mencionaría otra divinidad indígena de la cual no tenemos ningún otro testimonio, *Aegiamunnaeagus*.

prevalecería, lo cual, evidentemente, no le interesaba. Por esta razón, lo que pomposamente define como intento de realizar un “cuerpo de inscripciones latinas de Galicia”, que aparece al final del tomo II, se queda en un breve listado de tan solo 15 ejemplares, en lo que constituye un conjunto heterogéneo tanto por su ámbito territorial – incluye ejemplares de Galicia, Portugal y la ciudad de Astorga – como por su tipología<sup>9</sup>. El pretexto de que solo considera necesario presentar las poco conocidas, obviando las que ya son fácilmente accesibles en otras obras, como la de Masdeu, no oculta la verdadera razón, que es la escasa representación indígena en su conjunto y que sí señala más adelante. Al valorar la información que aportan las inscripciones funerarias aclara que nos muestran cómo los cargos administrativos están desempeñados por “romanos o hijos de romanos”, en cambio no aparecen representados los verdaderos gallegos, que serían los que ostentarían onomástica indígena, ya que sus espacios son diferentes, y siguen enterrándose en los túmulos en donde no aparecen inscripciones funerarias (MURGUÍA 1866: p. 396). La falta de representatividad de ese mundo celta no se daría en cambio en los epígrafes votivos, que, al contrario de las anteriores, mostrarían la resistencia y la permanencia de las antiguas costumbres, lo que nos permitiría fundamentar el hecho diferencial. A pesar de que era imposible negar los abundantes e importantes cambios que Roma había realizado en distintos ámbitos, prácticamente en todos ellos los indígenas habían conseguido mantenerse, de manera que – con excepción de las leyes – las costumbres, la lengua y, sobre todo, la religión habían mantenido vivo el celtismo (MURGUÍA 1865: p. 32). Ahora sí era importante manejar y mostrar de forma más compleja la información epigráfica, ya que proporcionaba información única, directa y original, que incluso permitía contradecir las opiniones tendenciosas de los escritores clásicos, como era el caso de la conocida afirmación del ateísmo galaico transmitida por Estrabón (MURGUÍA 1865: p. 533). Con excepción de aquellos indígenas que adoptarían las divinidades foráneas para progresar personalmente, el resto mantuvo sus creencias, lo que mostraría la persistencia de la libertad indígena: “la libertad de la patria no desapareció durante este período, de manera que la religión se convirtió en el símbolo de la rebelión contra Roma y de la fuerza de la nacionalidad gallega” (MURGUÍA 1866: p. 421 ss). Los teónimos “celtas” mencionados en los epígrafes serían un óptimo testimonio de esta resistencia (MURGUÍA 1865: p. 40), pero entonces se conocía tan solo un número reducido y con difícil interpretación. Tendríamos el caso de *Bandua*, que interpreta como divinidad masculina asociada a Marte, que, por homonimia, tendría su origen en la localidad orensana de Bande<sup>10</sup>; *Cosus*, documentada en la inscripción inédita que él publicó, como ya hemos visto, o las “madres gallegas” (*CIL* II 2776 = *ERClu* 211) que serían las divinidades tutelares de la tribu de los galaicos, situados en el *conventus* de Braga, tal como señala Plinio. A ellas se añadirían un grupo reducido, con menciones únicas, en la mayor parte de los casos, como *Endo Castrorum*, *Tameobrigo* (*CIL* II 2377); *Ravveana*, *Netaci* o *Aegiamunnaeagus* (MURGUÍA 1865: p. 563).

Como vemos, el número de divinidades atestiguadas no era demasiado extenso, pero eso no fue un problema para Murguía, que debía alargar el panteón para consolidar el celtismo y mostrar que las divinidades indígenas superaban con creces a las romanas. Lo hizo, por ejemplo, con *Nabis*, desconocida en Galicia y de la que solo había el testimonio de una inscripción hallada en Alcántara, hoy perdida (*CIL* II 756) pero no dudó en vincularla a supuestos hidrónimos, como *Nabis*, *Nebis*, *Nebió* o *Nabilubion* (rio Nalón, Asturias) que permitirían incluirla como divinidad galaica (MURGUÍA 1865: p. 555). Pero sin duda el caso más útil para sus tesis fue el de *Endovel*, que no estaba documentado en Galicia sino en

<sup>9</sup> Incluye inscripciones votivas como las dedicadas a las ninfas de Bande (*CIL* II 2530) y *Cuntis* (*CIL* II 2546), miliarios de Pontevedra y Bande, las funerarias que mencionan cargos administrativos (la dedicada por su mujer a *Truttedius Clemens, procurator Asturiae et Callaeciae*, *CIL* II 2643 = *IRPL*e 121 = *ERPL*e 203 y la hoy desaparecida de *Fabius Aconius Catullinus praeses provinciae Gallaeciae*; *CIL* II 2635 = *IRPL*e 4 = *ERPL*e 43); funerarias (Culleredo, A Coruña, *CIL* II 2564 = *CIRG* I, 11; Xinzo de Limia, *CIL* II 2520 (p. 706), Caldas, *CIL* II 2545, actualmente perdida). Además de este *corpus* final incluye dos apéndices con el listado de gobernadores (1866: p. 510) o el de miliarios (1866: p. 513 ss), cuya información obtiene a partir de la epigrafía.

<sup>10</sup> MURGUÍA 1865: p. 558. *Bandua* aparece a menudo vinculada a comunidades indígenas (*vici, pagi, castella*) por lo que se le ha atribuido una naturaleza tutelar, *vid.* un listado de las inscripciones y su mapa de distribución peninsular, así como un resumen de las interpretaciones en OLIVARES PEDREÑO 2002: p. 151 ss.

Portugal, y de quien se disponía de una buena información (MURGUÍA 1865: p. 552 ss), pues es una de las tres divinidades de la que se conservan un número más elevado de inscripciones en la península<sup>11</sup>. El conocimiento que tenemos de esta divinidad se produce, sobre todo, a partir de los trabajos de Leite de Vasconcellos (1905: p. 122 ss; 1913, 195 ss) en Alandroal con la recuperación de las inscripciones reutilizadas y con las posteriores excavaciones que pretendieron localizar en su entorno el santuario del que probablemente procederían. Todo lo que conocemos hasta ahora nos muestra una divinidad indígena, pero, como bien señala Ribeiro (2002: p. 80) excepto el teónimo, todo lo que se sabe de *Endovelico* nos lleva al mundo romano<sup>12</sup>. Aunque, evidentemente, Murguía carecía de esta información – la excavación de Leite de Vasconcellos tuvo lugar a partir de 1890 – la divinidad ya era conocida desde el s. XVI, gracias a los escritos de André de Resende y de frei Bernardo de Brito, que también propusieron las primeras hipótesis sobre su significado, no siempre basadas en evidencias científicas (ENCARNAÇÃO 1975: p. 181 ss; RIBEIRO 2005: p. 721). Las fuentes de Murguía son distintas, remite a las referencias recogidas por Cornide en su obra *Dioses de la provincia lusitana. Inscripciones del Dios Endovellico* (1798) o a la ya mencionada de Masdeu y, sin mayores precisiones – no menciona su número, procedencia o texto de los epígrafes – da por hecho que era propia tanto de lusitanos como de gallegos, pues se trataba, indudablemente, de una divinidad céltica. Demostrarlo le obliga a recurrir a curiosas etimologías y a la presunta ascunción de divinidades semitas por parte de los celtas, pero el objetivo estaba conseguido<sup>13</sup>. Las inscripciones de *Endovellico* multiplicarían por cinco las dedicadas a Júpiter: la proporción entre divinidades se alteraba claramente (MURGUÍA 1866, 421).

Pero sería un error pensar que solo los teónimos “celtas” mostraban la religión indígena, pues algunas divinidades clásicas no eran más que reinterpretaciones con las que los indígenas podían mantener sus creencias, haciendo creer lo contrario a los romanos. El culto de los Lares, los viales, genios y ninfas no eran más que una forma de revivir los de la familia, casa y fuentes. Incluso divinidades plenamente romanas, como Diana no serían más que una trasposición de Isis, demostrando así la “rebelión contra Roma y sus cultos” (MURGUÍA 1866: p. 422 ss; p. 436).

Murguía nos presenta así un mundo en el que los indígenas mantuvieron sus creencias en tanto la religión romana, propia de los conquistadores, ocuparía un espacio diferente, minoritario, concentrándose en las ciudades (las “colonias”, MURGUÍA 1866, 423). Con estas bases se invertiría la proporción entre los dioses, y tan solo un reducido número de divinidades serían realmente romanas: Júpiter, Fortuna, Evento, Juno. Pero incluso en estos casos introduce matices, pues hasta el dios que representa al Estado romano es interpretado por los indígenas, como demostrarían 4 inscripciones de Orense, dos de ellas dedicadas a Júpiter Ladico<sup>14</sup>, otra a Júpiter Candamio (*CIL II* 2695; IRPLe 50) y una cuarta a Júpiter Candiedoni (*CIL II* 2599), actualmente perdida y cuya procedencia exacta se ignora. Murguía parte del hecho indiscutible de que somos celtas y que, por tanto, compartimos con los celtas de las Galias, Germania y las Islas Británicas costumbres, formas políticas y sociales y, por supuesto, la religión (MURGUÍA 1865: p. 443). Podemos aplicar las supuestas características de la religión de los galos al mundo galaico. El principio del que se parte es muy sencillo, nos lleva a un sistema religioso naturalista “que les inclinaba a tener por templo un bosque, por dios una roca o una fuente de agua viva, y por lámpara la luna a quien invocaban” (MURGUÍA 1865: p. 535, *vid.* también 1865: p. 40, p. 60; 1866: p.

11 85 de las cuales fueron halladas en Alandroal (Évora), en gran parte fuera de contexto al ser utilizadas como material de construcción de la capilla de São Miguel da Mota. Las otras dos divinidades son *Berobreo* (Donón, Cangas do Morrazo) y *Vaellico* (Postoloboso, Ávila).

12 No se ha hallado el santuario, pero todo el material encontrado (cerámica, estatuaria) nos lleva a una cronología entre mediados del s. I-III dC. y a modelos clásicos. Frente a la ausencia de restos de la E. del Hierro (GUERRA *et alii*, 2002; *Id. et alii*, 2008; SCHATNER *et alii*, 200: p. 898 ss). Incluso la mayoría de los dedicantes presentan igualmente onomástica romana (DIAS, COELHO 1995-1997: p. 236).

13 Según la etimología de Pérez Pastor, *Endo* significaba dios en céltico, en tanto el *Vellico* final se relaciona con el fenicio *Baal*, lo que permite una vinculación al Hércules fenicio o Melkarth. Probablemente se basó en una inscripción recogida por Freret en el s. XVIII y posteriormente por el P. Mariana (*Historia Sagrada*, tom. 2º, praef. p. 13; *CIL II*, 282\* con alguna variante). Sobre las diversas interpretaciones, *vid.* RIBEIRO 2005: p. 723.

14 En *IRG IV* 62 y 63 se consideran la misma, ya que en ambos casos han sido transmitidas por Gándara (62) y Morales (63) y se dan como rupestres. En realidad, la 63 (*AF*<sup>2</sup> 10) se conserva en una pequeña ara y la 62, rupestre, no se conoce.

431). Además de la mitología comparada, basta acudir a los autores clásicos, como Tácito o Lucano, para comprobar cómo se venera el *lucus* (MURGUÍA 1865, 539) o simplemente recordar la pervivencia de estas creencias celtas que todavía se dejan ver hoy<sup>15</sup>. Dentro de ese naturalismo debemos interpretar las inscripciones de Júpiter (MURGUÍA 1865: p. 551). Ya Masdeu había vinculado a *Iovi Candiedoni* y *Ladico* con las montañas, pero lo había hecho desde una perspectiva “romana”: al igual que en Roma Júpiter adoptaba como epíteto el Capitolio, aquí tomaría otros que designaban a los montes galaicos. Murguía es consciente de que eso supondría aceptar que seguíamos ante una deidad romana, alejándose del celtismo, así que invierte la interpretación: lo que adoraban los celtas eran las montañas pero encubrían ese culto bajo el nombre de Júpiter<sup>16</sup>.

Este naturalismo religioso le permite reinterpretar la inscripción situada en la roca natural cerca de la Torre de Hércules y “nacionalizar” el monumento, privando a los romanos de uno de los símbolos de su conquista más conocidos. El giro interpretativo de Murguía suponía contradecir la opinión unánime de los eruditos que, al igual que en la actualidad, vinculaban el epígrafe con la construcción de la torre, y consideraban a *C. Sevius Lupus architectus* del faro romano, en tanto él sostendría que la inscripción nada tenía que ver con el faro<sup>17</sup>. Murguía demuestra conocer muy bien todas las interpretaciones desde Florian de Ocampo hasta el propio Hübner, y las rebate una a una, sistemáticamente. Achaca las diferentes interpretaciones sobre el origen del arquitecto al mal estado de la lápida (MURGUÍA 1865: p. 537) pero como podemos ver en la fotografía (Fig.2), toda ella se lee con claridad. Rebate la cronología que la sitúa en época de Trajano (MURGUÍA 1866: p. 418), pues siguiendo la opinión de Rada y Delgado (1860: p. 699) considera la palabra *architectus* bajo imperial como también lo demostraría el análisis paleográfico. El texto, por el contrario, debería desvincularse de la Torre e interpretarse como un ejemplo evidente de la ya conocida adoración de los montes propia de la religión celta. Una vez dissociados ambos elementos, el paso siguiente es reinterpretar el faro como una construcción ajena al mundo romano y aquí ya puede alegar razones diversas. En primer lugar, la tradición, pues la Torre no es denominada “de Marte”, como sería lógico si estuviese vinculada al epígrafe dedicado a esa divinidad, sino “de Hércules” y hay leyendas que lo relacionan con el fenicio o aliado de los fenicios, Breogán. Además, las técnicas constructivas lo acercan ni más ni menos que a Babilonia (MURGUÍA 1865: p. 430; 1866: p. 91 ss). Paradójicamente, los fenicios no son considerados invasores al estilo romano, sino el pueblo que únicamente pretende comerciar a través de vínculos de amistad, sin imposiciones ni violencia (MURGUÍA 1865: p. 15; p. 21). Si no se podía atribuir a un pueblo como el celta una edificación tan compleja, al menos se trataba de no atribuir un mérito más a Roma. Alega además otras razones históricas, pues no hay constancia de expediciones que tuviesen al noroeste como punto de partida, aparte de las de César, A Coruña no está situada estratégicamente en el camino a *Britania*, para lo cual era más razonable acceder desde Francia y, por último, los romanos no fomentaron las comunidades costeras, sino las del interior. La reinterpretación religiosa era, de nuevo, el punto de partida para disminuir la fuerza de la conquista romana.

No era una tarea fácil mostrar la continuidad del celtismo desde sus orígenes hasta su época, como tampoco lo era minimizar los cambios introducidos por Roma, algunos de los cuales (la lengua, la escritura, los restos materiales...) era imposible obviar. Murguía encontró en la epigrafía un buen instrumento para demostrar sus tesis, con documentos transmitidos directamente, que a través de la teonimia y de la onomástica ofrecían evidencias de la persistencia de formas de vida, cultos, ritos y formas de pensar celtas cuya influencia todavía se dejaba ver en costumbres actuales. Manejó muy bien

---

15 Como ejemplo menciona el Pico Sacro, actual denominación de un promontorio cercano a Santiago de Compostela, las fuentes que se siguen llamando Aguas Santas o los baños nocturnos en agua del mar. A esto se añade las lagunas deificadas, como la de A Limia, en Ourense, llamada *Bellion*, que sin duda aludía al *Baal* fenicio, hoy denominada Antela, del dios *Antubel*, una variante de *Endovel* (MURGUÍA 1865: p. 538 ss).

16 Otro sincretismo sería el *Hermes Devorix* que lee como *Hermes Eiduorio* (Outeiro Seco, Chaves, *CIL* II 2473, que sería el dios del comercio “de los celtas gallegos”. ALBERTOS (1956) interpreta el *devorix* como rey de los dioses y señala su paralelismo con la veneración de Mercurio como *deus maximus* por los galos (Caes., *BG* 6.17), acentuando el celtismo.

17 *Marti / Aug(usto) sacr(um) / G(aius) Sevius / Lupus / architectus / Aeminiensis / Lusitanus ex vo(to) CIL* II 2559 = *CIL* II 5639 = *CIRG* I, 2.

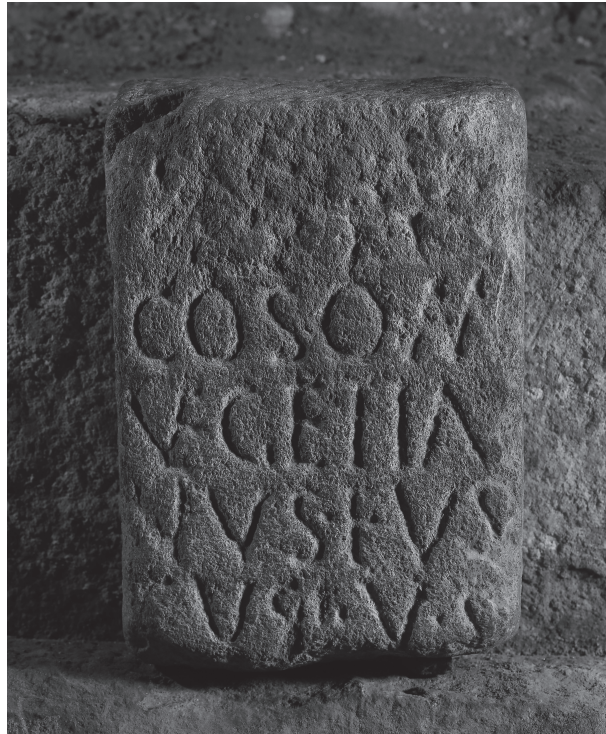
los documentos disponibles para aumentar el peso de lo indígena con reinterpretaciones de lo que era típicamente romano. Un trabajo que le permitió concluir que las “lápidas romanas fueron, durante el período latino, de lo poco que (los celtas) salvaron de sus libertades y los que las gravaban ignoraban que estaban perpetuando la nacionalidad que los romanos creían haber aniquilado”. La religión, en definitiva, era una muestra del patriotismo gallego (MURGUÍA 1865: p. 568; 1866: p. 420).

## BIBLIOGRAFIA

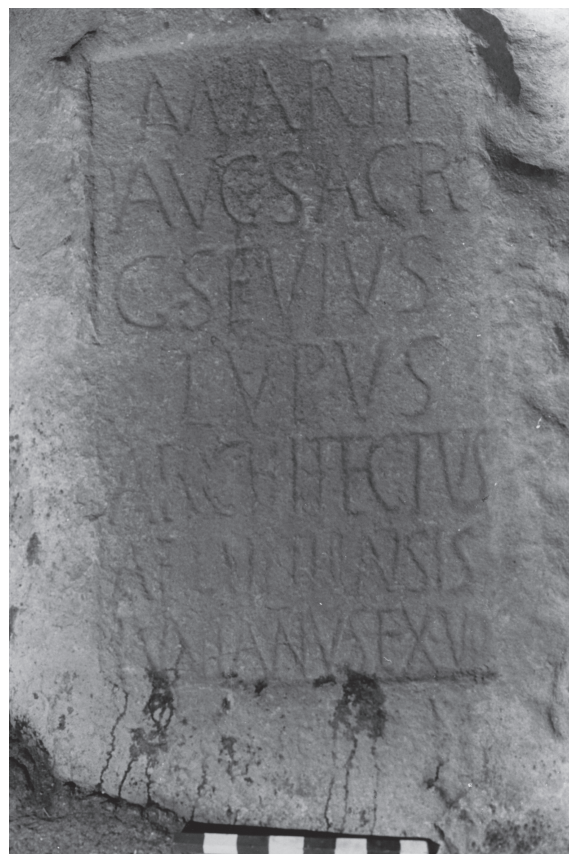
- ALBERTOS FIRMAT, M<sup>a</sup> Lourdes (1956), ¿Mercurio, divinidad principal de los celtas peninsulares?, *Emerita*, 24, Madrid, pp. 294-297.
- BARREIRO BARREIRO, Xosé Luis (2008), Hacia la configuración de una conciencia propia: de los problemas de Galicia a Galicia como problema, in AGÍS VILLAVERDE, Marcelino, BALIÑAS FERNÁNDEZ, Carlos (Coords.), *Galicia y Japón: del sol naciente al sol poniente*, A Coruña, Universidade da Coruña, Servizo de Publicacións, pp. 87-114.
- BARREIRO FERNÁNDEZ, Xosé Ramón (1986), A Recreación do mito celta, *A Nosa Terra*, 7, A Coruña, pp. 27-29.
- (1993), A historia da historia: Aproximación a una historiografía galega: de Murguía a Risco, in GONZÁLEZ BERAMENDI, Xusto (ed.), *Galicia e a Historiografía*, *Semata* 5, Santiago de Compostela, pp. 183-209.
- DIAS, M. A., COELHO, L. (1995-1997), Endovélico: caracterização social da romanidade dos cultuantes e do seu santuário, *O Arqueólogo Português*, sér. IV, 13/15, Lisboa, pp. 233-265.
- DIEGO SANTOS, Francisco (1986), *Inscripciones romanas de la provincia de León*, León, Institución Fray Bernardino de Sahagún = IRPLe.
- DOPICO CAÍNZOS, M<sup>a</sup> Dolores, SANTOS YANGUAS, Juan (2014), La conquista del noroeste en la historiografía gallega del s. XIX: Vicetto y Murguía, *Veleia*, 31, Vitoria, pp. 163-180.
- ENCARNAÇÃO, José d', (1975), *Divindades indígenas sob o domínio romano em Portugal : subsídios para o seu estudo*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- GONZÁLEZ BERAMENDI, Xusto (1995), A visión de Galicia na historiografía galeguista (1840-1940), in VÁZQUEZ CUESTA, Pilar, *Revista Colóquio/Letras*, 137-138, Oporto, pp. 201-204.
- GUERRA, Amílcar (2008), La documentation épigraphique sur Endouellicus et les nouvelles recherches dans son sanctuaire à S. Miguel da Mota, in HAEUSSLER, Ralph, KING, Anthont C. (eds.), *Continuity and Innovation in Religion in the Roman West*, 2, *Journal of Roman Archaeology Supp. Series* 67, Portsmouth, Rhode Island, pp.159-167.
- GUERRA, Amílcar, SCHATTFNER, Thomas, FABIÃO, Carlos (2002), As recentes descobertas em S. Miguel da Mota (Alandroal) nas imediações do santuário de Endovélico, *Conimbriga*, 41, Coimbra, pp. 295-297.
- LE ROUX, Patrick (2013), Inscriptions funéraires et historiographie régionale, *Revista da Faculdade de Letras – Ciências e Técnicas do Património*, Porto, XII, pp. 167-180.
- LORENZO FERNÁNDEZ, Joaquín, d'ORS, Álvaro, BOUZA BREY, Fermín, (1968), *Inscripciones romanas de Galicia. IV Provincia de Orense*, Santiago = IRG.
- MÁIZ, Ramón (1984a), La construcción teórica de Galicia como nación en el pensamiento de Manuel Murguía, *Estudios de Historia Social*, 28-29, Madrid, pp. 133-147.
- (1984b), Raza y mito céltico en los orígenes del nacionalismo gallego: Manuel Murguía, *Revista española de investigaciones sociológicas*, 25, Madrid, pp. 137-180.
- (2001), A fundamentación histórico-política da nación galega na obra de Manuel Murguía, in *Congreso sobre Manuel Murguía*, Santiago, Xunta de Galicia, pp. 41-68.

- MARTÍNEZ MURGUÍA, Manuel (1865-1866), *Historia de Galicia*, vol. 1-2, Lugo, Imprenta de Soto Freire.
- MARTINÓN-TORRES, M. (2000), Murguía e a arqueoloxía galega, *BRAG 361*, A Coruña, pp. 221-244.
- OLIVARES PEDREÑO, Juan Carlos (2002): *Los Dioses de la Hispania Céltica*, Real Academia de la Historia/ Universidad de Alicante, Madrid.
- PALOL, Pedro de, VILELLA, José (1987), *Clunia II: La epigrafía de Clunia*, Madrid, Ministerio de Cultura= ERClu.
- PEREIRA GONZÁLEZ, Fernando (1996), Unha contribución ao estudio da historia da arqueoloxía galega: o emprego da información arqueolóxica en Galicia, *Gallaecia*, 14-15, Santiago de Compostela, pp. 7-29.
- (2003), Primeiras referencias aos celtas na historiografía galega, *Gallaecia*, 22, Santiago de Compostela, pp. 441-469.
  - (2004), O celtismo na historiografía galega do século XVIII, *Gallaecia*, 23, Santiago de Compostela, pp. 221-249.
  - (2007), A cuestión das orixes na historia de Galiza, *Gallaecia*, 26, Santiago de Compostela, pp. 285-312.
- PEREIRA MENAUT, Gerardo (1991), *Corpus de inscripciones romanas de Galicia. I. Provincia de A Coruña*, Santiago, Xunta de Galicia = CIRG.
- RABANAL ALONSO, Manuel Abilio, GARCÍA MARTÍNEZ, Sonia M<sup>a</sup> (2001), *Epigrafía romana de la provincia de León: revisión y actualización*, León, Uni. León = ERPLe.
- RADA Y DELGADO, Juan de Dios de la, (1860), *Viaje de SS. MM. y AA. por Castilla, Asturias y Galicia, verificado en el verano de 1858*, Madrid, <https://play.google.com/books/reader?id=ENROAAAAAJ&hl=es&pg=GBS.PA700> .
- RIBEIRO, José Cardim (2002), Endovellicus, in *Religiões da Lusitania. Loquuntur saxa*, Lisboa, pp. 79-90.
- (2005), O deus sanctus Endovellicus durante a romanidade ¿uma interpretatio local de Faunus/ Silvanus?, *Acta Palaeohispanica IX, Palaeohispanica*, 5, Zaragoza, pp. 721-766.
- RISCO, Vicente (1933), Manuel Murguía, *Arquivos do Seminario de Estudos Galegos VI*, A Coruña, pp. IX-XLVI.
- RODRÍGUEZ COLMENERO, Antonio (1997), *Aquae Flaviae: I. Fontes epigráficas da Gallaecia meridional interior*, Chaves, Câmara Municipal de Chaves.
- SANTOS YANGUAS, Juan (1985), *Comunidades indígenas y administración romana en el NO Hispánico*, Vitoria, Servicio Editorial, Universidad del País Vasco.
- SCHATTNER, Thomas, GUERRA, Amílcar, FABIAO, Carlos (2005), La investigación del santuario de Endovelico en São Miguel da Motta (Portugal), *Acta Palaeohispanica IX, Palaeohispanica* 5, Zaragoza, pp. 893-908
- VASCONCELLOS, José Leite de (1897-1913), *Religiões da Lusitânia*. 3 vol., Lisboa, Imprensa Nacional.
- VELASCO SOUTO, Carlos (1998), Murguía historiador, *Nosa Terra. A nosa cultura*, 19, A Coruña, pp. 18-23.
- VILLARES PAZ, Ramón (2000a), A formación de Murguía como historiador, *Grial* 147, Santiago de Compostela, pp. 385-398.
- (2000b), A Obra de Murguía como historiador, in ALFEIRÁN RODRÍGUEZ, Xosé (Coord.), *Murguía e o Arquivo do Reino de Galicia*, Santiago de Compostela, Xunta de Galicia, Dirección Xeral de Patrimonio Cultural, pp. 62-108.





**Fig. 1:** Inscripción dedicada a Cosus (Brandomil, A Coruña, *IG I 39*). ©Museo Catedral de Santiago. Foto, José M. Salgado. Fundación Luis Montegudo



**Fig. 2:** Dedicación a Marte Augusto (A Coruña, *CIRG I, 2*).



# A CONSTRUÇÃO E AS ARTES AO TEMPO DE D. SESNANDO.

## PARTE 2: COIMBRA E MONTEMOR NO SÉCULO XI

**Manuel Luís Real**

CITCEM – UP / IEM – UNL  
manuelluisreal@gmail.com

**Paulo Almeida Fernandes**

CEAACP – UC / IEM – UNL  
pauloalmeidafernandes@gmail.com

### ABSTRACT

D. Sesnando's rule over a vast territory, between the rivers Mondego and Douro (1064-1091), entailed a rupture with the previous framework of territorial management, in which a considerable part of this land was nominally bound to Muslim authorities. After the definitive conquest of Coimbra, there was a period of intense change in the landscape and of enhancement of humanized geography, in which the *alvazil* Sesnando moved more intensely.

This article seeks to address the reality of construction and the arts during D. Sesnando's time. Based on documental sources that mention various types of heritage, the first part of the paper offered an analysis of the territory. It also included an introduction to the city of Coimbra, between the Muslim invasion of 711 and the eve of the 1064 conquest. In addition we present an overview of the performance of the *dux* Sesnando.

**Keywords:** Medieval town; High Middle Ages; Mozarab; Coimbra; Montemor-o-Velho.

### RESUMO

O governo de D. Sesnando sobre um vasto território, entre os rios Mondego e Douro (1064-1091), significou uma ruptura em relação ao quadro de gestão territorial anterior, em que parte considerável desta imensa área esteve nominalmente vinculada a autoridades muçulmanas. Após a conquista definitiva de Coimbra, registou-se um período de intensa alteração da paisagem e de reforço da geografia humanizada na qual o *alvazil* Sesnando mais intensamente se moveu.

O presente artigo procura abordar a realidade construtiva e artística ao tempo deste governante. Com base na documentação que menciona várias tipologias patrimoniais, a primeira parte do artigo foi dedicada à análise do território e incluiu uma introdução à cidade de Coimbra, entre a invasão muçulmana de 711 e as vésperas da conquista de 1064. Segue-se uma panorâmica da obra do *dux* Sesnando.

**Palavras Chave:** Cidade medieval; Alta Idade Média; Moçárabe; Coimbra; Montemor-o-Velho.

É provável que após a reconquista de Fernando Magno se tenha promovido uma série de novas construções. Porém, existe um grande silêncio a esse respeito. A única igreja da cidade que, com base documental, pode ser atribuída a D. Sesnando situar-se-ia “*in illo loco quem vocitant Mirleos*”, mas tem sido controversa a sua exacta localização. No testamento do alvazil, lavrado a 15 de Março de 1087, este deixou diversos bens “*ad illam ecclesiam novam quam edificavi in Colimbria*” (LP 19). Entre os objectos móveis doados à sua nova fundação, contam-se duas terças partes dos vasos em prata e todos os de ouro para, com eles, se fazerem frontais, cruces, cálices, vestes eclesiásticas e o mais necessário ao “ornamento” da referida igreja. A partir dos ditos vasos de ouro deveria também fazer-se uma cruz menor, para nela se colocar a relíquia do Santo Lenho, então à guarda do prior da Sé. Certa passagem do documento ensinanos que tal igreja estava ainda a ser construída e, se bem que de modo vago, até alude à sua futura conclusão. De facto, D. Sesnando deixou ainda vacas e cavalos de sua casa, expressamente, para que “*consument illam ecclesiam, edificando... usque sit de meo consumata*”<sup>1</sup>.

O problema da localização deste templo reside no facto de existir uma segunda versão do testamento que, embora confirmando situar-se no lugar “*quem vocitant Mirleus*”, acrescenta que tal templo era “*vocitatum ad Sanctum Michaellem archangelum*”. Outro dado que chama a atenção é o desejo manifestado por D. Sesnando para que o templo fosse servido por monges e que o seu abade viesse a ser escolhido criteriosamente e logo confirmado, para, em conjunto, celebrarem por sua alma: “*inquirant abbatem bonum com suis fratribus, et mittant ei ho in suo iudicio, et omnia hec sursum sonant, ad illa ecclesiam, pro remedio anime mea*” (LP 78). Tem alguma lógica a dedicação do templo ao arcanjo S. Miguel, já que este era frequentemente invocado na hora da morte, por se considerar que a ele competia separar os puros dos amaldiçoados, para que fossem conduzidas ao Céu as almas daqueles que, em vida, se apresentaram como bons cristãos. E tal obra piedosa, no dizer do fundador da igreja dos Mirleus, destinava-se precisamente “*pro remedio anime mea*”. Daí não ser estranha a invocação do arcanjo, apesar desta não aparecer na versão datada do testamento. Há quem opine que se trataria da igreja da alcáçova, onde, a partir de certa altura, D. Sesnando terá passado a residir<sup>2</sup>. A invocação de S. Miguel não seria deslocada, neste contexto, dadas as características guerreiras do arcanjo. E recentemente, a partir de uma planta antiga do edifício dos Estudos Gerais, A. Filipe Pimentel até chega a reconstituir a planta da presumível capela palatina (PIMENTEL 2005: pp. 230-246 e 260-265). Do ponto de vista meramente planimétrico, pode considerar-se que tal reconstituição não oferece razões para excluir uma hipotética correspondência à época de D. Sesnando. Podem ser encontrados modelos parecidos anteriores ao século XII, por exemplo, em Santa Maria da Corticela (Santiago de Compostela) ou na cripta de San Salvador de Leire (Navarra). Esta tese encerra, todavia, algumas dificuldades, reconhecidas aliás pelo próprio autor: 1) apesar de poder existir uma capela anterior no tempo, o primeiro documento que se refere a um oratório dedicado a S. Miguel é de 1326, ou seja, já depois das reformas de D. Dinis para a instalação da Universidade; 2) não é perceptível qual seria o respectivo acesso, embora pudesse ser lateral; 3) a orientação do presumível templo seria inversa relativamente à regra canónica. A estas observações acrescentamos ainda mais dois motivos que nos levam a duvidar de tal hipótese: 4) no meio de tantas alusões a igrejas alto-medievais de Coimbra, não existe qualquer referência a um templo cujo patrono fosse S. Miguel, à excepção da referida versão do testamento de D. Sesnando; 5) parece pouco provável, senão inadmissível, que, no interior do reduto militar e zona palatina, o alvazil quisesse fundar um mosteiro, tal como é mencionado na versão acima descrita<sup>3</sup>. No seu estudo sobre o cenário urbano de Coimbra, Jorge de Alarcão discorda dos argumentos de António F. Pimentel e atribui, mesmo, pouca importância à versão não datada do testamento, por poder ser uma minuta e, como tal, ter sofrido alterações de conteúdo.

1 A outra versão do testamento parece ser mais fiel e correcta nesta parte: “*usque sit inde consumata*” (LP 78)

2 Existe um arco de aparência bastante arcaica na zona palatina, mas não foi possível relacioná-lo claramente com uma presumível obra sesnandina (PIMENTEL 2005: pp. 245-246).

3 Este será um decisivo contra-argumento, a par da orientação anticónica da cabeceira.

Todas estas dificuldades e o facto de a alusão ao sítio dos Mirleus – de acordo com a documentação disponível – poder abranger a área urbana situada entre a igreja de S. Salvador e o antigo Colégio de S. Paulo, vários autores têm opinado que a fundação sesnandina, afinal, pudesse corresponder à igreja de S. João de Almedina (SIMÕES 1870: p. 27; DAVID 1943: pp. 19-21; REAL 1974: pp. 46-61; ALARCÃO 2008: pp. 104-110). Para tal, é necessário admitir uma posterior desistência da invocação de S. Miguel constante da versão não datada ou, simplesmente, considerar como irrelevante o testemunho desta última, como sugere Jorge de Alarcão. Numa tentativa de não deixar a descoberto todas as alternativas que se afigurem possíveis, deixamos ainda outras hipóteses. Em primeiro lugar, sugerindo que o projecto do mosteiro de S. Miguel tenha sido pensado para o local onde se veio a instalar posteriormente a colegiada de S. Pedro, mesmo defronte do hospital/albergaria dos Mirleus. Em segundo, admitindo a possibilidade do mosteiro sesnandino se integrar no próprio complexo episcopal de S. João, mas com identidade própria. Em terceiro, considerando-o como antecessor do mosteiro de S. Jorge, na margem esquerda do Mondego e junto à mata dos Mirleus, cuja igreja pode ter evoluído de orago no momento da vitória da corrente romano-cluniacense.

Na primeira hipótese, teríamos de admitir que a construção foi travada após a morte do alvazil (1091) e a substituição do prior D. Martinho Simões pelo bispo D. Crescónio, na sequência da vitória da corrente gregoriana. A ser assim, a obra entretanto interrompida poderia ter dado lugar a um diferente instituto religioso, de inspiração cluniacense, que esteve na base da referida colegiada. A escultura figurativa da igreja de S. Pedro, da qual subsistem copiosos elementos no Museu Nacional de Machado de Castro, demonstra bem o peso dessa tendência cluniacense.

Deve assinalar-se, porém, que a corrente ornamental de inspiração beneditina, com “assinatura” estilística cluniacense – do tipo S. Pedro de Rates ou Santa Justa de Coimbra – esteve também presente na reforma românica de S. João de Almedina, posterior a 1130, como o deixam entrever algumas das peças que se conservam com informação de tal proveniência. O edifício hoje ocupado pelo Museu é aquele que, por sua vez, também mais elementos arqueológicos e artísticos nos legou da época do cônsul Sesnando. Ele pode ser herdeiro de um avoengo paleocristão, pois veio a implantar-se sobre as ruínas do antigo fórum romano, onde provavelmente o culto pagão terá sido substituído após a vitória do cristianismo. E o testemunho de Vergílio Correia de que, em escavações no museu, encontrou esculturas de estilo dito “visigodo”<sup>4</sup>, leva-nos a pensar que, já no início da alta Idade Média, aí surgiu um templo construído provavelmente de raiz, mas que pode ser o resultado da remodelação de algo anterior. Hoje em dia, desconhecem-se quais serão as verdadeiras peças “visigodas” de S. João, tal como acontece para muitas outras que deram entrada no museu. Mesmo desconhecendo-as em concreto, é provável que fossem produção dos finais do séc. VIII ou princípios do IX, tal como acontece com a maioria da escultura alto-medieval da diocese de Coimbra. As referências documentais à igreja de S. João só começam a partir de 1083 (LP 456), altura em que o culto cristão estava de regresso à Alta da cidade e que, para habitação dos bispos, lhes foi oferecido ou devolvido um dos mais prestigiados lugares da urbe – a plataforma do antigo *forum* – concorrendo, neste aspecto, com a Alcáçova condal. O próprio bispo D. Paterno terá sido inumado já em S. João de Almedina. Quanto ao primitivo paço dos bispos, situava-se na ala norte da praça, onde inclusive apareceu uma porta (cfr. ALARCÃO 2008: figs 45 e 52; ALARCÃO *et alii*, 2009: pp. 14 e 26). Relativamente ao templo, ele ficava na parte oriental e com acesso directo para a plataforma superior do criptopórtico, cuja esplanada, à época, poderia servir ainda de praça pública, dado que existiam casas particulares na ala sul<sup>5</sup>. No ângulo nordeste, entre a igreja de S. João e o paço, havia um claustro de feição proto-românica (fig. 1). A sua descoberta deu-se por volta de 1895-96, quando se procedia a uma remodelação nas dependências setentrionais do então palácio episcopal.

4 Em nosso entender, ligeiramente mais tardias, como se procurou demonstrar na Parte 1 deste estudo.

5 O próprio criptopórtico continuou em uso na Idade Média (ALARCÃO *et alii*, 2009: p. 70).

Em 1936, já com o edifício a funcionar como museu, a DGEMN promoveu obras de beneficiação na mesma zona e foram descobertos novos elementos da respectiva colunata, que acabou por ser reconstituída junto ao seu lugar primitivo (REAL 1974: pp. 104-106, n. 16).

A existência deste claustro, tão arcaico, remete-nos novamente para o problema da localização da “igreja nova” de D. Sesnando e o desejo por ele formulado, de criar uma casa monástica, onde se rezasse por sufrágio da sua alma. Nada impede que, na vizinhança do paço e da igreja de S. João, tivesse havido um pequeno mosteiro<sup>6</sup>, dotado de um oratório sob a invocação de S. Miguel – acaso virado à ala norte do claustro – e onde o alvazil até pudesse ter sido inicialmente enterrado, antes de uma eventual trasladação para a Sé, na sequência das transformações sofridas pelo palácio episcopal<sup>7</sup>. Mesmo junto à porta setentrional do museu, por volta de 1973, foi descoberto um capitel da época do claustro, se bem que de calcário amarelo e grão grosseiro (fig. 2). Dada a sua diferença de qualidade face aos demais, poderá estar relacionado com outra construção. Pelo teor do testamento de D. Sesnando não podemos concluir necessariamente que o templo por si fundado fosse de grande envergadura, apesar da riqueza das peças litúrgicas a ele destinadas. A esse respeito, merece recordar que o abade-bispo S. Rosendo teve igualmente o seu pequeno oratório, dedicado a S. Miguel, dentro do complexo monástico de Celanova, que dispunha de vários templos. Todavia, também não é de descartar a possibilidade de tal capitel ter pertencido antes à igreja coeva de São Salvador, dado que apareceu na rua do mesmo nome, se bem que encostado à porta do Museu.

Sucessivas campanhas arqueológicas no Museu Nacional de Machado de Castro, entre 1992 e 2007, deram a conhecer os antecedentes e a traça do *forum* da época cláudia, permitindo também uma melhor reconstituição do criptopórtico em que ele assentava. Além disso, forneceram dados inéditos sobre a ocupação da zona durante a alta-Idade Média, importantes em si, mas insuficientes para se ter uma ideia clara sobre a evolução arquitectónica neste período. Junto à fachada poente do *forum* foi identificado, por exemplo, um terraplano que “nivelava esta faixa ocidental do edifício romano pela cota em que se desenvolvia a restante praça pública” (SILVA 2014: p. 92). Este enchimento foi datado do século XI e forneceu um “considerável lote cerâmico” proveniente de contextos presumidamente pré-condais, o qual foi arrastado para o entulho desta terraplanagem, decerto coeva da obra do paço episcopal no tempo de D. Sesnando. No quadrante nordeste do *forum*, por sua vez, apareceram sepulturas escavadas na rocha junto à área onde, na mesma época, terá sido construído o claustro (CARVALHO *et alii* 2010: p. 83). Temos dúvida sobre qual a cota a que estaria o piso da clausura. Desde 1936, até quase aos nossos dias, esteve à vista um empedrado que era tido como pertencente ao claustro. No entanto, encontra-se a um nível aparentemente abaixo da primeira fiada do muro ocidental da igreja pré-românica, entretanto descoberto na antiga sala de entrada do Museu, dentro do perímetro do templo do século XII. De acordo com o resultado das escavações, não se pode ainda confirmar, ao certo, se este muro fazia parte do templo existente entre os séculos VIII e X, ou se pertenceu à igreja sesnandina, já que o nível em que assenta foi muito perturbado por enterramentos posteriores. Os parques materiais exumados apenas permitiram concluir que o edifício se construiu em data posterior ao séc. VI, sendo obviamente anterior ao século XII<sup>8</sup>.

6 Também o mosteiro de Santa Cruz teve anexa uma pequena casa conventual: o mosteiro de S. João das Donas. E em Santiago de Compostela, o complexo episcopal integrava desde o século IX, no seu âmbito, o mosteiro de Antealtares. E cerca de 1117, aquele já dispunha de dois claustros (LÓPEZ ALSINA 1988: pp. 141 e 250; YARZA e BOTO 2003: p. 14).

7 O pouco que se sabe sobre a sepultura de Sesnando pode encontrar-se em RIBEIRO, 1860: T. 1, p.199. O sarcófago do século XV, onde repousam os seus restos mortais, juntamente com os de um pretense sobrinho, transitou posteriormente da fachada norte da Sé para a capela de Santa Catarina, no claustro.

8 Agradecemos a Ricardo Costeira e Silva, que amavelmente nos facultou o texto que, entretanto, veio a publicar juntamente com Adolfo F. Fernández e Pedro C. Carvalho, sobre “La cerámica de importación de los contextos de época claudia del forum de Aeminium”. *SPAL – Revista de Prehistoria y Arqueología*, nº 27.1 (2018), pp. 119-143.

No Museu guarda-se uma peça que não tem sido suficientemente valorizada, mas que pode ser a chave para penetrarmos na escultura vegetalista dos obscuros séculos X e XI coimbrãos<sup>9</sup>. Trata-se de um elemento de friso com pontas de diamante, à moda do portal norte de S. Pedro de Rates, mas que na face oposta apresenta vestígios de uma fase anterior (fig. 3). É um friso vegetalista, dotado de ramagem peculiar e completamente distinta da utilizada pelos escultores de Coimbra durante o período da primeira ocupação islâmica, em que a influência árabe está ainda ausente da gramática ornamental. Ao invés, este friso apresenta um recorte gráfico tipicamente islâmico. Uma terceira face da pedra mostra ainda a ranhura de preparação para a assemblagem com outro silhar, fazendo crer que o friso esteve pensado para servir de apoio de cancela. A existência de uma marca preparatória de corte na pedra, que foi interrompida (cfr. a parte superior da imagem central), leva a crer que a peça se destinaria mesmo a um suporte vertical de cancela e não chegou a ser terminada. A menos que estejamos perante uma desconhecida produção palatina de origem muçulmana, subsequente à conquista de Almançor, a referida peça tem características que não contradizem a possibilidade ser contemporânea do alvazil Sesnando.

Quanto às arcadas do claustro, elas parecem integrar-se na obra levada a efeito no tempo do bispo Paterno, eventualmente ainda com o patrocínio do próprio D. Sesnando (REAL 1974: pp. 49-51). É admissível que não correspondam ao momento inicial da renovação deste conjunto arquitectónico, pois trata-se de um anexo que, regra geral, era deixado para uma fase subsequente à edificação ao templo. Mas tais elementos têm todas as características para se poderem inserir num momento anterior a 1100 ou próximo desta data. Tem existido uma certa relutância em o considerar tão arcaico<sup>10</sup>, pelo deficiente conhecimento que existe sobre as origens alto-medievais do clássico quadripórtico claustral – normalmente apresentado como uma inovação menos precoce – e pela ideia preconcebida de que todo o românico português é bastante tardio. A planta do mosteiro de Sant Gall, mesmo que interpretada apenas como um modelo ideal de abadia, demonstra que o conceito já estava formulado cerca de 830 d. C. Na verdade, ele é uma consequência da expansão da regra beneditina, relançada pela aliança entre o Império e o Papado. Mesmo que a sua progressão possa ter sido relativamente lenta no início, quanto à afinação do plano arquitectónico, a verdade é que o modelo já se encontrava perfeitamente instituído na primeira metade do século XI, como o comprovam testemunhos hispânicos preservados, mais ou menos extensamente, nos mosteiros de San Cugat del Vallés, San Pere de Rodes, San Sebastiá dels Gorgs, San Pere dela Portella, etc. Também possuíam claustros as catedrais pré-românicas de Barcelona e de Vic. Na época, algumas destas quadras até já exibiam escultura figurativa, como a do mosteiro francês de Saint Florent de Saumur, onde um documento anterior a 1011 fala da “*fabrica claustralis*”, decorada com pedras esculpidas e magníficas pinturas. Pouco tempo depois, durante o abaciado de Frederico de Tours (1022-1055), houve descatos no interior desse mosteiro e um dos intervenientes atacou as esculturas do claustro com um martelo, destruindo cabeças e membros das imagens. Também no célebre mosteiro de Santo Domingo de Silos parece ter havido um claustro anterior, onde o santo foi sepultado c. 1073, “*intra clastrum fratrum, ante portas ecclesie*”. Não se sabe como era a sua estrutura

---

9 REAL 1974: figs. 32 e 36. Na altura, atribuiu-se esta peça a S. João de Almedina. É provável que coincida com o elemento descrito no inventário antigo, com o n.º 2976: “Pedra apresentando num dos cantos um fragmento de decoração romana (facha [sic] estilizada). Esta mesma pedra foi depois talhada para servir num edifício românico (fragmento de friso). Finalmente foi adoptada a ombreira de porta numa construção moderna. Dimensões: [em branco]. Proveniente das demolições de S. João de Almedina em Abril de 1916.” [Livro n.º 2. *Inventário das Espécies pertencentes ao estado e existentes no Museu Machado de Castro de Coimbra*, Anos de 1915-1916, p. 34, n.º 2976]. É óbvio que alguns aspectos da descrição são confusos. No entanto, são raras as peças com três tratamentos tão distintos. Além disso, o friso com decoração românica é estilisticamente compatível com S. João de Almedina, onde existem mais pedras ornamentais afins às de S. Pedro de Rates. E a superfície da peça, com restos de pintura esbranquiçada, também se assemelha a outra pedra emoldurada, com legenda “S. João”. Agradecemos ao conservador do MNMC, Dr. Pedro Ferrão, todo o apoio prestado na confirmação de certos elementos relativos a algumas peças do Museu, das quais esta se destaca.

10 C. A. Ferreira de Almeida nas suas *Primeiras impressões sobre a arquitectura românica portuguesa* (Porto, 1972), ainda influenciado pela proposta de A. Nogueira Gonçalves, chega a defender uma data posterior a 1131, para “os restos de Almedina e de Santa Cruz de Coimbra”. Posteriormente, matiza a sua posição, considerando que “há neste conjunto elementos de sabor mais arcaico” e que “algumas das suas bases e capitéis devem datar do século XI” (ALMEIDA 1986: p. 147).

e respectiva decoração, mas esta clausura era bastante antiga, pois veio a ser substituída por uma outra, com dois pisos, cuja construção decorreu durante pouco mais de um século. No entanto, a primeira fase do novo claustro, já com portentosas esculturas animalistas, remonta logo aos finais do século XI (YARZA e BOTO 2003: pp. 48-49). É preciso também não esquecer que o magnífico claustro de Moissac já estava acabado em 1100, altura em que se iniciou o, não menos reluzente, claustro de La Daurade. Mais próximo geograficamente, em Santiago de Compostela, sabe-se que Diego Gelmírez, enquanto se refugiava durante a insurreição de 1117, teve de atravessar dois claustros no trajecto do mosteiro de San Pelayo para a catedral. Finalmente, em território português, já em 1110 se fala do claustro da Sé de Braga, onde os maiorinos de D. Teresa atacaram as dependências do bispo e causaram estragos na catedral em construção.

Demonstrada a plena viabilidade de um claustro em Coimbra nos finais do século XI, há que considerar que, face às evidências recolhidas, não é possível garantir com segurança que o quadrilátero de São João de Almedina estivesse concluído no tempo de D. Sesnando. Mas é provável que o tivesse sido, senão já na altura, pelo menos em data um pouco posterior, pois subsistem mais peças do mesmo estilo que não foram aplicadas na actual reconstituição.

Daquilo que nos resta, pela pequenez das arcadas e pelo arcaísmo formal do conjunto, tudo aponta para uma cronologia bastante precoce. A primeira impressão que se colhe é a de uma extrema simplicidade e certa pobreza de meios. Já Vergílio Correia tinha assinalado o perfil arcaico das respectivas bases de coluna, cuja variada tipologia tem características pré-românicas, inclusive de influência islâmica (REAL 1974: pp. 50-51). As impostas, por sua vez, são simplicíssimas: lisas, angulosas e obliquadas, à semelhança de suas congêneres na arquitectura muçulmana, merecendo realçar-se o grande paralelismo com as do Bañuelo de Albaicín, em Granada (fig. 7.3). Estas são precisamente do século XI e suportam arcaturas peraltadas, tanto de volta perfeita, como em ferradura. Dado que a actual arcada de S. João de Almedina é uma reconstituição feita a partir de elementos originais que apareceram no local, mas derribados, permanece a dúvida se os arcos teriam até originalmente a forma peraltada, como era tão vulgar na época. Quanto aos capitéis, todos eles vegetalistas e muito estilizados, têm um avoengo em exemplares classificados frequentemente como visigodos, embora susceptíveis de corresponder a um leque cronológico mais alargado (Vera Cruz de Marmelar, S. João de Azinhais; museus arqueológicos de Madrid, Córdova, Empordá, Girona, Barcelona, etc.). No catálogo dos capitéis romanos de Mérida vamos encontrar peças que podem considerar-se entre os protótipos longínquos da estrutura ornamental de base, evidenciada pelos capitéis do claustro (BARRERA e ANTON 1984: n.ºs 94-100). Também na Mérida visigoda e moçárabe se podem identificar exemplares do mesmo tipo, alguns até mais próximos, no desenho, das peças do claustro coimbrão (CRUZ VILLALÓN 1985: figs. 66-78). Um antecedente quase imediato e bem ajustado ao estilo S. João de Almedina, podemos encontrar num dos capitéis hoje musealizados no átrio da igreja de San Zoilo, de Carrión de los Condes (cfr. YARZA e BOTO 2003: p. 116). Será o único capitel exposto que parece remontar ao tempo do conde de Carrion, D. Gómez Dias, patrono do mosteiro desde cerca 1047, graças a doação do rei Fernando Magno. Dez anos mais tarde, e já viúva de D. Gómez, aí ingressou como religiosa a condessa D. Teresa. Em 1076, alinhada com a política reformadora de Afonso VI, doou Carrion ao mosteiro de S. Pedro de Cluny. E logo a seguir, na década de oitenta, começou a construir-se uma nova igreja, cuja arquitectura e ornamentação são bem mais evoluídas, já na linha das inovações que ocorriam no Caminho jacobeu, a partir de Jaca, Fromista, León, etc. (GARCÍA GARCÍA 2014: pp. 13-21). Daí que se deva considerar anterior a 1076 o capitel acima referido, que, tal como alguns dos exemplares do claustro coimbrão, apresenta um par de grandes folhas em cada face, no meio das quais emergem poderosas volutas.

Não temos dúvida, por conseguinte, em situar a obra do claustro de S. João de Almedina durante o longo reinado de Afonso VI e, quase seguramente, antes da viragem do século. Pode mesmo ter sido iniciado ainda em vida de D. Paterno, pois não revela ainda quaisquer influências do discurso ornamental

resultante da reforma gregoriana. Os documentos de 1129 e 1131, que referem obras em S. João de Almedina, devem já estar relacionados com o arranque da construção do novo templo românico, do qual estão à vista os plintos de dois pilares. É o período da transferência da capitalidade para Coimbra, da fundação do grande mosteiro de Santa Cruz e do arranque da reforma iconográfica beneditina, que deixou marcas na cidade de Coimbra, em Santa Justa, S. Pedro, S. Jorge e, também, em S. João<sup>11</sup>. Muito em breve, começar-se-á mesmo a pensar na renovação da catedral edificada no primeiro quartel do século, ou seja, talvez a menos de duas décadas. Tão vigoroso momento é incompatível com o simplismo do claustro que estamos a analisar. Além do mais, logo na década de setenta, apesar da igreja românica de S. João ainda estar a ser construída, já o bispo D. Miguel Salomão investia uma considerável quantia de dinheiro, para reformar os anexos ou “casas” do paço: “*In Sancto Johanne misit CCCC. tos morabitanos, in constructione domorum*” (LP 3). Não sabemos se este foi o princípio do fim, do claustro do século XI, ou se tal ocorreu apenas na baixa Idade Média. Foi pena que a última remodelação do museu não tenha possibilitado uma análise arqueológica intensiva na área do antigo claustro<sup>12</sup>, pois poderiam ter ficado definitivamente esclarecidas as questões aqui levantadas. Resta-nos a possibilidade de considerar a hipótese da sua concepção ter partido do próprio bispo D. Paterno, correspondendo a um desejo do cônsul Sesnando. Na sua passagem pela cátedra de Tortosa, onde se sabe que teve dificuldades devido à pressão por parte dos senhores da taifa, Paterno deve ter mantido frequentes relações com bispados a norte do Ebro. O bispo de Tortosa foi, precisamente, um dos cinco prelados que acompanharam o metropolitano Wifredo, na sagração da sé de Barcelona, em 1058 (SIMONET 1983: III, p. 652). Ora, é nessa região que se fundaram algumas das mais antigas quadras claustrais da Península e onde existe, talvez, o maior número de capitéis conhecidos, com estrutura e tipologia aparentadas aos de S. João de Almedina: Selva del Camp, Sant Pere de Casserres, Peralada, etc.<sup>13</sup> Até a própria mesquita de Barbastro (Huesca) forneceu peças que, pela sua simplicidade, manifestam uma tendência semelhante às do claustro de S. João<sup>14</sup>.

Os construtores do complexo edificado de S. João de Almedina, nos finais do século XI, reservaram para outras zonas – presumivelmente para a igreja basilical – uma série de esculturas figurativas, que se contam entre as mais antigas de todo o românico português. Serão desta época, o grosseiro capitel com um primata em atitude obscena (fig. 4) e vários elementos, muito mutilados, que faziam parte de inábeis representações da figura humana<sup>15</sup>. Na recente campanha arqueológica apareceu uma cabeça de homem barbado muito tosca, em calcário branco<sup>16</sup>. Mas desde há bastante tempo eram já conhecidos vários pedaços pertencentes a uma única escultura em alto-relevo, representando um homem com barba espessa e vestes aparentemente ilustres. Além destes, ainda estava identificado um pequeno fragmento com uma porção de cabelo e o sobrolho direito, de outra figura. Fora identificado, e mantido à parte, na década de setenta do século passado, quando no laboratório de Conimbriga se analisaram todos os fragmentos reunidos para se proceder ao restauro do busto principal. Deste último, na exposição permanente do Museu Nacional de Machado de Castro apenas se encontra patente ao público a parte superior restaurada (fig. 5.1). Mas nas reservas existem mais três fragmentos que não colam e correspondem ao remate inferior da escultura,

---

11 Desapareceu quase toda a escultura deste período, mas além de um ou outro fragmento com figuras humanas, a que aludimos à frente, há a registar aduelas decoradas com bilhetes, uma pequena imposta ornada com típicas folhas lanceoladas e um fragmento de pilastra com a inequívoca cabeça de felino, de cujas goelas saem duas fitas com pérolas, que se entrelaçavam, à moda de S. Pedro de Rates e S. Pedro de Coimbra.

12 A breve sondagem que aí se realizou, tanto quanto sabemos, foi “negociada” já com a obra em curso, pois não faria parte do caderno de encargos.

13 É particularmente sugestiva a analogia com a dezena e meia de capitéis da colecção particular do antiquário Enric Serra Planas, reproduzida na revista de design *Architectural Digest*, nº 83, sept. 2013, p. 139. Conservam-se em Ampurdán (Girona), mas não conseguimos apurar a sua exacta proveniência.

14 Esta tendência para o simplismo formal atinge um grupo significativo de capitéis utilizados em certa arquitectura islâmica do séc. XI, em balneários, ribats e, até, mesquitas.

15 Nem todas as esculturas de S. João de Almedina serão tão arcaicas. O baixo-relevo com quatro figuras alinhadas, umas a seguir às outras, pode ter pertencido já à igreja do século XII. O mesmo acontecerá, eventualmente, com uma cabeça mal afeiçoada e gasta pelo tempo, assim como uns fragmentos representando mãos e pés humanos (REAL 1974: II, figs. 24-29).

16 Agradecemos a Ricardo Costeira da Silva o conhecimento prévio desta peça. Faz hoje parte da exposição permanente.

de um vulto humano representado a meio corpo. Trata-se de uma produção de factura muito arcaica e de difícil interpretação. Apesar de barbado, julgamos impossível reportar-se a São João Baptista, pelo tipo de traje que usa. Mais aceitável, mas também pouco verosímil, seria S. João Evangelista, o santo a quem a igreja poderia estar dedicada no século XII (LP 636). Porém, o apóstolo S. João é, regra geral, apresentado imberbe e sem vestes sacerdotais. E mesmo que se procurasse ver aqui o Evangelista barbado, de tradição oriental, não é fácil identifica-lo com o uso da dalmática (REAL 1974: pp. 57-60).

Bem mais prioritárias que a identificação da imagem, são de realçar a sua considerável antiguidade enquanto escultura de representação humana<sup>17</sup> e, muito em particular, a constatação de um conjunto de semelhanças que o alto-relevo de S. João de Almedina evidencia relativamente a outros bustos representados num capitel-pia de Montemor-o-Velho (fig. 6), que parece ser obra do mesmo artista (REAL 1974: p. 61 e fig. 76). Desconhecemos a que edifício pertenceu, templo ou palácio. Mas deve recordar-se que a igreja de Santa Maria da Alcáçova foi fundada ou reformada pelo presbítero Bermudo, na sequência de uma dádiva do cônsul D. Sesnando. Este último estaria a cumprir uma incumbência do rei Afonso VI, para que restaurasse e povoasse o castelo de Montemor, supostamente deixado ao abandono pelos sarracenos. Pouco tempo depois, em 1095, o mesmo sacerdote legou o templo à Sé de Coimbra (LP 49). Isto deu-se quatro anos depois do falecimento do alvazil, pelo que o presente documento e a identificação desta peça figurativa contribuem decisivamente para colocar algumas das esculturas de S. João de Almedina ainda no tempo de D. Sesnando. Há que sublinhar que o alvazil devia também possuir uma casa em Montemor, na qual se encontravam algumas das cortinas ou *acitharis* que pretendia deixar, em testamento, à filha Elvira e à igreja nova dos Milreos. Além disso, no último acto de Sesnando que se conhece documentalmente, anterior à sua morte – a assembleia de Arouca, de Dezembro de 1090 – diz-se expressamente que o governante aí chegou vindo de Coimbra e Montemor (ISAAC 2013: pp. 138 e 142). É provável, por conseguinte, que ele usasse também um paço construído no castelo de Montemor-o-Velho, aliás do qual nos restam elementos de coluna, em mármore, e dois fragmentos de estuque decorado (fig. 7.1 e 8.1). A estreita ligação daquelas duas localidades ao cônsul D. Sesnando torna compreensível a relação artística entre as referidas esculturas de representação humana.

O pseudo-capitel românico de Montemor-o-Velho, talvez por alguma razão especial, foi poupado ao camartelo e terá servido como pia, pois nele foi aberto um receptáculo muito bem cuidado, decerto originalmente. Só mais tarde, talvez porque ficaram esquecidos o significado e a função da peça, é que esta foi posta de lado e sofreu importantes danos. Na origem, ela estaria decorada em três faces, uma das quais se perdeu. As duas partes conservadas mostram, cada qual, um homem de cabelos compridos, representado a meio corpo, tal como o da escultura de S. João de Almedina (fig. 6). Ambos personagens parecem trajar à civil e apresentam uma série de detalhes que se colam inteiramente ao modelo conimbricense: cara e nariz achatados; olhos protuberantes e amendoados; orelhas pequenas e enroladas nos extremos; lábios tensos e rectilíneos; têmporas muito salientes, que avançam para a testa, dando a aparência de sobrolhos carregados; dupla gola que remata em ângulo, abaixo do pescoço; drapeado ingénuo, que conjuga ranhuras e gomos paralelos, com filetes sinuosos; mão grossa e espalmada, em acto de contração. É de notar que a figura central está coroada com um diadema, podendo representar o próprio rei Afonso VI, de León e Castela<sup>18</sup>, ladeado por dois fiéis servidores. Um destes (falta o terceiro personagem)

17 A. Nogueira Gonçalves chegou a publicar esta peça, mas atribuiu-lhe o século XII, o que, como adiante se verá, nos parece impossível (GONÇALVES 1980: pp. 60 e 62).

18 Segundo Carlos de Ayala, foi seu pai, o rei Fernando Magno, “el primer monarca del que parece testimoniarse de manera indudable el uso de la diadema o corona real”. E acrescenta, em nota: “Es evidente que, aunque la corona constituía un importante símbolo de la realeza visigoda, y en este sentido su evidente recuperación por parte de Fernando I resulta muy significativa, sin embargo, la cerimonia de coronación no está probada entre los monarcas hispano-godos (AYALA MARTINEZ 2008: p. 269, n.46). A *Historia Silense* descreve a consagração de Ordonho II, mas alguns autores, com destaque para Peter Lineham, consideram que as notícias da unção dos primeiros reis podem ser fruto de manipulações posteriores, destinadas a prestigiar a monarquia astur-leonesa, entroncando-a no reino visigodo (VIÑAYO GONZALEZ 1999: pp. 59-62). Recentemente, Isidro Bango voltou ao assunto, a propósito da unção régia entre os sécs. VI e IX, sendo de opinião que, malgrado a escassez das fontes, existem dados suficientes para crer na historicidade das coroações no seio das realezas goda e astur. Adianta, inclusive, que não só é possível reconstituir o processo cerimonial, como ainda encontrar imagens com representações do acto de investidura (BANGO TORVISO 2011/12).

pode, acaso, ter sido o próprio Sesnando<sup>19</sup>. Esta hipótese leva-nos a reflectir também um pouco mais sobre o busto aparecido no Museu Nacional de Machado de Castro. A representação do homem barbado, apesar do seu ar “simiesco” – como o descreve um antigo guia do museu – apresenta-se-nos com a força de um retrato (fig. 5.1). O estudo mais cuidadoso das vestes não confirma necessariamente a figuração de um diácono ou presbítero. A presença de uma estola é bastante duvidosa, pois a faixa vertical apresenta-se numa posição demasiado centrada e falta a segunda ponta desse hipotético símbolo litúrgico. Em alternativa, é lícito aceitar tratar-se, aqui também, de um dignitário civil ricamente trajado. Num e noutro caso, poderíamos estar perante um doador ou fundador em vestes cortesãs. Na iconografia medieval, os personagens que sustêm um livro numa das mãos<sup>20</sup> e alçam a outra em atitude de contrição são, por vezes, relacionados com o tema salvífico do trânsito da alma justa para os céus. Por estarmos perante a escultura de um homem barbado, não nos parece ser a representação da alma de um defunto, mas ela pode estar a simbolizar um personagem real, que pede pela sua salvação. Será que estamos perante um patrono ou o mais alto responsável cidadão? Lembremos que Sesnando, numa das versões do seu testamento, proclamava a vontade de criar um mosteiro, para aí rezarem pela sua alma.

A consideração da possibilidade de estarmos diante do retrato de um membro da elite coimbrã, talvez mesmo do próprio *cônsul Sesnando*, encontra um fortíssimo apoio na análise estilística da peça. Começamos por adiantar que, não obstante ser uma escultura românica muito arcaica – diremos proto-românica – fomos concluindo que ela apresentava características pouco conformes à arte cristã do seu tempo. Na verdade, é um alto-relevo que assume o cariz quase de escultura de vulto e as pretensões de um retrato, com um estilo e uma forma de representação muito invulgares na arte europeia dos séculos XI e XII. Em contrapartida, este tipo de abordagem pode ser encontrado em estuques islâmicos, desde a síria omíada ao califado fatímida, que dominou o norte de África. Chegou até nós uma parte da imponente escultura que, no palácio sírio de Qasr al-Hayr al-Gharbi, encimava a zona central do pórtico de entrada (fig. 9.1). Pensa-se que será a efígie do califa Hisham I (723-742), a quem se deve a construção da fortaleza. Esta figura, monumental e hierática, tratada também quase como escultura de vulto, possui um conjunto de detalhes que lembram o personagem de S. João de Almedina. Desde logo, a cabeça esguia e o pescoço adelgado, abaixo do qual se cinge a gola de uma espécie de dalmática ou túnica curta, que em árabe era conhecida por *gubbah* ou *al-jubba*<sup>21</sup>. Chama a atenção o rosto ossudo, de barba aparentemente espessa (visível apenas na face direita, por a parte restante estar danificada), assim como o modo de representar os olhos e a frente, bem à maneira do artificialismo usado pelo artista que trabalhou na região de Coimbra. Mas as semelhanças não se ficam por aqui. A veste apresenta um pregueado em bandas concêntricas, havendo grande parecença, por exemplo, no modo como são tratados os ombros. E túnica curta, que cobre a roupa inferior, é também rematada por uma fita com rica bordadura. O busto coimbrão parece não ter sido tão entroncado como se apresenta na tentativa de reconstituição, em gesso, feita pelo escultor António Duarte (hoje nas reservas do museu). O original era menos volumoso e teria, aparentemente, uma cintura mais adelgada, donde pendia uma fita bordada. Esta última tem sido interpretada como fazendo parte da estola de um diácono, mas, como dissemos, falta a outra ponta para se poder concluir que seja um elemento de veste eclesiástica. Aliás, a sua posição central e o facto de aparecer isolada, pode simplesmente respeitar a um adorno laico. Um baixo-relevo fatímida, anterior a meados do século XI, proveniente de Mahdiyya e actualmente no Museu Nacional do

---

19 Uma alternativa, para a figura central (à esquerda na imagem, pois falta um dos lados), seria a representação de um dos reis do Antigo Testamento. Mas estamos mais inclinados para que se trate de uma representação laica, dadas as afinidades estilísticas com congêneres muçulmanas. Na arte islâmica, é frequente a representação do soberano ladeado de servos. Por outro lado, alguns personagens são apresentados igualmente com os cabelos longos, caídos sobre os ombros, como na pia de Játiva e em certos marfins cordoveses.

20 Isto na suposição, não confirmada, de que o objecto sustentado pela mão esquerda é realmente um livro. Ele está muito mutilado, pelo que é duvidosa tal identificação.

21 Em português, deu *gibão*. Numa das definições que encontramos para *aljuba*, diz-se: “Veste mourisca usada também pelos cristãos, consistente num corpo cingido na cintura, abotoada, com mangas, e falda que costumava chegar até aos joelhos”. As peças mais ricas eram rematadas nas orlas por galões bordados, tal como exibem os fragmentos remanescentes que faziam parte do remate inferior do relevo de S. João de Almedina (cfr. fig. 9.2).

Bardo, na Tunísia, mostra um príncipe acompanhado de flautista (fig. 9.2). Ambos personagens usam a dupla gola que surge na escultura coimbrã, apresentando-se o nobre senhor luxuosamente vestido. Na túnica curta sobressaem as bordaduras que rematam o tecido, muito próximas às da peça do MNMC. E, também como nesta, existe uma ponta vertical que desce do fecho do cinto, um adereço que pode ter sido replicado na escultura de S. João de Almedina. Esta última, além do mais, mostra uma ranhura paralela, ao lado direito de quem observa a ponta vertical do suposto cinto, e que pode corresponder à abertura central da falda do gibão (fig. 5.2). Pertence também à arte fatímida, dos séculos X-XI, uma cabeça em estuque encontrada nas escavações de Sabra al-Mansuriyya, hoje no Museu Nacional de Arte Islâmica, em Raqqada, Tunísia. Ela constitui um interessante elo de ligação entre a escultura figurativa omíada, de tradição laica, e suas presumíveis imitações hispânicas<sup>22</sup>. Este personagem, de que apenas hoje resta a cabeça (fig. 9.3), parece envergar um turbante e tem barba. Apesar de ligeiramente danificado, o rosto mostra o mesmo nariz, quase tubular, e os seus grandes olhos são como que sublinhados por umas arcadas supraciliares proeminentes, tal como se observam nas citadas figurações humanas da região de Coimbra, que datamos da época de D. Sesnando<sup>23</sup>.

Pode considerar-se que estas ingénuas esculturas coimbrãs parecem seguir um modelo figurativo idealizado do soberano, de raiz laica e matriz islâmica, utilizado com fins propagandísticos. Tratava-se de um expediente já conhecido em Bizâncio e que foi replicado no mundo árabe, inclusive através da produção têxtil e da cerâmica (GOMEZ MARTÍNEZ 2015: pp. 10-22). A importância dos tecidos na transmissão dos modelos figurativos, com funções propagandísticas e de legitimação do poder, foi especialmente realçada por Miriam Ali-de-Uzanga, a propósito da túnica de Oña, cuja origem atribui às ligações a Córdova do 3.º conde de Castela, Sancho Garcia (ALI-DE-UZANGA 2012: pp. 1-10). A origem do alto-relevo figurativo, tal como aparece no ocidente peninsular, deverá remontar ao período omíada, onde figuras humanas e do bestiário embelezavam palácios, edifícios termas e outros. Esta arte ter-se-á transmitido através das produções fatímidas e, possivelmente, por observação directa de artistas orientais que migraram para a Ifríquia e a Hispânia. Tal não nos deve causar estranheza, nomeadamente a circunstância desta transmissão se ter passado, em Coimbra, do estuque para o calcário. Deu-se precisamente o mesmo com a escultura moçárabe da região de Lisboa, durante os séculos IX-X, onde se imita, na pedra, a decoração dos tecidos orientais e a própria interpretação plástica dos estuques omíadas (FERNANDES 2005b: pp. 265-280; REAL 2014: figs. 23-30). No que concerne à determinação do que quis representar o artista de S. João de Almedina, é tentador pensar que se trata de um retrato, tais são as semelhanças, na forma e no estilo, face às congéneres esculturas muçulmanas de conteúdo profano. Recorde-se que, entre os personagens de Montemor-o-Velho, um deles aparece coroadado, podendo representar o rei Afonso VI. Saber se em Coimbra estamos, ou não, perante o retrato do próprio Sesnando é uma hipótese assaz desafiante, mas sobre a qual pouco mais se pode adiantar. E a dúvida é, igualmente, legítima.

Regressando aos demais templos da cidade, adiantaremos que, relativamente às duas igrejas que se deslocaram do arrabalde para a medina – ou a esta regressaram? – após a reconquista da cidade por Fernando Magno, não se sabe ao certo em que momento preciso isso se deu. Mas é provável que tal tenha ocorrido já no primeiro quartel do século XII. O primitivo templo, de muito reduzidas dimensões

---

22 Uma prova da migração da arte figurativa do Médio Oriente para a Península Ibérica, pode encontrar-se também no estuque pintado com uma tocadora de *mizmar* ou flauta, do palácio de Dâr as-Sugrà, em Murcia (Museu de Santa Clara). O mesmo tema já aparecia, por exemplo, na figura feminina pintada num vaso de cerâmica de Sabra (Museu das Artes Islâmicas, Kairouan). A propósito, sublinhe-se, que o ambiente de corte na Coimbra sesnandina devia procurar imitar, de certo modo, o dos palácios fatímidas e abássidas. Segundo o *Livro das Calendas*, o próprio bispo D. Paterno deixou à Sé a sua flauta de prata ("*fistulam argenteam*").

23 Agradecemos a Patrice Cressier a cedência da imagem e a seguinte nota, que fornece dados mais precisos sobre esta peça: "il s'agit bien de stuc et non de terracotta (terme qui en italien comme en français désigne de la terre cuite). Nous le pensons d'époque ziride (fin Xe. ou plutôt même début XIe. siècle), moment où les Zirides gouvernent l'Ifrîqiya au nom des Fatimides". Os exemplares da região de Coimbra, acima referidos, são três de S. João de Almedina (o busto aqui estudado; o fragmento do sobrolho direito de uma outra peça escultórica; e a pequena cabeça encontrada durante as últimas campanhas arqueológicas), para além do mencionado capitel-pia de Montemor-o-Velho.

que, na medina, precedeu a *igreja de S. Cristóvão* – como se constata na planta esboçada por A. Filipe Simões, em 1870, quando os respectivos alicerces apareceram no interior do templo românico – parece-nos poder remontar à época da presúria do conde Hermenegildo Guterres. A cabeceira de triplas absides pode ser um indicador. Nada se sabe acerca da construção que António de Vasconcelos presumiu ter sido construída no tempo dos condes D. Henrique e D. Teresa, mas, a ser verdade, dificilmente seria uma igreja tão pequena. O certo é que, em 1116, já o templo do arrabalde tinha como patrono S. Bartolomeu e não S. Cristóvão, pelo que a transferência deve ter acontecido antes desta data. Aliás, tal está em conformidade com a primeira referência documental que dela conhecemos, em 1108 (ALARCÃO 2008: p. 93).

Quanto à data da transferência da *igreja de S. Pedro*, para o interior da medina, resta uma dúvida. Num documento de 1114, tal edifício parece fazer parte de um mosteiro (“*cimiterium ipsius supradicti apostoli*”), mas, pelas confrontações da propriedade a que diz respeito o diploma, não nos foi possível verificar se se trata da antiga igreja do arrabalde ou se já se refere à localização intramuros. Dois anos mais tarde, um outro documento indica que ainda seria no subúrbio, pois é referida “*infra ciuitatem*”. Porém, logo a seguir, o mesmo texto usa uma expressão diferente para localizar a igreja de S. Bartolomeu, que a coloca no “subúrbio”. Deixa-nos, assim, a dúvida se houve erro do escriba ou um problema de leitura do documento que chegou até nós, pois facilmente se poderá confundir “*infra ciuitatem*” com “*intra ciuitatem*” (AZEVEDO 1933: docs. 13 e 16).

A finalizar, são ainda de referir mais algumas igrejas dos arrabaldes, das quais há indícios de terem existido no tempo de D. Sesnando.

Muito próximo da porta de Almedina existiu, no século X, um *templo dedicado a Santa Cristina* (LT 1), que a maioria dos autores tem identificado com o antecessor da actual igreja de Santiago. Jorge de Alarcão desconfia desta relação, pois o documento a que ele se refere diz simplesmente situar-se “*secus murum ciuitatis Conimbrie*” (ALARCÃO 2008: pp. 76-77). A rubrica introdutória do documento, no cartulário de Lorvão, é que coloca o templo “*ad portam de almedina*”, mas pode ser apenas uma indicação da responsabilidade do copista. Por sua vez, o actual topónimo poderia não estar ainda consolidado à época, de modo identificar aquela precisa porta, e a expressão ser somente indicativa de que a igreja se situava junto a uma das entradas da cidade, designando a zona intramuros ainda como “al-medina”. Independentemente da identificação do local a que se reporta o texto do *Liber Testamentorum*, o certo é que pode ter existido um templo anterior, no sítio onde veio a ser construída da igreja de Santiago. Para Jorge de Alarcão seria a *igreja de S. Cucufate*, doada ao mosteiro de Lorvão em 957 (LT 17), sendo o templo reconsagrado a São Tiago (ALARCÃO 2008: pp. 271-273). A menos que tenha vindo de fora, como material de reaproveitamento – o que é pouco provável – foi encontrado na igreja de Santiago um importante indício de ter aí existido uma construção do período sesnandino (REAL 1974: p. 96). Nunca se deu grande relevância a esta peça, apesar de ser quase um *unicum*, com localização reconhecida, de um templo coevo do claustro de S. João de Almedina. Referimo-nos aos restos de um grande capitel, cortado e resculpido na face posterior, pelos construtores do actual templo. Tal escultura será proveniente da capela-mor, quando esta foi parcialmente demolida para alargamento da rua Ferreira Borges<sup>24</sup>, e encontra-se finalmente exposto ao público no MNMC. Numa das faces, apresenta dois leões afrontados no meio de vegetação, típica da fase que A. Nogueira Gonçalves designou por Românico B, de Coimbra. Na parte traseira ainda se veem duas enormes volutas, que arrancam de um talo comum (fig. 10), muito semelhantes a outro capitel de menor dimensão, recolhido no mesmo museu, mas de proveniência desconhecida<sup>25</sup>. Na doação do mosteiro da Vacariça à Sé de Coimbra, pelo conde D. Raimundo, em 1094, estiveram presentes cónegos de Santiago, mas o documento deve reportar-se

24 Cfr. Museu de Antiquidades do Instituto de Coimbra - Notas (1911), n.º 20.

25 Cliché fotogr. do MNMC n.ºs 869 e 5006.

a capitulares da catedral de Compostela, pois subscreveram também o bispo Dalmácio (1094-1096) e o seu futuro sucessor, Diego Gelmírez. A primeira referência segura ao Apóstolo, como patrono da igreja coimbrã, data de 1151 (REAL 1974: p. 176). No entanto, nada impede que a sua invocação seja anterior, já que de Montemor-o-Velho provém uma inscrição onde se menciona Santiago, não datada, mas que Mário Barroca atribui aos finais do séc. X (BARROCA 2000: n.º 7). Acreditamos, porém, que a evolução do orago possa ter acompanhado a derrota da comunidade moçárabe, face aos defensores da corrente gregoriana, tal como terá acontecido noutros templos da cidade.

Praticamente nada se sabe sobre a *igreja de S. Vicente*, doada em 972 ao mosteiro de Lorvão (LT 16). Apenas se conhece que ficava “*in arrualde Colimbriense*”. Serve esta referência para sublinhar que, ao contrário do mosteiro da Vacariça, o cenóbio laurbanense nunca chegou a ter propriedades intramuros, após a reconquista de Coimbra. Isto talvez se tenha ficado a dever aos problemas que a cidade conheceu, depois da tomada da região por Almançor. É provável que a aplicação mais rigorosa da *sharia* tenha obrigado os cristãos a abandonar os templos da medina, limitando o culto apenas em igrejas do arrabalde.

Discute-se ainda se no local onde se veio a implantar o mosteiro crúzio já existiria, ou não, uma *igreja dedicada a Santa Cruz* (ALARCÃO 2008: pp. 155-160). A veneração da Cruz do martírio já era praticada pela Igreja visigoda e teve grande fortuna na alta Idade Média, tanto no reino das Astúrias, como entre os cristãos do Andalus, cuja festa se encontra difundida em todos os calendários moçárabes (GARCIA RODRIGUEZ 1966: pp. 120-124). No entanto, não é inteiramente seguro que se trate de uma alusão a outro templo anterior, a referência a uma “*Sanctae Crucis ecclesie*” que, em 1131, estava a ocidente da almuinha que o bispo D. Bernardo vendeu a D. Telo para aí construir o mosteiro. Este terreno pertencera outrora à mãe do cônsul Sesnando, D. Susana – que a havia deixado à Sé, em testamento – e ficava junto aos banhos régios doados também por D. Afonso Henriques ao prior D. Telo, com o mesmo objectivo. Deveriam ser banhos públicos – a crer no sentido da expressão “*balneum ipsius civitatis*”, que aparece em 1110, seg. o LP 352, 382 e 455 – e podem ter tido um antecedente termal de época romana. Ao certo, sabe-se que a sua exploração estava a ser propiciada, senão mesmo fomentada pelo cônsul D. Sesnando, cuja família, pelos vistos, tinha propriedades no local. Pode até ter acontecido que esta elite dispusesse de uma área termal independente, para uso privado. A importância reconhecida ao referido equipamento balnear fez com que ele passasse da tutela condal para a da Coroa. Mas o papel desempenhado pelo alvazil, nos finais do século XI, ficou recordado na própria carta régia de 1130, que transfere para D. Telo a posse dos ditos banhos: “*illas balneas cum suis locis et terminis antiquis cum sua fonte et aqueducto sicut fuit in diebus alvazil domni Sesnandi*” (LS 122). Os termos em que é redigida esta passagem do documento dão a entender que se tratava de uma propriedade de dimensão apreciável. Contudo, é impossível saber se já na época de D. Sesnando haveria uma capela associada às termas, tal como então sucedia, por exemplo, nas caldas de Lafões (REAL 2013: pp. 213-214 e figs. 6-7) e, provavelmente, em São Jorge de Caldelas, em Santa Maria da Feira, documentada em 1097 (LP 290). É bem possível que sim. Todavia, a única referência documental susceptível de fundamentar tal hipótese anda associada à própria fundação do mosteiro de Santa Cruz, o que torna ambígua a interpretação do texto, pois tanto pode referir-se à igreja monástica em início de construção, como reportar-se a um eventual templo pré-românico que a tenha precedido.

A norte da cidade, no arrabalde de Celas, existiu ainda uma ermida edificada para perpetuar a *memória do lugar de martírio de Santa Comba*. Não seria a monja do mosteiro de Tábanos (Córdova), condenada à morte em 853, mas sim uma mártir local, cuja tradição estava ainda viva no século XII. As suas relíquias foram muito disputadas na Idade Média, vindo posteriormente parar à clausura feminina anexa ao mosteiro de Santa Cruz, onde existia uma epígrafe em caracteres unciais, a identificar o local de devoção (REAL 2009: pp. 243-247). O lugar onde se implantava a ermida primitiva era denominado, no período medieval, “*Vimaranis*” ou “*cellas de Vimaranes*”, o que faz recordar uma importante figura

coimbrã do século XI, o alvazil “Guimara”, que aparece a confirmar uma doação ao mosteiro da Vacariça (LP 141). Houve quem estranhasse a presença de um indivíduo com aquela dignidade ou função, antes da reconquista de Fernando Magno. Mas não será nada de anormal, tanto mais que tal magistratura é de raiz islâmica. A sua presença num acto relativo ao mosteiro da Vacariça pode explicar-se facilmente, se o considerarmos que se encontrava aí na qualidade de juiz dos moçárabes de Coimbra. É conhecido que, nos pactos com comunidades locais, as entidades islâmicas previram a manutenção de juizes próprios e bispos cristãos. Resta saber se este nobre moçárabe, documentado em 1046, terá sido o senhor do lugar onde estava construída a capela de Santa Comba. Mas tudo aponta para que a ermida estivesse já de pé no tempo de D. Sesnando.

Na outra margem do Mondego, há a assinalar dois outros locais que, em princípio, estarão ambos directamente ligados à figura do cônsul Sesnando. Um deles é o *mosteiro de São Jorge*, que Viterbo (‘Elucidário’ - s.v. Mirleu), citando a ‘Chronica da Ordem dos Cónegos Regrantes’ e a ‘Monarquia Lusitana’, lembra como no tempo do alvazil de Coimbra “se fundou o Mosteiro de S. Jorge d’apar de Coimbra na Mata de Mirlãos”. Frei António Brandão aludiu à fundação sesnandina nos Milreus, a qual, “estava perto de Coimbra”<sup>26</sup>. E Frei Nicolau de Santa Maria foi mais longe, relatando circunstâncias milagrosas que determinaram o voto do alvazil, em fundar um mosteiro, e acrescentando, inclusive, que a primeira pedra fora lançada a 23 de Abril de 1084, com a presença do bispo D. Paterno. Não sabemos em que fonte se baseou o cronista agostinho, pois a mais antiga referência hoje conhecida parece datar de 1116 (FERNANDES 2005: pp. 333-338). No entanto, o autor anónimo de um artigo publicado no vol. I da revista *O Instituto*, deixou-nos algumas informações dignas de ponderação. Depois de procurar distinguir as partes lendárias sobre a origem do mosteiro, de outras que considerava credíveis, o responsável por esse estudo monográfico, mostrou ser conhecedor da evolução arquitectónica do edifício e acrescentou a seguinte nota: “A primeira igreja do mosteiro era de três naves, e tinha na capella-mor duas sepulturas de pedra metidas na parede; uma da parte do evangelho sobre quatro columnetas, em que jaziam os restos mortaes d’um filho do consul Sesnando; e a outra, no lado opposto, da família dos Alpões” (MOSTEIRO 1852/53: p. 156)<sup>27</sup>. O autor baseou-se em dados colhidos por D. Nicolau de Santa Maria, pelo que se exige alguma prudência. Todavia, ainda hoje se conserva uma passagem com arco de ferradura, que parece poder atribuir-se à época em que Sesnando era senhor de Coimbra (fig. 11.1). Além disso, entre os materiais avulsos recolhidos no local, existe uma interessante imposta que dificilmente será posterior a 1100 (fig. 11.2). As pérolas que decoram as fitas, ao longo da face oblíqua do friso, são praticamente iguais às da coroa ostentada pela figura central do capitel de Montemor-o-Velho. E, no meio dos semicírculos formados pela parte visível das fitas, percebe-se se a existência de um pequeno folíolo triangular, com a ponta ligeiramente torcida e um breve sulco interior, que pode ser o que resta de uma palmeta de três ou cinco pontas, típica do “hispano-mauresco” do séc. XI. No seu conjunto, esta peça pode ser colocada em paralelo com as impostas do arco triunfal de S. Pedro de Soure, que já exibem uma ranhura de separação na dobra entre a parte vertical e a face oblíqua da imposta, e que, do ponto de vista plástico, abandonam o bisel e passam a tratar em dois planos motivos herdados do pré-românico. Além do mais, as impostas de Soure assentam em capitéis de acanto, cuja estrutura e ornamento se assemelham aos mais antigos da Sé de Braga, ainda dos finais do século XI<sup>28</sup>.

Independentemente do que se disse sobre a antiguidade de S. João de Almedina, o conjunto de elementos aqui apresentados fazem-nos oscilar, uma vez mais, na opinião a respeito do verdadeiro local

---

26 Na verdade, encontramos referência a este topónimo em mais do que um lugar, na cidade de Coimbra. Ainda hoje o aludido mosteiro é conhecido também por S. Jorge de Milreu. Sobre a discussão toponímica, cfr. FERNANDES 2005: p. 333, nota 10.

27 Não podemos deixar de aqui referir que, na actual arca tumular, onde repousam os restos fúnebres de D. Sesnando, se diz que aí também estão recolhidas as ossadas de um sobrinho. Não seria antes os restos mortais de um filho natural, porventura oriundos do mosteiro de S. Jorge?

28 Agradecemos a Maria Luísa Azevedo a informação e a possibilidade de visitar o local. Efectivamente, o que resta do mosteiro de São Jorge de Mirleus é de uma riqueza surpreendente e nele ainda subsistem alguns vestígios que importam ao estudo da Coimbra de D. Sesnando, mas também das transformações sofridas por esta casa nos séculos XII e XIII.

de implantação para a nova igreja e mosteiro fundados “*in illos quos uocitant Mirleus*”. Será que a alusão a S. Miguel, numa das versões do testamento, foi também ela a responsável para desviar a atenção deste outro lugar dos Milreus? Não terá sido este mosteiro o verdadeiro desígnio do cônsul Sesnando, mantendo-se posteriormente como casa de uma ordem regular, mas adoptando outro orago no altar-mor e a regra de Santo Agostinho? Não custa a acreditar que estas mudanças possam ter ocorrido logo na primeira metade do século XII, por força da nova conjuntura que se seguiu à vitória dos reformadores de inspiração gregoriana. É sabido que o culto do Arcanjo teve grande predominância no seio da sociedade moçárabe, por ser considerado o príncipe das milícias celestes. Segundo Mário Gouveia, o culto de S. Miguel encontra uma “significativa representatividade nos calendários litúrgicos peninsulares até finais do século XI, época em que, graças à reforma que levou à adopção do rito romano, se verificam profundas alterações tanto na essência, como na vivência do santoral estabelecido” (GOUVEIA 2007: p. 82). Ora, tais alterações e o radicalismo da contenda que, em Coimbra, conheceu a disputa entre “hispanos” e “romanos”, podem ter determinado a mudança de orago para outro santo guerreiro: São Jorge. O culto deste último está documentado bem antes, mas com escassa difusão e sentido martirial. A sua implantação como santo guerreiro estava em curso no século XII. Assim o demonstra a devoção entre os cruzados, conduzida pela Igreja romana<sup>29</sup>. A afinidade devocional entre os dois cultos está bem explícita na proximidade existente na dedicação de alguns templos em localidades vizinhas, por exemplo entre S. Miguel das Caldas de Vizela-S. Jorge de Vizela ou entre S. Miguel do Paraíso-S. Jorge de Selho. Esta distinção pode ter derivado da influência de uma devoção comum, exercida em momentos distintos pelas populações locais. A ser certa a mesma evolução de orago na igreja coimbrã da margem esquerda do Mondego, ela pode constituir – a par da derivação monástica para a ordem de Santo Agostinho e dos vestígios arqueológicos acima referidos – um argumento atendível para endossar ao mosteiro de São Jorge, junto à mata dos Mirleus, a fundação que tão enfaticamente aparece referida no testamento do cônsul Sesnando. No entanto, como veremos adiante, existem outros argumentos que apontam preferencialmente para o interior da medina.

Embora apelidada de “ermida” no século XII, a igreja de São Jorge fazia parte de um conjunto edificado mais amplo, no qual emergia uma torre defensiva. O autor do artigo monográfico que vimos a citar, deu ainda conta da existência aí, em meados do século XIX, de “um pequeno resto” de uma construção de fase anterior – que atribuiu à reforma quinhentista – e ainda duas epígrafes, uma das quais referente à sepultura de um tal “Salvador Guimariz”, que um documento de 1136 apontaria como senhor do mosteiro. Além disso, anotou que “juncto desta ruína, mas muito internada no monte, se levanta uma pequena torre quadrada, já bastante carcomida do tempo, que parece coeva da segunda igreja”. Ora, isto confirma o que diz o citado diploma de 1136, de acordo com o qual “*illa heremitica ecclesia Sancti Georgii... est constructa in finibus Colimbriae supra ripam fluminis Mondeci cum turri qui dicitur de Caniardo*” (MOSTEIRO 1852/53: pp. 155, n.1 e 157). O mesmo autor, no seu comentário ao documento, passou a designá-la por “Torre de Camardo”.

A tal torre já não existe, mas estava localizada no outeiro que domina este lugar, mesmo colado à antiga claustura. Desde logo, e apoiados também noutras informações documentais, podemos concluir que, naquela época, as igrejas dos arrabaldes eram construídas e aparelhadas como se fossem verdadeiras fortalezas, pois os campos de Coimbra corriam permanente risco de serem assolados pelas algaras muçulmanas. Basta lembrar o arsenal militar de que dispunha a igreja de S. Bartolomeu, em 1109, quando o presbítero Aires fez dela testamento ao mosteiro de Lorvão (AZEVEDO 1933: doc. 11). Anos mais tarde, também o mosteiro de Santa Cruz foi erguido dentro de uma muralha defensiva, autónoma da cerca da cidade, mas colada a esta, como dispositivo complementar de defesa. E já anteriormente, outra inequívoca fundação sesnandina evidenciava as mesmas características defensivas. De facto, já

---

<sup>29</sup> A popularidade de S. Jorge acentua-se a partir do Oriente, onde, entre os sécs. IX-XI, os santos “guerreiros” começam a ser representados com veste militar: São Demétrio, São Jorge, São Teodoro.

acima referimos que, com o intuito de povoar e de proteger a margem esquerda do Mondego, o cônsul Sesnando entregou a herdade de S. *Martinho do Bispo* a um moçárabe, acabado de chegar da terra de mouros (LP 28). A confirmação desta herdade ao abade Pedro ocorreu em 1080, precisamente na data do concílio de Burgos, que implantou oficialmente na Península a reforma gregoriana. Esta coincidência, tal como a da chegada do bispo Paterno à diocese, nesse preciso ano, pode ser encarada como uma tentativa consciente por parte de Sesnando, para defender a permanência do rito hispânico na sua região, já que sobre este pairava agora a ameaça da aliança estabelecida pelas Cortes peninsulares com Roma e Cluny. E, efectivamente, bastaram poucos anos para que a implantação do novo rito se concretizasse na diocese de Coimbra. Falecido D. Paterno e afastado da cátedra o bispo eleito D. Martinho Simões, logo após a morte do alvazil, uma série de instituições eclesiásticas anteriores – igrejas e mosteiros, por conseguinte, de moçárabes – foram obrigadas a integrar-se na obediência ao novo bispo, D. Crescónio, de formação cluniacense. É assim que o mesmo abade Pedro, em 1094, se viu forçado a doar à Sé de Coimbra a igreja de S. Martinho do Bispo, com todas as suas pertenças. No documento de cedência, este abade referiu-se à respectiva fundação que “*est constructa prope ipsam civitatem Colimbriam, ad Occidentale plagam, ultra flumen Mondecum... quam ego proprio meo censu funditos edificavi et, a primo fundamenti lapide usque ad consummationem tocius operis*”. Tratava-se, pois, de uma criação de raiz construída à sua custa, embora patrocinada pelo cônsul da cidade. E acrescentava que, entre as beneficiações feitas em redor da igreja, “*circumsepivi eam necessariis domibus... fecique ibi turrim defensionem commorantium*” (LP 32). Esta última nota confirma a existência de um cercado de casas, com sua torre, que defendiam a igreja. Por outro lado, mesmo sem atender à eventual identificação de S. Jorge com a igreja sesnandina dos Mirleus, o certo é que existe alguma afinidade entre as duas fundações coimbrãs da margem esquerda do Mondego. Elas evidenciam o mesmo processo de fortificação e podem ter sido coevas, já que obedecem a uma lógica comum para prover o povoamento e criar uma última linha de defesa em frente a Coimbra, para quaisquer investidas que pudessem surgir de território inimigo.

Acrescentamos ainda uma segunda nota sobre outro núcleo fortificado, já acima referido, embora distante do arrabalde de Coimbra e, por isso, fazendo parte do primeiro aro ou cintura defensiva mais exterior da cidade. Trata-se do castelo de Soure, o qual defendia a comunidade crescida em torno da *igreja de Santa Maria de Finisterra*. O próprio designativo “finisterra” evoca bem o contexto de fronteira em que durante largo tempo, no período da Reconquista, se encontrou este núcleo de povoamento. A sua origem pode remontar à época romana, como o parecem demonstrar algumas peças reaproveitadas em várias construções, notadamente no castelo. Aqui, numa das torres, foi reutilizada também a verga superior de um *ajimez*, que, apesar de incompleta, pela sua decoração deixa entrever um momento relativamente pacífico para os moçárabes da região, durante a primeira fase de domínio islâmico. Pelas suas características, enquadra-se claramente na corrente coimbrã dos sécs. VIII-IX (REAL 2020). Desse mesmo período, restam ainda alguns elementos de friso, com rosetas, círculos e botões talhados em bisel, ora inclusos, ora justapostos, num movimento sempre encadeado. Do primitivo templo nada mais se conservou. Ainda em época de domínio muçulmano, mas já sob a administração da taifa de Badajoz, o presbítero João e seus três irmãos foram autorizados a reconstruir o templo, o qual, em 1043, eles irão doar ao mosteiro da Vacariça. É significativo que, a caucionar esta transacção, apareçam em posição de destaque os representantes de dois outros mosteiros da região – Lorrvão (Penacova) e Ossela (Oliveira de Azeméis) – os quais são convocados a subscrever protocolarmente “*quos vidi*” e não, apenas, como simples confirmantes ou testemunhas do acto. Tal circunstância comprova a relativa tranquilidade de que então usufruíam estes centros eclesiásticos. Aliás, pode ter-se dado o caso da igreja até não estar necessitada de uma profunda remodelação. O templo, contudo, deve ter sofrido melhoramentos no respectivo mobiliário litúrgico, como o comprova a notável peça que aqui reproduzimos (fig. 12.1). O seu interesse deve-se, não apenas por ostentar uma rara cruz “patada” com remates angulares, mas, sobretudo, por exibir um friso ornamental que utiliza as características palmetas hispano-maurescas, com pequenos folíolos laterais abertos em espiral, e três folíolos distendidos, e de movimento

divergente, ao centro<sup>30</sup>. A comparação com uma placa de mármore de Medina Zahara é bem elucidativa (fig. 12.2), ficando a certeza de que esta peça só pode ser atribuída à 2.ª fase do moçarabismo coimbrão. É um dos raros exemplares desse período, até hoje identificados, tal como sucedeu com o friso vegetalista de S. João de Almedina atrás referido (fig. 3). Pela primeira vez, observa-se a influência de um léxico decorativo de raiz verdadeiramente islâmica, podendo assinalar-se, com estes exemplos, o momento da entrada na região de Coimbra dos modelos que vão estar na base da panóplia decorativa do portal românico da Sé Velha. Os autores da escavação arqueológica de Santa Maria de Finisterra não lograram identificar elementos atribuíveis a esta fase, nem mesmo à reconstrução levada a efeito no tempo de Martinho de Soure (LP 241 e *Vita*). Apenas aludem a estruturas posteriores ao século XV (CÔRTE REAL e BANDEIRINHA 1994: pp. 301-303), o que nos parece impossível. Observando imagens da escavação, verifica-se que não se construía assim, nem no românico, nem no gótico coimbrão. Encontrou-se muito remeximento e houve sobreposições, sem dúvida, sendo os enterramentos do interior seguramente bastante tardios. Porém, grande número das sepulturas descobertas na periferia imediata da igreja é de um tipo que tem expressão na alta Idade Média coimbrã<sup>31</sup>. Os elementos de coluna, a frágil estrutura dos muros e a própria planimetria do templo podem também ser atribuídos a uma fase bastante precoce, acaso, em grande medida, à reconstrução presumivelmente empreendida pelo presbítero Martinho e seu irmão Mendo Aires.

No tempo de D. Sesnando não parece ter havido qualquer intervenção significativa na igreja. Mas, segundo a '*Vita S. Martini Sauriensis*', a edificação do castelo é atribuída ao alvazil de Coimbra. Tal assunto já foi devidamente assinalado na Parte I deste estudo (FERNANDES e REAL 2019: p. 137). Porém, merece ainda lembrar uma observação inserta no 'Inventário Artístico de Portugal', não obstante as cronologias aí invocadas estejam em dissonância com o nosso ponto de vista, que é mais conforme às conclusões de Mário Barroca (BARROCA 1996/97: pp. 182-186). Diz-se sobre este castelo, a dada altura, que "o tipo de fortificação, castelo-alcáçova" é algo de novo, com o seu "quadrilátero de cortinas e de torres angulares destinado a residência" (CORREIA e GONÇALVES 1953: p. 216)<sup>32</sup>. É provável que o cônsul Sesnando lá tenha colocado alguém da sua confiança ou que destinasse esta inovadora praça-forte para sua própria estadia, em períodos estrategicamente justificados. Isto remete-nos para uma outra interessante questão e que tem passado despercebida, que é a da segura evidência de ter existido um palácio de Verão sesnandino, em Montemor-o-Velho, apesar dos escassos vestígios que deles nos restam.

## O PALÁCIO DE VERÃO DO CÔNSUL SESNANDO

É seguro que o alvazil Sesnando tinha casa em Montemor-o-Velho, pois no seu testamento deixou três *acitaras* – velos ou cortinas – à sua filha Elvira e um número indeterminado delas à igreja de S. Miguel dos Mirleus, as quais "*sunt in Colimbria et in Monte Maiore*" (LP 78). Nesta passagem, o cônsul estaria a referir-se aos seus paços, que alternadamente utilizaria. Estava-se no ano de 1087. Tal impressão confirma-se por outro documento, de 1091, a propósito de um pleito entre o mosteiro de S. Pedro de Arouca e os respectivos herdeiros. Julgado na presença de D. Sesnando, o diploma alude expressamente à vinda "*de colimbria et de monte maiore de illo seniore aluazir*" (DC 746). A sua última estadia, segundo o documento, teria sido precisamente em Montemor.

Ora, estas duas referências impõem uma mais detalhada reflexão sobre as peças alto-medievais de Montemor-o-Velho, cujas características são de estilo claramente islâmico. Segundo um opúsculo editado pelo Museu de Antiguidades do Instituto de Coimbra ('Notas': Coimbra, 1911), encontravam-se expostas

30 Agradecemos a Francisco Pato de Macedo a informação, transmitida no longínquo ano de 1993, sobre a existência desta interessante peça.

31 Esta diversidade de opinião só viria a ser eventualmente esclarecida com a datação de ossadas das sepulturas mais antigas, o que, ao que parece, não foi ensaiado.

32 Deve recordar-se, no entanto, que Jorge de Alarcão tem uma diferente opinião. Para si, trata-se já de uma construção dos Templários, a quem a rainha D. Teresa doou Soure em 1128 (ALARCÃO 2019).

na primeira sala do museu, com o n.º 17, algumas peças da “época arabe”, as quais são descritas do seguinte modo: “Columna completa de mármore branco, descoberta dentro do recinto das muralhas do castello de Montemor-o-Velho; e dois fragmentos de decoração em gesso, que indicam terem feito parte de sumptuoso edifício”. Estes parcos testemunhos de um dos períodos mais brilhantes da história da *civitate Monte Maior* (LP 26) vieram posteriormente a dar entrada no Museu Nacional de Machado de Castro (fig. 7.1, 7.2 e 8.1). A estas peças há que acrescentar, ainda, um outro capitel depositado no Museu de Évora, “para onde terá sido levado por Augusto Filipe Simões em finais do século XIX” (TORRES e MACIAS 1998: pp. 68-69). Inicialmente, C. A. Ferreira de Almeida considerou o capitel do MNMC “da primeira parte do séc. XI”, tendo também admitido que os fragmentos de gesso “devem pertencer à mesma época” (ALMEIDA 1986: pp. 80 e 88). Anos mais tarde, invocando uma justa relação com a arte da Aljafería de Zaragoza e do palacete de Balaguer, veio a propor uma cronologia próxima de meados do século XI (ALMEIDA 2001: p. 48). Mário Barroca, no catálogo da exposição da Europália, faz uma circunstanciada descrição do capitel e, prudentemente, atribui-lhe uma cronologia genérica do século XI (BARROCA 1992: p. 207). Mais recentemente, Helena Catarino situa o capitel de mármore do MNMC nos “finais do séc. X, inícios do século XI” e sugere que pertencesse a uma desaparecida mesquita, da época de Almançor, que porventura teria dado lugar à igreja de Santa Maria pouco antes de 1095 (CATARINO 2009: pp. 120-121).

O castelo de Montemor-o-Velho caiu em poder muçulmano a 2 de Dezembro de 990, tendo resistido por três anos à tomada de Coimbra por Almançor. A crise que se instalou no al-Andalus, após a morte deste último, debilitou a fronteira setentrional do califado, tendo o conde Mendo Luz aproveitado a situação para reconquistar Montemor por volta de 1017, expulsando Froila Gonçalves, um dos condes cristãos que apoiaram Almançor e que ficara senhor da região entre Vouga e Mondego. Mas a segurança dos cristãos era ainda frágil. Foi então nomeado governador Gonçalo Viegas de Marnel, que exerceu o cargo entre 1017 e 1026. Neste último ano, o castelo de Montemor voltou a ser perdido. Mas a reocupação islâmica foi igualmente de pouca duração, já que o rei Afonso V de León continuava a exercer pressão na fronteira beirã (vindo inclusive a ser ferido de morte num assalto a Viseu) e, logo em 1034, Gonçalo Trastamires da Maia logrou apoderar-se da praça de Montemor, que foi definitivamente ganha para o lado cristão, trinta anos antes da reconquista de Coimbra.

Apesar de ter havido momentos de efectiva ocupação islâmica, está fora de causa atribuir a esse período a construção muçulmana evidenciada pelas poucas peças que até hoje sobreviveram, nomeadamente os fragmentos de gesso. Nem mesmo é admissível pensar nos meados do século, em que o poder cristão era ainda frágil e estava dominado por nobreza vinculada aos condes de Portucale. Quando muito, olhando apenas aos capitéis, poder-se-ia admitir o arranque de alguma construção desconhecida – uma mesquita, como sugere Helena Catarino? – durante os breves intervalos de reocupação islâmica. Daí poderiam ter vindo alguns materiais recuperados para uma nova função. Mas consideramos isso pouco provável. Os capitéis possuem características que até parecem vincula-los ao período califal<sup>33</sup>, o que os pode fazer remontar originalmente aos finais do século X ou princípios do seguinte<sup>34</sup>. Mas a reutilização de capitéis califais foi um fenómeno muito frequente no séc. XI, pelo que estes até podem ter sido importados de outro lugar para Montemor-o-Velho.

---

33 Há uma enorme afinidade estrutural, plástica e, até, de desenho, entre o capitel do MNMC e um dos capitéis de Medina Azahara, reproduzido no vol. 3 da *Ars Hispaniae* (GÓMEZ MORENO 1951: fig. 114). Só por estar mutilado na zona das volutas e na ponta dos pseudo-acantos é que o capitel de Montemor-o-Velho não aparenta estar-lhe tão claramente vinculado. Mas exhibe o mesmo tipo de ramagem, com um caule arborescente em cada face, donde saem três ramos em forquilha, o central transformado num émulo do antigo acanto e os laterais abrindo para os extremos, até se enrolarem no par de volutas. Embora deslocados para a parte central do capitel, reaparecem inclusive os mesmos bagos de uva que se observam nas volutas do primeiro. A diferença mais notória é a rigidez do caule central, que contrasta com os enroscados do capitel de Córdoba, mas existem outros exemplares com caules de acabamento mais simples, como capitel do Museu do Louvre, ref<sup>o</sup> OA 5022, que contem uma legenda no ábaco datável de 961 d. C.. O primeiro modelo referido pertenceu ao chamado *Salon Rico*, que estaria a concluir-se em 956-957 d. C.. É possível que o capitel de favos de Montemor-o-Velho possa ser algo posterior, mas não temos base para o afirmar. Não é tão perfeito como os capitéis de Medina Azahara, porém ilustra ainda uma notória mestria no uso do trépano.

34 É esta a opinião de Patrice Cressier, para quem “les chapiteaux califaux à acanthe nid-d’abeilles sont, au bout du compte, assez mal connus et le moment exact d’apparition de ce parti décoratif imprécisément situé dans la seconde moitié du Xe s. sans que le moment de sa disparition n’ait fait, non plus, l’objet de recherches spécifiques (CRESSIER 2005: p. 179).

Em termos históricos, tão luxuosa construção só será compreensível a partir do momento em que a região foi pacificada, sob a liderança de um verdadeiro *dux* do perfil de Sesnando Davides. O seu estatuto de *cônsul*, além do mais, conferia-lhe um prestígio e dignidade que o aproximavam dos reis de taifa, alguns dos quais já eram tributários do rei Afonso VI. De certo modo, Sesnando era-lhes inclusive superior, dado que foi um dos agentes do rei de León para impor o sistema de *parias* a que eles ficaram obrigados (RODRÍGUEZ LATORRE 1996: pp. 245-249; ISAAC 2013: p. 121). E, precisamente, foi devido ao ouro arrecadado pelas *parias* – do qual os mais próximos do rei tinham direito a um quinhão ou sorte – que Sesnando terá tido as condições materiais e a ambição de se rodear do fausto que encontrara nas cortes dos reinos de taifa que visitou. E se, em termos históricos, tudo aponta para a época de governo moçárabe de Coimbra, no plano artístico não há a mínima dúvida a esse respeito. As peças recolhidas nos museus de Coimbra e Évora, em particular os fragmentos de gesso, integram-se claramente na produção hispano-mauresca peninsular do período das taifas e de que se conservaram exemplos, acima de tudo na Aljafería de Zaragoza, mas também em outros refinados monumentos da arquitectura palatina e religiosa de então, como o Castell Formós de Balaguer, a Mesquita Mayor de Almería, o Palácio Pinohermoso de Játiva, o Castillo de Cella em Teruel, o Palácio da Alcáçova de Málaga, etc. Nas suas deambulações por Sevilla, Granada, Toledo ou Zaragoza (ISAAC 2013: pp. 99, 118-121 e 126), o cônsul Sesnando terá tido oportunidade de apreciar o ambiente da corte ‘*abbadí*, o faustoso palácio de al-Ma´mun, mecenas das artes em Toledo, e talvez o próprio Bañuelo de Albaicín, em Granada. Este protótipo de banho público árabe, ainda hoje relativamente bem conservado, contém capitéis que muito se aproximam dos exemplares de Montemor-o-Velho (cfr. figs. 7.2 e 7.3). O edifício é considerado de época zirí, cuja dinastia se extinguiu em 1090. A data de construção não parece estar bem determinada, mas é-lhe atribuída uma cronologia próxima de meados da centúria. Admite-se, porém, que os capitéis de tipo califal aí existentes sejam reaproveitados, já que no edifício aparecem também peças de estilo mais avançado. Bem melhor conhecida é a evolução construtiva da Aljafería de Zaragoza. A erecção do palácio dos Banu Hûd deve-se a Abû Jâfar Ahmed ibn Sulayman (1048-1081)<sup>35</sup>, o qual, a partir de 1065, passou a usar o título honorífico de *al-Muqtadir billâh*, que significa “O Poderoso graças a Allâh”. Ora esta menção legitimadora ou *laqab*, foi mandada lavar em várias zonas do palácio, inclusive num dos capitéis, o que demonstra ser a obra posterior àquela última data. Além disso, aceita-se que os trabalhos tenham sido continuados pelos sucessores de Abû Jabar, já que alguns especialistas encontram indícios de acabamentos tardios. É o caso de Gisela Kircher, que, relativamente às inscrições em gesso da Aljafería, afirma existirem uns preenchimentos “decadentes”, que podem datar de época posterior a al-Muqtadir, isto é, dos finais da centúria ou mesmo do princípio do séc. XII (EXPOSITO e PANO 1993: p. 64; ORTEGA, VILLAGORGO e CABAÑERO 1999: p. 455).

Quanto aos capitéis de Montemor, repetimos, podem remontar a um período ligeiramente anterior. Isso não deverá causar estranheza pois, tanto no Bañuelo de Albaicín, como na Aljafería de Zaragoza, parece ter sido prática o reaproveitamento de peças califais. Não sendo de descartar a possibilidade de alguns pexemplares serem cópias tardias<sup>36</sup>, o certo é que na Aljafería existe uma diferença entre os capitéis de mármore “tan exactamente cordobeses que puede suponérselos importados” e os capitéis de alabastro, que “arrancan de lo califal en tipo y proporciones...mas luego evolucionan, desprendiéndose de la hoja de acanto ...[y creciendo] hasta más del duplo su proporción en altura respecto del ancho” (GÓMEZ MORENO 1951: p. 226). É admissível que Sesnando, numa das suas empresas guerreiras ou diplomáticas, possa ter importado capitéis originalmente califais ou, em alternativa, algumas imitações tardias, como deve ter sido o caso do palácio de Zaragoza.

---

<sup>35</sup> Daí que de *Jafar* ou *Yafar* tenha resultado *Aljafería*, para designar o palácio por si mandado construir.

<sup>36</sup> Temos encontrado exemplos, noutros contextos, de cópias que chegam a revelar uma diferença de dois séculos relativamente ao modelo original (REAL 2007: p. 167 e figs. 72-75).

A avaliação das cronologias da Aljafería é extremamente importante para o enquadramento histórico-artístico dos vestígios hispano-maurescos de Montemor-o-Velho. Será oportuno lembrar que, pelo ano de 1078, o cônsul Sisnando foi enviado, pelo rei Afonso VI, em missão diplomática junto de al-Muqtadir, o rei da Taifa de Zaragoza. Foi aí que teve o primeiro encontro com D. Paterno, procurando convencê-lo a transferir-se para Coimbra, dado que em Tortosa o prelado estava a sentir muitos obstáculos para cumprir a sua missão pastoral (MENÉNDEZ PIDAL 1969: v.2, pp. 766-767; ISAAC 2013: pp. 99 e 120-121). Esta informação é preciosa, na medida em que existe um estreito paralelismo entre os dois fragmentos de estuque de Montemor (Fig. 8.1), com os gessos dos palácios de Zaragoza e do vizinho castelo de Balaguer. Mais ainda, um dos citados fragmentos<sup>37</sup>, de desenho muito específico, fazia parte de um conjunto de painéis que imitavam a decoração do tecto da alcoba da Aljafería, hoje pertencente ao Museu Arqueológico Nacional de Madrid (Fig. 8.2). No exemplar de Montemor sobressaem o eixo central com duplos ilhós, espaçados entre si, e as pinhas fusiformes. Mas o desenho ornamental nos dois fragmentos montemorenses é mais pesado e grosseiro, o que se acentua nomeadamente na execução das folhas. Os dados aqui reunidos são suficientes para demonstrar a perfeita articulação entre a viagem de Sesnando a Zaragoza e a mansão construída, no seu tempo, em Montemor-o-Velho. O senhor de Coimbra, além de convencer o bispo Paterno a transferir-se para a cidade do Mondego, terá logrado trazer também artífices formados na obra da Aljafería. É um dado que, até hoje, não estava bem esclarecido, mas o qual, juntamente com os relevos figurativos de S. João de Almedina e a pia de Montemor, vêm dar mais consistência à idiosincrasia moçárabe do cônsul Sesnando.

Resta perguntar onde se situaria esta mansão, que, ao gosto das elites da época, teria servido de palácio de Verão do senhor de Coimbra. É assunto que só a arqueologia poderá resolver em definitivo e que, desde agora, passa a constituir um desafio para as autoridades locais. Todavia, podem já adiantar-se duas pistas. No seu ensaio a respeito do culto de S. Miguel na religiosidade moçárabe, Mário de Gouveia salientou a circunstância de um documento de 1099 se referir ao juramento sobre determinado acto realizado alguns anos antes, ainda em vida de D. Sesnando, e que teve lugar em Montemor-o-Velho, na igreja da invocação do Arcanjo (GOUVEIA 2007: p. 95). O diploma, que chegou até nós em cópia do ‘Livro Preto’, localiza assim o referido templo: “*et juravit in Sancto Michael de Monte Maiore contra Porta Solis*” (LP 108)<sup>38</sup>. Ora, é conhecida a devoção do cônsul Sesnando pelo Arcanjo S. Miguel, não sendo de admirar se, tanto a igreja, como o paço, fossem obra sua e estivessem localizados em proximidade. Por sua vez, João Aires de Campos no ‘Catálogo dos objectos existentes no Museu de Archeologia do Instituto de Coimbra’, remete para o “Livro de Actas” da Comissão de Arqueologia do mesmo Instituto, onde consta que os estuques foram doados por Augusto Filipe Simões, em 1874, e que os elementos de coluna vieram a ser cedidos pela Câmara Municipal. Segundo anota, tais elementos “foram há anos descobertos nas ruínas de um edifício arabe, no alto castello de Montemór Velho, onde ao presente se acha construído o cemitério d´aquella povoação”. Quatro anos antes, nas suas ‘Relíquias da architectura romano-bysantina em Portugal’, o próprio Augusto Filipe Simões havia já fornecido uma nota a respeito destes achados, na qual acrescentava algo de interesse: “Nas excavações que n´estes ultimos tempos teem feito na parte mais alta do castello de Montemór-o-Velho para o cemitério que andam construindo, appareceram notaveis fragmentos de um edificio arabe que n´aquelle sitio outr´ora existiu. Foram um capitel, bases e columnas de marmore e ornatos feitos de certa massa em que predomina o gesso e a argila, como pela analyse verificou o sr. dr. Francisco António Alves”. Em primeiro lugar, o autor dá-nos conta de que as colunas e bases de mármore eram várias: assim ter-se-ão extraviado algumas ou estarão em qualquer museu sem proveniência atribuída. Por outro lado, assevera que o edifício se situaria no lugar onde estava a ser construído o cemitério, ou seja, a oriente da igreja de Santa Maria da Alcáçova<sup>39</sup>. É uma possibilidade muito

37 Fomos informados que, infelizmente, há cerca de uma trintena de anos este fragmento se desfez, conservando-se o restante.

38 Esta localização não parece coincidir exactamente com a descrita no *Inventário Artístico de Portugal. Distrito de Coimbra*, segundo o qual, a capela se encontrava “um pouco a mais de meio da subida nascente do castelo”. No entanto, são referidos dados materiais sobre as respectivas ruínas (CORREIA e GONÇALVES 1953: p. 137).

39 Existem no arquivo da DGEMN fotografias relacionadas com este cemitério e, por plantas antigas, verifica-se que este se prolongava ainda por uma estreita faixa a norte da igreja.

forte, atendendo a que aí se localizaria a parte melhor defendida da Alcáçova, entre a torre de menagem e a igreja fundada ou reformada pelo presbítero Bermudo, por incumbência do cônsul Sesnando. Mas não é de descartar a hipótese de que os materiais aí descobertos se encontrassem deslocados, devido a obras no interior do castelo, e que o chamado Paço das Infantas possa ser o fruto de sucessivas remodelações e da ampliação do paço original. No dizer do autor que melhor estudou este recinto militar, a reforma da época manuelina do paço, “marca um momento de viragem” do castelo de Montemor-o-Velho, pois o arquitecto responsável “não hesitou truncar as estruturas militares para ampliar o espaço residencial deste paço régio” (BARROCA 2005: p. 119). Daí se deduz que o Paço das Infantas deveria ficar, por conseguinte, no interior da fortaleza românica, mas já fora da alcáçova primitiva, o que é um obstáculo à aceitação da segunda hipótese.

Seria importante que se retomassem pesquisas arqueológicas no local<sup>40</sup>, sobretudo a leste da cabeceira da igreja de Santa Maria, onde em plantas antigas aparece uma espécie de aula rectangular, que pode ser memória sobrevivente de uma estrutura medieva. O prosseguimento das pesquisas é um desafio para as autoridades locais, na expectativa de se alcançar o melhor conhecimento de um dos momentos mais brilhantes da história de Montemor-o-Velho e da própria região de Coimbra, a respeito do qual se conserva pouco mais do que memória literária, já que a arqueologia alto-medieval – fora algumas notáveis excepções, como a do Pátio da Universidade – é ainda demasiado incipiente e escasseiam os vestígios materiais de tão ilustre época.

## AS ARTES DECORATIVAS NA ÉPOCA DE D. SESNANDO

A finalizar merece uma breve menção a importância que as artes sumptuárias continuaram a ter nesta época, se bem que, face à maior densidade de documentação disponível, poderia parecer um período de menos fausto que os séculos IX-X. A razão desta diminuição relativa de citações de objectos de artes decorativas pode derivar, decerto, da circunstância de estarmos já numa época em que a gestão do povoamento deixou de ficar a dever-se apenas às grandes famílias condais. Doravante, a administração territorial passou a estar também a cargo de outros poderes intermédios, com menos capacidade de investimento. Por outro lado, verificou-se um esforço para a restauração de dioceses, mas em bispados que, até então, tinham perdido o apoio da autoridade régia e permaneceram, por isso, largo tempo sem bispo designado. Esta também terá sido uma das razões para a existência de uma maior contenção sumptuária, pois a capacidade económica das novas igrejas diocesanas era ainda limitada e exigiu, de início, um grande esforço de reorganização da sua parte, para garantir os necessários proventos<sup>41</sup>. Mesmo assim, existem alguns testemunhos interessantes, pois estamos a falar de Coimbra, capital de um consulado/ducado que, apesar de formação recente, tinha a confiança do rei Afonso VI, era liderado por um moçárabe ilustre e, apesar de ter passado por um período de sede vacante, possuía tradições eclesiásticas firmadas. Nesta época, parecem ser mais raras as menções da existência de peças importadas, nomeadamente tecidos orientais, mas na versão mais completa do testamento de D. Sesnando, este deixou à sua filha “*unum alvu alvuatu grezisco*” (LP 78). No mesmo documento são referidos não apenas vasos em ouro e prata, mas também a intenção de encomendar novas peças para ornamento da igreja. Entre estas, contam-se frontais, cruces e cálices a produzir com base na fundição dos referidos vasos de metal. O alvazil reservou uma menção especial para a cruz relicário em ouro,

---

<sup>40</sup> Temos notícia de que se realizaram sondagens na zona nos finais da década de noventa, do século passado, quando se construiu a actual Casa de Chá. Todavia, não nos consta que tenham sido publicadas.

<sup>41</sup> O processo de crescimento e consolidação do património da diocese fez com que a Sé de Coimbra pressionasse a transferência, para a sua órbita, de muitas igrejas próprias que estavam na posse de presbíteros e famílias patronais. Um exemplo disso é a doação da igreja de S. Paio e S. Emiliano – oragos claramente de devoção moçárabe – situada no local a que chamavam *Castro Laurelle* (hoje na Quinta do Prazo, ao vale de S. Paio e Saltadouro), entre Quiaios e Tavarede. Entre os bens desta igreja, que ficou na posse da Sé em 1099, constava o cálice e uns “*adpendentes signos ex metallis*” (LP 47).

que devia ser fabricada a partir do metal da baixela que destinara à igreja dos Mirleus, para receber a relíquia do Santo Lenho, guardada pelo prior da Martinho Simões. Através do *Livro das Kalendas*, sabe-se também que o bispo D. Paterno legou à Sé de Coimbra, além de livros preciosos, inclusive escritos em língua árabe, um vaso de prata com bálsamo, dois astrolábios e uma flauta também em prata. No mesmo obituário figura um outro doador, João Gosendes, que fazia parte do círculo de notáveis da corte do cônsul Sesnando, e mandou executar uma “*cruce[m] argenteam que portatur in processionibus*” (COSTA 1983: p. 54).

Esta alusão a encomendas do fabrico de peças de ourivesaria, por membros da elite moçárabe de Coimbra, pressupõe que na cidade, ou na sua órbita, haveria gente capaz para o concretizar. E, na realidade, a documentação local dá-nos conta da presença de um ourives que, pelo número de referências existente e por alguns actos em que figura, devia ser uma personagem com um estatuto social relevante<sup>42</sup>. Trata-se do ourives João Peres, ou *Jhoannes aurifex*, que figura em vários actos, logo a seguir ao prior da Sé ou ao juiz de Coimbra. Devia ser muito próximo do abade Pedro, de S. Martinho do Bispo, pois surge como testemunha na carta de submissão da respectiva igreja à Sé de Coimbra e, anos mais tarde, foi mesmo um dos destinatários da carta de povoação concedida aos habitantes do lugar. Possuía também bens fundiários em Vila Mendiga e em Coselhas. Analisando o conjunto de notícias sobre este ourives, verifica-se que ele está basicamente documentado entre 1086 e 1098. É possível que, com o progressivo afastamento das elites moçárabes da cidade, tenha sido também relegado para segundo plano. É o que faz pensar o seu isolado reaparecimento apenas em 1104 e 1108. No primeiro caso, o da carta de foro passada aos habitantes de S. Martinho, pelo bispo D. Maurício, parece poder concluir-se que o referido João Peres acabou por se instalar em terras que haviam pertencido à igreja fundada pelo abade Pedro. Quatro anos mais tarde, ele próprio participou como testemunha, em cerimónia idêntica, de concessão da carta de povoamento aos habitantes de Tentúgal, por parte dos condes D. Henrique e D. Teresa.

Em Coimbra, não chegou até nós qualquer peça deste período. Todavia, a cruz de ouro, “com o lenho da Sancta Vera Cruz”, mandada executar pelo cônsul Sesnando para a igreja de Milreus, parece ter ingressado na Sé entre os séculos XIV-XV, já que aparece no inventário de 1492 e não consta ainda no de 1339. A ser a mesma cruz, poderá ter sofrido arranjos posteriores, pois é descrita “*com hu[m] camaffeo e com doze pedras, com seu pendente de cendal e cordões com seus botões de seda*”. Na lista de 1339 surge ainda uma “*cruz de lavor mourisco chã, sem crucifixo, com que andam aa prociçom*” que necessitou de ser restaurada (COSTA 1983: pp. 80 e 141). Devia ser bastante antiga, para precisar de restauro.

A fim de se ter uma ideia de como seriam as cruces processionais dos finais do século XI, pode observar-se a de Vila Nova de Paiva, que está atribuída precisamente a uma oficina coimbrã. Seria obra do ourives João Peres? Quanto a vasos de origem moçárabe, se bem que cronologicamente anterior e mais integrado no mundo galaico-asturiano, é interessante referir o cálice da Sé de Braga, com a respectiva patena, que pertenceu aos condes D. Mendo Gonçalves e D. Toda (cf. SOALHEIRO 2000: peças nº 117 e 228).

## CONCLUSÃO

Entre as disposições do testamento do cônsul D. Sesnando, o maior enigma tem a ver com a identificação da sua obra cimeira ou, pelo menos, aquela a que dedica especial atenção no respectivo testamento: a igreja de S. Miguel dos Milreus. Apresentámos três possibilidades, chamando a atenção para que o topónimo “Mirleus” tanto aparecia na parte alta da cidade, como na outra margem do Mondego.

---

42 LP 3, 20, 29, 32, 172,289, 385, 427, 430, 559; LT 20.

Embora não existam evidências irrefutáveis, a hipótese mais provável é a de uma fundação devocional, dedicada ao arcanjo S. Miguel, ao lado ou no próprio local da igreja de S. João de Almedina e cujo orago evoluiu após a vitória da facção romano-cluniacense, nos inícios do séc. XII. A invocação do Anjo justiceiro, a quem cabe conduzir as almas daqueles que, em vida, se mostraram dignos de aceder ao Céu, justifica as amplas liberalidades desse testamento para com a nova instituição, a qual deveria ser mantida por monges, cuja escolha Sesnando pede que venha a ser cuidadosa (“*inquirant abbatem bonum cum suis fratibus*” – LP 78). Escassos sete anos após o concílio de Burgos (1080), em que se abriu o processo de “europeização” da Igreja peninsular, D. Sesnando poderá estar-se a prevenir para que a escolha dos monges não recaia sobre agentes da reforma romano-cluniacense, de modo a que o mosteiro que acabara de fundar permanecesse alinhado com as tradições religiosas hispânicas. A selecção do local foi também criteriosa, pois era o sítio mais nobre da cidade, o do antigo *forum* romano. Por isso mesmo, é que os bispos de Coimbra aí vieram a instalar o seu palácio. Aliás, registre-se que também a igreja de S. Salvador era descrita em 1093, como estando situada “*juxta illos Milreos*” (LP 41).

Para além destas razões, pesa o facto de, na área do Museu Nacional de Machado de Castro, terem aparecido esculturas de vulto que, aparentemente, evocam um ambiente cortesão. No busto humano em que restam mais elementos, apesar de fragmentado e da sua rudeza plástica, reconhece-se um personagem com vestes segundo figurino islâmico, dignas da alta aristocracia. É bem possível que se trate de um retrato propagandístico do próprio *dux* Sesnando. Esta suposição ganha ainda maior credibilidade ao comparar-se a presente escultura com a possível pia de água de Montemor-o-Velho. Ela apresenta-se com uma forma esguia, quase semelhante a um capitel, onde aparecem esculpidas personagens laicas, uma delas coroada com diadema. A figuração é claramente cortesã e induz o necessário paralelismo com o retrato esculpido de S. João de Almedina. A interligação Coimbra-Montemor, só por si, também é argumento a favor de um patrocínio comum, a cargo do fundador de S. Miguel de Mirleus. Em Montemor, ele mesmo pode ter-se feito representar ao lado do monarca seu protector, a cuja corte pertencia e ao serviço do qual desempenhou importantes missões. A confirmar-se esta interpretação, teremos em Montemor-o-Velho também um retrato do mais alto dignitário do Reino, em vida do governador de Coimbra (a. 1091), o rei Afonso VI de Leão e Castela.

Por outro lado, a análise de alguns achados de Montemor há muito conhecidos, mas sem uma clara explicação de contexto, permite-nos associar ao palácio que o *dux* Sesnando possuiu naquela vila, os restos de estuque e de alguns elementos de colunas em mármore, parte das quais aliás desapareceu. Uma vez mais, aqui se divisa o fausto que rodeava a corte sesnandina, luxo esse que aparece confirmado pela informação documental respeitante a vários objectos de artes decorativas, onde a influência islâmica e oriental também está presente.

A razão para restarem tão poucos testemunhos materiais da época de Sesnando pode residir no facto de, com ele, se ter inaugurado uma fase de transição na história de Coimbra e sua região, fase essa que pouco tempo teve para se afirmar, pois foi subitamente interrompida pela entrada, impetuosa e agressiva, da corrente romano-cluniacense. São conhecidos os principais incidentes do conflito que se seguiu (ROSA 2000: pp. 433-440). Porém, haverá outros que a história não registou. Um deles pode ter sido a extinção forçada do mosteiro de S. Miguel de Milreus logo a seguir à morte de D. Sesnando (1091) e a apropriação episcopal de todo aquele espaço para instalar – ou ampliar? – o palácio dos Bispos, mantendo como anexa a “*ecclesia vocabulo Sancto Johanne*”, já documentada em 1093 (LP 456). É possível que a mudança de orago, na igreja-martirial mandada construir pelo cônsul D. Sesnando, tenha sido uma das imediatas preocupações do primeiro bispo gregoriano de Coimbra, D. Crescónio, nomeado precisamente no ano anterior, contra a vontade da comunidade moçárabe local. E não terá sido por acaso que o novo patrono foi S. João Evangelista (LP 636), à imagem da dedicação que os Papas escolheram para a basílica anexa à sua residência de Latrão.

Desta tentativa de revisão daquilo que se sabe a respeito da obra material do *dux* e *alvazir* Sesnando, resta ainda a certeza de que só no século XI é que começam a chegar à região os modelos islâmicos que vão estar na base da florescente escultura românica de Coimbra. Pela sua pertinência, merecem realce as duas peças avulsas descobertas no Museu Nacional de Machado de Castro e junto ao castelo de Soure (figs. 3 e 12a). Esta última deve ser algo anterior à nomeação de Sesnando para o governo de Coimbra, dado que pode estar relacionada com a fundação moçárabe do presbítero João e seus três irmãos, em S<sup>a</sup> Maria de Finisterra (a. 1043). Mas insere-se já no processo de aproximação cultural ao Andalus, o mesmo que levou Sesnando à corte de al-Mutadid, em Sevilha, antes de passar ao serviço de Fernando Magno (Isaac, 2013: 97). Quanto à peça aparecida no Museu Nacional Machado de Castro, com vestígios de ter ficado inacabada, pode mesmo ter feito parte da fábrica do templo de S. Miguel de Milreus.

### SIGLAS UTILIZADAS

- DC – *Portugaliae Monumenta Historica: Diplomatae et Chartae*. Lisboa: Academia das Ciências, 1867 e ss.
- DP – *Documentos Medievais Portugueses: Documentos Particulares*. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 1940 e 1980.
- LP – *Livro Preto: Cartulário da Sé de Coimbra*. Coimbra: Arquivo da Universidade de C., 1999
- LS – *Livro Santo de Santa Cruz*. Coimbra: Centro de História da Sociedade e da Cultura da Universidade de Coimbra, 1990
- LT – *Liber Testamentorum Coenobii Laurbanensis (Estudios)*: León: Centro de Estudios e Investigación “San Isidoro”, 2008
- DGEMN – Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais
- MANM – Museo Arqueológico Nacional de Madrid
- MLR – Manuel Luís Real
- MNMC – Museu Nacional de Machado de Castro
- PAF – Paulo Almeida Fernandes

### BIBLIOGRAFIA

- ALI-DE-UNZAGA, Miriam (2012), Embroidered politics: A case study between al-Andalus and Castilla. *Textile Society of America Symposium Proceedings*. Paper 655. Consultável em: <http://digitalcommons.unl.edu/tsaconf/655>
- ALARCÃO, Jorge de (2008), *Coimbra: A montagem do cenário urbano*. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- ALARCÃO, Jorge de (2019), Para a história de Soure, das origens ao séc. XII. *Anais Leirienses: Estudos e documentos*, 2. Leiria: Hora de Ler, pp. 27-49.
- ALARCÃO, Jorge de, et alii (2009), *O Forum de Aeminium: A busca do desenho original*. Coimbra: IMC, MNMC e Edifer.
- ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de (1986), Arte da Alta Idade Média. In *História da Arte em Portugal*, vol. 2. Lisboa: Publicações Alfa.
- ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de (2001), *História da arte em Portugal: O Românico*. Lisboa: Editorial Presença.
- ANDERSON, Glaire D.; PRUITT, Jennifer (2017), The three caliphates, a comparative approach. In FLOOD, Finbarr; NECIPOGLU, Gulru 8ed.), *A comparison to islamic art and architecture*. [S. l.]: Wiley Blackwell, pp. 227-249.

- AYALA MARTÍNEZ, Carlos de (2008), *Sacerdocio y Reino en la España altomedieval: Iglesia y poder político en el Occidente peninsular, siglos VII-XII*. Madrid: Sílex.
- AZEVEDO, Rui de (1933), *O mosteiro de Lorvão na reconquista cristã*. Lisboa: [s.n.].
- BANGO TORVISO, Isidro G. (2011/12), 'Hunctus rex'. El imaginario de la unción de los reyes en la España de los siglos VI al XI. *Cuadernos de Prehistoria y arqueología de la Universidad Autónoma de Madrid*.37-38. Madrid, pp. 749-766.
- BARRERA ANTON, Jose Luis de la (1984), *Los capiteles romanos de Merida*. Badajoz: Museo Nacional de Arte Romano.
- BARROCA, Mário Jorge (1992), 119.Capitel. In MATOS, Maria Antónia Pinto de (coord. do catálogo), *Nos Confins da Idade Média: Arte portuguesa, séculos XII-XV (Museu Nacional de Soares dos Reis. Porto, 13 Março 1992-26 Abril 1992)*. Lisboa: IPM, p. 207.
- BARROCA, Mário Jorge (1996/97), A Ordem do Templo e a arquitectura militar do século XII. *Portvgalia, Nova Série*, 17-18. Porto, pp.171-209.
- BARROCA, Mário Jorge (2000), *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*. 3 vols. Porto: Fundação Calouste Gulbenkian-Fundação para a Ciência e a Tecnologia.
- BARROCA, Mário Jorge (2005), O Castelo de Montemor-o-Velho nos séculos X a XIII. In BARROCA, Mário Jorge; FERNANDES, Isabel Cristina (coord.), *Muçulmanos e cristãos entre o Tejo e o Douro (Sécs. VIII a XIII)*. Palmela-Porto: Câmara Municipal de Palmela, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp. 111-126.
- BORRÁS GUALIS, Gonzalo M. (1990), *El Islam de Córdoba al Mudéjar*. Madrid: Sílex.
- CAMPOS, João Correia Aires de (1877), *Catálogo dos objectos existentes no Museu de Archeologia do Instituto de Coimbra. 1873-1877*. Coimbra: Imprensa Literária.
- CARVALHO Pedro C. et alii (2010), Caminhando em redor do fórum de Aeminium (Coimbra, Portugal). In BASARRATE, Nogales (ed.), *Ciudad y foro en Lusitania romana*. Mérida: Museo Nacional de Arte Romano, pp. 69-88.
- CATARINO, Helena (2009), Capitel califal [Montemor-o-Velho]. In EUSÉBIO, Maria de Fátima; SOALHEIRO, João (coord.), *Arte, poder e religião nos tempos medievais: A identidade de Portugal em construção*. Viseu: Câmara Municipal de V., Diocese de V. e Museu Grão Vasco, pp. 120-124.
- CATARINO, Helena; FILIPE, Sónia (2006), Madinat Qulumbriya: arqueologia numa cidade de fronteira. In GÓMEZ MARTÍNEZ, Susana (coord.), *Al-Andalus, espaço de mudança: Balanço de 25 anos de história e arqueologia medievais. Homrnagem a Juan Zozaya Stabel-Hansen*. Mértola: CAM, pp. 73-85.
- CORREIA, Vergílio; GONÇALVES, António Nogueira (1952), *Inventário Artístico de Portugal: Distrito de Coimbra*. Lisboa, Academia Nacional de Belas Artes.
- CÔRTE-REAL, Artur; BANDEIRINHA, José António (1994), Adro do Castelo de Soure, Arqueologia e Arquitectura. *Bracara Augusta*, 45. Braga, pp. 299-312.
- COSTA, Avelino de Jesus da (1983), *A biblioteca e o tesouro da Sé de Coimbra nos séculos XI a XVI*. Coimbra: [s. l.].
- CRESSIER, Patrice (2005), Chapiteaux islamiques du Portugal (Traditions, créations, importations). In BARROCA, Mário Jorge; FERNANDES, Isabel Cristina (coord.), *Muçulmanos e cristãos entre o Tejo e o Douro (Sécs. VIII a XIII)*. Palmela-Porto: Câmara Municipal de Palmela; Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp. 175-194.
- CRUZ VILLALON, Maria (1985), *Mérida visigoda: La escultura arquitectónica y litúrgica*. Badajoz: Diputación Provincial.
- DAVID, Pierre (1943), *A Sé Velha de Coimbra das origens ao século XV*. Porto: Portucalense Editora.

- EXPOSITO SEBASTIAN, Manuel; PANO GARCÍA, José Luís (1993), El palácio musulman de la Aljafería. *Artigrama*, 10. Zaragoza, pp. 55-78.
- FERNANDES, Aires Gomes (2005), As relações entre a Coroa e o mosteiro de S. Jorge de Coimbra em tempos medievos. *Lusitania Sacra*, 2ª série, 17. Lisboa, pp. 331-376.
- FERNANDES, Paulo Almeida (2005), Visigótico ou moçárabe? O núcleo da alta Idade Média. In ARNAUD, José Morais; FERNANDES, Carla Varela (coord.), *Construindo a memória: As colecções do Museu Arqueológico do Carmo*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 267-293.
- FERNANDES, Paulo Almeida; REAL, Manuel Luís (2020), A construção e as artes ao tempo de D. Sesnando (Parte1). *Portugalía*, Nova Série, 41. Porto: FLUP, pp. 123-168.
- GARCÍA GARCÍA, Lorena (2014), *Monasterio de San Zoilo de Carrion de lo Condes: Arte e historia de un hito Cluniacense*. Palencia: Asociación de Amigos del Camino de Santiago de Palencia.
- GARCÍA RODRIGUEZ, Carmen (1966), *El culto de lo santos en la España romana y visigoda*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas.
- GÓMEZ MARTÍNEZ, Susana (2015), Imágenes del cuerpo en el día a día de Al-Andalus. *digitAR: revista digital de arqueología, arquitectura e artes*. 2. Coimbra: CEAACP, pp. 10-22.
- GÓMEZ MORENO, Manuel (1951), El arte árabe español hasta los Almohades. Arte mozárabe, in *Ars Hispaniae*, vol. 3. Madrid: Editorial Plus-Ultra.
- GONÇALVES, António Nogueira (1951), *Estudos de História e Arte Medieval*. Coimbra: Epartur.
- GOUVEIA, Mário de (2007), S. Miguel na religiosidade moçárabe (Portugal, séc. IX-XI). In OTRANTI, Giorgio *et alii* (a cura di), *Culto e santuari di san Michele nell'Europa medievale*. Bari: Edipuglia, pp. 81-112.
- ISAAC, Francisco Maria Botelho Barata (2013), *Sesnando Davides: Alvazil, Cônsul, Estratega e Moçárabe*. Lisboa: Faculdade de Letras (Dissertação de Mestrado em História).
- MENÉNDEZ PIDAL, Ramon (1969), *La España del Cid*, 7ª ed., Madrid: Espasa-Calpe.
- MOSTEIRO (O) de S. Jorge juncto a Coimbra (1852/53). *O Instituto*. 1. Coimbra, pp. 99-117.
- ORTEGA ORTEGA, Julián; VILLAGORGO RÓS, Carolina; CABAÑERO SUBIZA, Bernabé (1999), Hallazgos de yaserías islâmicas en Cella (Teruel). *Artigrama*, 14. Zaragoza, pp. 451-458.
- PIMENTEL, António Filipe (2005), *A morada da sabedoria: O Paço Real de Coimbra das origens ao estabelecimento da Universidade*. Coimbra: Almedina.
- REAL, Manuel Luís (1974), *A arte românica de Coimbra: Novos dados, novas hipóteses*. Porto (dissertação de licenciatura em História, pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto, policopiada).
- REAL, Manuel Luís (1995), Inovação e resistência: Dados recentes sobre a Antiguidade Cristã no ocidente peninsular. In TENA, Núria (ed.), *IV Reunión d'Arqueología Cristiana Hispánica (Lisboa, 1992)*. Barcelona: Institut d'Estudis Catalans, pp. 35-96.
- REAL, Manuel Luís (2005), Mosteiro de Fráguas no contexto do pré-românico da Beira Interior (Portugal). In BARROCA, Mário Jorge; FERNANDES, Isabel Cristina (coord.), *Muçulmanos e cristãos entre o Tejo e o Douro (Sécs. VIII a XIII)*. Palmela-Porto: Câmara Municipal de Palmela, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp. 275-292.
- REAL, Manuel Luís (2007), A escultura decorativa em Portugal: O grupo "portucalense". In Luís CABALLERO ZOREDA, Luís e MATEOS CRUZ, Pedro (ed.), *Escultura decorativa tardorromana y altomedieval en la Península Ibérica. 'Anejos de AEspa'*, 41. Madrid: CSIC, pp. 133-170.
- REAL, Manuel Luís (2009), Calvário e Investidura de Santo Ildefonso: Elemento do retábulo da mártir Santa Comba. In EUSÉBIO, Maria de Fátima e SOALHEIRO, João (coord.), *Arte, poder e religião nos tempos medievais: A identidade de Portugal em construção*. Viseu: Câmara Municipal de Viseu, pp. 244-247.

- REAL, Manuel Luís Real (2013), O castro de Baiões terá servido de atalaia ou castelo, na Alta Idade Média? Sua provável relação com o refúgio de Bermudo Ordonhes na Terra de Lafões. *Revista da Faculdade de Letras: Ciências e Técnicas do Património*. 12. Porto, pp. 203-230.
- REAL, Manuel Luís (2014), Reflexões sobre o moçarabismo no Gharb Al-Andalus: o caso português. In GÓMEZ MARTÍNEZ, Susana; LOPES, Virgílio; e MACIAS, Santiago (coord.), *Entre Roma e o Islão*. Mértola: C.A.M., pp. 244-426.
- REAL, Manuel Luís (2020), A ortodoxia romana dos moçárabes de Coimbra, através da escultura ornamental. *Arqueologia Medieval*, 15. Mértola: CAM; Edições Afrontamento, pp.147-180.
- RIBEIRO, João Pedro (1860), *Dissertações chronologicas e criticas...* Lisboa: Academia Real das Ciências.
- RODRÍGUEZ LATORRE, Luis Eduardo (1995), Ingresos monetários en concepto de parias en el reino de Navarra: Repercusiones políticas, económicas, sociales y culturales. In IGLESIA DUARTE, Jose Ignacio de la (coord.), *V Semana de Estudios Medievales. Nájera*. Logroño: Instituto de Estudios Riojanos, pp. 241-253.
- ROSA, Maria de Lurdes (2000), A religião no século: vivências e devoções dos leigos. In AZEVEDO, Carlos Moreira (dir.), *História religiosa de Portugal*, vol. 1. Lisboa: Círculo de Leitores, pp. 423-505.
- SILVA, Ricardo Costeira da (2014), A cerâmica dos níveis alto-medievais do Fórum de *Aeminium* (MNMC, Coimbra). In DE MAN, Adriaan e TENTE, Catarina (coord.), *Estudos de cerâmica medieval: O norte e centro de Portugal - séculos IX a XII*. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, pp. 79-97.
- SIMÕES, Augusto Filipe (1870), *Relíquias da architectura romano-byzantina em Portugal, particularmente em Coimbra*. Lisboa.
- SIMÕES, Augusto Filipe (1875), *Da architectura religiosa em Coimbra durante a Idade Média*. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- SIMONET, Francisco Javier (1983), *Historia de los mozárabes de España*, 4 vols. Madrid: Ediciones Turner.
- TORRES, Cláudio; MACIAS, Santiago (1998), *O legado islâmico em Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- VIÑAYO GONZALEZ, Antonio (1999), *Fernando I, el Magno. 1035-1065*. Burgos: Editorial Olmeda.
- YARZA LUACES, Joaquín; BOTO VARELA, Gerardo (2003) (coord.), *Claustros românicos hispanos*. León: Edilesa.



**Fig. 1:** Claustro de S. João de Almedina, Coimbra (cl. MLR).



**Fig. 2:** Capitel encontrado junto à porta setentrional do MNMC, na Rua de S. Salvador (cl. MLR).



**Fig. 3:** Peça altomedieval descoberta no MNMC. Rejeitada como apoio de cancela no séc. XI, teve reutilização na obra românica de S. João de Almedina (adaptado de cl<sup>o</sup>. MNMC).



**Fig. 4:** Capitel figurativo da igreja de S. João de Almedina (cl. MLR).



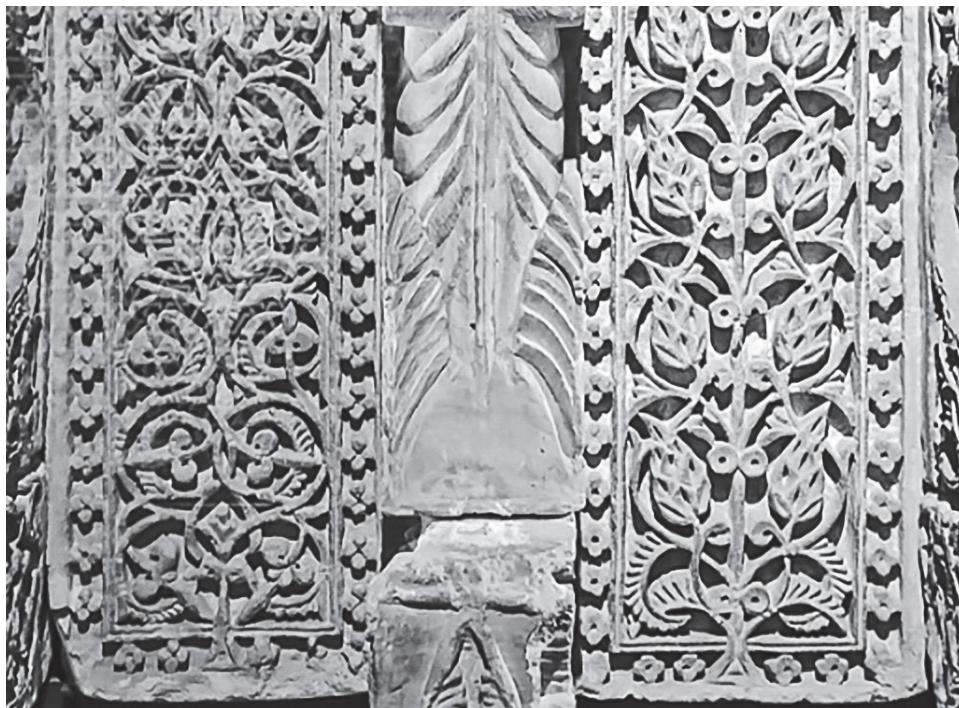
**Fig. 5.1:** Parte superior de uma escultura de rosto encontrada no MNMC, datável da época de D. Sesnando. Tratar-se-á do retrato de um alto dignitário, trajado à civil, à maneira muçulmana; **5.2:** Reconstituição da parte inferior da mesma escultura, com base em fragmentos, hoje nas reservas do Museu: reproduz bem o remate das vestes, mas não é segura a existência de um livro na mão esquerda do personagem. Modelo em gesso, da autoria do escultor António Duarte (cl.º MLR).



**Fig. 6:** Figuras humanas em baixo-relevo, de uma pia com possível uso laico. O seu aspecto esguio, como se fosse um capitel, faz pensar que assentaria num pé em forma de coluna ou, mesmo, completando figuras a corpo inteiro (cl. MLR).



**Fig. 7.1;7.2;7.3:** Coluna árabe em mármore, que terá pertencido ao palácio de D. Sesnando, em Montemor-o-Velho; Pormenor do capitel califal, associado à coluna de Montemor-o-Velho (cl.º MLR); Capitel califal do Bañuelo de Albaicin, em Granada (cl. Turismo de Andalucia).



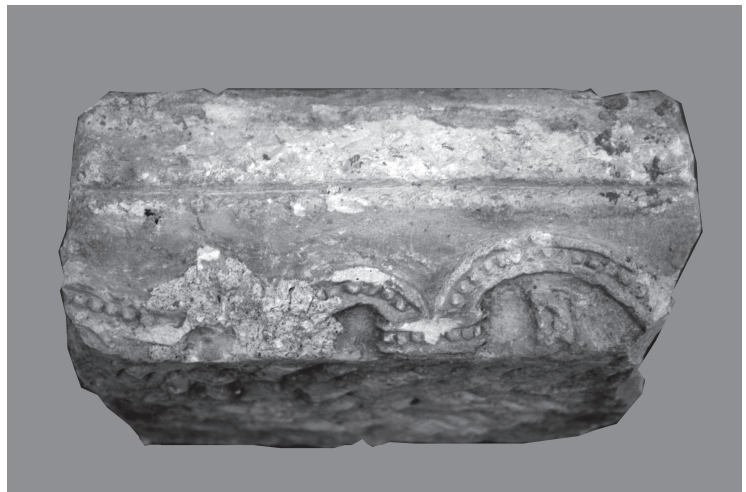
**Fig. 8.1; 8.2:** Fragmentos de estuque que serão provenientes do palácio de D. Sesnando, em Montemor-o-Velho (adaptado de cl<sup>o</sup>. MNMC); Painéis decorativos associados ao tecto da alcoba da Ajaferia de Saragoça, actualmente no Museo Arqueológico Nacional de Madrid.



**Fig. 9.1; 9.2; 9.3:** Retrato em gesso do califa Hishâm, em Qasr al-Hayr al-Gharbi (Síria), vestindo uma túnica ricamente bordada ao nível dos joelhos (adaptado de *Syrie*. Institut du Monde Arabe); Baixo-relevo em mármore, de Mahdiyya, no Museu do Bardo, Tunísia; Cabeça em terracota encontrada em Sabra, no Museu de Raqqada, Tunísia (cl. Patrice Cressier).



**Fig 10:** Capitel românico da igreja de Santiago de Coimbra, no MNMC, que reaproveita um outro do período condal, do qual se observam, na face posterior, duas enormes volutas (cl. MLR).



**Fig. 11.1; 11.2:** Arco do antigo mosteiro de S. Jorge de Coimbra, de ligeiro traçado em ferradura; Imposta decorada do mosteiro de S. Jorge de Coimbra, estilisticamente mais antiga que as restantes peças avulsas conservadas no local (cl.º MLR).



**Fig. 12.1; 12.2:** Fragmento de cancela do séc. XI, encontrado nas imediações do castelo de Soure (cl. MLR); Vista parcial de uma pilastra em mármore, procedente de Madinat al-Zahra (adaptado de Borrás Gualis). Cfr. o friso vegetalista da placa de cancela com as volutas inferiores do painel omíada.

# COIMBRA E A SUA REGIÃO NO TEMPO DE D. SESNANDO

**Jorge de Alarcão**

Professor Catedrático Aposentado da FLUC - CEAACP

[jorge.alarcao@gmail.com](mailto:jorge.alarcao@gmail.com)

## **ABSTRACT**

In 1064, Ferdinand the Great conquered Coimbra from the Muslims. The authority over the town was entrusted to Sesnandus. Born in a Christian family of Coimbra or its area, the count had been educated in the Muslim court of Seville. In the time of Sesnandus, the Christian rule was not extended farther than the line of Penela and Soure, where castles were built. The relations seem to have been peaceful between Sesnandus and the emir of Badajoz, who controlled Lisbon and Santarém. An essay is made here to imagine the urban space of Coimbra and to map the villages that existed around the town.

**Keywords:** Coimbra in the 11<sup>th</sup> century; Sesnandus; mozarabism.

## **RESUMO**

Após a conquista de Coimbra aos Muçulmanos, em 1064, o rei de Leão e Castela, Fernando Magno, entregou o governo da cidade a D. Sesnando, um cristão de família local ou regional, que havia sido educado em Sevilha. Mais tarde, D. Sesnando recebeu o governo de uma vasta área que ia, a norte, até ao rio Douro. A sul, o território cristão não ultrapassou a linha de Penela e Soure, onde D. Sesnando construiu castelos. Parece ter-se estabelecido pacífico entendimento entre o cônsul e o emir de Badajoz, que dominava Lisboa e Santarém. Tenta-se uma reconstituição sumária do espaço urbano e suburbano de Coimbra e apresenta-se um mapa do povoamento da área mais vizinha de Coimbra

**Palavras chave:** Coimbra no séc. XI; Sesnando; moçarabismo.

A cidade de Coimbra foi tomada em 878 aos Muçulmanos por Afonso III, rei das Astúrias. Reconquistada em 987 pelo famoso Almançor, viveu mais 77 anos (isto é, o espaço de três gerações) sob domínio do Islão: primeiro, integrada no califado omíada de Córdova; depois, no período de taifas em que o mundo muçulmano peninsular se decompôs, sujeita aos Aftássidas de Badajoz.

Foi neste período de taifas que Fernando Magno, rei de Leão e Castela, reconquistou definitivamente a cidade, em 9 de Julho de 1064 (COELHO 2013: pp. 11-12).

Os anais portugalenses são muito lacónicos na referência a esta reconquista. As crónicas leonesas também não contêm informação relevante e repetem a história da mítica intervenção de S. Tiago, a quem o rei teria suplicado que o ajudasse. O Apóstolo teria aparecido a um romeiro, em Santiago de Compostela, anunciando-lhe que Coimbra seria tomada em tal dia e a tal hora – o que se teria cumprido exactamente como predito.

Uma notícia mais pormenorizada encontra-se no cronista árabe Ibn Idāri:

O maldito Fernando [Magno] cercou-a e acabou por conquistá-la. Foi isto porque o seu caide — nesse tempo era um dos fâmulos de Ibn al-Aftas [o emir de Badajoz], chamado Rando — falou secretamente com [o rei] Fernando para que este lhe concedesse sua indulgência, bem como à sua família, e se lhe entregaria abandonando a cidade de noite. O maldito [rei Fernando] garantiu-lhe o seu perdão e o malvado [Rando] passou-se secretamente para o exército dos cristãos.

Ao amanhecer, os da cidade já se haviam preparado para a peleja quando os cristãos lhes disseram: “Para quê combater-nos se o vosso emir está connosco?” Os da cidade ainda não tinham conhecimento disso; mas quando, procurando [Rando], não [o] encontraram, reconheceram que era mesmo verdade. Pediram a paz ao rei, mas este não a concedeu. Tinham-se esgotado as provisões, e o inimigo de Deus [o rei Fernando Magno] sabia disso. Assim, continuou o combate até entrar na cidade. Foram mortos os homens e feitas cativas as mulheres e as crianças. Foi isto no ano 456 [da Hégira, entre 25 de Dezembro de 1063 e 12 de Dezembro de 1064]. Rando, fâmulos de Ibn al-Aftas, dirigiu-se a este seu senhor, que o condenou pela sua acção tão censurável e mandou degolá-lo (Ibn MÁILLO SALGADO 1993: pp. 198-199).

O relato de Ibn Idāri deixa-nos, porém, alguma dúvida sobre a traição de Rando. Se este se passou para o lado de Fernando Magno, que outra coisa poderia esperar se não o castigo? Somente no caso de Rando ter lutado até ao fim seria compreensível que tivesse procurado Ibn al-Aftas com esperança de ser perdoado.

O nome Rando não é de origem árabe ou berbere, mas germânica. Há outros Randos em documentos dos séculos X e XI (PIEL e KREMER 1976: p. 222). Um pouco a norte de Coimbra, na área de Souselas, havia em 968 um outeiro chamado do Rando (DC 96). Ora os nomes pessoais germânicos eram usados por cristãos. Será que Rando, o governador da Coimbra muçulmana, era um cristão? Não nos parece impossível nem improvável. Quando o conde Mendo Luz tomou Montemor aos Muçulmanos (em 1017), o alcaide ou governador da vila era Froila Gonçalves, filho do Gonçalo Moniz que havia sido conde de Coimbra desde c. 928 até c. 980 (ALARCÃO 2019a: pp. 76-77). Froila Gonçalves era cristão, com boas relações com os cristãos da região, pois, em 1006, doou terras ao mosteiro da Vacariça (Mealhada) *pro remedio anime mee et parentum meorum* (DC 196). Governava, todavia, uma vila muçulmana.

Coimbra, Montemor e outras terras, embora na posse dos Muçulmanos, poderiam eventualmente ser, no séc. XI, governadas por cristãos pró-Islão. Poderia até ser estratégia daqueles em cidades ou vilas cuja população fosse maioritariamente cristã (como seriam aquelas duas).

Voltando ao relato de Ibn Idāri, diremos que o cronista árabe provavelmente exagera quando fala da mortandade dos homens e do cativo das mulheres e das crianças. Dificilmente acreditaremos em tanta violência numa cidade e numa região onde temos testemunhos indirectos de convivência pacífica entre cristãos, mouros e judeus.

Não sendo nosso objectivo falar dessa convivência e tolerância recíproca de raças e de religiões na região de Coimbra no séc. XI, não deixaremos de apontar alguns caminhos para a exploração do tema.

Um deles — caminho indirecto, mas nem por isso menos útil — é o da onomástica pessoal. Nos séculos XI e XII são comuns, na região, os nomes híbridos: nomes próprios árabes ou judaicos associam-

se a nomes cristãos e vice-versa. Assim encontramos um Domingos (nome cristão) Soleimas (filho de Sulaymān, nome árabe), um Soleima (nome árabe) Godins (filho de Godinho, nome de origem germânica), um Pedro (nome cristão) Omares (filho de ‘Umar, nome árabe) — e muitos outros. O próprio D. Sesnando, Davides de seu patronímico, tinha um nome misto, pois o de Sesnando é de origem germânica e foi muito usado por cristãos, mas o de David é de origem judaica. A mãe de D. Sesnando chamava-se Susana — nome tão bíblico quanto o de David. Não queremos sugerir que D. Sesnando tinha origem judaica — ainda que isso não se nos afigure impossível. Nem queremos afirmar que tinham ascendência árabe ou berbere todos quantos usavam um nome árabe. Mas, tomada na sua globalidade, esta mistura de nomes parece-nos indicativa de interculturalidades ou miscigenações.

Se passarmos da onomástica à arte, diremos que no Românico de Coimbra, mais do que no de outras regiões de Portugal, são muito visíveis as influências ou inspirações muçulmanas. Assim, na decoração arquitectónica é extremamente rara a figuração humana, mas as figuras animais são naturalistas e pacíficas, sem aquele ar terrífico que se observa em muitos outros “românicos”. Podemos dizer que essa inspiração ou influência é, em Coimbra, um fenómeno de meados ou da segunda metade do séc. XII, posterior ao tempo de D. Sesnando e explicável pela presença de artistas mouros que sabemos terem trabalhado na cidade; mas, como observou Manuel Luís Real (1974: pp. 321-335), é muito provável que essas influências ou esse gosto sejam, em Coimbra, uma tradição de remota origem.

Referiremos ainda, como eventual indicador da comunicação ou contágio de cristãos e muçulmanos, uma interpretação polémica. Falamos da hipótese de Leontina Ventura, que, baseada no testamento de D. Sesnando, sugeriu que o conde teria um harém (VENTURA 2006: p. 42, nota 28). Não parece fácil prová-lo.

Do testamento de D. Sesnando temos duas versões: uma, assinada e datada (LP 19); outra, sem data nem assinaturas (LP 78). É difícil dizer se esta última é apenas uma minuta, ou se corresponde a um outro testamento — e, neste caso, se é anterior ou posterior ao que se acha datado e assinado. As duas versões são quase coincidentes; mas, na que não tem data nem assinatura, lemos algo que não se encontra na outra. Depois de ter contemplado sua filha Gelvira (ou Elvira), a quem deixa, para além de outros bens muito mais importantes, *um alvato grezisco et alio de lana*, o conde escreveu:

*et alia alvata que remanserit parciant illo inter Maria que fuit mater de meo filio et inter Justa et Urraca et dent ad eas totas tres CC mecchales abbedis et solvant illas ut vadant ubi voluerint et illas alias mulieres que sunt in mea curte et mihi serviunt dent eis quinquaginta solidis de dinariis per singula capita et ad Baldemiro similiter L<sup>a</sup> solidos.*

e a outra roupa branca que ficar, dividam-na entre Maria, que foi mãe de meu filho, e entre Justa e Urraca, e dêem a todas três duzentos *mecchales abbedis*, e paguem-lhes de modo a que possam ir para onde quiserem; e às outras mulheres que estão em minha casa e me servem dêem, a cada uma, 50 soldos de dinheiros, e a Baldemiro, igualmente, 50 soldos.

Para Leontina Ventura, as “outras mulheres que estão na minha casa e me servem” seriam as mulheres de um suposto harém (que integraria, aliás, também Maria, Justa e Urraca).

Parece-nos que estas mulheres poderiam ser simplesmente criadas. Baldemiro (que, provavelmente, nada tem a ver com o alvazir de Coimbra no tempo de D. Sesnando, Mendo Baldemires) seria também um criado, talvez de maior confiança ou com mais responsabilidade na casa do conde. Maria, Justa e Urraca seriam (ou teriam sido?) amantes de D. Sesnando? Foram contempladas de forma muito mais generosa que as outras mulheres, com duzentos *mecchales abedis*. Os *mecchales abedis* eram moedas muçulmanas cunhadas pelos Abádidas de Sevilha (LOSA 1983). O nome também se encontra, em documentos do séc. XI, sob a forma *mitqal* ou *mitkal*. No séc. XII foi substituído por *maravedil* ou *morabitino* (MARQUES 1996: pp. 30-31). Num documento de Coimbra, de 1119, fala-se de *unum medkal morabitino* (DP IV 107). Em outros documentos de Coimbra e da época (LP 456, de 1083 e LP 58, de 1086-1091), surgem-nos *meccales de auro*, representando somas consideráveis. Não havendo, no testamento de D. Sesnando, essa especificação *de auro*, poderemos admitir que seriam

de prata? Os *mecchales* de ouro eram o equivalente aos *dinares*. Os *mecchales* de prata (se os havia) seriam equivalentes aos *dirhemes*. O *dinar* valia 10, 13 ou 17 *dirhemes*, consoante a desvalorização que a moeda foi sofrendo. No tempo de D. Sesnando, o *dinar* valia provavelmente 17 *dirhemes*. De ouro ou de prata, os duzentos *mecchales* representariam uma soma considerável.

Seja como for, e mesmo que o conde, casado ou viúvo, mantivesse em sua casa várias mulheres com quem tivesse relações amorosas, parece-nos que dificilmente poderemos falar de um harém ou considerar que a soltura de costumes de D. Sesnando (se acaso ele tinha esse despejo ou despudor) era uma influência muçulmana.

Quanto ao filho que D. Sesnando teve de Maria, seria o que foi sepultado no mosteiro de S. Jorge a par de Coimbra (SANTA MARIA 1668, II: p. 156)?

Apresentadas estas notas sobre caminhos que poderão ser seguidos na investigação da multiculturalidade e miscigenação que terão existido na Coimbra de D. Sesnando, concentrar-nos-emos no que é objectivo principal deste nosso artigo: a reconstituição do espaço físico da cidade e da sua região no tempo do conde (1064-1091).

Coimbra erguia-se entre a serra e o mar. O rio Mondego, a montante, corria apertado entre montanhas; mas logo a jusante da cidade entrava num vasto estuário de águas mansas, com grandes esteiros a norte e a sul (Fig. 1). Ao longo dos tempos, desde o séc. XII, o estuário foi sendo colmatado; mas ainda no século passado, anteriormente à construção da barragem da Aguieira, o leito das grandes cheias inverniais do rio reproduzia a configuração do estuário que existiria no tempo de D. Sesnando.

A cintura das muralhas era ainda a que os Romanos haviam construído, provavelmente nos inícios do séc. IV. A área intramuros era considerável: quase 20 hectares (Fig. 2).

Alguns autores têm julgado esta área improvável, por excessiva, para cidade do Baixo Império. Uns têm datado a muralha de época visigótica; outros, do tempo da primeira reconquista cristã aos muçulmanos (878); outros ainda, do tempo de Almançor, nos finais do séc. X. Se considerarmos a área muralhada improvável para a época romana, temos de considerá-la também inverosímil para qualquer destas outras duas épocas. Devemos ter presente que a muralha de Coimbra não difere substancialmente, em extensão e área, de outras muralhas romanas e medievais do nosso território. Além disso, atendendo à topografia do morro em que Coimbra assentava, não havia grandes alternativas: a muralha corre, em todo o seu percurso, por uma arriba ou escarpa.

Seria, pois, de quase 20 hectares a área da cidade sesnandina. O que não sabemos é se estava densamente construída ou se havia muitos espaços não edificadas. Não sabemos, igualmente, se as casas das famílias mais ricas tinham (ou não) grandes quintais.

A muralha tinha quatro portas: a do Sol, a de Ibn Bodron, a de Belcouce e a de Almedina. Do lado norte não haveria porta, pois a Porta Nova só foi aberta por volta de 1160 (ALARCÃO 2013: pp. 15-17).

A Porta do Sol é referida em documentos de 1087 e 1088 (DC 673 e 714; LP, 349 e 390 A) — isto é, do tempo de D. Sesnando. A primeira referência à Porta de Ibn Bodron surge em 1094 (DC 807; LP 365) — três anos depois da morte de D. Sesnando — mas não temos razão para supor que não existia no tempo do conde. Corresponde provavelmente à Porta de Genicoca ou da Traição, que ainda se representa num desenho de Magne, da época pombalina (Fig. 3).

A porta ocidental da cidade (hoje, Porta de Almedina) ficava, na época romana, no exacto enfiamento da rua de Quebra-Costas. A entrada foi depois deslocada e a porta construída de modo a que o acesso se fizesse em cotovelo. Este modelo, de origem árabe, foi adoptado na arquitectura militar pelos cristãos. Não podemos datar com segurança esta transformação, que tanto pode ser da época sesnandina como do período condal.

A cidade de D. Sesnando tinha certamente um castelo. Mas ficaria ele junto da Porta do Sol ou junto da Porta de Belcouce?

O castelo medieval ergueu-se junto da Porta do Sol. A porta foi reconstruída no tempo de D. Teresa (DR 59). D. Afonso Henriques construiu a torre de menagem e D. Sancho I reforçou-o com uma torre pentagonal. É possível que já no tempo de D. Sesnando existisse aqui um pequeno castelo. Há outro sítio, porém, onde um castelo sesnandino nos parece admissível.

Na área da Estrela, a rua das Esteirinhas e o beco da Amoreira têm um traçado contra-natura porque, em vez de acompanharem as curvas de nível, como quase todas as ruas da parte alta da cidade, vão contra a geomorfologia. É possível que isso se explique pela existência de um castelo (ALARCÃO 2008: pp. 219-220). A sua posição neste sítio seria estrategicamente conveniente, porque teria excelente domínio visual e defenderia a entrada sul da cidade. Era deste lado, pela ponte, que poderiam vir os ataques. Facilmente podemos acomodar aqui um castelo que teria dimensões bem mais amplas do que as do castelo sesnandino de Penela.

Na cidade de D. Sesnando, intramuros, os edifícios mais importantes eram o alcácer, as igrejas e o paço do bispo.

O edifício antigo da Universidade ocupa (mas ultrapassa) o espaço do alcácer ou palácio onde residiria aquele Rando que, em 1064, governava a cidade muçulmana. O alcácer era um vasto quadrilátero quase regular, com cerca de 80 m de lado, provido de torres redondas (CATARINO e FILIPE, 2006). A entrada, fortemente defendida, ficava onde hoje vemos a Porta Férrea do Paço das Escolas. Infelizmente, não podemos reconstituir ou imaginar o que haveria no interior deste recinto — isto é, as construções que se adossariam à muralha. A reconstituição apresentada por António Filipe Pimentel (2005), com uma capela e uma aula palatina (reconstituição que reproduzimos, simplificada, na Fig. 4), deve considerar-se muito duvidosa — ou deve mesmo rejeitar-se. Não há vestígios arqueológicos que confirmem a reconstituição. A planta do séc. XVIII a que o autor recorreu foi interpretada para sustentar o que se pretendia: que já no tempo de D. Sesnando havia na alcáçova uma igreja dedicada a S. Miguel e que esta é a que o conde contempla em seu testamento. Aquela planta não autoriza, porém, a reconstituição proposta. Por outro lado, a inserção da abside no torreão da muralha da alcáçova teria obrigado ao esvaziamento ou desentulhamento daquele — o que, não sendo impossível, não se afigura provável. Finalmente, o telhado da suposta capela impediria a circulação no adarve — o que teria sido um erro estratégico dificilmente admissível.

A alcáçova de Coimbra não seria muito mais vasta que a de Montemor-o-Velho (se bem que seja hipotética a reconstituição desta). Na alcáçova muçulmana montemaiorense haveria uma mesquita, donde procederá o capitel hoje conservado no Museu Nacional de Machado de Castro (BARROCA 2005). A alcáçova de Coimbra teria também a sua mesquita palatina — que D. Sesnando terá destruído ou convertido a outro uso.

Foi certamente na alcáçova que residiu D. Sesnando, depois de ter abandonado uma casa que tinha junto da porta de Almedina.

As igrejas intramuros da cidade sesnandina eram a do Salvador (com referência documental mais antiga em 1064, DC 444, LP 73), a de S. João de Almedina (que D. Sesnando reconstruiu e dotou em seu testamento de 1087, DC 677, LP 19 e 78) (ALARCÃO 2008: pp. 105-107), a de S. Pedro (referida pela primeira vez em 1087, DC 683) e, naturalmente, a Sé (fig. 5).

Segundo a tradição, o rei Fernando Magno, tendo conquistado a cidade, converteu a mesquita em catedral e armou nela vários cavaleiros, entre eles o célebre Cid, o Campeador. Não podemos aceitar a tradição sem sérias reservas — que, aliás, também foram manifestadas por Pierre David (DAVID 1943: p. 17; ALARCÃO 2008: pp. 102-103); mas também não temos argumentos suficientemente convincentes para a recusar definitivamente. Só por meio de escavações arqueológicas se poderá vir a resolver o problema.

Na cidade muçulmana havia possivelmente, para além da mesquita palatina e da mesquita maior, outra(s) menor(es). De nenhuma delas temos notícia ou vestígios arqueológicos. Não sabemos se alguma

delas sobreviveu no tempo de D. Sesnando, para servir as necessidades de culto daquela população islamizada que se terá mantido na cidade.

O antigo forum romano mantinha o seu criptopórtico. Os pórticos teriam desaparecido. No lugar da antiga basílica romana, o bispo D. Paterno, contemporâneo de D. Sesnando, instalou o seu paço. Do lado oriental ficava a igreja que o conde reconstruiu e dotou e que viria a ser, no séc. XII, demolida para dar lugar a outra bem maior. No tempo de D. Sesnando, o lugar era conhecido pela designação de Mirleu (ALARCÃO 2019b: p. 102).

Havia, em Coimbra, casas ricas. Na documentação da época surgem-nos com a designação de *corte* ou *curtis*. Esta última é, certamente, um latinismo. Na expressão oral do tempo, o nome seria corte — ainda que seja duvidosa a pronúncia de então: córte ou côrte? Atenta a etimologia (do latim *cohortis*), inclinamo-nos para uma pronúncia córte. O nome sobrevive no português moderno, embora com o sentido de curral ou instalação para o gado, sobretudo suíno.

Nos documentos mais antigos de Coimbra, o nome parece designar pequena propriedade murada, com casa de habitação, anexos e quintal, em área extramuros. Seria o que, no séc. XII, se designaria por *hortus* ou almuinha. As palavras, porém, evoluem no seu sentido — e, nos séculos XI e XII, *corte* ou *curtis* é indiscutivelmente uma propriedade intramuros. Como mostrou Leontina Ventura (2006), as “cortes” eram seguramente casas de gente rica.

Infelizmente, a documentação coimbrã não nos permite fazer ideia da área e do aspecto que teriam estas cortes; e também nunca se encontraram vestígios arqueológicos que permitam imaginá-las. Talvez se conservasse ainda, embora evoluído, o modelo romano da casa de peristilo. A colunata ou pórtico romano teria desaparecido e o jardim ter-se-ia transformado num pátio. As casas dos sécs. X-XI de Mértola (*Campo Arqueológico de Mértola*, 2008) podem dar ideia do que seriam as (ou algumas das) casas de Coimbra — ainda que só com muitas dúvidas e cautelas se possam transferir para a cidade do Mondego os modelos da cidade do Guadiana.

Algumas das casas de proprietários muçulmanos terão sido, em 1064, confiscadas. Num documento de 1093 (DC 793, LP 41) refere-se uma corte, junto da igreja de S. Salvador, que D. Sesnando havia doado a Nuno Gondesendes, e alude-se a outras que o conde havia entregado *aliis bonis hominibus*, “a outros homens bons”.

Em 1088, D. Sesnando confirmou ao bispo de Coimbra, D. Paterno, a doação que anteriormente lhe fizera de uma sua residência “acima da porta da cidade” (DC 700, LP 21). Esta porta era certamente a de Almedina. A residência de D. Sesnando deveria ser grande ou ter grande quintal, visto que o bispo havia já construído aí vários prédios (que terão sido casas mais modestas). Delas receberia rendas.

A residência de Mendo Baldemires, alvazil da cidade no tempo de D. Sesnando, seria também casa grande, junto da porta de Belcouce.

Famílias socialmente relevantes viveriam junto da Sé (VENTURA 2006).

Fora de muralhas, na área da actual rua de Corpo de Deus, ficava a Judiaria. Se bem que sejam da década de 1130 os documentos mais antigos que atestam a localização do bairro dos judeus nesta área, é mais do que provável que a judiaria já aí se encontrasse no tempo de D. Sesnando — e até na cidade muçulmana, anteriormente a 1064.

Do que não há indícios na documentação é da mouraria. Devemos excluir, por infundada, a ideia de que houve uma mouraria na área da igreja de S. Cristóvão (ALARCÃO 2008: pp. 95-97).

Se atendermos ao mais do que provável clima de tolerância e convivência de cristãos e mouros que terá existido na Coimbra sesnandina, podemos admitir que a população de origem e crença muçulmanas que terá permanecido na cidade depois de 1064 não foi confinada a uma área em particular.

A vertente norte do morro onde se erguia a cidade era fértil de águas. Havia outras nascentes na encosta de Montarroio. Corriam essas águas, de um lado e do outro, para uma ribeira que descia pelas actuais avenida de Sá da Bandeira e rua de Olímpio Nicolau Rui Fernandes (Fig. 5). Chamava-se a essa linha de água, no séc. XII, *rivulum de Balneis*, “ribeiro dos Banhos” – porque havia uns banhos públicos no lugar onde veio a edificar-se o mosteiro de Santa Cruz. Estes banhos existiam no tempo de D. Sesnando (LS, nº 122, onde se lê *illas balneas... sicut fuit in diebus alvazil domni Sesnandi*), mas haviam sido construídos, provavelmente, no período da dominação muçulmana.

Uma pequena ponte, algures na actual praça de 8 de Maio, permitia atravessar o ribeiro, que depois corria sensivelmente paralelo à rua da Moeda e ia desaguar no Mondego. O curso final deste ribeiro era, pelo menos desde o séc. XII, chamado *runa*. A ponte ainda se mantinha no séc. XVI e só terá desaparecido quando Frei Brás de Braga, Prior-Reformador do mosteiro de Santa Cruz, cobriu a runa no espaço correspondente ao terreiro de Sansão.

Talvez na foz do ribeiro houvesse um porto fluvial. Ficaria aí a *area de alvazil* mencionada em documento de 1091 (LP, nº 343; ALARCÃO 2008: p. 180)? Existiria outro porto junto da ponte – que, no tempo de D. Sesnando, era ainda a que os Romanos haviam construído.

Na baixa que o ribeiro dos Banhos e a runa atravessavam havia várias almuinhas ou hortos. Os dois nomes são sinónimos: um, almuinha (ou *almunia*), de origem árabe (de *munya*); outro, horto, de raiz latina (*hortus*). As almuinhas ou hortos da baixa coimbrã seriam pequenas quintas – propriedades muradas, com casa de habitação e terreno de cultivo. Regadas com água do ribeiro ou extraída de poços (e estes não tinham de ser profundos porque facilmente se alcançava o nível freático), prestavam-se à cultura de legumes, ervas aromáticas, árvores de fruto. Convertida ao feminino “horta”, a palavra ainda se usa no Algarve e ocasionalmente no Baixo Alentejo para designar, não o que hoje vulgarmente chamamos “horta”, mas a pequena quinta com residência e área de cultivo.

Após a reconquista da cidade em 1064, muitas destas quintas da baixa coimbrã, que seriam propriedade de ricos muçulmanos, terão sido confiscadas, pois vamos encontrá-las na posse de D. Susana, mãe de D. Sesnando, na de D. Mendo Baldemires, alvazil da cidade, na da Sé, e, mais tarde, na década de 1130, na de D. Afonso Henriques (ALARCÃO 2008: pp. 160 e 180; ALARCÃO 2013: pp. 24-26). As que eram de D. Afonso Henriques poderiam ser almuinhas que Fernando Magno teria reservado como propriedades régias e que nessa condição se achavam naquela década de 1130.

Numa cidade, é essencial o abastecimento de água. O aqueduto romano (que sobrevive como “Arcos do Jardim”) devia achar-se operacional no tempo de D. Sesnando. Havia um outro, menor, que levava água aos banhos a que nos referimos.

Na baixa de Coimbra erguiam-se as igrejas de S. Cristóvão, posteriormente consagrada a S. Bartolomeu (ALARCÃO 2008: pp. 271-273), e a de S. Cucufate (depois dedicada a S. Tiago).

A igreja de S. Cristóvão havia dado origem a um pequeno núcleo urbano ou *arrabalde*. É possível que outro tanto tenha sucedido com a igreja de S. Tiago. Devemos excluir, porém, a ideia de que a baixa de Coimbra era densamente ocupada no tempo de D. Sesnando. O urbanismo do que hoje chamamos Baixinha, ao contrário do que muitos ainda hoje pensam, nada deve a uma suposta origem muçulmana anterior a 1064. O desenvolvimento desta área da cidade, partindo de alguns poucos eixos que já existiriam no tempo de D. Sesnando, mas que seriam apenas caminhos que levavam ao rio e às quintas a que acabámos de referir-nos, ocorreu só do séc. XIII em diante. Foi a partir desta época que se multiplicaram as ruas e ruelas, progressivamente criando um tecido cada vez mais denso (cujo labirinto aliás se exagera, pois há nesses eixos uma razoável ortogonalidade de que se não apercebe quem hoje percorre as ruas e becos, mas é visível na representação cartográfica).

O mapa da nossa Fig. 6 representa os territórios peninsulares cristãos e muçulmanos no tempo de D. Sesnando. O conde governou o território do Mondego ao Douro. A sul, ultrapassava o rio e incluía

Soure, Penela e Miranda do Corvo. A nordeste ia até Lamego. Não sabemos se Viseu e Seia estariam na jurisdição do conde.

Talvez este vasto domínio não lhe tenha sido atribuído logo em 1064. Poderá Afonso VI ter aumentado a jurisdição territorial do cõsul?

Por morte de Fernando Magno, foi o seu reino dividido pelos filhos, tendo cabido Leão a Afonso VI, a Galiza (com o território actualmente português até ao Mondego) a Garcia, e Castela a Sancho. A vitória de Afonso VI sobre Garcia, em 1071, garantiu àquele rei o domínio da Galiza.

Entre 1065 (ano da morte de Fernando Magno) e 1071, D. Sesnando terá estado, pois, sujeito a Garcia. Depois dessa data, a Afonso VI.

Não temos prova nem indício de que D. Sesnando tenha tentado estender o domínio cristão para além da linha de Soure, Penela e Miranda do Corvo, no sentido de Leiria ou de Tomar, de onde vinham as velhas estradas romanas.

Na *Vida de Martinho de Soure* lemos que D. Sesnando ocupou a vila de Soure e construiu o castelo (NASCIMENTO 1998: pp. 226-227). Em 1089, João e Madreboa deixaram à Sé de Coimbra as terras que tinham na vila e haviam recebido *de mercede de alvazir domno Sesnando*, “por mercê do alvazir D. Sesnando” (DC 719, LP 384). Este João terá sido um daqueles povoadores a quem D. Sesnando doou terras em Soure; de outros a quem o conde, provavelmente, também distribuiu terras na mesma vila não temos, infelizmente, notícia.

O que hoje se designa por “castelo de Soure” foi a casa-mãe dos Templários antes de estes a terem estabelecido em Tomar. É mais do que duvidoso que a casa dos Templários tenha resultado de uma adaptação do castelo sesnandino. Ficaria noutra lugar da vila o castelo de D. Sesnando (ALARCÃO 2019c)?

Os castelos de Penela (BARROCA 1991-1992: pp. 107-109) e Arouce também foram erguidos por D. Sesnando, que, em 1087, doou metade deles à igreja que havia construído em Coimbra (DC 677, LP 19 e 78). Entre as duas vilas, Miranda do Corvo teria também o seu castelo. Não temos atestação documental deste último no tempo de D. Sesnando. Em 998 havia uma “torre” em Miranda (DC 179) e já em 980 se alude ao “território de Miranda” (DC 127), certamente governado a partir dessa “torre”. É mais do que provável que o castelo de Miranda tenha sido um dos muitos que D. Sesnando construiu ou reconstruiu e que, pela maior parte, nos são desconhecidos. A julgar pelas dimensões do castelo de Penela, todos poderiam ser pequenos.

Na margem norte do Mondego, Montemor-o-Velho era povoação importante, também com sua alcáçova (BARROCA 2005). A vila havia sido recuperada em 1034 (trinta anos antes da tomada de Coimbra) por Gonçalo Trastemires e, em 1064, na altura da reconquista de Coimbra, o senhorio de Montemor era, provavelmente, de Paio Gonçalves, filho de Gonçalo Viegas. Era grande a inimizade entre D. Sesnando e Paio Gonçalves (DC 549). Talvez não se tratasse de ódio meramente pessoal, mas familiar. Ambas as famílias tinham propriedades na região (a de D. Sesnando, em Tentúgal) e a inimizade poderia vir de longe. Certo é que, na sequência imediata da conquista de Coimbra em 1064, as propriedades de Paio Gonçalves na área de Montemor e na região do Vouga foram confiscadas (por instigação de D. Sesnando?) (DC 549) e entregues a Diogo Trutesendes e a seu filho Mendo Dias, que nesse mesmo ano de 1064 governavam (ou passaram a governar) o território de Santa Maria (Feira) (MATTOSO 1994: pp. 226-227).

Fernando Magno não terá dado Montemor a D. Sesnando. Temos notícia de que a entrega foi feita por Afonso VI (LP 49), provavelmente em (ou depois de) 1073. O castelo, segundo o documento citado, teria ficado ao abandono durante sete anos e ter-se-ia convertido numa selva e covil de feras. Se parece difícil aceitar que uma posição tão importante como Montemor tenha ficado ao abandono, a verdade é que isso pode explicar a construção do (ou o investimento no) castelo, muito vizinho, de Santa Eulália. Ficava

este num morro hoje chamado de Santa Olaia (evolução de Eulália), que havia sido feitoria fenícia e cuja ocupação medieval está atestada por materiais arqueológicos, designadamente moedas de Afonso VI (NAZARÉ 2013). As cerâmicas medievais aí recolhidas inserem-se, pelas suas características, num período que vai do séc. IX ao XIII. Estes devem considerar-se, porém, como limites máximos possíveis. A falta de registo estratigráfico rigoroso na recolha dos materiais e a amplitude cronológica dos tipos identificados não permitem fixar de modo mais preciso o intervalo da ocupação; mas documentos confirmam que o castelo existia em 1087 (LP 19), que foi atacado pelos muçulmanos em 1116 (*Scriptores*: 11) e que foi doado por D. Teresa ao conde Fernando Peres de Trava em 1122 (DR 63).

O que o citado documento do *Livro Preto* (LP 49) designa por *castellum* de Montemor (e no interior do qual foi erguida a igreja de Santa Maria, BARROCA 2000, nº 43) não seria exactamente um castelo, mas uma alcáçova de origem muçulmana? Ora esta pode ter ficado alguns anos abandonada. Não sete anos, exactamente — pois “sete” seria um número convencional para designar muitos anos. A restauração do “castelo” de Montemor poderá ter tido lugar entre 1073 e 1080. Naquele ano, como dissemos, poderá ter D. Sesnando recebido Montemor de Afonso VI e ter distribuído terras a seus *fideles*. Um deles terá sido o presbítero Vermudo, que edificou a igreja de Santa Maria da Alcáçova, talvez entre 1073 e 1080.

O castelo de Penacova existia em 1036 (DC 290), mas não sabemos que importância terá tido no tempo de D. Sesnando.

Os mosteiros maiores da região de Coimbra na época do conde foram os de Lorvão e da Vacariça. Não nos referiremos aqui à história nem de um nem do outro, mas não deixaremos de chamar a atenção para o papel que tiveram no povoamento da região de Coimbra. A “notícia” dos bens pertencentes ao mosteiro da Vacariça redigida em 1064 (DC 444; LP 73) é um exemplo sobrevivente de (muitos?) outros inventários que o rei Fernando Magno deve ter ordenado, na sequência imediata da conquista de Coimbra, como elemento necessário às confirmações ou confiscos a que terá procedido.

No nosso mapa da Fig. 1 marcamos os lugares documentalmente atestados antes de 1064 e os que pela primeira vez nos surgem em documentos do tempo de D. Sesnando. Destes últimos, alguns poderiam existir já em 1064 — pois o facto de não haver documentos que garantam a sua existência não é prova de que só tenham surgido no tempo do conde.

Só relativamente a S. Martinho (do Bispo) temos prova documental de que se trata de póvoa fundada no tempo de D. Sesnando. Em 1080, o conde afirma ter concedido a “herdade” ao abade Pedro, vindo da “terra dos pagãos” (DC 581, LP 28). A concessão da herdade foi seguramente anterior a 1080, visto que já em 1079 tinha sua igreja (ALARCÃO 2004: pp. 119-120).

Do nosso mapa poderá depreender-se que não houve, no tempo de D. Sesnando, grande crescimento populacional da área entre Penacova e o mar, e entre Soure e Penela, a sul, e Sepins, a norte. Devemos abster-nos, porém, de tirar apressadamente tal conclusão. Primeiro, porque podem ter sido fundadas aldeias só documentalmente atestadas depois de 1091. Segundo, porque pode ter havido imigração para aldeias já existentes. Terceiro, porque pode ter existido povoamento não agrupado, isto é, casais dispersos. Se, por estas razões, devemos ser prudentes, não podemos esquecer, por outro lado, que os vazios da nossa carta correspondem, em grande medida, a zonas paludosas ou arenosas que não terão atraído povoadores. Talvez o mapa, afinal, nos dê imagem, nem falsa nem muito incompleta, do que seria a região que a cidade de Coimbra directamente dominaria à morte de D. Sesnando. Soure, Penela, Miranda do Corvo, Penacova, Montemor, Tentúgal e Cantanhede poderiam ser as vilas principais da área.

A vila de Tentúgal tem sido apresentada como lugar de nascimento de D. Sesnando. A ideia assenta no testamento do conde, que deixa à Sé de Coimbra *medietatem de villa Tentugal que fuit de hereditate parentorum meorum*, “metade da vila de Tentúgal, que foi herança de meus pais”. Do facto de os pais de Sesnando serem senhores de Tentúgal não se deduz, porém, necessariamente, que ele tenha nascido aí: os pais poderiam ter residências também em Coimbra, em Montemor ou noutros lugares. A casa que D. Sesnando tinha na cidade junto da porta de Almedina teria sido residência da família?

Tem-se também suposto que D. Sesnando foi feito prisioneiro em 1026, quando os muçulmanos retomaram Montemor e a região envolvente, e que foi então levado para Sevilha (COSTA 1979: pp. 546-547). As crónicas leonesas repetem a informação de que foi preso por Benahabet, “rei da Bética” e levado para Sevilha, tendo depois caído nas boas graças do emir, que lhe terá consagrado mais afecto que a qualquer outro seu súbdito. Este Benahabet foi Muhammad b. Isma’il b. ‘Abbad (1023-1042). Mas deveremos acreditar nesta versão? Se D. Sesnando tivesse sido feito prisioneiro, seus pais, que eram gente rica, não o teriam resgatado? Será que D. Sesnando foi por vontade própria (ou pela de seus pais) para Sevilha, a fim de ser aí educado?

Seja como for, a longa estadia de D. Sesnando em Sevilha, na sua juventude, não sofre dúvidas. Aí terá adquirido uma cultura e hábitos que o terão marcado para toda a vida. Longe de ter ficado a odiar os muçulmanos, terá aprendido a estimá-los; e na cidade de Coimbra, capital do condado que Fernando Magno lhe atribuiu e Afonso VI lhe confirmou, terá tido uma atitude de tolerância. Nem radicalmente cristão nem convertido ao Islão, terá sido o mais ilustre moçárabe da nossa história.

Remataremos pondo uma questão: por que motivo D. Sesnando não pensou (ou não tentou) estender o território cristão para sul, para além de Soure e de Penela? Por razões político-militares, isto é, porque não tinha forças suficientes para tentar a conquista de Tomar, Santarém e Lisboa? E porque, do outro lado, os Aftássidas de Badajoz eram suficientemente fortes para resistirem e vencerem? Porque D. Sesnando estava sujeito a Afonso VI e a estratégia deste privilegiava a expansão na área do médio Tejo?

Talvez o não avanço do conde se explique por um acordo diplomático que terá traçado, por Soure e Penela, um paralelo territorial que cristãos e muçulmanos se terão comprometido a não ultrapassar. Talvez esse acordo se tenha justificado não exactamente por equilíbrio de forças militares, mas por um desejo de convivência e de relações pacíficas. Em 1088, D. Sesnando autorizou o bispo D. Paterno, que então se achava doente, a ir tratar-se em terra de cristãos ou mouros (DC 700, LP 21). O bispo terá morrido sem ter chegado a procurar remédio em algum sítio; mas o documento sugere que admitia ir tratar-se a terra de muçulmanos e não receava ser aí preso ou mal tratado.

Na sequência da morte de D. Paterno, D. Sesnando terá tentado, sem êxito, impor um bispo moçárabe — o famoso *bispo negro* que a lenda (ou uma canção de gesta) atribuiu ao tempo de D. Afonso Henriques. Aqui poderão ter começado algumas divergências entre o cônsul e a corte de D. Afonso VI. O bispo designado por D. Sesnando (D. Martinho Simões?) ter-se-á apresentado no concílio de Husillos, reunido em Março ou Abril de 1088, mas não terá sido aceite por oposição do arcebispo de Toledo e do próprio Afonso VI. Abriu-se um contencioso e a Sé ficou sem bispo confirmado até 1092. Em Maio deste ano, falecido já D. Sesnando, foi D. Crescónio finalmente sagrado bispo de Coimbra pelo arcebispo de Toledo, acolitados pelos de Tui e Orense (ALARCÃO, no prelo).

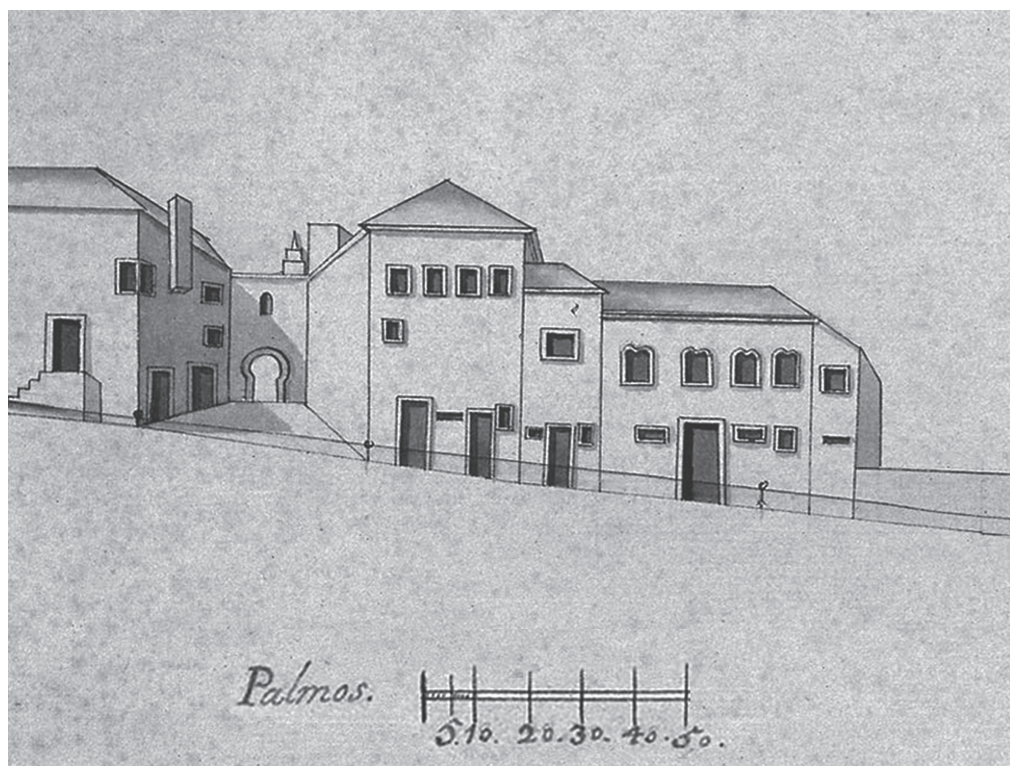
Se entre D. Sesnando e o emir de Badajoz se estabeleceu um *modus vivendi* pacífico e tolerante, a situação mudaria a partir de 1093, quando os Almorávidas tomaram o reino dos Aftássidas. À *jihad* ou guerra santa iniciada pelos Almorávidas respondeu o mundo cristão: em 1095 o Papa Urbano II pregou a 1ª Cruzada. Na corte de Afonso VI, os franceses tinham ganho favor e influenciavam a política. Para eles, os moçárabes eram gente desviada de correcta vida e de ortodoxa religião. O tempo da coexistência tolerante tinha passado. D. Sesnando, porém, já não era deste mundo. Tinha falecido em Agosto de 1091 e sido enterrado no cemitério da Sé. Não assistiu, pois, ao agravamento do conflito, em Coimbra, entre defensores do rito moçárabe e defensores do rito cluniacense. Até que ponto este conflito, aumentado pela chegada de franceses no tempo dos condes D. Raimundo e D. Henrique, afectou a sociedade coimbrã na sua generalidade já não é matéria deste nosso estudo.

## BIBLIOGRAFIA

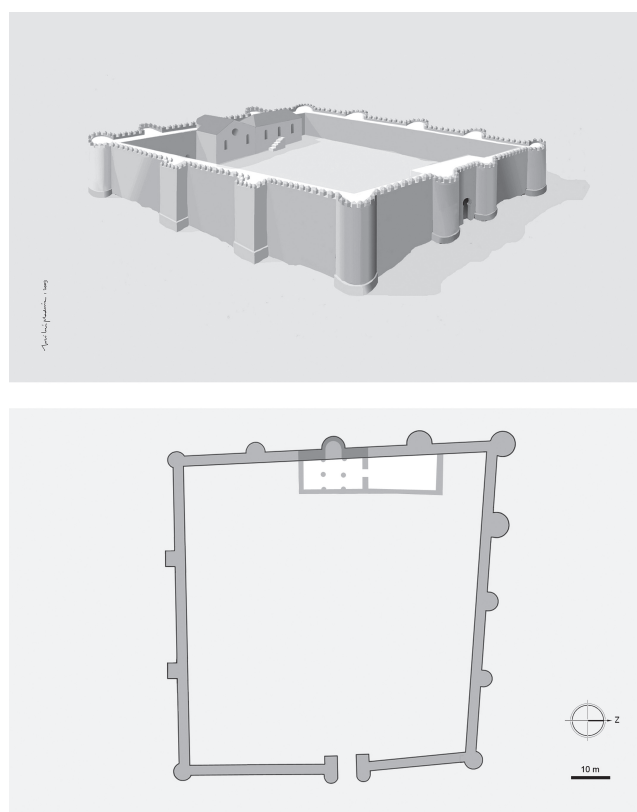
- AILLET, Cyrille (2010), *Les mozárabes. Christianisme, islamisation et arabisation en péninsule ibérique (IX-XII<sup>e</sup> siècle)*. Madrid: Casa de Velázquez
- ALARCÃO, Jorge de (2004), In território Colimbrie: *lugares velhos (e alguns deles, deslembrados) do Mondego*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia
- ALARCÃO, Jorge de (2008), *Coimbra: a montagem do cenário urbano*. Coimbra: Imprensa da Universidade
- ALARCÃO, Jorge de (2013), *A Judiaria Velha de Coimbra e as torres sineiras de Santa Cruz*. Coimbra: Centro de Estudos Arqueológicos das Universidades de Coimbra e Porto
- ALARCÃO, Jorge de (2019a), *Do Douro ao Mondego. De Fernando Magno a Almançor*. Coimbra: Centro de Estudos em Arqueologia, Artes e Ciências do Património
- ALARCÃO, Jorge de (2019b), “Notas de Arqueologia, Epigrafia e Toponímia, VIII”. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 22, Lisboa, pp.101-116
- ALARCÃO, Jorge de (2019c), “Para a história de Soure, das origens ao séc. XII”. *Anais Leirienses—estudos e documentos*, 2, Leiria, pp. 27-49
- ALARCÃO, Jorge de (no prelo), “D. Sesnando e o Bispo Negro”. Trabalho entregue para publicação em *Arquivo Coimbrão*
- BARROCA, Mário Jorge (1990-1991), “Do castelo da Reconquista ao castelo românico (Séc. IX a XII)”. *Portvgalia*, Nova Série, 11-12, Porto, pp. 89-136
- BARROCA, Mário Jorge (1996-1997), “A Ordem do Templo e a arquitectura militar portuguesa do século XII”. *Portvgalia*, Nova Série, 17-18, Porto, pp. 171-209
- BARROCA, Mário Jorge (2000), *Epigrafia medieval portuguesa (862-1422)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian e Fundação para a Ciência e a Tecnologia
- BARROCA, Mário Jorge (2005), “O castelo de Montemor-o-Velho nos séculos X a XIII”. In Mário Jorge BARROCA e Isabel Cristina F. FERNANDES (coords.), *Muçulmanos e cristãos entre o Tejo e o Douro (Sécs. VIII a XIII)*. Palmela: Câmara Municipal de Palmela; Porto: Faculdade de Letras do Porto, pp. 111-126
- CATARINO, Helena e FILIPE, Sónia (2006), “Madinat Qulumbriya: arqueologia numa cidade de fronteira”. In GÓMEZ MARTÍNEZ, Susana (coord.), *Al-Andalus, espaço de mudança. Balanço de 25 anos de história e arqueologia medievais. Homenagem a Juan Zozaya Stabel-Hansen*. Mértola: Campo Arqueológico de Mértola, pp. 73-85
- COELHO, Maria Helena da Cruz (2005), “Nos alvares da história de Coimbra — D. Sesnando e a Sé Velha”. In *Sé Velha de Coimbra. Culto e Cultura*. Coimbra: Catedral de Santa Maria de Coimbra, pp. 11-39
- COELHO, Maria Helena da Cruz (2013), *O município de Coimbra: monumentos fundacionais*. Coimbra: Câmara Municipal e Imprensa da Universidade
- COSTA, Avelino de Jesus da (1979), “Sesnando”. In *Dicionário de História de Portugal*, dirigido por Joel SERRÃO. Lisboa: Iniciativas Editoriais. Vol. V, pp. 546-547
- DAVID, Pierre (1943), *A Sé Velha de Coimbra*. Porto: Portucalense Editora
- DAVID, Pierre (1947), *Études historiques sur la Galice et le Portugal du VI<sup>e</sup> au XII<sup>e</sup> siècles*. Paris: Les Belles-Lettres; Lisboa: Livraria Portugalíá Editora
- DC = *Portugaliae Monumenta Historica. Diplomata et chartae*. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1867-1873
- DP IV = *Documentos Medievais Portugueses. Documentos Particulares*. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1980
- DR = *Documentos medievais portugueses. Documentos régios, I*. Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1958

- FERNANDES, Paulo Almeida e REAL, Manuel Luís (2020), “A construção e as artes ao tempo de D. Sesnando (Parte 1)”. *Portvgalia*, Nova Série, 41, Porto, pp. 123-168
- LOSA, António (1983), “A moeda entre os moçárabes nos séculos X e XI”. *Revista de Guimarães*, 93, Guimarães, pp. 219-229
- LP = *Livro Preto. Cartulário da Sé de Coimbra*. Edição crítica. Texto integral (com direcção e coordenação editorial de Manuel Augusto RODRIGUES e direcção científica de Avelino de Jesus da COSTA). Coimbra: Arquivo da Universidade de Coimbra, 1999
- LS = *Livro Santo de Santa Cruz*. Lido e anotado por Leontina VENTURA e Ana Santiago FARIA. Coimbra: Centro de História da Sociedade e da Cultura da Universidade de Coimbra, 1990
- MAÍLLO SALGADO, Felipe (1993), *La caída del califato de Cordoba y los reyes de taifas*. Salamanca
- MARQUES, Mário Gomes (1996), *História da moeda medieval portuguesa*. Sintra: Instituto de Sintra
- NASCIMENTO, Aires Augusto do (1998), *Hagiografia de Santa Cruz*. Lisboa: Colibri
- NAZARÉ, Maria João Vicente (2013), *Cerâmicas medievais de Santa Olaia (Figueira da Foz) depositadas no Museu Municipal Dr. Santos Rocha*. Coimbra (Tese de mestrado, policopiada, apresentada à Faculdade de Letras de Coimbra)
- PIEL, Joseph Maria e KREMER, Dieter (1976), *Hispano-gotisches Namenbuch*. Heidelberg: Carl Winter-Universitätsverlag
- PIMENTEL, António Filipe (2005), *A morada da Sabedoria. I. O Paço Real de Coimbra das origens ao estabelecimento da Universidade*. Coimbra: Livraria Almedina
- REAL, Manuel Luís (1974), *A arte românica de Coimbra. Novos dados – novas hipóteses*. Porto (Tese de licenciatura, policopiada, apresentada à Faculdade de Letras do Porto)
- ROSA, Maria de Lurdes (2000), “A religião no século: vivências e devoções dos leigos”. In *História Religiosa de Portugal* (direcção de Carlos Moreira Azevedo). Vol. I. *Formação e limites da Cristandade*. Lisboa: Círculo de Leitores, pp. 423-444.
- SANTA MARIA, Frei Nicolau de (1668), *Chronica da Ordem dos Conegos Regrantes do Patriarcha Santo Agostinho, II*. Lisboa: Officina de Joam da Costa
- Scriptores = Portugaliae Monumenta Historica. Scriptores*. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1856
- VENTURA, Leontina (2006), “As cortes ou a instalação em Coimbra dos *fideles* de D. Sesnando”. In *Estudos de homenagem ao Professor Doutor José Marques*. Vol. III. Porto: Faculdade de Letras do Porto, pp. 37-52.

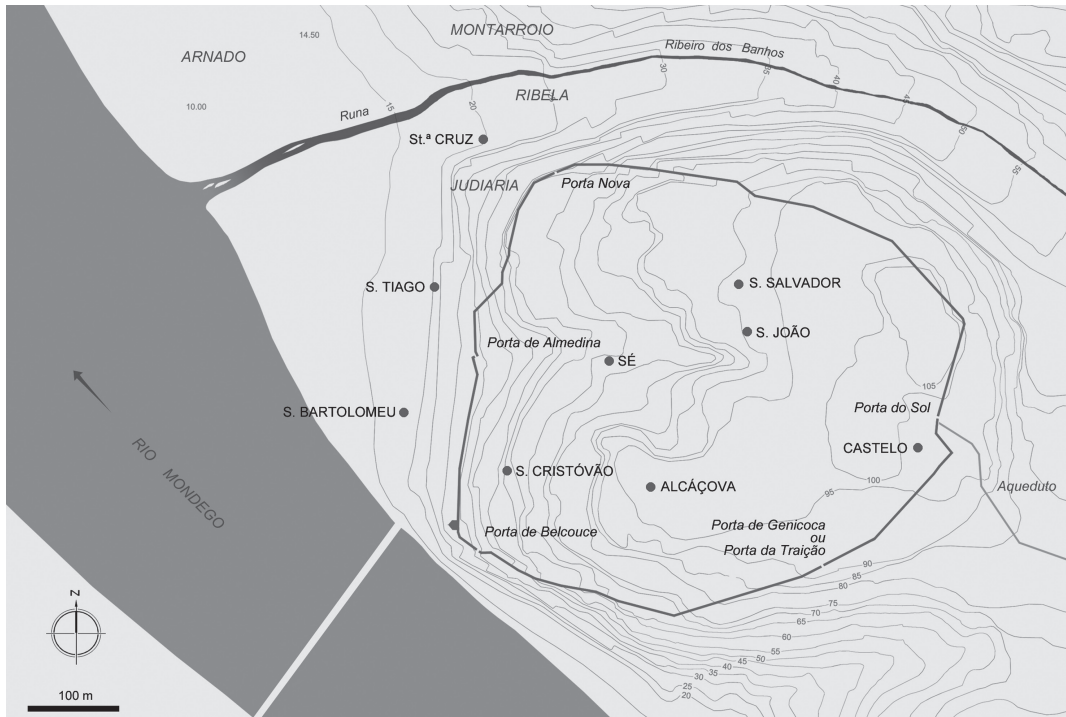




**Fig. 3:** Porta de Genicoca ou da Traição segundo desenho de finais do séc. XVIII.



**Fig. 4:** Planta e vista perspectivada do alcácer de Coimbra no tempo de D. Sesnando segundo António Filipe Pimentel.



**Fig. 5:** Localização das igrejas de Coimbra no tempo de D. Sesnando.



**Fig. 6:** Mapa dos territórios cristãos e muçulmanos no tempo de D. Sesnando.



# OFÍCIOS E PEQUENA INDÚSTRIA EM PENAFIEL: LATOEIROS/FUNILEIROS

**Teresa Soeiro**

CITCEM - FLUP

teresasoeiro@sapo.pt

## **ABSTRACT**

The Municipal Museum of Penafiel recently implemented an experience to stimulate the traditional crafts. It revealed that the tinsmith craft-deeply rooted in the city and district since the end of the 18th century-is at risk of vanishing, since only one professional craftsman remains, already retired. Such urgency led us to seek to document the activity, namely in the municipality, in order to construct a reading of this historical path, focusing on working dynamics and transmission of traditional skills, from the 18th century guilds to the Estado Novo (1933-1974). The last tinker and the memories of other craftsmen who learnt the trade in their youth and practiced it for many years, allowed access to working practices, technical means, models and needs and preferences of the clientele. These were considered under the relevant social and chronological context.

**Keywords:** Penafiel; crafts; tinsmith/tinker inventory; know-how transmission; socioeconomic dynamics.

## **RESUMO**

Uma experiência recente de dinamização das artes tradicionais, realizada pelo Museu Municipal de Penafiel, mostrou que o ofício de latoeiro/funileiro, enraizado na cidade e concelho desde o final do séc. XVIII, se encontra em risco de desaparecer, com apenas um profissional, já reformado. Tal urgência levou-nos a procurar documentar a actividade, sobretudo no município, para construir uma leitura do seu percurso histórico, incidindo nas dinâmicas do trabalho e da transmissão do saber desde as corporações setecentistas ao Estado Novo. O caso remanescente e a memória de outros artífices que aprenderam este ofício na juventude e o exerceram por muitos anos permitiram concretizar o acesso a práticas laborais, meios técnicos, modelos, mercados, necessidades e preferências da clientela, considerados com referência ao respectivo contexto social e temporal.

**Palavras chave:** Penafiel; ofícios; inventário de latoeiros/funileiros; transmissão do saber fazer; dinâmicas socioeconómicas.

## APRESENTAÇÃO

O Museu Municipal de Penafiel concebeu e coordenou, entre 2018 e 2020, o projecto *Das Artes e Ofícios Tradicionais de Penafiel*, que, segundo os responsáveis, «surge da necessidade premente de registar, divulgar e promover a continuidade do património imaterial ligado às artes e ofícios tradicionais do concelho, actualmente em risco de se perderem pelo envelhecimento dos artesãos ainda no activo, e pela falta de estímulo na formação de novos agentes produtivos». Foi um dos nove seleccionados, de entre sessenta e sete candidatos, para apoio no âmbito da 3ª edição do *Programa Tradições*, da EDP Produção<sup>1</sup>. Na 1ª fase, ao actualizar anteriores inventários de artesãos do concelho, a equipa que realizou o trabalho de campo<sup>2</sup> constatou existir actualmente apenas um artesão activo (embora já reformado) no domínio das artes do metal - área da latoaria/funilaria. Trata-se de Mário Alberto Moreira, proprietário e único trabalhador da sua oficina caseira, localizada na freguesia de Pinheiro/ Termas de S. Vicente. Mestre do seu ofício, prontamente aderiu à proposta, prestando-se a conceder uma longa entrevista, assim como a executar para registo uma obra característica do seu mester, um regador<sup>3</sup>.

A 2ª fase deste programa privilegiou a transmissão inter-geracional dos saberes e do saber fazer, através da realização de dois workshops com jovens (cestaria e tecelagem), enquanto na 3ª fase estava prevista a execução de novos produtos, concebidos pela designer Gabriela Gomes expressamente para cada um dos artesãos. A exposição temporária *Das Artes e Ofícios Tradicionais de Penafiel no Programa Tradições EDP*, inaugurada a 31 de Julho de 2020, coroou a iniciativa, sendo então apresentados os resultados do projecto. Os interessados passaram também a dispor da plataforma digital *PARTO – Penafiel, Artes e Ofícios*, com que «o Município de Penafiel pretende promover a preservação e a divulgação das suas tradições enquanto elementos patrimoniais identitários, valorizar os seus artesãos e estimular a transmissão destes saberes, fomentando o espírito de partilha e de aprendizagem».

O sucesso na execução deste projecto levou a que o Município/Museu tivesse a oportunidade de beneficiar de uma extensão do apoio, que permitiu a requalificação integral de um espaço para criação da *Oficina PARTO*. Equipada com os meios necessários para o trabalho na tecelagem e na cestaria (instrumentos, ferramentas e matérias-primas), prevê-se o seu eventual alargamento a outros ofícios. Configura uma oportunidade para manter grande interacção dos artesãos com o público, bem como pode constituir motivação para novos aprendizes, ou mesmo para quem apenas deseja experimentar estas artes tradicionais.

O trabalho que agora se publica é ainda repercussão do projecto precedente, por ter evidenciado a urgência de documentar mais uma actividade profissional em risco iminente de desaparecimento, a de latoeiro/funileiro. Integra-se, simultaneamente, na linha de investigação que o Museu tem vindo a desenvolver nas últimas décadas (com parcerias), de estudo dos ofícios e pequenas indústrias do concelho, cujos resultados foram publicados quer nesta revista, quer, sobretudo, nos *Cadernos do Museu*, editados em Penafiel, para além de outras obras colectivas, por exemplo actas de encontros científicos.

Cumpre-se ainda o objectivo, sempre subjacente, de alcançar um melhor conhecimento das colecções próprias, suportar o inventário e perscrutar caminhos para a sua ampliação coerente, identificando espólios complementares, situações de contextos preservados *in situ* e agentes com experiência do saber fazer e memórias associadas.

---

1 Iniciativa de financiamento de projectos que tenham como objectivo valorizar a cultura e as tradições locais, estimulando a auto-estima das comunidades e garantindo a valorização das artes e dos saberes populares pelas novas gerações, nos municípios de áreas de intervenção dos seis centros produtores da EDP Produção. Disponível em: <https://portugal.edp.com/pt-pt/programa-tradicoes>.

2 Na inventariação e trabalho de campo para registo e entrevista aos artesãos participaram Cristina Coelho e Manuel Ribeiro, técnicos da equipa do Museu Municipal, e Cátia Maia, cujos serviços foram contratados ao abrigo do projecto, por um período de três meses.

3 [www.projtoparto.org](http://www.projtoparto.org).

## OS OFÍCIOS DA FOLHA EM ARRIFANA/PENAFIEL

As actividades oficinais objecto deste estudo – latoaria e funilaria – tidas como de grande valia no início da época moderna, eram próprias de vilas e cidades e objecto de protecção régia para que nelas se fixasse ao menos um artífice (VITERBO 1918: pp. 53-57)<sup>4</sup>. Na capital do reino, em 1572, a reforma proposta por Duarte Nunes de Leão para actualização e uniformização dos regimentos dos ofícios mecânicos incluiu a latoaria – *latoeiros de obra grossa e latoeiros de latam e folha* – estabelecendo assim uma referência para a organização da corporação onde quer que se estabelecesse (CORREIA 1926: pp. 45-48). Também no lugar de Arrifana de Sousa, separado do termo do Porto em 1741 para se tornar vila, sede de um pequeno concelho, e, posteriormente, ser elevada a cidade com o nome de Penafiel (1770), aqueles profissionais acompanhavam outros que faziam da folha metálica adquirida a terceiros a sua matéria-prima, ainda que alguns também realizassem peças ou componentes fundidas, nomeadamente os latoeiros de *obra grossa* ou de *fundição*. Tivemos ocasião de reunir alguma informação abrangente sobre esta temática numa outra publicação, intitulada *A latoaria em Cabeceiras de Basto* (SOEIRO 2015), pelo que agora nos focaremos mais no caso penafidelense.

Para trabalho posterior ficará outro ofício da *folha* (cobre e bronze) martelada, o de caldeireiro, relevante em Penafiel e, no geral, com grande identidade. Os que lavravam a folha de ferro – *ferreiros de folha e ferreiros de candeias* – alcançaram aqui posição de destaque, pois integravam o grupo profissional mais numeroso e bem organizado, o dos ferreiros, ao qual já dedicámos um estudo (SOEIRO 2014-2015). Para os séculos XVIII e início do XIX não conhecemos menções a picheleiros, produtores de objectos de estanho. O termo apenas é usado, quase cem anos mais tarde, com o significado nosso contemporâneo e comum no Norte de Portugal, o de especialistas em canalizações e trabalhos similares.

Assim, ficamos primeiramente reduzidos aos latoeiros e funileiros, sobre os quais realizámos uma preliminar busca documental, que nos forneceu informação significativa, tanto devido às presenças, como às ausências. Mas nem sempre a distinção será clara, uma vez que a introdução da folha-de-flandres e progressiva vulgarização de novos produtos acabou por originar equívocos de linguagem, ainda hoje não uniformizada a nível nacional. Mesmo os mais ilustrados dicionaristas, à época, se ressentiam. Propomos, por isso, um breve regresso ao *Vocabulario* de Rafael Bluteau (1712-1738), referência consagrada para a língua portuguesa no dealbar do século XVIII, e ao primeiro *Diccionario* (1789) de António de Morais Silva, de final da centúria, para verificar o significado de:

Latoeiro - «official que faz caldeyras, candieiros, bacias, tachos de latão, ou cobre» (Bluteau 1716, 5: p. 51)

- «o que faz obras de latão» (SILVA 1789, 2: p. 10)

Funileiro (vocábulo apenas introduzido nos volumes de suplemento à obra) - «official que faz funis, e outras obras de folha de Flandres» (Bluteau 1727, 9: p. 442)

- «o que faz funis» (SILVA 1789, 1: p. 645)

Picheleiro - «official, que faz picheis, e outras obras de estanho» (Bluteau 1720, 6: p. 498)

- «o que faz vasos de estanho, e de lata de Flandres» (SILVA 1789: p. 200)

Latão - «metal artificial, que se faz com cobre vermelho, e calamina, mineral, que lhe dá mayor peso» (Bluteau 1716, 5: p. 49)

- «metal artificial composto de cobre vermelho, e de calamina» (SILVA 1789, 2: p. 9)

Lata - «folha de latão, delgada, e bem batida, que de longe parece ouro» (Bluteau 1716, 5: p. 48)

- «folha de latão mui delgada, e lustrosa. § Folha de Flandres, i. e. de ferro estanhado» (SILVA 1789, 2: p. 9)

---

<sup>4</sup> Um exercício de consulta básica na aplicação *digitalq* ([digitalq.arquivos.pt](http://digitalq.arquivos.pt)) detectou uma centena de documentos referentes a latoeiros, pelo menos desde 1456, existindo entre estes profissionais de data mais recuada vários *castelhanos*; para o século XVI, o número de processos do Tribunal do Santo Ofício já tratados pode estar a sobrevalorizar os cristãos-novos. Os funileiros, muito menos numerosos, pertencem ao século XVIII e, sobretudo, ao XIX.

Folha-de-flandres - «ferro brando, batido, e estendido em folhas delgadas, e passadas por estanho fundido, que as faz brancas» (Bluteau 1713, 4: p. 159)  
- «chapa de ferro delgada, e estanhada» (SILVA 1789, 1: p. 624).

A importação e utilização corrente do novo material, a folha-de-flandres, é referida, em meados do século XVI, por João Brandão, que noticiou a sua entrada na alfândega de Lisboa (BRANDÃO 1990: pp. 61 e 189). Seria destinada à obra dos *latoeiros de folha branca*, mais uma designação para o novo ramo da actividade contemplada no regimento quinhentista. De forma simplificada (SOEIRO 2015), podemos dizer que o *ferro branco* teria sido originalmente produzido na área germânica (Boémia e Saxónia) que, detentora do segredo, desde o séc. XIV vendia as chapas para toda a Europa. Fabricava-se na forja, por martelagem, transformando as barras de ferro em chapa fina, folha a folha, que depois de minuciosamente decapadas sofriam dois banhos de estanho. O processo seria imitado em França no tempo de Colbert, com recurso a técnicos daquela região, atribuindo-se a data de 1665 à primeira ferraria que a produziu. A *Encyclopédie* de Diderot e D'Alembert descreve e ilustra este fabrico do *ferro branco* por martelagem numa espaçosa e bem equipada manufactura (*ENCYCLOPÉDIE* 1989: fer blanc). A mais reputada, porém, era a *folha flexível* e duplamente passada no laminador de cilindros oriunda do Sul do Reino Unido, que dominou o mercado a partir da segunda metade de Setecentos (HARDY 1978: p. 97).

Em Espanha, Cobarrubias insere, no seu *Tesoro de la lengua castellana*, de 1611, a entrada *hoja de lata*, significando «cierta hoja de hierro muy delgada, que se labra en Milan, y en otras partes» (COBARRUBIAS 1610: p. 474v.), o que lembra Alcalá, que já em 1505 registara a mesma *hoja de milan* e a *hoja de corações*. Só a partir do século XVIII, com Sobrino (1705: pp. 206, 226), não restam dúvidas de *hoja de lata* se tratar de folha-de-flandres, atendendo à tradução *fer blan*, e não de outra folha de ferro ou latão. Pouco posterior, o *Diccionario* de Autoridades (1734, 4: hoja de lata) é muito mais explícito na identificação do material e do seu emprego, atribuindo a substituição da importação pelo início recente do fabrico no país ao reinado de Filipe V: «Cierta plancha de hierro mui delgada, con un color que le dán como de plata, y sirve para canales de tejados, regaderas, alcúzas, embudos y otras cosas. Yá se hacen en España y con ventaja a las de Alemánia, cuyo secreto y fabrica se ha conseguido en los tiempos del Rey nuestro señor Don Phelipe el quinto deste nombre».

Na cidade do Porto, o privilégio para esta produção, em exclusividade, foi concedido, por dez anos, a Manuel José Monteiro (& C<sup>a</sup>) pelo alvará de 31 de Agosto de 1776 (DIAS 1955: pp. 44 e 73). Perdeu-se o secretismo, mas não o encanto pelo novo material, cuja preparação continuava a suscitar a atenção de mentes curiosas como João da Silveira Caldeira, estudante de medicina em Paris, que o descreve detalhadamente no volume dos *Annaes das Sciencias, das Artes e das Letras* editado em 1818 (CALDEIRA 1818: pp. 140-170).

## LATOEIROS E FUNILEIROS (1701-1836)

No dealbar de Setecentos, residia na rua Direita de Arrifana, eixo principal do lugar e estrada para Trás-os-Montes, Manuel Alvares, de profissão latoeiro, o qual participou como testemunha em diversos actos de registo paroquial. Faleceu em 1723, com cerca de sessenta anos, não sem antes, acompanhado pela sua mulher Ana Delgado, ter feito em notário, a 21 de Outubro de 1718, uma doação de património ao filho, Manuel Alvares Delgado, *clerigo in minoribus*, incluindo, para além de bens rústicos e metade de uma casa em Paço de Sousa herdada da cunhada e irmã, a habitação de sobrado em Arrifana onde residiam, foreira ao mosteiro de Bustelo, passando aquele filho a ser terceira vida do prazo<sup>5</sup>.

---

5 Foi testemunha de actos de registo paroquial pelo menos desde 1702: PT-ADPRT-PRQ-PPNF24-001-0002\_fl. 152v., PT-ADPRT-PRQ-PPNF24-001-0002\_fl. 207v.; faleceu em 1723: PT-ADPRT-PRQ-PPNF24-003-0002, fl. 482v.; SANTOS, 1979: 76-78 e 139. Em 1718, a 21 de Outubro, Manuel Alvares e sua mulher Ana Delgado, fazem doação de património para o filho, Manuel Alvares Delgado: CNPNF02/001/Lv0553, fl. 167v-169v.

Como neste princípio de século o lugar de Arrifana ainda pertencia ao termo do Porto, Manuel Alvares laboraria ao abrigo do antigo regimento dos latoeiros portuense, datado de 1678, provavelmente limitado a obras em latão, como também viria ser a versão reformada de 1796<sup>6</sup>. Contudo, em 1707 vai-se separar deste grupo uma especialidade, distinta pela matéria-prima que manipula, a do ofício de *folha de Flandres*, para o qual «*por athe agora não haver juiz do dito officio, nem escrivão, forão obrigados por este Senado a ellegellos*»<sup>7</sup>. Assim, atendendo à cronologia, Manuel Alvares também já poderia conhecer e eventualmente ter trabalhado esta folha estanhada.

Parece, no entanto, não haver qualquer transmissão local da arte (hipoteticamente por o filho ser clérigo), uma vez que nos registos paroquiais, salvaguardando que nem sempre se indica a profissão, não são identificados outros latoeiros até ao final da centúria (SANTOS 1979; MARQUES 1974; DUARTE 1972; SANTOS 2000). Nos tombos das festas do Corpo de Deus, de 1657 e 1705, também não foram mencionados (SOEIRO 2000-2001) e mesmo a Câmara de Arrifana de Sousa, apesar do cuidado de, após a sua instalação em 1741, prontamente aprovar regimentos para os mesteres, não vai contemplar o de latoeiro. Esta ausência ficou confirmada pelo pormenorizado levantamento para cálculo da décima de prédios e maneios realizado em 1762. Assim sendo, provavelmente, não existiria então latoeiro na vila e seu termo (BERNARDO 2012). Porém, a população poderia facilmente prover-se destes bens junto das lojas do Porto ou nas de Guimarães, Braga, etc., e através dos vendedores que acorriam às importantes feiras do Espírito Santo e de S. Martinho.

Uma vez elevada a cidade em 1770, à qual o poder régio atribuiu um concelho mais extenso, fazendo dela simultaneamente sede de um novo (e efémero) bispado e de uma comarca, o leque de profissões instaladas ampliou-se, fixando loja oficiais com carta de exame anteriormente obtida em outras cidades, fossem ou não naturais desta; quando sucedia não haver qualquer mestre da especialidade pretendida pelo examinando, recorria-se novamente aos do Porto ou de Guimarães; ao existir um único, seria compelido a tomar o cargo de juiz do ofício (SOEIRO 2003-2004: pp. 20 e ss).

Estava nesta última situação Manuel Pereira de Melo, natural da cidade, quando a 1 de Março de 1780 foi nomeado para juiz do ofício de funileiro<sup>8</sup>, cujo posse assina, com uma letra firme. Onde aprendeu a arte e foi examinado, não sabemos, nem mesmo se regressou à origem após residir fora, uma vez que não se identifica a profissão nos registos paroquiais, integralmente levantados para o século XVIII, como referimos.

Já para o século XIX, não dispomos de recolha similar na documentação paroquial, contudo, latoeiros e funileiros passam a estar, de maneira consistente, presentes em outras fontes. Para as primeiras décadas, privilegiámos, pela sua acessibilidade e normalização, os livros de lançamento de *Décima* sobre prédios e maneios e os de registo de fogos e moradores para as *Ordenanças*, que nos pareceram os mais sistemáticos, especialmente representativos da população masculina. Nesses mesmos anos, as actas de Câmara contêm a lista anual dos profissionais escolhidos para louvados e juizes dos ofícios, onde surgem, mas nem sempre, os «para a obra de folha, e lata». As ausências podem espelhar o seu reduzido número ou mesmo inexistência ou indisponibilidade momentânea<sup>9</sup>. De 1815 a 1818 indicam-se dois louvados, remetendo para a matéria-prima mas sem concretizar o mester, por isso classificámos

6 Biblioteca Pública Municipal do Porto - Ms 1553: *Compromisso dos officiaes do officio de Latoeiro, assim de obra de chapa martello e fundiçoens grossas como tambem de fundiçoens e cravaçoens, encabeçado na Irmandade de S. Gonçalo da Santa Sé Catedral*. Reformado no ano de 1796.

7 Biblioteca Pública Municipal do Porto - Ms 1550: *Estatutos e compromisso do officio de Folha de Flandres*, 1707

8 CMPNF/DAJ/DAA OA/003/00009 *Livro de registo dos actos da Câmara*, fl. 47-47v., 1780, Março, 1.

9 Em 1804 foram nomeados juizes para as várias obras de ferreiro e para serralheiro, mas não de funileiro/latoeiro: AMPNF - CMPNF/DAJ/DAAOA/003/00013 *Livro de registo dos actos da Câmara*, fl. 48v, 1804, Dezembro, 31; nos anos seguintes são referidos louvados para menos ofícios (alfaiate, caiador, carpinteiro, ourives, pedreiro, tanoeiro), excluindo muitas vezes os do ferro; a 31 de Dezembro de 1809, 1810 e de 1811, a designação é genérica: «para a obra de ferreiro». Neste último ano regressam os juizes do ofício distintos para as especialidades do ferro e para serralheiro; para 1814 são louvados juizes, havendo ainda maior diversificação, ainda que sem o de funileiro/latoeiro, o mesmo sucedendo a 31 de Dezembro desse ano, na nomeação para 1815: AMPNF - CMPNF/DAJ/DAAOA/003/00012 *Livro de registo dos actos da Câmara*, fl. 161v., fl. 200, fl. 223v-224v. e fl. 279 -280 e fl. 302v-303v.

todos os profissionais como latoeiro/funileiro. Já Manuel Ferreira, arrolado em 1823-1824 e Custodio José, em 1830, dizem-se *alanterneiro(s)*, o que, segundo Bluteau, significa «official que faz lanternas» e estas «transparente abrigo da luz de huma vela, ou candeia contra o vento» (BLUTEAU 1716, 5: pp. 37-38). Ambos residem na rua do Calvário, lado esquerdo, sendo, quiçá, parentes.

Optámos por levar a cronologia contemplada neste primeiro quadro até depois da definitiva vitória liberal, incluindo os dados do recenseamento eleitoral de 1836, que abrange todo o município, para assim confirmar que estas profissões ainda eram, por então, exclusivamente urbanas e com os poucos especialistas a residir nas ruas centrais. Pressupomos serem todos homens, ainda que num registo de óbito de 1829 se encontre uma *latoeira*, Josefa Margarida, viúva de José Ribeiro. Não pudemos confirmar se algum dia ela tinha exercido, o que parece muito pouco provável, se era proprietária da oficina na condição de viúva e mãe, ou ainda se recebeu a alcunha por ter um familiar (por exemplo, pai ou marido) na arte, o que sucede até aos nossos dias.

### Quadro n.º 1 - Latoeiros, funileiros e alanterneiros de Arrifana/Penafiel 1701-1836

Ano	Nome	Profissão	Morada	Observações
1702 <sup>10</sup>	Manuel Alvarez	latoeiro	rua Direita	casado, faleceu a 19 de Janeiro de 1723, com cerca de 60 anos
1780 <sup>11</sup>	Miguel Pereira de Melo	funileiro	desta cidade	nomeado para juiz do ofício; assina
1800 <sup>12</sup>	João Ribeiro	latoeiro	rua Direita (da Matriz para a Ajuda), lado direito	paga 100 réis
1803 <sup>13</sup>	João	latoeiro		nomeação dos juizes do ofício; só se indica o primeiro nome e não assina
1803 <sup>14</sup>	Custódio José Dias	latoeiro	rua Direita	testemunha em processo de condenação dos que vendiam vinho por preço excessivo; assina
1813 <sup>15</sup>	António Joaquim	funileiro	rua Direita (da igreja Matriz até à Senhora da Ajuda), lado esquerdo	pela agência, 300 réis
1815 <sup>16</sup>	António Joaquim Moreira	funileiro/latoeiro		louvados «para a obra de folha» (não agrupada com os vários ofícios do ferro)
1815	José de Beça	funileiro/latoeiro		louvados «para a obra de folha»
1816 <sup>17</sup>	António Joaquim Moreira	funileiro/latoeiro		louvados «para a obra de folha, e lata»
1816	José de Beça	funileiro/latoeiro		louvados «para a obra de folha, e lata»
1817 <sup>18</sup>	António Joaquim Moreira	funileiro/latoeiro		louvados e juizes «para o officio de folha e lata», o segundo nome ficou em branco
1818 <sup>19</sup>	José de Beça	funileiro/latoeiro		louvados e juizes do officio «para o de folha de lacta»

10 PT-ADPRT-PRQ-PPNF24-001-0002\_fl. 152v., PT-ADPRT-PRQ-PPNF24-001-0002\_fl. 207v.; PT-ADPRT-PRQ-PPNF24-003-0002, fl. 482v.

11 CMPNF/DAJ/DAA OA/003/00009 *Livro de registo dos actos da Câmara*, fl. 47-47v., 1780, Março, 1.

12 AMPNF - A 1452 *Livro do lançamento da decima desta cidade*, 1800, fl. 12.

13 CMPNF/DAJ/DAA OA/003/000011 *Livro de registo dos actos da Câmara*, fl. 274-274v., 1803, Junho, 3.

14 CMPNF/DAJ/DAA OA/003/000012 *Livro de registo dos actos da Câmara*, fl. 3v-4, 1803, Dezembro, 3.

15 AMPNF - A 1470 *Livro do lançamento da decima dos prédios rústicos, urbanos, juros, agências e ordenados*, 1813, fl.16v.

16 AMPNF - CMPNF/DAJ/DAAOA/003/00013 *Livro de registo dos actos da Câmara*, fl. 15v, 1815, Dezembro, 31.

17 AMPNF - CMPNF/DAJ/DAAOA/003/00013 *Livro de registo dos actos da Câmara*, fl. 33v, 1816, Dezembro, 31.

18 AMPNF - CMPNF/DAJ/DAAOA/003/00013 *Livro de registo dos actos da Câmara*, fl. 59, 1817, Dezembro, 31.

19 AMPNF - CMPNF/DAJ/DAAOA/003/00013 *Livro de registo dos actos da Câmara*, fl. 74, 1818, Dezembro, 31. Em vários officios, continuam os mesmos até 1822, remetendo para a acta de 1818 (idem, fl. 93, 161, 184v), o que também ainda se fez em 1827: «e para Juizes dos Officios mecanicos, os mesmos que se achão nomeados no livro antecedente a fl. 73 e fl. 184». AMPNF - CMPNF/DAJ/DAAOA/003/00014 *Livro de registo dos actos da Câmara*, fl. 11, 1827, Dezembro, 31.

1818	Manuel Ferreira Gomes	funileiro/latoeiro		louvados e juizes do officio «para o de folha de lacta». Em 1815 e 1816 fora «juiz do officio de peneireiro»
1823 <sup>20</sup>	Manuel Ferreira	alanteiro	rua do Calvário, lado esquerdo	
1824 <sup>21</sup>	Manuel Ferreira	alenteiro	rua do Calvário	por agência, 200 réis
ant. 1829 <sup>22</sup>	José Ribeiro	latoeiro?		A viúva, Josefa Margarida latoeira, faleceu a 14 de Maio de 1829 e foi sepultada na Matriz
1830 <sup>23</sup>	João Teixeira	latoeiro	rua do Calvário, lado esquerdo	tributado por agência em 100 réis
1831 <sup>24</sup>	Custódio Pinto de Campos	funileiro	travessa da Misericórdia	casado, 50 anos
1831	José Teixeira	latoeiro	rua Direita, lado direito	solteiro, 23 anos
1831	Manuel Ferreira	funileiro	rua Direita acima da igreja lado esquerdo	casado, 21 anos, natural de Penafiel
1833 <sup>25</sup>	José Durães	latoeiro	rua Direita (da igreja até à rua do Paço), lado direito	por casas arrendadas 1\$230 réis e por maneiio 300 réis
1833	João Teixeira	latoeiro		por maneiio 300 réis
1834 <sup>26</sup>	José Durães	latoeiro	rua Direita (da igreja até a rua do Paço)	tributado pelas casas de João Vitorino, em 1\$230 réis, e por maneiio 300 réis
1836 <sup>27</sup>	António Teixeira	latoeiro	rua Direita (acima da igreja)	
1836	José Teixeira Durães	latoeiro	rua Direita (acima da igreja)	activo aquando do recenseamento de 1865

## ARTES E PEQUENA INDÚSTRIA

Já do início desse tempo de acalmia e ambição de progresso que foi, para Penafiel (SOEIRO 1993) e para o país, o do *Fontismo*, o detalhado relatório compilado pela Junta Geral do Distrito do Porto para envio ao poder central, referente ao ano de 1855, apresenta um interessante mapa demonstrativo do valor médio dos salários pagos nos concelhos do distrito aos rurais e aos profissionais das *artes mecânicas* (*Consulta*, 1856). Todavia, antes mesmo de comparar esses quantitativos, interessa-nos sublinhar que apenas o Porto preenche os valores para a totalidade dos ofícios contemplados, vinte, seguido de perto por Penafiel (16) e Gaia (14), como se nos outros municípios esta diversidade, uma marca urbana, não tivesse tamanha expressão. Só carpinteiros, pedreiros e trolhas figuram em todas as respostas, seguidos de perto por alfaiates, sapateiros e ferreiros.

Para as artes que agora estudamos, temos valores salariais indicados por Felgueiras (latoeiro 220rs e funileiro 180rs), Gaia (funileiro 240rs), Lousada (funileiro 240rs), Penafiel (latoeiro 320rs e funileiro 240rs) e Porto (latoeiro 260rs e funileiro 240rs), que, exceptuando no primeiro caso, estão em paralelo com os das três profissões mais presentes. Se observarmos apenas Penafiel, a média

20 AMPNF - 1481 *Livro do lançamento da decima de maneios e juros*, 1823, fl. 38v.

21 AMPNF - 1482 *Livro do lançamento da decima de maneios e juros*, 1824, fl.28.

22 PT-ADPRT-PRQ -PPNF24-003-0020, fl. 264.

23 AMPNF - 1492 *Livro para o lançamento da decima do maneiio, ou agencia, e tambem dos dinheiros a juro, ou gratuitos*, 1830, fl. 14v.

24 AMPNF - 1747 *Livro de registo de fogos e moradores no distrito da 1ª Companhia da Capitania-mor das Ordenanças*, 1831, fl.92v.-93, 99v-100 e 23v-24, respectivamente.

25 AMPNF - 1500 *Livro do lançamento da decima dos prédios urbanos e rústicos desta cidade, e dos maneios e ordenados*, 1833, fl. 11v. e 53. No termo apenas há ferreiros e ferradores: AMPNF - 1501 *Livro do lançamento da decima das freguesias do termo desta cidade e coutos de Bustelo e Santa Clara do Torrão*, 1833.

26 AMPNF - A 1502 *Livro para lançamento da decima dos prédios urbanos e rusticos desta cidade e suburbios, bem como dos maneios*, 1834, fl. 9v. e 49.

27 AMPNF - 1611 *Livro de recenseamento a que mandou proceder o decreto de 8 de Outubro de 1836 para a eleição de deputados na freguesia de Penafiel e S. Thiago*, 1836.

de 240 réis atribuída aos funileiros é igual à dos caldeireiros, carpinteiros, sapateiros, pedreiros e trolhas; os latoeiros estão valorizados, o que os colocou algo acima dos ferreiros, serralheiros, marceneiros, chapeleiros e espingardeiros (300rs), muito abaixo dos ourives (600rs), mas duplicando o salário auferido nos trabalhos rurais (160rs). O mapa do ano seguinte, 1856, onde se esclarece serem os valores relativos ao período do Inverno, já atribui aos latoeiros o salário médio de 280 réis, abaixo daquele grupo e a par dos pedreiros. Os funileiros mantêm o de 240 réis, como os caldeireiros, sapateiros e trolhas (*Relatório*, 1857). Em 1859, os latoeiros receberiam 340 réis (300rs em 1860), acompanhando as subidas de outras profissões, enquanto os funileiros ficavam para trás, com 260 réis, iguais pelos alfaiates e muito mais próximo dos trabalhadores rurais (240rs) (*Relatório*, 1860).

Quando, em 1863, a Câmara envia para Lisboa uma representação em que faz o balanço da actividade económica concelhia<sup>28</sup>, a seu ver muito ampliada em resultado da construção da estrada Porto-Penafiel, *latoeiros e folheteiros* integravam o segmento da *indústria artística* (ou seja, a derivada das antigas artes mecânicas) dedicado aos metais não nobres, que estava em forte recessão devido à desvalorização dos trabalhos em ferro para venda no mercado regional e para exportação. Calculava-se que movimentaria 5:000\$000, um terço do montante alcançado pela tamancaria, em crescimento, e um quarto do que teria a correaria e a tecelagem do linho. Três fábricas (cal, curtumes e sabão) atingiriam anualmente 50:000\$000. Em simultâneo, Penafiel confirmava-se como pólo terciário do interior do distrito, forte em negócios tradicionais, como os de mercearia de peso e molhados (375:000\$000) e de *fazendas brancas* (185:000\$000), conjunturalmente ultrapassados pela venda de bovinos para consumo e exportação (400:000\$000). O comércio de ferragens valeria então 50:000\$000.

Já o relatório apresentado pela Administração do Concelho, relativo à feira de S. Martinho de 1863, refere que das obras de folha expostas, no valor de 400\$000, venderam-se 250\$000, e dos trabalhos de latão, avaliados em 200\$000, foram adquiridos 180\$000<sup>29</sup>. Segundo o recenseamento realizado porta a porta, no ano seguinte, pelo jornal local *O Seculo XIX*, publicado a 20 de Abril de 1864, após «um exame minucioso por essas ruas, beccos e travessas», existiam na cidade sete oficinas de funileiro e latoeiro, tantas como as de serralheiro, enquanto as artes do ferro, que lideravam no século XVIII, estariam agora reduzidas a cinco ferreiros e candeeiros.

Das condições de trabalho e obra realizada nestas oficinas instaladas no cerne da malha urbana quase nada alcançámos, com excepção de alguma nota sobre o seu impacto particularmente ruidoso e invasivo do espaço público, que perturbava o quotidiano da comunidade, como deixa ver a seguinte postura, de 1865:

«Artigo 41º - É prohibido partir, dobar e manufacturar, nas ruas publicas, ferro, aço ou outros metaes, sob pena de mil reis, alem da indemnização do prejuizo de terceiros e do Municipio.

§ unico - Iguamente o é descarregar dos carros ou outros vehiculos, que o conduzirem qualquer metal nos lugares publicos da Cidade por outro modo que não seja á mão, sob pena de mil reis alem da reparação do damno.

Artigo 42º - É prohibido a toda e qualquer pessoa ou official mechanico trabalhar nas ruas, praças, viellas, ou estradas publicas, e nellas collocar obra feita e pôr madeiras ou outro qualquer objecto fóra das hobreiras, sob pena de oitocentos reis.

§ 2º - Aos caldeireiros e latoeiros não será permittido exercer sua profissão junto ás ruas por onde tranzitam cavallos e vehiculos, sob pena de dous mil reis»<sup>30</sup>.

28 AMPNF – A 123 *Livro copiador de correspondência expedida*, 1863, Setembro, 20.

29 ADP - Governo Civil do Porto, M 639, de 1864, Fevereiro, 27

30 AMPNF – A 27 *Livro de registo das actas da Câmara*, 1865, Maio, 17.

## REDEFINIÇÃO DAS PROFISSÕES E DISTRIBUIÇÃO NACIONAL (1878-1890)

A *Tabela geral das indústrias*, anexa ao regulamento da contribuição industrial aprovado pelo decreto de 28 de Agosto de 1872, fruto da necessidade de obter melhores dados estatísticos e sistematizar as interações com os serviços de estado, fixa e codifica a designação/definição das actividades a ser utilizada no âmbito nacional, prevista desde a criação desta contribuição em 1860<sup>31</sup>. Surpreendentemente próxima dos significados oferecidos pelos *dicionaristas*, apenas clarifica o caso dos funileiros, agora presentes em todos os distritos e sem dúvida relacionados com a folha branca ou folha-de-flandres. Estas folhas metálicas parecem não se fabricar no país e ser vendidas em estabelecimentos especializados apenas no Porto, o que não será credível<sup>32</sup>. Assim, no *Anuario estatístico* de 1878 encontramos:

«Bate-folhas (nº 66, tabela B classe 6.<sup>a</sup>) - mercador de folhas ou laminas de metaes».

Com o nº 67, Bate-folha com estabelecimento (fabricante), não há qualquer caso colectado no país. Em 1860 dizia-se: «com estabelecimento de preparar metaes em folhas ou laminas» (Legislação, 1862:20). A contribuição (nº 66) ascendeu, em 1878, a 52\$000, o que resulta num valor médio por unidade de 13\$000 (*Anuario*, 1878-1879: pp. 88 e 68).

Latoeiro (nº 300, tabela B classe 7.<sup>a</sup>) - «fabricante ou mercador de objectos de latão, etc.». Em 1860: «mercador ou fabricante de objectos de latão, com estabelecimento» (Legislação, 1862: p. 24). A contribuição e licenças totalizaram, em 1878, 689\$715, sendo a média por caso 5\$431 (*Anuario*, 1878-1879: pp. 95 e 75).

Funileiro (nº 268, tabela B classe 7.<sup>a</sup>) - «com estabelecimento dos objectos de folha branca» (como em 1860). A contribuição e licenças colectadas foram de 2:041\$923, com uma média de 4\$578 por contribuinte (*Anuario*, 1878-1879: pp. 94 e 74).

Picheleiro (nº 400, tabela B classe 7.<sup>a</sup>) - «fabricante ou mercador de obras de estanho» (como em 1860). Contribuição e licenças perfazem 82\$100, cabendo a cada um, em média, 6\$842 (*Anuario*, 1878-1879: pp. 97 e 77).

### Quadro n.º 2 - Contribuição Industrial: bate-folhas, latoeiro, funileiro e picheleiro 1878

Actividade Distrito	Bate-folhas	Latoeiro	Funileiro	Picheleiro
Aveiro	—	—	9	—
Beja	—	3	9	—
Braga	—	4	24	1
Bragança	—	4	7	—
Castelo Branco	—	1	3	—
Coimbra	—	6	16	—
Évora	—	3	6	—
Faro	—	—	17	—
Guarda	—	12	22	—

31 A contribuição industrial, aprovada por carta de lei de 30 de Junho de 1860, veio substituir a decima industrial, maneo de fabricas e seus adicionais (Legislação, 1862:1).

32 Gerardo Pery quantifica a importação de folha-de-flandres, no ano de 1856, em 478:511kg, com o valor de 66:000\$000, e para o ano de 1872 em 918:679, por 112:000\$000. No primeiro destes anos, o país exportou 16:767kg (2:800\$000) de folha em bruto e 2:211kg (3:000\$000) em obra; já em 1872 saíram do país 5:360kg (800\$000) de artigos em folha-de-flandres (PERY 1875:156-157).

Leiria	–	1	24	–
Lisboa - cidade	–	25	97	2
Lisboa - concelhos	–	–	46	–
Portalegre	–	1	15	–
Porto - cidade	4	38	42	9
Porto - concelhos	–	10	27	–
Santarém	–	1	30	–
Viana do Castelo	–	–	3	–
Vila Real	–	1	12	–
Viseu	–	17	37	–
<b>TOTAL</b>	<b>4</b>	<b>127</b>	<b>446</b>	<b>12</b>

**Fonte:** *Anuario estatístico da Direcção Geral das Contribuições Directas*. Lisboa: DGCD, 1878-79.

No *Inquérito Industrial* de 1890, a designação latoaria continua a remeter, explicitamente, para o *fabrico de objectos de latão*. O número de oficinas está em decréscimo, particularmente na cidade de Lisboa, e concentra-se na do Porto (39,2%) e no distrito de Braga (20,6%), cabendo ao próprio concelho de Braga 18 unidades de pequena indústria, com 58/52 trabalhadores (17 mestres, 22 operários e 13 aprendizes), e duas fábricas que empregam outros 16/17 e 14/9 colaboradores, respectivamente (*Inquerito*, 1891, 3: pp. 143 e 166-167). Pelo contrário, picheleiro, regionalismo das áreas de Coimbra e Porto, alterou completamente o significado, perdendo a ligação às obras de estanho e ao fabrico de pichéis. Na primeira cidade, é o profissional que utiliza no seu trabalho *canos de chumbo e ferro*, na segunda, o que se dedica à construção de canalizações para diferentes fins. Lisboa e o Sul não os assinalam, sendo outros a executar esta mesma actividade, então muito requisitada nos centros urbanos e nas modernas instalações industriais e mesmo agro-pecuárias.

Já os funileiros crescem em número e apresentam-se distribuídos por todo o território. Foram identificados, a nível nacional, mais de um milhar. Tendo em conta estes números, sempre inferiores aos reais, cada profissional serviria, em média, 4551 pessoas, valor que no distrito de Lisboa (com Setúbal) passava para 3820 e no do Porto descia a 3104 (ou melhor 2930 se descontarmos a população de Penafiel, concelho que não respondeu ao *Inquérito*, mesmo sem atender aos vários funileiros aí estabelecidos), sendo pouco mais alto na Guarda e em Portalegre. Ao nível concelhio, para além das sedes de distrito, outros núcleos urbanos relevantes ou com grandes feiras destacam-se pelo número de oficinas, como, por exemplo, Guimarães (9), Barcelos (8), Amarante (7) Chaves (7), Mirandela (9), Sabrosa (7), Peso da Régua (11), Lamego (15), estas últimas possivelmente relacionadas com a especialização vitivinícola duriense. No interior beirão, sobressaem Tondela (8), Gouveia (14), Belmonte (7), Sabugal (12), Penamacor (7) e Fundão (9). Na raia, mais a Sul, deparámos com outro núcleo marcante em Elvas (14). Neste patamar estão ainda Cartaxo (7), Setúbal (8) e os centros algarvios de Loulé (9), Olhão (8) e Tavira (7).

A enorme maioria destes estabelecimentos ao longo do país tinha, em 1890, dimensão idêntica às oficinas de séculos anteriores e recebeu a classificação de pequena indústria, trabalhando neles o proprietário/mestre, por vezes um ou, raramente, mais operários/oficiais qualificados e um (ou nenhum) aprendiz. No entanto, o *Inquérito* já encontrou “fábricas” em Braga, Gouveia, Coimbra, Porto e Lisboa, destacando-se duas da capital, a Latoaria Mecânica a Vapor de Joaquim Rufino Ribeiro, com 26 operários, e a Sociéte Générale Métallurgique, com 43.

**Quadro n.º 3 - Estabelecimentos de latoaria, funileiro e picheleiro**  
 Inquérito Industrial de 1890

Distrito (nº de concelhos com /sem profissionais)	População	Actividade		
		Latoaria	Funileiro	Picheleiro
Aveiro ( 8 /8)	287.437	—	15	—
Beja (13 /1)	157.571	—	28	—
Braga (11 /2)	338.308	21	59	—
Bragança ( 8 /4)	179.678	5	32	—
Castelo Branco (10 /1 + 1 não resp.)	205.211	1	52	—
Coimbra (11 /4 + 2 não resp.)	316.624	6	39	1
Évora (11 /2)	118.408	—	38	—
Faro (12 /3)	228.635	—	53	—
Guarda (14 /0)	250.154	8	75	—
Leiria ( 8 /3 + 1 não resp.)	217.278	—	27	—
Lisboa - cidade		6	89	—
Lisboa (c/ Setúbal) (22 /2)	611.168	—	71	—
Portalegre (13 /2)	112.834	—	36	—
Porto - cidade		40	103	22
Porto (12 /3 + 1 não resp.)	546.262	1	73	—
Santarém (15 /3)	254.844	5	53	—
Viana do Castelo (10 /0)	207.366	1	39	—
Vila Real (12 /2)	237.302	2	57	—
Viseu (18 /7 + 1 não resp.)	391.015	6	85	—
<b>TOTAL</b>	<b>4.660.095</b>	<b>102</b>	<b>1024</b>	<b>23</b>

**Fonte:** *Inquérito industrial de 1890. Indústrias fabris e manufactureiras (inquérito de gabinete)*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1891, volumes 3 a 5.

Estas actividades estão presentes no associativismo, onde se reflectem as mesmas ambiguidades terminológicas e de solidariedade de grupo. Costa Goodofim (1974: pp. 109 e 157), ao elencar as associações de socorros mútuos, refere a Associação dos Latoeiros Portuenses, fundada em 1856, com sessenta sócios, e a Associação Lisbonense de Latoeiros de Folha Branca, de 1862, com igual número de associados. Depois de reconhecido o direito de associação de classe (1891), é, em Dezembro de 1898, formalizado o pedido de autorização para criar no Porto a Associação de Classe dos Operários Picheleiros e Latoeiros de Fundição de Metal<sup>33</sup>, cujos estatutos já respeitam aquela legislação. Recebe alvará a 10 de Maio de 1899. Ora, a designação escolhida remete para a nova profissão de picheleiro (termo do Norte), que se associa a um subgrupo dos latoeiros, os de fundição, escolhidos para parceiros por fabricarem artefactos essenciais à instalação de canalizações, como as torneiras e passadores, bem como válvulas, agulhetas e outros elementos das bombas, etc. Esta era uma complementaridade vivida em duas fábricas do Porto, de latoaria e pichelaria, inquiridas em 1890.

Também da viragem do século é um novo pedido para formar uma Associação de Classe dos Latoeiros de Folha Branca, apresentado em Lisboa no ano de 1898 e recusado por já existir uma anterior (a acima referida, patronal?). Os serviços da tutela sugeriram a alteração do nome para funileiros, o que não teria acontecido, mas sim a especificação de *ser dos operários*, como testemunha o alvará de 31 de Maio de 1900, que aprova a Associação de Classe dos Operários da Industria de Latoaria de Folha Branca, publicado no jornal oficial dois anos depois<sup>34</sup>. Por essas mesmas datas surgia a União dos

33 ANTT - *Associações de classe: Operários Picheleiros e Latoeiros de Fundição de Metal*, nº 0170, Cx 186.

34 ANTT - *Associações de classe: Operários da Industria de Latoaria de Folha Branca*, nº 0198, Cx 091.

Oficiais de Funileiro e Artes Correlativas do Porto e Gaia, com alvará de 17 de Agosto de 1901<sup>35</sup>. Serão estes e a Associação de Classe dos Lojistas Latoeiros de Folha Branca (com 73 e 43 sócios), a responder à inquirição sobre a situação do operariado, lançada em 1909 (CABRAL 1977).

No *Boletim do Trabalho e Emprego*, ainda hoje podemos sentir esta antiga dificuldade com a terminologia, resolvida pelo recurso a uma designação composta, de compromisso inter-regional:

Funileiro-latoeiro - «é o trabalhador que fabrica e/ou repara artigos em chapa fina, tais como: folha-de-flandres, zinco, alumínio, cobre, chapa galvanizada, plástico com aplicações domésticas e/ou industriais».

Canalizador-picheleiro - «procede à montagem, conservação e reparação de tubagens e acessórios de canalizações para fins predominantemente domésticos; procede, quando necessário, à montagem, reparação e conservação de caleiras e algerozes».

### **LATOEIROS/FUNILEIROS EM PENAFIEL (após 1865)**

A cidade do Porto, indiscutível capital do Norte para as *artes mecânicas* de cariz urbano, teria em 1881, segundo o *Inquérito Industrial*, entre 18 e 20 estabelecimentos de latoaria, que davam trabalho a cerca de 60 pessoas; produziam candeeiros, torneiras, campainhas e palmatórias, *pulindo e fundindo o latão*. Já quanto à pequena indústria esparsa pelos demais concelhos, a rubrica 20. *Latoaria* engloba também os funileiros, o que dificulta a interpretação dos números, embora Penafiel se destaque com 12 ocorrências, num quadro geral de estagnação, ou como se diz: «apenas atende às necessidades ordinárias do serviço doméstico» (*Relatório*, 1881: pp. 4-5, 43, 363).

Mesmo os funileiros portuenses, que trabalhavam a folha-de-flandres e há muito se tinham autonomizado dos latoeiros, não prosperavam. As 65 oficinas (6 evidenciando-se pelo valor da produção) eram animadas por cerca de 150 artistas habilitados (65 proprietários/mestres e 84 oficiais) e mais de uma centena os aprendizes. Contudo, uma década antes, teriam sido muitos mais, decréscimo que os próprios justificavam por a classificação alfandegária prejudicar a actividade nacional em relação às importações e também porque a falta de capital e dimensão não consentiam que se equipassem para fazer face à concorrência: «A decadência n'esta especie fabril é grave. [...] Porque? Porque a classificação da pauta não corresponde ao seu espirito. Marca ella para a obra de folha de Flandres 400 reis em kilogramma<sup>36</sup> e para a de folha de ferro estanhada 160 reis. Já nos parece ambigua a distinção, porque a folha de Flandres não é senão folha de ferro estanhado; mas outr'ora essa classificação podia servir: hoje não, que se fazem bacias, jarros, banheiras e outras especies, estanhadas depois de feitas, em vez de serem fabricadas com chapa já estanhada. Esses artigos invadem o mercado, substituindo os da funilaria nacional que não tem amparo nem mercado para installar as grandes machinas necessarias para as producções d'essas especies. Observa-se aqui um exemplo mais de pequena industria nacional em concorrencia com a grande industria estrangeira, vendo-se tambem mais uma vez como, em lugar de amparar no paiz uma transformação indispensavel, se abandona tudo à concorrencia e se deixa seccar essa fonte de trabalho nacional» (*Relatório*, 1881: pp. 362-363).

Cerca de dez anos depois, o novo inquérito industrial, de 1890, ainda bastante limitado (e a que Penafiel não deu resposta), permite uma releitura da situação dos latoeiros e funileiros no distrito, agora acompanhados pelos picheleiros. Embora tenham sido contabilizados mais estabelecimentos do que no anterior (na cidade 40 latoarias, 103 funileiros e 22 picheleiros; em Gaia, 24 funileiros), a *comissão dos funileiros* do Porto, eleita pelos membros da classe, temia a *morte da arte*, traçando um quadro negro

35 ANTT - *Associações de classe: União dos Oficiais de Funileiro e Artes Correlativas do Porto e Gaia*, nº 0249, Cx 175.

36 Os negociantes de ferragens tinham reclamado no Inquérito de 1865 contra este valor, por demasiado elevado, pedindo que se cobrassem apenas 250 réis (*Inquérito*, 1865: 161).

para esta indústria, cujos proprietários se viam «compellidos a reduzir os magrissimos proventos com a sustentação, como internos, dos seus officiaes e aprendizes, por lhes não poderem dar ordenados» (*Inquérito*, 1891, 4: p. 712). Aliás, muitos eram os mestres (126), que labutavam a par dos 128 oficiais e apenas 88 aprendizes, em oficinas sem dimensão para se poderem modernizar. Reclamavam, como outros ramos, a alteração na *pauta* do montante dos direitos alfandegários a pagar pela obra importada, em defesa da indústria nacional, que já tinha de comprar no exterior a folha e fazer face à mecanização: «a carestia das matérias primas, o aperfeiçoamento e a complexidade do maquinismo estrangeiro e a falta de extracção aos productos nacionaes» (*Inquérito*, 1891, 4: p. 712). Temiam a falta de escoamento resultante da importação pelos negociantes de bens idênticos aos que fabricavam, mas mais modernos ou de melhor qualidade, preferidos do público.

Quando é realizada a *Inquirição pelas associações de classe sobre a situação do operariado* (1909-1910), muito focada nas cidades de Lisboa e Porto, a situação tinha-se alterado no terreno, porque «houve transformações mecânicas e por esse facto a produção dos artefactos aumentou consideravelmente, motivando a crise de trabalho». Então, pelas palavras dos lojistas-fabricantes da capital perpassa uma certa nostalgia da idiosincrasia das corporações: «geralmente os artefactos desta indústria eram fabricados manualmente, dando assim ocasião a que se criasse um certo estudo e amor pela arte, e que se fizessem bons artistas. Actualmente, em virtude da mecânica, começou a exploração de algumas fábricas [...] exigindo-se apenas grande produção, para que os artefactos possam sair muito baratos e vendidos em estabelecimentos, mercados públicos, vendedores ambulantes» (CABRAL 1977: p. 219). Perdida a relação directa do artífice com o cliente, este saía prejudicado com a falta de qualidade da matéria-prima e da obra, feita em máquinas por aprendizes que apenas repetiam uma tarefa, sem dominar toda a cadeia operatória.

Na maior parte dos concelhos do distrito, em 1890, os funileiros distribuía-se em pequenas oficinas, isolados ou com algum oficial e aprendiz. Por exemplo, em Amarante, onde eram sete, trabalhavam todo o ano, com horário ajustado à estação (8-14h no Verão, 6-11h no Inverno), fazendo serão de 3h em 90 a 100 dias. O salário oscilava entre 200 e 360rs, mais do que o auferido em vários outros ofícios. A matéria-prima (folha, zinco, estanho e chumbo) procedia do estrangeiro, mas a obra (p.e. baldes, funis, regadores) era vendida no mercado nacional. Para Gondomar, com seis funilarias, onde trabalhavam quatro mestres, quatro operários e dois aprendizes, estima-se o capital fixo em 316\$000 e o circulante em 219\$500, calculando que a folha-de-flandres e demais matéria-prima teria um custo de 655\$540, enquanto a obra, vendida no mercado nacional, valeria 1:368\$900, constando de candeeiros, lanternas, funis e outros objectos. Os quatro funileiros de Paredes, também a trabalhar todo o ano (4 operários, 1 aprendiz), indicam como capital fixo 33\$000 e circulante 59\$000. Três estabelecimentos despendiam 183\$100 em folha e estanho, e vendiam objectos diversos no total de 426\$000<sup>37</sup>. Estes são valores apenas indicativos, que podem suprir a falta de resposta por parte do município de Penafiel.

A mecanização das *artes* denunciada pelos latoeiros de folha branca de Lisboa, em vésperas da República (CABRAL 1977: p. 59), não teria réplica imediata na maioria das unidades da província<sup>38</sup>. Mas, por todo o lado se fez sentir a chegada ao mercado destes produtos, vendidos por agentes nacionais nas grandes feiras e, por representação, no comércio local. Sem descartar a imitação de modelos e o imperioso ajustamento a novas necessidades, as pequenas oficinas continuaram a produzir artefactos tradicionais, os mais procurados e de uso quotidiano, ao mesmo tempo que eram fundamentais para os concertos, prolongando assim a vida útil do objecto, fosse de fabrico local ou forâneo. A introdução da máquina *universal* e a transformação do aparelho de soldar destacam-se como as mais visíveis alterações dos meios técnicos até meados do século XX, vindo aquela a tornar-se imagem distintiva da profissão.

37 Foram contabilizados 6 funileiros em Bouças/Matosinhos, 5 em Lousada e na Póvoa de Varzim, 4 em Baião e Santo Tirso, 3 em Valongo e 1 em Vila do Conde, existindo no Marco de Canaveses, 1 latoaria e 4 funileiros.

38 Fora de Lisboa e do Porto surgiram, no entanto, modernas unidades industriais, as quais acabariam por se afirmar, servindo o mercado nacional e exportando os seus produtos, de que é exemplo a *Casa Hipólito*, de Torres Vedras (DUARTE, 2017).

Como fizemos para épocas precedentes, ensaiámos uma primeira recolha de profissionais – latoeiros, funileiros e picheiros – sedeados em Penafiel entre a segunda metade do século XIX e a Ditadura, utilizando os recenseamentos eleitorais, novamente por se tratar de fonte acessível e sistemática, apesar das disparidades na definição de *eleitor* nas sucessivas datas, alterando o universo representado. Salientámos que a classificação profissional, nomeadamente a distinção entre latoeiro e funileiro, não parece assumida, ressentindo-se talvez de instruções oficiais, tendo como consequência, por exemplo, na cidade, em 1894 todos serem funileiros e em 1923 latoeiros. A indicação da idade é muito pouco precisa.

Penafiel (freguesia de S. Martinho com a sua anexa Santiago) contava com 4.016 residentes em 1864, no ano seguinte são eleitores quatro latoeiros (pelo menos um vem dos anos 30) e um funileiro; nenhum outro foi mencionado no restante concelho. Em 1878, a população ascendia a 4.489 habitantes; quando teve lugar o bastante abrangente recenseamento eleitoral de 1879, haveria oito latoeiros e dois funileiros na urbe e mais dois latoeiros na freguesia de Rio de Moinhos, populosa (1.238 residentes) e afastada da sede, perfazendo o concelho um total de doze, igual ao indicado no *Inquérito Industrial* de 1881. Apesar de muitos serem jovens adultos, já não foram inscritos quinze anos depois, quando se usaram critérios mais selectivos para alcançar o direito de voto. Será necessária mais informação para reconstituir minimamente os percursos de vida e verificar como a conjuntura de forte crise, a mobilidade interna e outras condicionantes contribuiriam para afastar alguns deles. Entre os que não voltaram a ser mencionados, estava António José de Melo, de 27 anos, casado, que substituíra o seu pai e, em Setembro de 1876, envia uma nota publicitária, para impressão no jornal *O Commercio de Penafiel*, na qual informa os clientes de que o seu estabelecimento da rua Nova “*acaba de ser melhorado consideravelmente, contendo todos os objectos da respectiva arte*”, dos quais lhe mereceram destaque as variadas sombrinhas e os candeeiros em metal de *gosto moderno* para petróleo e azeite; em Janeiro de 1879, volta a anunciar no mesmo jornal, agora apenas apostado na feitura de caixões de chumbo. Era bombeiro voluntário (*agulheta*), em 1881 (FERREIRA 1990: p. 29).

Do *Mappa dos estabelecimentos insalubres, incommodos e perigosos* que a autarquia levantou, em 1883, por solicitação do Governo Civil do Porto<sup>39</sup>, constam cinco de latoeiro, todos da cidade e classificados como *incómodos*. Pertencem ao antes referido António José de Melo (rua Nova) e a José António Leite (rua do Paço), eleitor tanto em 1879 como em 1894. Acrescenta Manuel Vieira (rua Direita), classificado como fundidor em ambos os recenseamentos, e Rodrigo José Peixoto (Cimo de Vila), também fundidor (1879). Não encontramos o quinto, José Pereira (rua Formosa), nos recenseamentos desta freguesia. Funileiro haveria apenas um, Pedro Teixeira Durães (praça Municipal), presente nas duas listagens mencionadas e possível familiar de José Teixeira Durães, que desde os anos trinta (até aos sessenta?) trabalhara como latoeiro.

Em contraposição à situação anterior, os cinco profissionais recenseados na cidade em 1894 são todos designados funileiros. Vimos que quatro vinham de trás, o outro, Manuel Gomes de Freitas<sup>40</sup>, colocara, em Novembro do ano anterior, ainda no jornal *O Commercio de Penafiel*, a tabela de preços para execução de caixões de chumbo no seu estabelecimento de latoeiro, pelo que este serviço devia ter boa procura, inerente à construção de jazigos de família no cemitério municipal. Nas freguesias, mantêm-se em laboração José Cardoso (67 anos) e José Cardoso do Amaral (42 anos), talvez pai e filho, latoeiros de Rio de Moinhos, que estão na base do núcleo familiar da arte sedeado em Cans, o qual veio a ensinar discípulos, de seguida fixados em outras freguesias. António Nogueira da Silva, um jovem adulto do lugar do Mosteiro, deu início a outro pólo em Paço de Sousa.

39 ADP - Governo Civil do Porto, M 3078, de 1883, Julho, 27.

40 Não reunimos as referências a este nome por incongruência nas idades apresentadas, apesar de, como bem sabemos, poderem facilmente estar erradas.

O recenseamento de 1901 encontrou um funileiro e quatro latoeiros no centro urbano, todos ainda jovens, e um picheleiro, de 45 anos, morador na rua Direita. Rio de Moinhos terá perdido o patriarca do núcleo de Cans, mas acolhe um membro da terceira geração, Manuel Cardoso do Amaral, 23 anos; no mesmo lugar trabalha o latoeiro Manuel Luís Ferreira. Paço de Sousa não sofre alterações.

Em 1923, há na cidade, onde a população crescia mais rapidamente (5.759 residentes em 1920), oito profissionais, quatro dos quais já figuravam em 1901, mas não os outros, dois deles com mais de 50 anos. A arte parecia em declínio, dirigindo-se a procura a novos materiais, excepto no ramo da pichelaria, que viria a tornar-se o último refúgio dos latoeiros/funileiros no século XX. Tal não se verifica de imediato nas freguesias rurais, onde os artefactos de folha se mostravam bastante necessários e as oficinas se foram consolidando e multiplicando em centros populosos e com feiras e comércio local. Assim, na família Cardoso do Amaral, de Rio de Moinhos, inscrevem-se dois elementos da terceira geração, o mais novo a residir na Vista Alegre, a que se somam dois outros jovens, um em Cans e outro na Agrela, surgindo o latoeiro que figurava no recenseamento anterior classificado agora como proprietário. Outro tanto ocorre com António Nogueira da Silva, de Paço de Sousa, onde o ofício se transmite para a geração seguinte. Ribaçais, o centro da freguesia de Abrugão, passou a dispor de funileiro, Joaquim Pereira de Macedo, de 33 anos. Junto das Termas de S. Vicente, no lugar da Ponte das Cabras (S. Miguel de Paredes), está a laborar Bernardo de Sousa Oliveira, sexagenário, anteriormente recenseado como vendeiro.

**Quadro n.º 4 - Latoeiros, funileiros, e picheleiros em Penafiel**

Nome	Prof.	1865	1879	1894	1901	1923	Freguesia	Ler e escr.
Abílio Gomes de Freitas	latoeiro	–	–	–	–	57 solt.	Penafiel, rua Serpa Pinto	–
Albino da Silva	funileiro	–	–	–	31 cas.	–	Penafiel, rua Alfredo Pereira	sim
Albino Teixeira da Silva	latoeiro	–	–	–	–	50 viúvo	Penafiel, rua Serpa Pinto	–
António Faria da Costa	funileiro	56 cas.	–	–	–	–	Penafiel, rua Direita	sim
António Joaquim Cerqueira	lat./ funil.	–	36 cas.	45 viúvo	–	–	Penafiel, rua Direita	sim/não
António José Alves Sampaio	lat./ funil.	–	51 solt.	57 solt.	–	–	Penafiel, rua do Paço	sim
António José de Melo (pai)	latoeiro	51 cas.	–	–	–	–	Penafiel, rua Nova	não
António José de Melo (filho)	latoeiro	–	27 cas.	–	–	–	Penafiel, rua Nova	sim
Carlos José Leal	latoeiro	–	24 solt.	–	–	–	Penafiel, rua do Sacramento	sim
Francisco José Leal	latoeiro	–	48 cas.	–	–	–	Penafiel, rua do Sacramento	sim
Francisco José Peixoto	latoeiro	–	24 solt.	–	–	–	Penafiel, Cimo de Vila	sim
Genésio de Faria Chaves	funileiro	–	35 cas.	–	–	–	Penafiel, rua Direita	sim
João Pinto Leal	latoeiro	–	–	–	30 cas.	–	Penafiel, rua do Carmo	sim
Joaquim Dias da Silva	picheleiro	–	–	–	45 cas.	60 cas.	Penafiel, rua Direita	sim
Joaquim Pereira da Silva	latoeiro	–	–	–	–	41 cas.	Penafiel, praça Municipal	–
Jorge Clemente Teixeira	latoeiro	–	–	–	–	37 cas.	Penafiel, S. Bartolomeu	–

José Alves	latoeiro	–	–	–	28 solt.	47 cas.	Penafiel, rua do Paço/ Direita	sim
José António Leite	lat./ funil.	29 cas.	42 cas.	50 cas.	–	–	Penafiel, rua do Paço	não
José Ribeiro da Costa	latoeiro		–	–	30 cas.	49 cas.	Penafiel, rua do Paço	sim
José Pereira Durães	latoeiro	59 cas.	–	–	–	–	Penafiel, rua Direita	sim
Manuel Gomes de Freitas	funileiro	–	–	38 cas.	–	–	Penafiel, rua Serpa Pinto	não
Manuel Gomes de Freitas	latoeiro	–	–	–	30 cas.	49 cas.	Penafiel, rua Serpa Pinto	sim
Pedro Teixeira Durães	funileiro	–	33 solt.	48 cas.	–	–	Penafiel, praça Municipal	sim
Zeferino da Silva	latoeiro	38 cas.	52 cas.	–	–	–	Penafiel, rua Direita	não/sim
Joaquim Pereira de Macedo	funileiro	–	–	–	–	33 cas.	Abragão, Ribaiçais	–
António Nogueira da Silva	latoeiro	–	–	26 cas.	27 cas.	–	Paço de Sousa, Mosteiro; em 1923 é proprietário	sim
Bernardo de Sousa Oliveira	funileiro	–	–	–	45 cas. (vendedor)	66 cas.	Paredes, Ponte das Cabras	–
Joaquim Ferreira da Conceição	latoeiro	–	–	–	–	26 cas.	Rio de Moinhos, Agrela	–
José Cardoso	latoeiro	–	43 cas.	67 cas.	–	–	Rio de Moinhos, Cans	não
José Cardoso do Amaral	latoeiro	–	31 cas.	42 cas.	55 cas.	–	Rio de Moinhos, Cans	sim
José Cardoso do Amaral	latoeiro	–	–	–	–	28 cas.	Rio de Moinhos, Vista Alegre	–
Manuel Cardoso do Amaral	latoeiro	–	–	–	23 solt.	43 solt.	Rio de Moinhos, Cans	sim
Manuel Luís Ferreira	latoeiro	–	–	–	24 solt.	–	Rio de Moinhos, Cans; em 1923 é proprietário	sim
Manuel Pereira Augusto	latoeiro	–	–	–	–	23 cas.	Rio de Moinhos, Cans	–

**Fonte:** AMPNF - 1625 *Livro de recenseamento de todos os cidadãos eleitores e elegíveis*, 1865; AMPNF - 1638 *Caderno de eleitores e elegíveis - assembleia de Penafiel*, 1879; AMPNF - 1635 *Caderno de eleitores e elegíveis - assembleia de Luzim*, 1879; AMPNF - 1643 *Livro para o recenseamento político do anno de 1894*; AMPNF 1644 *Livro do recenseamento eleitoral*, 1901; AMPNF 1646 *Livro definitivo do recenseamento eleitoral*, 1923.

## OS PROFISSIONAIS, DE 1936 À ACTUALIDADE

A dispersão anteriormente iniciada caracteriza as décadas do Estado Novo, até os objectos de *folha* se tornarem obsoletos em muitas das suas valências, caducidade reforçada pelo surgimento dos plásticos. Na cidade, as latoarias são cada vez em menor número. Algumas existiam já nos anos 20 e os profissionais, sexagenários, estão prestes a passá-las à geração seguinte, ou simplesmente deixam a actividade.

As de Abílio Gomes de Freitas, na rua Joaquim Cotta, e de José Alves, latoeiro da rua Direita teriam sido as primeiras descontinuadas. Joaquim Pereira da Silva, eleitor nos anos 20, trabalhou pelo menos até 1949/50 no estabelecimento da praça Municipal, sendo substituído à frente do negócio pelo filho José Pereira da Silva, eleitor desde 1936, com 27 anos. Nos livros de actas para repartição da contribuição industrial que compulsámos<sup>41</sup>, ao primeiro é imputado, entre 1946 e 1950, um rendimento

41 *Distrito do Porto: concelho de Penafiel: Livro(s) de actas a que se refere o artigo 6º do Decreto nº 24.916, 1946-1953.7.*

tributável de 1.000\$00, elevado nos três anos seguintes para 1.500\$00, mas já da responsabilidade de José, classificado, nos anos 60, como industrial. Por ocasião da 1ª Exposição de Artesanato, realizada em 1967, este último é um dos expositores (1ª Exposição, 1967). Serviu nos Bombeiros Voluntários de Penafiel.

Também haverá relação (irmãos?) entre José Ribeiro da Costa, da rua do Paço, recenseado em 1901 (30 anos), até 1950, e Luís Ribeiro da Costa, funileiro, quase trinta anos mais novo, que se manteve activo pelo menos até 1973, indicando como morada as ruas Eng. Matos, Alfredo Pereira e do Sacramento, ou seja, com mudança das instalações. O valor tributável, em nome do primeiro, ascendia a 1.000\$00, de 1946 a 1952, descendo para 900\$00 no ano seguinte.

Para José Lopes Pinto, latoeiro da rua da Saudade, inscrito em todos estes recenseamentos eleitorais (29 a 64 anos), não encontramos verba atribuída na segunda fonte. Nesta é tributado (600\$00 de 1946 a 1951, depois 700\$00) João Crisóstomo Pinto Lameiras, da rua Tenente Valadim, picheleiro, jovem e ainda não eleitor (?), o que será nos anos 60 (até 1973, com 53 anos). Henrique Ferreira da Rocha, funileiro, exerceria na rua da Saudade (com José Lopes Pinto?), onde foi recenseado em 1965. Os três estavam sedeados em fracções consecutivas da EN 106, no limite da cidade, que passa diante do cemitério e cruzava uma área de densa habitação popular. Artur Matos Monteiro, picheleiro, ficava num outro acesso à cidade, vindo de lugares periféricos, neste caso dos lados de S. Roque e Aveleda.

**Quadro n.º 5 - Latoeiros, funileiros e picheleiros em Penafiel**  
 Recenseamentos eleitorais para as Juntas de Freguesia 1936-1973

Nome	Prof.	1936	1940	1945	1950	1955	1960	1965	1970	1973	Freguesia
Abílio Gomes de Freitas	latoeiro	47 solt.	–	–	–	–	–	–	–	–	Penafiel, rua Serpa Pinto
Artur Matos Monteiro	picheleiro	–	–	–	–	–	43 cas.	48 cas.	–	–	Penafiel, av. Tomás Ribeiro
Henrique Ferreira da Rocha	funileiro	–	–	–	–	–	–	42 cas.	47 cas.	50 cas.	Penafiel, rua da Saudade
João Crisóstomo Pinto Lameiras	picheleiro	–	–	–	–	–	38 cas.	43 cas.	51 cas.	53 cas.	rua Tenente Valadim
João Pinto Leal	latoeiro	63 viúvo	–	–	–	–	–	–	–	–	rua do Carmo
Joaquim Pereira da Silva	latoeiro	55 cas.	61 cas.	63 cas.	(até 1949)	–	–	–	–	–	Penafiel, praça Municipal
José Alves	latoeiro	60 cas.	66 cas.	–	–	–	–	–	–	–	Penafiel, rua Direita
José Lopes Pinto	latoeiro	29 cas.	35 cas.	36 cas.	41 cas.	46 cas.	52 cas.	56 cas.	61 cas.	64 cas.	Penafiel, rua da Saudade/ av. Nova
José Pereira da Silva	latoeiro	27 cas.	–	–	–	46 cas.	51				
José Ribeiro da Costa	latoeiro	61 cas.	67 cas.	68 cas.	70 cas.	–	–	–	–	–	Penafiel, rua do Paço
Luís Ribeiro da Costa	funileiro	32 cas.	38 cas.	40 cas.	42 cas.	47 cas.	51 cas.	59 cas.	64 cas.	67 cas.	Penafiel, rua Eng. Matos/ Alfredo Pereira/ do Sacramento

Joaquim Pereira de Macedo	funileiro	45 cas.	45 cas.	53 cas.	61 cas.	66 cas.	71 cas.	75 viúvo	–	–	–	Abragão, Ribaçais
José Pereira Augusto	funileiro	–	–	–	–	–	25 cas.	–	–	–	–	Abragão, Ribaçais
Adão Pereira Augusto	lat./fun.	25 solt.	28 cas.	31 cas.	40 cas.	40 cas.	45 cas.	55 cas.	60 cas.	63 cas.	–	Boelhe, Extremadouro
Manuel Pinto	picheleiro	–	–	–	–	–	25 cas.	–	37 cas.	40 cas. (pedreiro)	–	Capela, Vila Meã
Francisco de Sousa Loureiro	picheleiro	–	–	–	–	–	–	–	–	30 cas.	–	Duas Igrejas, Castanheira de Baixo
Modesto Cabral	picheleiro	–	–	–	–	–	–	–	52 cas.	55 cas.	–	Duas Igrejas, Perafita
Custódio Vieira da Silva	picheleiro	–	–	–	–	–	37 cas.	42 cas.	47 cas. (industrial)	52 cas. (industrial)	–	Eja, Entre-os-Rios
Elvino Vieira da Silva	latoeiro	–	–	–	33 solt. (em 1949)	–	–	–	–	–	–	Eja, Entre-os-Rios
Joaquim Augusto Vieira da Silva	picheleiro	–	–	–	–	–	–	–	27 cas.	30 cas.	–	Eja, Entre-os-Rios
José Pereira da Rocha	funileiro	–	–	–	36 cas.	–	–	–	–	–	–	Eja, Entre-os-Rios
Jorge Alves da Silva	[funileiro]	–	–	–	28 cas. (industrial)	32 cas. (industrial)	37 cas. (motorista)	41 cas. (motorista)	46 cas. (motorista)	49 cas. (motorista)	–	Galegos, Ribeira / Alminhas
José Nogueira da Silva	picheleiro	–	–	–	–	25 cas.	30 cas.	34 cas.	39 cas.	42 cas.	–	Galegos, Bairro
Albano Moreira Gomes	picheleiro	–	–	–	–	–	–	–	–	29 cas.	–	Guilhufe, Silvarelhos
Agostinho Pinto	lat./fun.	–	–	–	–	32 cas.	38 cas.	43 cas.	49 cas. (ferroviário)	52 cas. (ferroviário)	–	Guilhufe, Retorta/ Silvarelhos
António Ferreira de Oliveira	picheleiro	–	–	–	–	–	–	–	–	23 cas.	–	Irivo, Ribeiro
António Ferreira Aires	picheleiro	–	–	–	–	–	–	–	–	52 cas.	–	Irivo, Guinchães
António Rodrigues Martinho	picheleiro	–	–	–	–	–	–	–	30 (1º Cabo)	34 cas.	–	Irivo, Valdevesa
Abílio Luís Ferreira	picheleiro	–	46 cas.	–	–	–	–	–	–	–	–	Lagares, Padrão
António da Silva (pai)	latoeiro	–	–	30 cas.	31 cas.	36 cas.	–	–	–	–	–	Lagares, Serra
António da Silva (filho)	funileiro	–	–	–	–	21 cas.	25 cas.	–	34 cas. (jornaleiro)	37 Cas.	–	Lagares Serra/Lapa
José Soares de Sousa	picheleiro	–	–	–	–	–	30 cas.	35 cas.	40 cas.	43 cas.	–	Lagares, Igreja
Manuel Ribeiro	latoeiro	–	21 cas.	22 cas.	31 cas.	36 cas.	41 cas.	–	–	–	–	Novelas, Chaves

António de Carvalho Nogueira da Silva	picheleiro	—	—	—	—	—	—	—	30 cas. (pedreiro)	33 cas.	Paço de Sousa, Cavada
Domingos da Silva Martinho	funileiro	—	—	—	—	22 cas.	27 cas.	32 cas.	37 cas.	42 cas.	Paço de Sousa, S. Lourenço/Ramadas
Joaquim Nogueira da Silva	picheleiro	—	—	—	—	—	30 cas.	35 cas.	40 cas.	43 cas.	Paço de Sousa, S. Lourenço
José Nogueira da Silva	lat./pich.	30 cas.	30 cas.	36 cas.	45 cas. (industrial)	50 cas. (industrial)	55 cas. (industrial)	60 cas.	65 cas.	68 cas.	Paço de Sousa, Santa Luzia
Manuel Rodrigues de Barros	funileiro	—	—	—	—	—	25 cas.	31 cas. (carteiro)	—	—	Paço de Sousa, Cavada
Agostinho Augusto de Jesus Ferreira	[funileiro]	—	—	—	26 cas. (comerciante)	32 cas. (comerciante)	37 cas. (comerciante)	42 cas. (comerciante)	46 cas. (comerciante)	49 cas. (comerciante)	Pinheiro, Pinheiral/Várzea
António Gonçalves	picheleiro	45 cas.	45 cas.	45 cas.	63 cas.	69 cas.	77 cas.	—	—	—	Pinheiro, Aveleda
Vitorino da Silva Moreira	lat/fun.	—	—	—	24 cas.	—	35 cas.	40 cas.	44 cas.	47 cas.	Pinheiro, Várzea
Flávio Teixeira	picheleiro	—	—	—	44 cas. (lavrador)	49 cas.	54 cas.	59 cas.	63 cas.	67 cas.	Portela, Curveira/Outeiro
António Joaquim Vieira	funileiro	—	—	26 cas.	32 cas.	37 cas.	41 cas.	46 cas.	51 cas. (jornaleiro)	54 cas.	Recezinhos (S. Mart.), Lugarinho/Venda do Campo
Joaquim Luís Teixeira	funileiro	—	27 cas.	34 cas.	37 cas.	40 cas.	? cas.	53 cas.	57 cas.	59 cas.	Rio de Moinhos, Cans /Vista Alegre
Manuel Cardoso do Amaral	funileiro	55 solt.	55 solt.	63 solt.	65 solt. (jornaleiro)	68 solt.	71 solt.	—	—	—	Rio de Moinhos, Cans
Manuel Pereira Augusto	funileiro	37 cas.	39 cas.	45 cas. (proprietário)	47 cas.	53 cas.	—	—	—	—	Rio de Moinhos, Cans
Armando Moreira de Carvalho	picheleiro	—	—	—	23 cas. (serralheiro)	29 cas. (serralheiro)	34 cas. (serralheiro)	39 cas. (serralheiro)	42 cas.	48 cas.	[Sebolido] Rio Mau

**Fonte:** AMPNF - 1672, 1676, 1681, 1685, 1690, 1695, 1698, 1702, 1705 *Livro[s] de recenseamento eleitoral - eleições para as Juntas de Freguesia*, 1936,1940, 1945,1950, 1955, 1960, 1965, 1970, 1973 (respectivamente).

Fora do centro urbano, mais dez freguesias, distribuídas por todo o concelho, dispuseram de latoeiros/funileiros activos nestas décadas. Abragão, como vimos, tinha um artista em 1923, Joaquim Pereira de Macedo, que continuou a ser recenseado até 1965, já viúvo e com 75 anos. Residia na rua do Maninho e era seu timbre, sempre recordado, gostar de organizar festas e tocar violão. Um segundo funileiro foi tangencialmente seu contemporâneo. Chamava-se José Pereira Augusto, era natural de Cans, Rio de Moinhos, aí aprendera a profissão, aos 13 anos, com o pai, o funileiro Manuel Pereira Augusto. Falecido (?) este, na segunda metade dos anos 50, juntamente com o irmão e na sequência dos casamentos de ambos na contígua freguesia de Vila Cova, estabeleceu-se em Abragão. Residia numa pequena habitação e tinha a loja de funileiro e serviços funerários no centro de Ribaçais, onde fazia os artigos habituais e o serviço de cangalheiro, incluindo o soldar dos caixões de chumbo. Em 1971, emigrou para a Alemanha e lá permaneceu

até 1980. Quando regressou abriu oficina na habitação, travessa da Vista Alegre, onde ocupava o tempo com a sua arte. Entrevistado em 1988<sup>42</sup>, aos 54 anos, classificou-se como funileiro, a trabalhar sozinho porque ninguém queria aprender, nem ele podia pagar; utilizava algumas pequenas e antigas máquinas manuais. Respondia, sobretudo, a encomendas, mas também vendia na oficina, à vizinhança, lampiões, lamparinas, candeias, funis, regadores, enxofradeiras, etc., e fazia caleiras, além de consertar o que lhe trouxessem. Trabalhou até ao fim da vida; depois, um filho requalificou a habitação e chamou-lhe *Casa do Latoeiro*.

Seguindo a margem do Tâmega, em Boelhe, lugar de Extremadouro, estava fixado Adão Pereira Augusto, também originário da mesma família de Cans, irmão de Manuel e tio do anterior. Casado, eleitor desde 1936 (25 anos), ali permanecia em 1973. Foi tributado de 1950 a 1953 (600\$00-700\$00). Hoje é lembrado por Agostinho Augusto Teixeira, filho de outro funileiro de Rio de Moinhos, porque aquele se deslocava à oficina do seu pai a fim de utilizar, por 50 centavos, a máquina *universal*, equipamento que não adquirira para Boelhe.

Acompanhando o rio para jusante, chegamos a Rio de Moinhos, onde o ofício cedo ganhara raízes e se multiplicara, saindo daqui profissionais para outras freguesias. Manuel Cardoso do Amaral, terceira geração da primeira família de latoeiros recenseada, iniciara a actividade por 1901 e prosseguia em 1960, tributado depois de 1949 (500\$00-600\$00). A Manuel Pereira Augusto, eleitor em 1923, até 1955, já nos referimos por causa do irmão Adão, que seguiu para Boelhe, e do filho, funileiro em Abragão.

Um terceiro funileiro, Joaquim Luís Teixeira, estava sedado próximo da estrada e do largo da feira, em Cans. Casado, nascido em 1910 e recenseado em 1940 com a profissão de funileiro, foi-lhe atribuído rendimento para colecta de imposto em todos os anos documentados (500\$00-600\$00). Esteve activo até há cerca de três décadas, sendo também apreciado o seu contributo para a antiga Banda de Música de Rio de Moinhos, onde por muitos anos tocou caixa (FERREIRA 2007: p. 31). Um dos filhos, Agostinho Augusto Jesus Teixeira (76 anos), desde muito jovem aprendeu a arte e acompanhou o pai, só deixando a oficina após o regresso do serviço militar, em meados dos anos sessenta, quando a procura já era muito fraca. Tornou-se motorista profissional e negociante de fruta por conta própria, escolhas moldadas pelo tecido económico local. Posteriormente retomou a empresa paterna, mas para se dedicar exclusivamente ao ramo de pichelaria. Foi com ele que falámos e com outro irmão desde jovem encaminhado para diferente rumo (Fig.1).

Ambos desconhecem com quem o pai realizou a sua formação, que não ocorreu na família, mas talvez com Manuel Pereira Augusto ou outro profissional da freguesia. A oficina, ao lado da forja de Fernando Ferreira Soares, pertencia aos ferreiros e tinha apenas cerca de 16m<sup>2</sup>, mas estava muito bem localizada. Só mais tarde se mudou para o lugar da Vista Alegre, pouco afastado, trabalhando nos baixos da habitação. Aí estava a característica bigorna de latoeiro/funileiro, que ciosamente preservam. Possuir a máquina universal, de calandrar, de que Agostinho Augusto se lembra desde sempre e que também guarda com orgulho, fez toda a diferença, não só por o trabalho se tornar mais rápido e ganhar em aparência e competitividade, como por lhes permitir realizar serviços menos acessíveis a outros funileiros que a não possuíam, e alguns até pagavam para a usar ocasionalmente. Também a máquina de soldar sofreu grandes alterações, desde o antigo *ferro* ou *fornilho* manual a carvão, construído pelo próprio funileiro, pesado no manusear e lento a aquecer, passando pela de gasolina e, por fim, pelo maçarico com ferro de soldar, aquecido a gás. A solda, fundiam-na eles, com duas partes de chumbo e uma de estanho, porque assim resultava num preparado mais espesso e aquele era mais barato. Improvisavam o pincel de passar o ácido, uma vez que os comprados nada duravam.

No tempo do pai, fabricavam regadores, baldes, cocos para beber, braseiras, lamparinas, lampiões, medidas para azeite e vinho (almude, cântaro,...), depósitos grandes para azeite, enxofradeiras e mesmo caleiras, que não atingiam mais de 1m por peça, sendo por isso trabalhosas de soldar e difíceis de

---

42 Artes e Ofícios Tradicionais, documentos do inquérito efectuado em 1988 por iniciativa do Ministério da Educação.

colocar. Montavam gasómetros de carbureto, que davam uma luz muito viva, e sulfatadores, comprando as peças fundidas. Também manuseavam a folha de alumínio para painéis e tachos, cujo fundo, não suportando a soldagem, era dobrado, ligado à parede por cravos de alumínio e batido na bigorna. Numa fase mais recente, quase nada disto se fazia de novo, a clientela apenas solicitava, na maior parte dos casos, algum conserto, por exemplo deitar um fundo novo ao regador demorava uma hora e custava 9\$00, por deitar pingos para vedar furos levavam \$50. Sulfatadores, faziam poucos, o trabalho de os montar não era rentável relativamente aos preços industriais, mas tinham, frequentemente, de remediar avarias e substituir algumas componentes de maior desgaste.

Este percurso pela vertente voltada ao Tâmega termina na foz, em Entre-os-Rios, onde se fizeram ouvir vários membros da família Vieira da Silva, funileiros ou picheiros. José é consistentemente considerado para pagamento de imposto, pelo menos desde a segunda metade da década de quarenta, assim como Elvino – tributado em 1948 e recenseado em 1949, aos 33 anos, com oficina na rua de Santiago – que emigrou para o Brasil e aí faleceu; algo mais novo, o irmão Custódio, eleito em 1960, com 37 anos, foi funileiro e picheiro, também classificado como industrial. Este tinha a oficina na velha estrada que desemboca junto do antigo quartel dos bombeiros (rua Nova) e ainda trabalhava quando decorreu o levantamento dos ofícios remanescentes, em 1986. O seu filho Joaquim Augusto, picheiro, com 27 anos no recenseamento de 1970, está no activo. A propósito dos funileiros de Entre-os-Rios, ouvimos, há bastantes anos, que teriam reutilizado as chapas de vidro/negativos de um fotógrafo local, com corte normalizado, para fazer os lampiões, o que, segundo o informador, muito contribuiu para a destruição daquele importante acervo.

Do lado oposto do município e contígua à cidade, Novelas, onde existiu uma grande família de ferreiros, teve latoeiro no lugar de Chaves, Manuel Ribeiro, recenseado em 1940 (21 anos) e presente em 1960, sendo um dos representantes da arte na Exposição de 1967. Guilhufe, a seguir sobre o rio Sousa, foi servida, nos anos 50/60, pelo latoeiro/funileiro Agostinho Pinto, que passou a ferroviário. Já em Paço de Sousa, como vimos, fora recenseado, desde final do século XIX, o latoeiro António Nogueira da Silva, proprietário e mais conhecido pela acção nos Bombeiros de Cête (Paredes), percurso que, após a cisão na instituição, o seu filho José Nogueira da Silva repetirá, encontrando-se entre os fundadores da Associação de Bombeiros Voluntários de Paço de Sousa, cuja primeira reunião ocorreu em Maio de 1937, cabendo-lhe a honra de ser o bombeiro nº 1 do corpo activo de 1938 e subchefe do quadro de chefia aquando do cinquentenário (MENDES 1988: pp. 11-13, 46).

José Nogueira da Silva surge, no recenseamento eleitoral de 1936, como latoeiro instalado em Santa Luzia. Ao rendimento tributável que atingia, de 1.200\$00, o mais elevado daqueles anos, acrescia, na década de cinquenta, um adicional devido pelo exercício da venda em feiras e mercados. Trabalhava com os filhos, António e Joaquim, este ainda referido como latoeiro em 1983, quando tinha 53 anos e residia em S. Lourenço. De facto, seria picheiro, assim como o irmão. O próprio pai pode servir de caso paradigmático destes percursos: começou a vida activa como latoeiro, na década de 50/início de 60, em colaboração com os filhos, é considerado industrial, e de 1965 a 1973, certamente o período em que se incluirá a relação privilegiada com a fábrica da Sociedade de Lacticínios Valpedre, o recenseamento designa-o picheiro, trabalho que predominava e foi o das gerações seguintes.

Na oficina paterna, pouco acima da Casa do Gaiato, equipada com universal ou *máquina de tirar canais*, para além da bigorna, trabalhava-se a folha a maço e martelo e, no início, soldavam com forninho, fazendo eles próprios a *água de soldar*, aplicada com pincel improvisado de pelo de rabo de cavalo apertado numa ponta de chapa dobrada, porque o ácido atacava rapidamente os pincéis que se adquiriam, da mesma forma que o recipiente tinha de ser em cobre ou vidro. Realizavam as obras mais requisitadas: regadores, baldes, vasilhame para medir e transportar vinho e azeite, funis, enxofradeiras, etc., segundo recorda o sobrinho António Pinto, que se manteve no ramo, mas em unidade industrial

moderna, pois trabalhou como latoeiro-funileiro numa fábrica de cilindros da cidade do Porto. A família ainda hoje é conhecida em Paço de Sousa como os *Latoeiros*. Manuel Rodrigues de Barros, da mesma freguesia, lugar da Cavada, foi recenseado em 1960, com 25 anos, quando exercia de funileiro, a que preferiu o emprego de carteiro.

Lagares, teve como latoeiro/funileiro António da Silva, do lugar da Serra, que confirmámos ter trabalhado regularmente nos anos 40-50. A oficina passou para o filho com o mesmo nome, falecido há cerca de uma década. Serviam a procura local de regadores, jarros, canados, cântaros, cocos, funis, etc. e fabricavam as *bailarinas*, cafeteiras rápidas de dupla parede cónica, expeditas a aquecer a água com pouca lenha por terem uma grande superfície de exposição (Fig. 10.4). Também é referido um picheleiro (1940), especialidade adoptada mais tarde por José Soares de Sousa, recenseado em 1960 (30 anos), no lugar da Igreja.

No eixo central do concelho, posicionados na proximidade de nós viários, identificámos, de Norte para Sul, um funileiro em S. Martinho de Recezinhos, não longe do entroncamento que conduz ao Marco de Canaveses (EN 211). Trata-se de António Joaquim Vieira, a trabalhar desde meados da década de 40 no Lugarinho, onde foi edificado o Salão Paroquial, tendo transferido a oficina para o rés-do-chão da habitação, pouco afastada. Com rendimento tributável de 400\$00-500\$00, vendia ocasionalmente em feiras. Num outro entroncamento, desta vez da estrada de Penafiel a Entre-os-Rios (EN 106) com a que leva a Paço de Sousa (EN 106-3), no lugar da Ribeira, freguesia de Galegos, estava à face da via, nas décadas de 40/50, a oficina de Jorge Alves da Silva, com rendimento de 400\$00/500\$00, mas que também vendia em feiras e mercados, tirando disso maior proveito (600\$00). O empresário dedicou-se seguidamente ao serviço de táxis e a outras actividades do ramo de reparação de veículos (hoje a firma Jorge Alves da Silva, L.da); encerrou a funilaria em meados da década de setenta. Mário Moreira, de quem falaremos adiante, teve aqui emprego ao regressar do serviço militar, por 1975, para terminar os concertos e encomendas pendentes.

Prosseguindo na EN106, prestes a chegar às Termas de S. Vicente, na Ponte das Cabras, freguesia de Paredes, temos referência a Agostinho Augusto de Jesus Ferreira, tributado neste ramo de actividade de 1946 a 1952 (500\$00-600\$00). Nascido em Janeiro de 1923, foi mais um latoeiro/funileiro natural de Rio de Moinhos que se afastou da sua terra para ampliar as oportunidades. Fixou-se nas Termas, disseram-nos que a sua especialidade eram os caixões de chumbo, ainda que posteriormente mudasse de ramo: adquiriu e explorou a Pensão (hoje Residencial) Regional e outro comércio, que este centro de termalismo, muito bem posicionado, potenciou, sendo recenseado, em 1950, como comerciante. Também ele pertenceu à antiga Banda de Música de Rio de Moinhos, desde os catorze anos, e aí tocava caixa, ao lado de Joaquim Luís Teixeira<sup>43</sup>, tendo mais tarde integrado várias direcções até passar, em 1995, a presidente honorário da rebaptizada Banda Musical e Cultural (FERREIRA 2007: pp. 31 e 46). Agostinho Augusto de Jesus Ferreira trouxe da freguesia natal e ensinou a arte a Vitorino da Silva Moreira, que permaneceu nas Termas, onde partem as freguesias de Paredes e Pinheiro. Desta última (lugar da Aveleda) e do seu tempo seria o picheleiro António Gonçalves.

Terminámos assim o périplo no lugar da Várzea, junto do parque termal, onde estava a oficina de Vitorino da Silva Moreira, como dissemos, originário de Rio de Moinhos, lugar do Ribeiro, de onde saiu em moço para as Termas: aqui casou (lugar da Aveleda) e permaneceu. Considerado para a repartição do imposto em 1949, com valores em crescendo de 500\$00 a 700\$00 (1953), está inscrito no recenseamento eleitoral de 1950, aos 24 anos. Continuou a trabalhar no seu estabelecimento, com o auxílio dos três filhos, dos quais destacámos Mário Alberto Moreira, que herdou a arte e o substituiu na AGRIVAL, em 1988, sendo hoje o último latoeiro/funileiro penafidense, já reformado, mas activo. Nesta condição colaborou com o Museu no projecto *PARTO – Penafiel, Artes e Ofícios*.

---

43 Nascido naquele tempo, o filho deste funileiro também se chama Agostinho Augusto de Jesus, mais o sobrenome Teixeira.

## MÁRIO ALBERTO MOREIRA, O ÚLTIMO FUNILEIRO EM ACTIVIDADE

Reformado aos 65 anos, Mário Alberto Moreira fez dos baixos da sua nova residência, sobranceira às Termas de S. Vicente (rua de Santiago, Pinheiro), a oficina onde trabalha diariamente (Fig.2.1). O ritmo da procura, hoje e aqui, é muito mais reduzido do que ao tempo de seu pai, quando estavam nas últimas instalações, prédio junto da estrada e das Termas, num ponto de muito trânsito.

Vitorino Moreira começou por ter um local precário, mesmo perto das termas, e daí passou para a oficina do Tapado Novo, bastante próximo, onde trabalhou com os três filhos, até estes serem incorporados no serviço militar. Ao regressar, cada um deu rumo à vida, ficando Mário (n. 1950) com o progenitor, excepto em breves experiências de outros trabalhos, que o levaram até ao estaleiro da barragem do Pocinho, no Douro, ou à aprendizagem para se tornar electricista. Como referimos antes, ao voltar da *tropa* também foi “cedido” temporariamente a Jorge Alves Silva, funileiro de Galegos, para rematar obra pendente.

A oficina paterna estava sempre bastante surtida de mercadoria para venda imediata, pois produziam uma grande diversidade de artefactos de modelos padronizados, ainda que fabricassem muito por encomenda e realizassem inúmeros consertos. Até aos anos 70, com os filhos presentes, também se dedicavam a fazer e colocar caleiras, muitas vezes ficando o pai na oficina a adiantar obra, enquanto eles, mais ágeis, iam colocá-las. De seguida, todos se punham a soldar as peças que o pai preparara, e assim racionalizavam o trabalho, tirando partido das melhores capacidades de cada um. Utilizavam sobretudo a folha-de-flandres, mais maleável e fácil de curvar sem formar vincos, como acontecia com a zincada, embora em ambas a qualidade e calibre condicionassem bastante esta trabalhabilidade. Contudo, no final, a primeira resultaria numa melhor aparência, superfícies mais regulares, claras e brilhantes. A solda, já vimos, preparavam-na eles próprios, com estanho e chumbo (por vezes de sucata), sempre a tentar poupar aquele, mais caro, e tendo em atenção que o segundo a tornava mais espessa e fácil de fixar; em fusão, era deitada numa rilheira (improvisada) que dava forma às barras, de onde o ferro de soldar a colhe. O ácido clorídrico, para pincelar as juntas e limpar a superfície na qual ia incidir a solda, compravam-no na drogaria.

O equipamento essencial de uma destas oficinas não era muito nem demasiado dispendioso, antes sempre bastante idêntico, pelo que remetemos para a descrição e ilustração relativa ao estudo sobre o latoeiro de Arco de Baúlhe (SOEIRO 2015). Obrigatória, como elemento central, embora com alterações ao longo do tempo, a presença da bigorna, de aço ou ferro calçado, em forma de T, com pé alto e haste superior estreita, mas de braços longos. À semelhança da bigorna de ferreiro, tem ao centro a pequena praça rectangular, plana, que se prolonga bilateralmente em braços muito extensos, um apontado e de secção circular, o outro de secção quadrangular e ponta recta, que apresenta no arranque caneluras de diferente largura e profundidade onde se faziam dobras (com e sem arame interior) e molduras, mormente as quadrangulares que a máquina universal não realiza. O pé, de secção quadrangular, termina em espigão, que se introduz profundamente no suporte, um cepo de madeira. O funileiro Agostinho Augusto Teixeira colocou no topo deste cepo uma espécie de prato trabalhado na folha, para mais comodamente pousar a ferramenta. A sua bigorna difere da utilizada por Mário Moreira, que foi de Agostinho Augusto de Jesus Ferreira, pelo facto de, à maneira das de ferreiro, ter no braço, depois das caneluras, um orifício fundo que permitia as furações sem a ponta do instrumento se deteriorar por bater contra o ferro (Fig.1.2 e 2.2). O funileiro de Pinheiro faz as furações sobre um suporte de madeira, cuja superfície ficou coberta de orifícios. Este mesmo suporte apresenta concavidades de vários diâmetros, para nelas moldar a martelo peças em calote ou opadas (Fig.2.3).

Ao contrário da bigorna, os aparelhos de soldar sofreram grande transformação desde meados do século XX, em que ainda se usava o velho ferro de soldar, directamente aquecido sobre o carvão (sem nele tocar) e o forninho, também a carvão, de que todos os funileiros se lembram pelo incómodo que causava, em vista do tempo necessário para este aquecer devidamente a lingueta metálica com que

se aplicava a solda. Eram idênticos aos registados no Arco de Baúlhe, mas não encontramos nenhum inteiramente preservado, tendo sido entregue ao Museu, pelo ferreiro José Gonçalves da Mota, de Paço de Sousa, parte da estrutura de um fornilho (Fig. 6). Seguiu-se a máquina a gasolina e depois a actual, com o ferro, idêntico ao inicial, a receber o calor do maçarico a gás (Fig. 3.2).

A máquina universal ou rotativa de funileiro (PETIT 1921: pp. 211 e ss.), que há mais de sete décadas existe em muitas oficinas penafidelenses, veio revolucionar o trabalho pela facilidade e rapidez com que, trocando os carretos, se rebarbava, torneava, laminava e faziam dobras, caneluras, molduras, pregas, etc., sendo em grande medida responsável pela produção em quantidade, com ganhos de esforço e uma menos longa aprendizagem, evitando muito bater e curvar manual na bigorna (Fig.1.3 e 3.1). Mário Moreira, que não herdou a do pai mas recebeu a sua, algo mais antiga, com a bigorna, afirma tê-las visto ainda à venda na rua do Almada (Porto), há não muitos anos; também já existem eléctricas.

Mascotos de madeira, que não ferem a superfície (antes estanhada) da chapa, martelos de bola e de pena, tesouras de cortar chapa, turquês, limas, grosas, compasso direito de pontas para transferir medidas e desenhar círculos, régua e esquadro são instrumentos básicos, preparados pelos próprios ou adquiridos no comércio (Fig. 3.3). Com eles se trabalhava sobre a bancada de madeira, que tinha quase sempre num dos extremos a máquina anterior, com a cabeça dos *rolos* proeminente; em alguns casos via-se um outro auxiliar preso a uma das pernas, o torno de pé, para fixar qualquer elemento enquanto se actua sobre ele. Assunto mais sensível, a transmissão dos moldes (chapa e cartão), preservados como uma mais-valia, dava-se entre profissionais, passando de pais a filhos ou de mestres a aprendizes. Cada peça, no geral, necessitava de vários moldes, próprios para cortar determinada componente que, reunida às demais, permitia montar o artefacto. Assim, o trabalho corria mais célere, não era preciso voltar sempre ao início, estar a medir e desenhar na chapa cada corte irregular e a calcular a sua proporção relativa para que se ajustassem na montagem. Mantinham-se por perto, pendurados em grupos correspondentes a cada modelo. Só as partes mais regulares, por exemplo círculo para o fundo e rectângulo para a parede direita, se traçavam a régua, esquadro e compasso (Fig. 4).

## A OBRA

Sem qualquer veleidade de exaustão, vamos elencar artefactos produzidos na oficina de Vitorino e Mário Alberto Moreira e outros existentes na colecção do Museu. Começamos pelos destinados à iluminação, como as candeias de vários modelos, ou *luzes de pé* e *de pendurar*, todas de reservatório fechado porque usavam combustível derivado do petróleo, o que obriga a manter a chama afastada deste, ao invés das velhas candeias de azeite e outras gorduras (VITERBO 1913: pp. 59-60). Os modelos de pousar e pendurar atribuídos a Penafiel por Rocha Peixoto (PEIXOTO 1905: p. 38), no início do século XX (Fig. 7.1), permaneceram, ainda que por vezes se troque o tubo lateral que protegia a torcida e afastava o lume por um registo adquirido à indústria, já pronto, que o funileiro soldava no cimo do reservatório. Este registo está quase sempre presente nas candeias de pé, desde as mais básicas, de simples reservatório tronco-cónico, com ou sem asa, encimado pelo registo, que se retira para introduzir o combustível. Nas de pé alto (com orifício na asa para também poderem ser penduradas de um prego), em que o depósito se ergue sobre palmatória e coluna, pode existir um tubo de enchimento independente, assim como em algumas de pousar (Fig. 8.1 e 7.2). Os lampiões, paralelepípedicos, de armação em folha, com vidros laterais, rematavam superiormente em chaminé e argola de suspensão. Eram os escolhidos nas deslocações exteriores ou para velar de noite, pois protegiam a chama, que ardia no bico de uma pequena candeia de reservatório encerrada no seu interior, a qual ficava presa ao fundo por meio de um sistema de presilha e lingueta (Fig. 8.2).

Em ocasiões de alguma solenidade, fossem noites de luminárias impostas pelo poder autárquico para celebrar eventos do município e do país, festas religiosas ou ainda quando o sino tocava a avisar

da saída do Santíssimo para o viático, colocavam-se lanternas ou lampiões envidraçados nas varandas e sacadas com gradeamentos providos de espigões verticais nos ângulos, onde se encaixava o apêndice tubular do artefacto. Eram semelhantes aos que as confrarias levavam no extremo de uma vara durante as procissões, havendo-os sem vidro, com todo o corpo formado por chapa vazada (frequentemente de estanho), deixando ver motivos religiosos que se destacavam uma vez aceso o lume interior, uma vela ou um recipiente fechado com o combustível (MIRANDA 1929; MARTHA 1940). Idênticas a estas no fundamental (PEIXOTO 1905-1908: p. 45), faziam-se de menor tamanho, com asa ou cabo lateral, para uso no âmbito doméstico e cultural, como o exemplar proveniente de Paço de Sousa (Fig. 9).

Na cozinha, muitos pequenos recipientes em folha, produzidos por todos os latoeiros/funileiros, serviam fins pré-definidos, socialmente codificados, como as almotolias do azeite, com e sem bico, e as latas e pequenos garrafões com que se enchiam (Fig. 10.1). Contudo, a assertividade no gesto que permitiam estes tamanhos médios, com canal/bico longo, levou ao seu emprego para encher candeias e fogões alimentados com os novos combustíveis, e até nas estações de serviço auto, para óleo e demais produtos.

A polivalência funcional pode ficar exemplificada com o coco (Fig. 10.1), espécie de púcaro de rabo com que tanto se tirava água fresca do caneco, para beber, como a ferver, da panela ao lume, para cozinhar e esquentar. Muito manejáveis, usavam-se para líquidos e sólidos e cada casa teria mais de um, destinando-os a diferente serventia. À oficina de Vitorino e Mário Moreira chegavam vizinhos que traziam latas vazias (com apenas uns furos na tampa, de despejar o conteúdo) e pediam que as transformasse em cocos. Com parede inclinada e maior tamanho, o balde de cabo serve, no quintal, para regar e despejar a *água choca* das fossas, ou no lagar, para transferir o mosto.

Panelas, cafeteiras, escorredores, coadores, tabuleiros (*latas*) e formas de bolo, as elegantes *bailarinas* (Fig. 10.4), bacias, apanhadores e baldes, os maiores de bordo reforçado com arame de ramada, quase desapareceram, e os regadores escasseiam (Fig. 4.3). Corredores (vários tamanhos), funis para líquidos, funis curtos e de cano grosso para encher chouriços e bicos de fazer sonhos são peças que ainda se vendem (Fig. 5.3), assim como a clássica roca de colher a fruta das árvores altas, a armadilha para as toupeiras (Fig. 5.1 e 2) e o relativamente recente funil de matar frangos. No último Outono/Inverno, Mário Moreira fabricou muitas botijas, agora em inox, que aquece melhor e não enferruja (Fig. 5.4). As de cobre eram *para os ricos*.

Um grupo de peças muito particular, que as casas de lavoura tendem a conservar, é o do vasilhame de medida, habitualmente conjuntos de carena alta para vinho e baixa para o azeite (Fig. 11). Muitas destas medidas estão aferidas para um ou dois valores, marcados por pontas salientes no interior, a que corresponde a capacidade inscrita na chapa de latão soldada no exterior. Só na maior das primeiras vimos o quadrado vazado a servir de limite à quantidade aferida. Correspondem a volumes que mostram o sincretismo dos sistemas métricos de uso local, novos e tradicionais (*Mappas*, 1868: p. 208): almude de 20, 24 ou 25 litros; pote ou cântaro (1/2 almude); canada de  $\pm 2$  litros. Os submúltiplos de uso corrente, vasos cilíndricos e com uma asa quadrangular, são o novo litro e o 1/2 litro, próximo ao quartilho, o 1/4 litro, sucessor do 1/2 quartilho, e o 1/4 de quartilho. Lagar, adega e engenho de azeite (SOEIRO 1996/1997) precisavam de muitos outros artefactos obra de funileiro; outro tanto sucedia nos armazéns de grossistas e retalho dedicados aos bens alimentares.

Nas terras em redor das Termas, tinha bastante procura (vendiam mais de um milhar ao ano) um cântaro de boca larga (25 a 30 litros, três asas) empregue especificamente para as mulheres irem buscar a *água verde*, o soro resultante do fabrico do queijo na fábrica de Valpedre, com que engordavam os porcos. O cântaro das leiteiras (15 litros), só com uma asa lateral, dispunha de tampa articulada (Fig. 12.1). Com ele se levava o leite ao posto de recolha das fábricas de lacticínios ou vendia ao público, pelas casas. Antes da normalização obrigatória deste vasilhame (em alumínio), a forma tradicional para ordenha e venda imediata do leite seria o ferrado, baixo, com fundo largo (estável), ampla boca, uma asa e bico do lado oposto. Coberto por tampa protectora, dividida entre parte fixa e a restante articulada por

dobradiça, usava-se com o coador do ferrado de forma a evitar que alguma sujidade residual da ordenha passasse ao verter para as medidas, na frente do cliente.

O vendedor da água fresca (açucarada, com limão) nas feiras e romarias apregoava este regalo (GUIMARÃES 1991: p. 123), contido num cântaro revestido por isolantes placas de cortiça, com bico e coador interno (Fig. 12.2 e 3). É ainda num outro modelo de cântaro que se leva o sulfato para, com o regador, encher a máquina, ela própria montada e consertada pelo funileiro (Fig. 14), bem como os pequenos aspersores (Fig. 13.1) de uso diverso. Desde a praga do oídio, em meados do séc. XIX, fabricou-se a enxofradeira de vinhas (Fig. 13.2); no mechador de folha queimava-se enxofre a fim de desinfestar o cereal nas caixas.

Neste universo da folha, lugar de relevo tiveram as latas-contentor, de todos os tamanhos e feitios e para os mais diversos propósitos. Escolhemos: o pequeno baú/lancheira para transportar a refeição do operário e viajante, que no âmbito doméstico servia de cofre dos documentos da família e foi mesmo transformado em urna eleitoral; a lata da vendedeira das lampreias de Entre-os-Rios, necessitada de as fazer chegar vivas (em água) ao cliente para se aproveitar o sangue; o grande baú das doceiras de feira (Fig. 15). Mário Moreira ainda fez, para as da Rua e do Torrão, muitas latas redondas de guardar os doces e tabuleiros de enfiar, lisos e com divisórias para o doce da Teixeira, bolo rectangular de presença obrigatória em feiras e romarias do Norte de Portugal.

Este funileiro responde a outras necessidades derivadas das actividades económicas em que os seus vizinhos estão envolvidos, o que quase elevou ao topo de vendas o balde da pólvora para as pedreiras, obrigadas a tê-la protegida e tapada (Fig. 4.3). Há algumas décadas, quando das freguesias do Sul do concelho saíam muitos trabalhadores para as Minas do Pejão, do outro lado do Douro, na oficina do pai montavam e reparavam inúmeros gasómetros, com as peças fundidas compradas na própria empresa mineira.

## **OFÍCIOS DE ONTEM, EM JEITO DE CONCLUSÃO**

Na cidade de Penafiel, tornou-se difícil recuperar a memória desta arte e certificar como de produção local as peças a que tivemos acesso, e ainda mais se as quisermos atribuir a um ou outro funileiro, inexistentes nas últimas décadas. Quando estes escassearam, foram os caldeireiros que suprimam os pedidos de trabalhos em folha. A perda de profissionais torna-se evidente ao comparar os levantamentos apresentados, sobressaindo, entre o Quadro 4 e 5, a diminuição de estabelecimentos no centro urbano e o crescimento dos implantados em centros secundários, distribuídos pelo demais território concelhio, onde, até hoje, subsistem clientes.

De outros constrangimentos falámos ao longo do texto, como os derivados do fácil acesso dos penafidelenses ao Porto e a materiais oriundos dessa cidade, da capital ou mesmo estrangeiros, vendidos nas lojas de quinquilharia e outros negócios, e nas grandes feiras. Para marcar a diferença, representamos a funilaria urbana, para além da luminária, com duas peças da colecção vinculadas à higiene pessoal: um semicírculo de modelo comum, em chapa zincada, que poderia facilmente ter sido encomendado a diversas empresas desta indústria; uma banheira, que pela dimensão, fragilidade e simplicidade técnica aponta para obra local (Fig. 16). Inevitavelmente, lembra um sarcófago, a que não falta o apoio para a cabeça e o estreitamento das paredes até aos pés, onde fica a abertura de escoamento. O peso da água (mesmo pouca) muito dificultaria a sua movimentação. Estava destacada no espaço e houve o cuidado de pintar e decorar todo o exterior com a representação de festões a imitar tecido. Ambos pertenceram a uma casa de família, na rua do Bom Retiro, e foram doados ao Museu face à improbabilidade de serem mantidos no sítio ou reutilizados, uma atitude responsável que contribuiu para a sua preservação. Sirva este exemplo de motivação para que a profissão de latoeiro/funileiro, duplamente secular e agora próxima da extinção no município, onde tantos serviços prestou ao quotidiano dos concidadãos, fique significativamente representada no seu Museu.

## BIBLIOGRAFIA

- ALCALÁ, Fray Pedro de (1505), *Vocabulista aravigo en letra castellana*, Granada, Juam Varela.
- Anuario estatístico da Direcção Geral das Contribuições Directas (1878-79)*, Lisboa, DGCD.
- BERNARDO, Helena (2012), *Do lugar de Arrifana de Sousa à cidade de Penafiel: Urbanismo e arquitetura (séculos XVI-XVIII)*, Porto, FLUP (dissertação de Mestrado).
- BLUTEAU, Raphael (1712-1728), *Vocabulario portuguez e latino*, Lisboa, No Collegio das Artes.
- BRANDÃO (de Buarcos), João (1990), *Grandeza e abastança de Lisboa em 1552*, Lisboa, Livros Horizonte.
- CABRAL, Manuel Villaverde (1977) *O operariado nas vésperas da República (1909-1910)*, Lisboa, Ed. Presença.
- CALDEIRA, João da Silveira (1818), *Sobre o ondeamento metallico, Annaes das Sciencias, das Artes e das Letras*, 1 (parte segunda), Paris, Impresso por A Bobée, pp. 140-170.
- COBARRUIAS OROZCO, Sebastian de (1611), *Tesoro de la lengua castellana, o espanola*, Madrid, por Luis Sanchez, impressor del Rey N.S.
- CORREIA, Vergílio (1926), *Livro dos regimentos dos officiaes mecanicos da mui nobre e sempre leal cidade de Lixboa (1572)*, Coimbra, Imprensa da Universidade.
- DIAS, Luís Fernando de Carvalho (1955), *A relação das fábricas de 1788*, Coimbra.
- DUARTE, Joaquim Manuel Jorge Duarte (2017), *Casa Hipólito – história, memórias e património de uma fábrica torriense*, Lisboa, Universidade Aberta (dissertação de mestrado).
- DUARTE, Maria Celeste dos Santos Duarte de Oliveira (1972), *A freguesia de S. Martinho de Arrifana de Sousa de 1760 -1784 (ensaio de demografia histórica)*, Porto.
- FERREIRA, José F. Coelho (1990), *História dos Bombeiros de Penafiel*, Penafiel, Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Penafiel.
- FERREIRA, José F. Coelho (2007), *Banda Cultural e Musical da Vila de Rio de Moinhos*, Rio de Moinhos, Banda Cultural e Musical da Vila de Rio de Moinhos.
- L'Encyclopédie Diderot et D'Alembert: Recueil des planches sur las sciences, les arts libéraux et les arts mécaniques, avec leur explication*, vol. 25 *metallurgie - fer blanc* (1989), Paris, Inter-Livres.
- 1ª Exposição de Artesanato Regional em Penafiel (1967)*, Penafiel, Comissão Municipal de Cultura.
- GOODOLPHIM, Costa (1974), *A associação. História e desenvolvimento das associações portuguesas*, Lisboa, Seara Nova.
- GUIMARÃES, António (1991), *Figuras típicas de Penafiel*, Penafiel, Biblioteca Museu.
- HARDY, Jean-Pierre (1978), *Le forgeron et le ferblantier*, Montréal, Les Éditions du Boréal Express.
- Inquérito Industrial de 1865. Actas das sessões da Comissão de Inquérito (1865)*, Lisboa, Imprensa Nacional.
- Inquérito industrial de 1890. Indústrias fabris e manufactureiras (inquérito de gabinete) (1891)*, volumes 3 a 5, Lisboa, Imprensa Nacional.
- Legislação da contribuição industrial (1862)*, *Archivo juridico*, Porto, 2ª série 7.
- Mappas das medidas do novo sistema legal comparadas com as antigas nos diversos concelhos do reino e ilhas (1868)*, Lisboa, Imprensa Nacional.
- MARQUES, Maria Lucília de Sousa Pinheiro (1974), *A freguesia de S. Martinho de Arrifana de Sousa de 1730 - 1759 (ensaio de demografia histórica)*, Lisboa.
- MARTHA, Cardoso (1940), *Luminária popular*, in *Vida e arte do povo português*, Lisboa, pp. 157-171.
- MENDES, Júlio (1988), *50 anos Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Paço de Sousa*, Paço de Sousa, Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários.

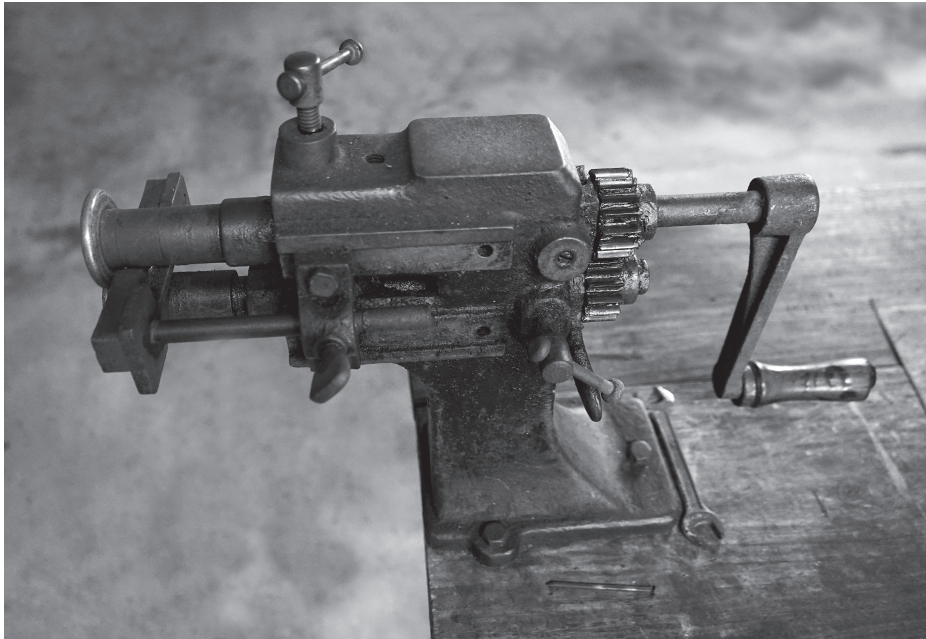
- M[IRANDA], A[bílio] (1929), Usos do nosso tempo, *Penha-Fidelis*, 1, Penafiel, p. 15.
- PEIXOTO, Rocha (1905-1908), Iluminação popular, *Portugalia*, 2, Porto, pp. 35-48.
- PERY, Gerardo A. (1875), *Geographia estatistica geral de Portugal e colonias*, Lisboa, Imprensa Nacional.
- PETIT, George (1921), *Nouveau manuel complet du ferblantier lampiste*, Paris, Manuels Roret.
- REAL ACADEMIA ESPAÑOLA (1726-1739), *Diccionario de la lengua castellana*, Madrid, Imprenta de Francesco del Hierro Imp.. [DICCIONARIO DE AUTORIDADES].
- Relatório apresentado ao exc.mo snr Governador Civil do Porto pela sub-comissão encarregada das visitas aos estabelecimentos industriaes* (1881), Porto.
- Relatório da Junta Geral do Districto do Porto* (1856-1861), Porto.
- SANTOS, Geralda Maria Marques Ferreira dos (1979), *A freguesia de S. Martinho de Arrifana de Sousa de 1700 -1729 (ensaio de demografia histórica)*, Lisboa.
- SANTOS, Geralda Maria Marques Ferreira dos (2000), *População e economia da cidade de Penafiel nos finais do Antigo Regime 1785-1807*, Penafiel, Museu Municipal.
- SILVA, Antonio de Moraes (1789), *Diccionario da lingua portugueza*, Lisboa, Na Officina de Simão Thaddeo Ferreira.
- SOBRINO, Francisco (1705), *Diccionario nuevo de las lenguas española y francesa*, Bruselas, Francisco Foppens.
- SOEIRO, Teresa (1996-1997), Lagares de azeite no concelho de Penafiel, *Portugalia*, nova série, 17-18, Porto, pp. 219-244.
- SOEIRO, Teresa (2000-2001), Os dias grandes, *Cadernos do Museu*, 6-7, Penafiel, pp. 137-220.
- SOEIRO, Teresa (2003-2004), Pauzeiros, tamanqueiros, sapateiros e ofícios correlativos, *Cadernos do Museu*, 8-9, Penafiel, pp. 7-76.
- SOEIRO, Teresa (2014-2015), Os ofícios do ferro em Penafiel: ferreiros e candeeiros, *Cadernos do Museu*, 14-15, Penafiel, pp. 5-146.
- SOEIRO, Teresa (2015), *A latoaria em Cabeceiras de Basto*, Cabeceiras de Basto, Câmara Municipal.
- VITERBO, Sousa (1913), As candeias na religião, nas tradições populares e na industria, *Revista Lusitana*, 16, Lisboa, pp. 41-80.
- VITERBO, Sousa (1918), *Documentos sôbre várias indústrias portuguesas*, Coimbra, Imprensa da Universidade.



**Fig. 1.1:** Agostinho Augusto de Jesus Teixeira (e o irmão), funileiro/picheleiro de Rio de Moinhos, junto do equipamento da oficina do pai que ciosamente preserva; **1.2:** Bigorna de funileiro; **1.3:** Máquina universal. (Fot. T. Soeiro).



**Fig. 2. 1:** Mário Alberto Moreira, funileiro das Termas de S. Vicente, na oficina da sua residência, onde actualmente trabalha (Fot. T. Soeiro); **2.2:** Bigorna de funileiro (Fot. T. Soeiro); **2.3:** Cepo e ferramenta de trabalho (MMPNF/Fot. M. Ribeiro).



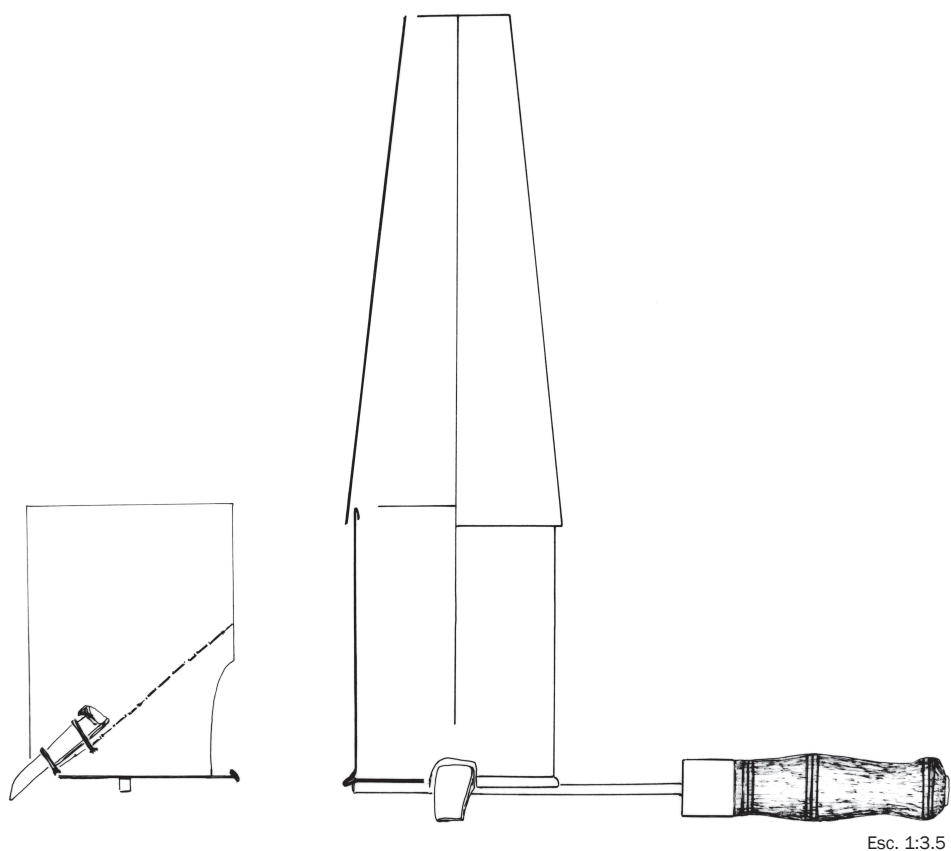
**Fig. 3:** Na oficina de Mário Alberto Moreira. **3.1:** Máquina universal; **3.2:** Banca de soldar, com o ácido, a solda e o ferro aquecido por maçarico; **3.3:** Ferramenta sobre a bancada. (MMPNF/Fot. ANCA).



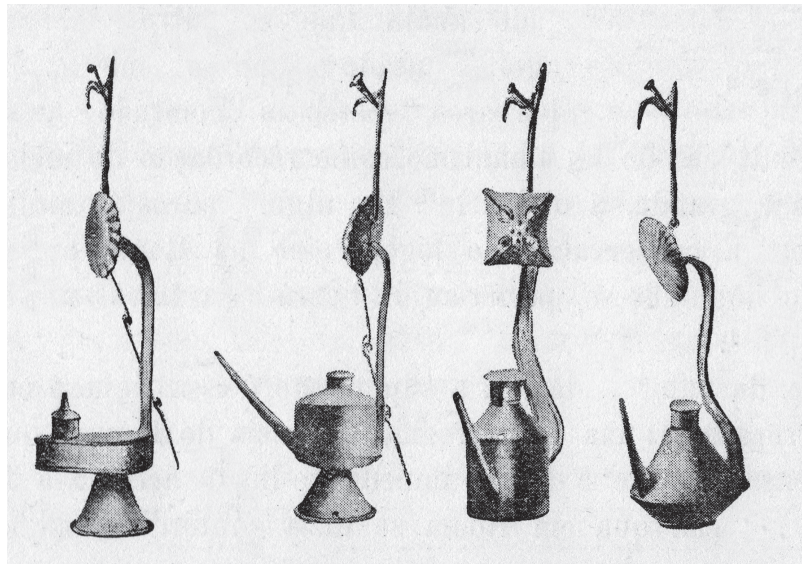
**Fig. 4:** Na oficina de Mário Alberto Moreira. **4.1:** Moldes para fazer o regador (MMPNF/Fot. ANCA); **4.2:** Regador, a junção das partes (MMPNF/Fot. ANCA); **4.3:** Regador e balde da pólvora para as pedreiras (MMPNF/Fot. M. Ribeiro).



**Fig. 5:** Trabalhos de Mário Alberto Moreira. **1.** Roca de apanhar fruta **2.** Armadilha das toupeiras. **3.** Funil dos enchidos **4.** funil do vinho **5.** bico para dar forma à massa dos sonhos **6.** Botija para aquecer a cama. (MMPNF/Fot. M. Ribeiro).



**Fig. 6.1:** Fornilho de soldar completo (vista frontal e corte perpendicular). Arco de Baúlhe, Cabeceiras de Basto (Soeiro, 2015:59); **6.2:** Parte inferior de fornildo, proveniente de Paço de Sousa (MMPNF/2009/8007) (MMPNF/Fot. M. Ribeiro).



**Fig. 7.1:** Candeias de Penafiel, modelos ilustrado por Rocha Peixoto, na viragem para o séc. XX (Peixoto, 1905-1908:38); **7.2:** Candeias de pendurar em folha existentes no Museu, séc. XX (MMPNF/2021/14666 e MMPNF/1993/699) (MMPNF/Fot. M. Ribeiro).



**Fig. 8.1:** Candeias de pé em folha, séc. XX (MMPNF/1993/697 e MMPNF/2013/10419); **8.2:** Lampiões, séc. XX (MMPNF/1993/693, MMPNF/2013/10421 e MMPNF/2018/13919). (MMPNF/Fot. M. Ribeiro).



**Fig. 9.1:** Lanterna de procissão, com motivos religiosos vazados (MMPNF/1993/1343); **9.2:** Lanterna ou lampião para varanda/sacada com gradeamento (MMPNF/2009/7943); **9.3:** Lanterna de mão, em folha de ferro (?) vazada, iluminada por candeia de folha-de-flandres com reservatório fechado (MMPNF/2012/10267). (MMPNF/Fot. M. Ribeiro).



**Fig. 10.1:** Almotolias e garrações para azeite (MMPNF/2008/5081, MMPNF/1993/728, MMPNF/2002/2248 e MMPNF/1997/1836); **10.2:** Coco (MMPNF/1993/717) e Cafeteira rápida para ferver água, modelo conhecido localmente por bailarina (MMPNF/1993/1076). (MMPNF/Fot. M. Ribeiro).



**Fig. 11.1:** Medidas aferidas para azeite (MMPNF/2001/2172 e MMPNF/1998/1851); **11.2:** Medidas para vinho (MMPNF/1997/1835, MMPNF/2013/10304 e MMPNF/2001/2181). (MMPNF/Fot. M. Ribeiro).



**Fig. 12.1:** Cântaros do leite (MMPNF/2001/2176 e MMPNF/2001/2179) (MMPNF/Fot. M. Ribeiro); **12.2:** O vendedor de água doce (Foto Antony); **12.3:** Cântaro para venda de água fresca (MMPNF/2014/10501) (MMPNF/Fot. M. Ribeiro).



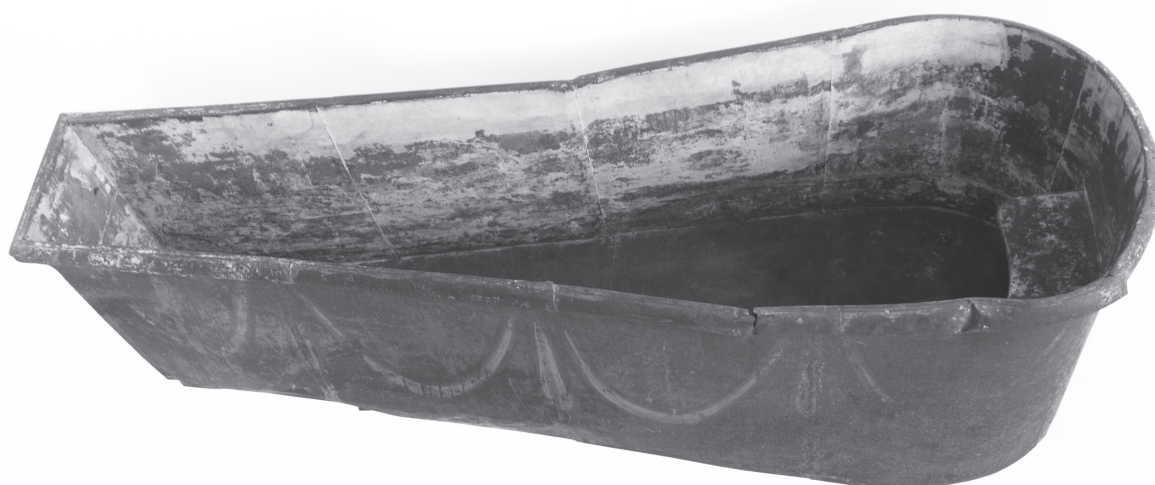
**Fig. 13.1:** Pulverizador (MMPNF/2012/10270); **13.2:** Enxofradeira de vinha (MMPNF/2018/14466).  
(MMPNF/Fot. M. Ribeiro).



**Fig. 14.1:** Regador e cântaro do sulfato (MMPNF/2020/14177 e MMPNF/2012/10182).; **14.2:** Pulverizador usado para sulfatar (MMPNF/2021/14668). (MMPNF/Fot. M. Ribeiro).



**Fig. 15.1:** Lancheira para levar a refeição (MMPNF/2006/3544); **15.2:** Urna eleitoral (MMPNF/1993/1352); **15.3:** Lata da vendedora de lampreias (MMPNF/1993/966); **15.4:** Lata grande da doceira (MMPNF/1993/1362). (MMPNF/Fot. M. Ribeiro).



**Fig. 16.1:** Semicúpio (MMPNF/1998/1859); **16.2:** Banheira (compr. 175 cm; MMPNF/2021/14667).  
(MMPNF/Fot. M. Ribeiro).

# SUMÁRIO

<b>MENIR DE FONTELO (ARMAMAR, VISEU). PRIMEIRA NOTÍCIA</b>	
Mário Varela Gomes e Orlando Sousa . . . . .	5
<b>LAS ESTATUAS GALAICO LUSITANAS EN POSICIÓN DE PARADA. I: DISTRIBUCIÓN ESPACIAL, EMPLAZAMIENTOS Y EPIGRAFIA ASOCIADA</b>	
Sergio Rios González . . . . .	19
<b>O BERRÃO DE RAMILO, DUAS IGREJAS, MIRANDA DO DOURO. NOTA PRELIMINAR</b>	
Mónica Salgado e Francisco M. V. Reimão Queiroga . . . . .	49
<b>UMA SEPULTURA DA ANTIGUIDADE TARDIA EM QUINTELA DE LAMPAÇAS, BRAGANÇA</b>	
Francisco M. V. Reimão Queiroga e Francisco Sá Reimão Queiroga . . . . .	63
<b>UM ALTAR FUNERÁRIO ROMANO EM BUSTELO (PENAFIEL, PORTO, NORTE DE PORTUGAL)</b>	
Teresa Soeiro e Armando Redentor . . . . .	85
<b>LA UTILIZACIÓN DE LA EPIGRAFIA EN LA CONSTRUCCIÓN DEL DISCURSO NACIONALISTA GALEGO: LA HISTORIA DE GALICIA DE MURGUÍA</b>	
María Dolores Dopico Caínzos . . . . .	111
<b>A CONSTRUÇÃO E AS ARTES AO TEMPO DE D. SESNANDO. PARTE 2: COIMBRA E MONTEMOR NO SÉCULO XI</b>	
Manuel Luís Real e Paulo Almeida Fernandes . . . . .	125
<b>COIMBRA E SUA REGIÃO NO TEMPO DE D. SESNANDO</b>	
Jorge de Alarcão . . . . .	159
<b>OFÍCIOS E PEQUENA INDÚSTRIA EM PENAFIEL: LATOEIROS/FUNILEIROS</b>	
Teresa Soeiro . . . . .	175



## PROJETO EDITORIAL

A PORTVGALIA pretende ser um espaço de debate em torno das grandes questões teóricas e metodológicas da Arqueologia e de divulgação dos mais recentes resultados da investigação arqueológica nas suas diversas áreas cronológicas (desde a Pré-História Antiga até à Arqueologia Moderna e Contemporânea).

Do ponto de vista geográfico, a PORTVGALIA assume como sua vocação primordial a publicação de resultados da investigação arqueológica do Norte de Portugal e do Noroeste da Península Ibérica, mas também é recetiva a artigos que incidam sobre outras zonas do espaço ibérico.

A revista publica estudos inéditos que sejam considerados contributos relevantes, recorrendo à arbitragem científica, sendo os artigos submetidos, em versão anónima, à peritagem de especialistas de reconhecido mérito.

A PORTVGALIA está registada no *Latindex (Sistema Regional de Informação em Linha para Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal)*, no *ERIH Plus (European Reference Index for Humanities)*, no *Academic Search Complete/EBSCO*, no *Fonte Academica/EBSCO*, no *DOAJ (Directory of Open Access Journals)* e na *DIALNET (Universidad de Rioja, Espanha)*.

## NORMAS PARA APRESENTAÇÃO DE ORIGINAIS

A PORTVGALIA só publica artigos que obedeçam às seguintes Normas:

1. Todos os textos submetidos a publicação devem ser enviados para a redação da revista em duas versões: A) versão própria para impressão, com o nome do(s) autor(es) identificado(s); B) versão anónima, livre de qualquer informação que identifique o(s) seu(s) autor(es), destinada a ser submetida a arbitragem. Ambas serão apresentadas em formato digital.
2. Os ficheiros devem ter designações que permitam a sua clara identificação, mencionando o título ou parte do título do trabalho. Na designação do ficheiro da segunda versão (destinada ao processo de arbitragem) deve ser mencionado apenas o título do artigo e a indicação "versão para arbitragem". As imagens serão organizadas em ficheiro independente, com a mesma designação do ficheiro de texto, acrescentando-se a indicação "imagens". Não se aceitam PDFs.

3. A PORTVGALIA publica originais em português, galego, castelhano, francês ou inglês.
4. Os autores devem ser os proprietários dos direitos autorais do texto e das imagens. A submissão de artigo para publicação implica a cedência desses direitos à revista. A PORTVGALIA mantém edição em papel e disponibiliza os conteúdos em sistema de *open access*.
5. Os artigos terão uma dimensão máxima de 30 páginas de texto, em formato A4, a espaço e meio, com letra *Times New Roman*, de corpo 12 (para o texto) e de corpo 10 (para as notas de pé-de-página). No caso de compreender catálogo de materiais, este deve ser redigido em letra *Times New Roman*, corpo 10, com espaçamento de 1,15 linhas.
6. Os textos deverão ser apresentados indicando o título, centrado, em letras capitais e a bold (*Times New Roman*, corpo 14). Segue-se a indicação do(s) autor(es), paginados à direita, e, em linhas autónomas, a sua filiação institucional e o endereço eletrónico.
7. A abrir o artigo será apresentado um resumo em inglês (“Abstract”), com palavras-chave (“Keywords”), seguido de um resumo em português (“Resumo”), acompanhado de palavras-chave (“Palavras chave”). Os resumos poderão ter uma extensão máxima de dez linhas. As palavras-chave deverão ser quatro a seis.
8. As citações bibliográficas deverão obedecer à norma anglo-saxónica (AUTOR data: p. —).
9. Os textos poderão compreender notas de pé-de-página, que deverão ser utilizadas com parcimónia, reservando-se para informações complementares. Deverão ser evitadas notas demasiado extensas. A indicação das notas deve ser preferencialmente colocada depois da última palavra da frase, sem espaço, e antes do ponto final.
10. A Bibliografia, incluída no final do artigo, obedecerá às seguintes normas:

a) Artigo em revista:

<APELIDO em maiúscula> <virgula> <Nome Próprio> <espaço> <(ano de edição entre parêntesis)> <virgula> <Título do artigo> <virgula> <nome da revista em *itálico*> <virgula> <série> <virgula> <volume> <espaço> <(fascículo ou número indicado entre parêntesis)> <virgula> <Local de edição> <virgula> <editora> <virgula> <páginas designadas pp.>

Ex.: ALARCÃO, Jorge de (2008), Notas de arqueologia, epigrafia e toponímia – V, *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 11 (1), Lisboa, IGESPAR, pp. 103-121

b) Artigo em obra coletiva:

<APELIDO em maiúsculas> <virgula> <Nome Próprio> <espaço> <(ano de edição entre parêntesis)> <virgula> <Título do artigo> <virgula> <In> <espaço> <APELIDO do Coordenador> <virgula> <Nome próprio do Coordenador> <espaço> <(Coord. de) ou (Dir. de)> <virgula> <Título da obra em *itálico*> <virgula> <volume> <virgula> <Local de edição> <virgula> <editora> <virgula> <páginas designadas pp.>.

Ex.: TORRES, Cláudio; MACIAS, Santiago (1996), Rituais funerários paleocristãos e islâmicos nas necrópoles de Mértola, in MATTOSO, José (Dir. de), *O Reino dos Mortos na Idade Média Peninsular*, Lisboa, Edições João Sá da Costa, pp. 11-44

c) Livro:

<APELLIDO em maiúsculas> <virgula> <Nome Próprio> <espaço> <(ano de edição entre parêntesis)> <virgula> <Título do livro> <virgula> <volume> <virgula> <local de edição> <virgula> <editora>.

Nota: Nos livros, o ano indicado reporta-se à edição utilizada. No caso de haver mais do que uma edição pode indicar-se, no fim, entre parêntesis, o local e ano da 1ª edição. Se a obra pertencer a uma coleção, isso poderá ser referido igualmente no final, entre parêntesis.

Ex.: JORGE, Susana Oliveira (1999), *Domesticar a Terra. As primeiras comunidades agrárias em território português*, Lisboa, Gradiva (Col. «Trajectos Portugueses», 45)

11. Qualquer texto com mais de três autores será citado, ao longo do artigo, pelo APELLIDO do primeiro autor, Nome Próprio, seguido da expressão “et alii”. Na Bibliografia podem aparecer todos os autores.
12. Bibliografia compreenderá apenas as obras citadas ao longo do artigo, organizadas por ordem alfabética do apelido e nome próprio, e, dentro destes, por ordem cronológica. No caso de haver mais do que uma obra do mesmo autor e ano a distinção será feita pela justaposição de letras (a, b, c...) ao ano de edição.
13. As citações de texto deverão abrir e fechar com aspas. Citações em língua estrangeira ou textos com grafias antigas serão apresentados em itálico.
14. Ao longo do texto utilizar-se-á o negrito ou bold apenas para os títulos e subtítulos. Os primeiros serão grafados em maiúsculas, os segundos em corpo normal.
15. As imagens deverão ser organizadas em dossier, publicado no final de cada artigo. A PORTVGALIA não publica imagens intercaladas no texto, nem desdobráveis, nem imagens a cores.
16. As imagens devem ser digitalizadas em alta definição (300 dpi), em ficheiros de formato JPEG (Joint Photographic Experts Group) ou TIF (Tagged Image File Format).
17. Todas as ilustrações (desenhos, fotografias) serão designadas por «Fig.». Se dentro da mesma figura coexistirem diferentes ilustrações serão distinguidas por numeração em árabe (p. ex.: Fig. 3, 2).
18. O número de imagens dependerá da extensão do artigo e da sua relevância para a compreensão de seu conteúdo, devendo ser utilizadas com moderação. Em todo o caso, cada artigo nunca poderá exceder o máximo de 16 páginas de figuras. A Comissão Redatorial poderá solicitar a redução do número de estampas sempre que o entender.
19. Na pasta correspondente aos ficheiros de imagens deverá figurar um documento em word com as legendas das figuras, a fim de serem compostas.

20. Os originais devem ser enviados por correio ao cuidado do Diretor da revista, para a seguinte morada:

Faculdade de Letras da Universidade do Porto  
Via Panorâmica, s/nº  
4150-564 PORTO  
PORTUGAL

21. Os originais devem ter designações que permitam uma rápida e clara identificação. Juntamente com os originais deve ser fornecido o contacto do autor (ou, no caso de artigo coletivo, do primeiro autor): morada, código postal, telefone e email.
22. Todos os artigos são submetidos, em versão anónima e livres de referências personalizadas, à avaliação por pares (*peer review*). Os avaliadores deverão preencher a ficha de avaliação que é disponibilizada pela revista, a qual é composta por duas partes: uma destinada à Comissão Editorial da PORTVGALIA; outra destinada ao(s) autor(es).
23. O resultado dessa avaliação é transmitido ao(s) autor(es) de forma igualmente anónima, devendo estes integrar as sugestões dos avaliadores no seu original, remetendo-o à redação da PORTVGALIA com a maior brevidade possível.
24. A revisão das primeiras provas é feita pelos autores, aos quais é dado um prazo de cinco dias úteis (a contar a partir da data de carimbo do correio) para o fazer. Findo esse prazo, a revista poderá dar andamento ao processo tipográfico.
25. Em fase de revisão de provas não são permitidas alterações de conteúdo. Apenas se aceitam correções de gralhas tipográficas, que deverão ser assinaladas de maneira clara e inequívoca.